



UnB

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

AS NARRATIVAS SOBRE AS FACÇÕES CRIMINOSAS EM ALAGOAS:

Polícias, juventudes, territorialidades, criminalidades e racismo institucional.

SÉRGIO DA SILVA SANTOS

BRASÍLIA, 2019.



UnB

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

AS NARRATIVAS SOBRE AS FACÇÕES CRIMINOSAS EM ALAGOAS:

Polícias, juventudes, territorialidades, criminalidades e racismo institucional.

Autor: Sérgio da Silva Santos

Tese apresentada ao *Programa de Pós-Graduação em Sociologia*, Departamento de Sociologia, **Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Brasília**, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Doutor em Sociologia.

Orientadora: Prof^a. Dra. Haydée Glória Cruz Caruso.

Brasília, novembro de 2019.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UNB
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS – ICS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA – PPG-SOL

TESE DE DOUTORADO

AS NARRATIVAS SOBRE AS FACÇÕES CRIMINOSAS EM ALAGOAS:

Polícias, juventudes, territorialidades, criminalidades e racismo institucional.

Autor: Sérgio da Silva Santos

Orientadora: Prof^a. Dra..Haydée Glória Cruz Caruso.

Banca Examinadora:

Prof^a. Dra. Haydée Glória Cruz Caruso (SOL/UnB)
Presidenta

Prof. Dr. Arthur Trindade Maranhão Costa (SOL/UnB)
Membro Interno

Prof^a. Dra. Jacqueline de Oliveira Muniz (INEAC/UFF)
Membra Externa

Prof. Dr. Frank Milton Marcon (ICS/UFS)
Membro Externo

Analía Laura Soria Batista (SOL/UnB)

Suplente

Dedico esse trabalho aos meus pais e toda
minha família e amigos (as)

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todas e todos que estiveram comigo nesse processo. Principalmente as pessoas que conviveram comigo cada momento de ansiedade e impaciência.

Agradeço a minha companheira Jéssica Patrícia por sua compreensão e por compartilhar conversas e diálogos sobre a vida.

Agradeço ao meu irmão, também cientista social, por compartilhar momentos de reflexões e por me auxiliar nesse trabalho.

Agradeço aos meus colegas e minhas colegas de turma do doutorado. Agradeço as (os) colegas negras (os) do curso de doutorado.

Agradeço especialmente a Leonardo Rauta, pessoa extraordinária que me abrigou quando cheguei à Brasília.

Agradeço a todas e todos que conheci em Brasília e me acolheram.

Agradeço especialmente a Erika Ferreira e Marcinha por todo amor, carinho e acolhimento que me deram. Sem essas pessoas, eu certamente não conseguiria encarar esse trabalho. Sou eternamente grato.

Agradeço as professoras e professores que aceitaram fazer parte da Banca de Defesa da Tese.

Agradeço a professora Haydée Caruso por seus esforços, ajuda e diálogos sobre o tema.

Agradeço ao Programa de Pós-graduação em Sociologia da UnB pela acolhida e por compartilhar conhecimentos durante o curso de doutorado.

Agradeço ao Movimento Negro pelas lutas travadas por políticas públicas no Brasil, por essas lutas que estou hoje apresentando uma tese de doutorado em sociologia.

Agradeço especialmente aos (as) interlocutores (as) que me possibilitaram, através das suas histórias e narrativas, produzir esta Tese.

Agradeço ao CNPQ.

RESUMO

Os processos que orientaram a formação social, política e cultural de Alagoas são marcados pelas violências. É a partir da integração e interação desses processos que a violência se torna uma importante narrativa comum e institucional para explicar problemas relacionados aos conflitos sociais. Na vida urbana alagoana, especificamente maceioense, se refletiu processos históricos de orientação colonial. É por isso que as desigualdades sociais e raciais são latentes, expondo feridas e reproduzindo dinâmicas de exclusão. As narrativas captadas através das experiências sociais de atores e atrizes da vida cotidiana apresentam inúmeras questões que tornam pertinentes as reflexões sobre as violências. Dentre essas narrativas as Facções Criminosas se apresentam de forma central. Seus modos de operar na vida cotidiana, sua presença no contexto institucional e sua influência nos processos de mediação em torno das territorialidades, políticas públicas e no comportamento juvenil, seja nos seus bairros, ou nos ambientes virtuais, são destacados. Os papéis das Facções Criminosas nas narrativas da violência reverberam e legitimam políticas de segurança pública e do racismo institucional. Esse último torna-se mola mestra desse cenário de mortes e encarceramento.

ABSTRACT

The processes that guided the social, political and cultural formation of Alagoas are marked by violence. It is from the integration and interaction of these processes that violence becomes an important common and institutional narrative to explain problems related to social conflicts. Alagoas urban life, specifically at Maceió, is featured by historical processes of colonial orientation. This is why social and racial inequalities are evident, exposing wounds and reproducing dynamics of exclusion. The narratives captured through the social experiences of actors and actresses of everyday life present several issues that make important the reflections on violence. Among these narratives the Criminal Organizations is centrally presented. Their ways of operating in everyday life, their presence in the institutional context and their influence on mediation processes around territorialities, public policies and youth behavior, whether in their neighborhoods or in the internet, are highlighted. Criminal Organizations's roles in the narratives of violence reverberate and legitimize policies of public security and institutional racism. The latter becomes the main feature of this death and incarceration scenario.

RESUMÉ

Les processus qui ont guidé la formation sociale, politique et culturelle des Alagoas sont marqués par la violence. C'est à partir de l'intégration et de l'interaction de ces processus que la violence devient un important récit commun et institutionnel pour expliquer les problèmes liés aux conflits sociaux. Dans la vie urbaine d'Alagoas, spécifiquement maceioense, reflétait des processus historiques d'orientation coloniale. C'est pourquoi les inégalités sociales et raciales sont latentes, exposant les blessures et reproduisant des dynamiques d'exclusion. Les récits capturés à travers les expériences sociales des acteurs et actrices de la vie quotidienne posent de nombreuses questions qui rendent pertinentes les réflexions sur la violence. Parmi ces récits, les factions criminelles sont présentées de manière centrale. Leurs modes de fonctionnement au quotidien, leur présence dans le contexte institutionnel et leur influence sur les processus de médiation autour des territorialités, des politiques publiques et des comportements des jeunes, que ce soit dans leur quartier ou dans des environnements virtuels, sont mis en avant. Les rôles des factions criminelles dans les récits de violence se répercutent et légitiment les politiques de sécurité publique et le racisme institutionnel. Ce dernier devient le moteur de ce scénario de mort et d'incarcération.

SUMÁRIO

<u>LISTA DE GRÁFICOS E TABELAS</u>	12
<u>LISTA DE FIGURAS E FOTOGRAFIAS</u>	13
<u>LISTA DE ABREVIATURAS</u>	14

<u>INTRODUÇÃO</u>	15
--------------------------------	----

CAPITULO 1

Buscando uma metodologia de pesquisa: idas e vindas para a produção de uma tese de doutorado.	27
--	----

Buscando a pesquisa: quando me deparei com as alternativas?	27
---	----

O Eu e os Outros: ouvindo policiais militares, a polícia como lugar e os locais da pesquisa	31
---	----

Uso das técnicas para captação das narrativas.....	34
--	----

Tratando sobre as facções criminosas em Maceió: como iniciei nesse tema?	37
--	----

CAPÍTULO 2

O início da pesquisa de campo e alguns elementos sobre juventudes: uma reflexão.	40
---	----

Juventudes: o lugar desses atores nas pesquisas em alagoas.....	40
---	----

Algumas contribuições da sociologia nos debates sobre juventudes.	50
--	----

As facções criminosas através das representações dos jovens.....	76
--	----

CAPÍTULO 3

Do cangaço às facções criminosas: as sociabilidades e os crimes em alagoas	87
---	----

A narrativa do Cangaço e as Organizações Criminosas: iniciando uma reflexão sobre Facções Criminosas em Alagoas.....	87
--	----

Entre organização e facção criminosa: a construção de uma narrativa policial alagoana em torno dessas categorias 96

Territórios e corpo: as políticas públicas de “combate” a violência em Alagoas e o lugar privilegiado das Facções Criminosas nas narrativas da violência.. 105

CAPÍTULO 4

As narrativas policiais sobre criminalidade e facções criminosas em Maceió.....129

O saber policial e as narrativas sobre o surgimento das Facções Criminosas em Alagoas..... 129

Aranha e Charlão: A Firma como gênese.....146

“Staff”: As passagens de Fernandinho Beira-mar e Baby por Maceió e o surgimento do PCC..... 153

CAPÍTULO 5

Quem facciona quem: as narrativas jornalísticas e das redes sociais sobre as Facções Criminosas em Alagoas..... 166

O jornalismo e as redes sociais: facções criminosas e narrativas em papel e on-line..... 166

“Eu faccionado”: a imposição do popular, as demandas acusatórias e a sofisticação do racismo..... 171

Redes sociais e jovens: qual o papel do 2 e do 3 no mundo online.....187

As mulheres “faccionadas”: poucas narrativas e controversas entre os interlocutores.. 199

CAPÍTULO 6

Quem te faccionou? Percepções acerca do olhar da segurança pública e do sistema penitenciário de Alagoas..... 204

Facções Criminosas: quais os significados desses atores no cotidiano da segurança pública em Alagoas?.....204

As Facções Criminosas e o Sistema Carcerário: a gestão do Estado e os dilemas dos corpos encarcerados.....213

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	227
BIBLIOGRAFIA.....	232
ANEXOS	

LISTA DE GRÁFICOS E TABELAS

Tabela nº 1 - Elementos que povoam o imaginário dos interlocutores com relação ao “ser jovem”

Tabela, nº 2 - Dados sobre a violência letal em Alagoas ocorrida entre os anos de 2014-2015 com recorte etário, de sexo e de cor da pele

Tabela nº 3 - Dados sobre a violência letal ocorrida no Complexo Benedito Bentes para o mesmo intervalo de ano por gênero.

Tabela nº 4 - Quantidade de Homicídios – Bairros/População

Tabela nº 5 – Quantidade de ocorrências com apreensão de drogas com identificação de pessoas, por bairro.

Tabela nº 6 – Quantidade de ocorrências com apreensão de drogas com identificação de pessoas, por bairro de influência.

Tabela nº 7 - Comparativo entre Territórios prioritários x Territórios de Influência

Tabela nº 8 - Quantidade de ocorrências com apreensão de drogas com identificação de

Tabela nº 9 – repertório e produção de conhecimento dos Polícias Militares.

Tabela nº 10 – Quantitativo da população carcerária em Alagoas

Tabela nº 11 – Quantitativos dos membros de facções criminosas em Alagoas.

Tabela nº 12 – Homicídios em decorrência da Ação Policial

Gráfico nº1: Homicídios Dolosos - Alagoas - 2000/2017

Gráfico nº 2: Ocorrências de apreensão de drogas por bairros. Quantidade de pessoas, por bairros nobres de Maceió.

Gráfico nº 3: Homicídios por arma de fogo (2004-2014)

Gráfico nº 4: Vitimização de negros e brancos (2004-2014)

LISTA DE FIGURAS E FOTOGRAFIAS

- Figura nº 1: Tríade das Representações em torno da população negra.
- Figura nº 2: Etapas da sentença proferida pela justiça ao escravizado Thomaz no ano de 1864 em Alagoas.
- Figura nº 3: Mapa dos Bairros de Maceió com maiores incidências de homicídios.
- Figura nº 4: Abordagem policial em jovens que estavam na Orla da Praia da Ponta Verde
- Figura nº 5 - Figura Nº 4: Manchete de jornal virtual sobre “A Firma”:
- Figura nº 6: - Notícia destaca as disputas entre as Facções Criminosas.
- Figura nº 7: Imagem retirada de um perfil, da rede social *Facebook*, pertencente a um jovem, em novembro de 2018.
- Figura nº: 8 Imagem retirada de perfil de um jovem do *Facebook*, em novembro de 2018.
- Figura nº 9: Print de uma matéria do Estadão que faz referência as facções no mundo on-line.
- Figura nº 10: Print de uma matéria do G1/alagoas reportando sobre um crime envolvendo supostos membros de facções criminosas.
- Figura nº 11: Capa do Jornal Gazeta de Alagoas – 26 de janeiro de 2019
- Figura nº 12: Matéria da plataforma jornalística *online* Cada Minuto - 2015
- Fotografia nº 1: Pichação no Centro Educacional de Pesquisa Aplicada. Sérgio Santos, 2017.
- Fotografia nº 2: Pichação no Bairro Vergel do Lago (Dique Estrada), SANTOS, Sérgio. 2018.
- Fotografia nº 3: Pichação no Bairro Cidade Universitária (Village Campestre), SANTOS, Sérgio. 2018.
- Fotografia nº 4: Pichação no Bairro do Vergel do Lago. SANTOS, Sérgio. 2018.
- Fotografia nº 5: Pichação no Bairro Cidade Universitária (Santos Dumont). SANTOS, Sérgio. 2018.
- Fotografia nº 6: Pichações nos Bairro Benedito Bentes (PCC 1533). SANTOS, Sérgio. 2018.
- Fotografia nº 7: Pichações no Bairro Vergel do Lago (CVRL – TUDO 2). SANTOS, Sérgio, 2019.

LISTA DE ABREVIATURAS

BPESC – Batalhão Escolar

BPRP – Batalhão de Rádio e Patrulha

CVRL – Comando Vermelho Rogério Lemgruber

CVLI – Crime Violentos Letais e Intencionais

DEPEN - Departamento Penitenciário Nacional

GDE – Guardiões do Estado

GECOC – Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado

NEAC – Núcleo de Estatística e Análise Criminal

OPLIT - Operação Policial Litorânea Integrada

PCC – Primeiro Comando da Capital

PMAL – Polícia Militar do Estado de Alagoas

PROTEJO - Proteção de Jovens em Território Vulnerável

PSDB – Partido Social Democrata do Brasil

PT – Partido dos Trabalhadores

P2 – Serviço Reservado da PM

SARC - Sistema Analítico de Relações Criminosas

SERIS/AL – Secretaria de Ressocialização e Integração do Estado de Alagoas.

SIESP – Sistema Integrado Segurança Pública

SSPAL – Secretaria de Segurança Pública do Estado de Alagoas

INTRODUÇÃO

Essa é uma tese sobre as narrativas construídas acerca das Facções Criminosas em Alagoas. Tendo como sugestão as pesquisas acadêmicas produzidas pelos colegas cientistas sociais no Brasil, esforcei-me para compreender as dinâmicas locais e produzir as reflexões que pudessem nos fornecer um cenário sobre as facções criminosas no estado de Alagoas.

Alagoas é um Estado do Nordeste que esteve muitas vezes em destaque no cenário nacional. Boa parte da aparição nacional se deu por questões que envolveram a política nacional e a violência, como o caso PC Farias¹, e através da Gang Fardada, milícia que atuou em Alagoas na década de 1990. O imaginário social em torno do Nordeste, por muitas vezes representadas em novelas e filmes nacionais, construiu a ideia de que os homens e as mulheres nordestinas são atores e atrizes permissíveis à violência, algo que se tornou marcante para os próprios nordestinos.

Recentemente, Alagoas se tornou destaque por conta das altas taxas de homicídios, e do crescimento exponencial da violência urbana. A capital Maceió tornou-se um destaque negativo, com o título de capital mais violentas de Brasil em 2010, com taxas de homicídios de 68,8% por 100 mil habitantes. Esse fenômeno mobilizou o Governo Federal para que desenvolvesse políticas públicas de redução da violência, principalmente dos homicídios. Em 2009 desembarca em Alagoas o Território da paz, fruto de um diagnóstico que já apontava a capital alagoana com graves problemas relacionados à violência. Em 2012, de forma piloto, Alagoas recebe o Plano Brasil Mais Seguro e o Plano Juventude Viva.

A violência atravessa o cotidiano da vida urbana, das notícias diárias sobre a violência ao meio dia, para o noticiário matinal e noturno, que

¹ Paulo Cesar Farias era um empresário de Alagoas que ficou conhecido por atuar politicamente ao lado do então presidente Fernando Collor de Mello. Seu protagonismo tornou-se presença marcante no noticiário nacional, como também, a repercussão da sua morte, em 1996.

apresentam as visitas e falas das autoridades e técnicos (as) do Governo Federal que traziam alguns instrumentos e metodologias para a resolução do problema da violência. É a partir desse cenário e desse tempo-espaço que tomo boa parte das minhas questões nesse trabalho. Mas também, outras questões se tornaram presentes para a produção desse trabalho, principalmente sobre os elementos que irão produzir narrativas quanto às Facções Criminosas no estado de Alagoas.

Apresento uma análise sobre as diversas narrativas alagoanas ante o fenômeno da violência urbana aplicada ao advento das facções criminosas. A partir das narrativas de policiais militares, de jovens e das matérias de jornais construí diálogos em torno da realidade social que envolve processos de sociabilidades, criminalidade, representações sociais e racismo institucional. As facções criminosas se tornaram tema de inúmeros debates institucionais no contexto da segurança pública e são também populares em qualquer lugar do país, principalmente depois da visibilidade da questão prisional no sudeste do país, e posteriormente no Norte e Nordeste.

Meu interesse por esse tema nasceu a partir da experiência da pesquisa de campo e da aproximação em torno das produções acadêmicas sobre a violência urbana. É quando vou para o campo, primeiramente com policiais militares, que percebo que as facções criminosas estão presentes no cotidiano desses profissionais, e posteriormente vou descobrindo as interfaces do tema. Essa constatação mudou minha forma de pensar sobre a pesquisa e, por isso, busquei mais informações sobre esse fenômeno. Ao longo desse trabalho, gravei por diversas narrativas sobre as facções criminosas: quem são esses atores, como surgiram, e como eles chegaram até Alagoas.

A primeira pergunta que fiz foi a seguinte: Quais os caminhos que essas narrativas percorreram e como elas são consolidadas e emprenhadas nos cotidianos? Assim, eu pude identificar os elementos que irão consolidar as representações sociais em torno das facções criminosas e compreender os processos sociais que foram construídos através dos territórios, dos corpos, das redes sociais e do campo institucional. Optei por realizar as análises a

partir da “Teoria das Representações Sociais”, no entanto, encontrei outras perspectivas que puderam me auxiliar nesse empreendimento. Ao longo da pesquisa, e posteriormente da escrita, consegui estabelecer uma equidade no uso da teoria, da minha própria experiência social e das experiências dos meus interlocutores e minhas interlocutoras.

A pesquisa que trago busca contribuir com um constante debate produzido pelas ciências sociais no Brasil. Estabelece um link com as abordagens da sociologia urbana, da juventude e da violência. E contribui de forma efetiva com reflexões produzidas na região nordeste sobre o fenômeno das facções criminosas. Compreender esse fenômeno a partir dos estabelecimentos culturais, sociais, econômicos e políticos do Nordeste proporciona uma nova interface sobre o fenômeno em questão.

As experiências sociais dos interlocutores e interlocutoras da pesquisa me fizeram optar pela adoção do termo “facção criminosa” para construir os processos reflexivos em torno das narrativas. É sabido que há uma mobilização no campo das ciências sociais em torno desses debates, que busca definir distinções ou mediações entre um enfoque institucional e as perspectivas nativas em torno do que seria uma “organização criminosa” ou uma “facção criminosa”. Aqui opto pela distinção entre elas, dialogando com as narrativas locais que foram constituídas pelos (as) meus (minhas) interlocutores (as). Destaco uma reflexão produzida por Adriano Oliveira e Jorge Zaverucha (2012) sobre criminalidade organizada no Brasil, no qual os autores buscam construir uma abordagem para a compreensão desses atores no contexto institucional.

Sérgio Adorno e Fernando Salla (2007) apresentam questões importantes sobre o fenômeno. Tratando sobre fatos que ocorreram em São Paulo e a criminalidade no Brasil as reflexões que são apresentadas pelos autores são inovadoras e foram substanciais para que eu pudesse correr por estas pistas. Ao propor um debate sobre as rebeliões organizadas pelo PCC se faz a seguinte exposição:

Se a questão se restringisse ao domínio das prisões, é mais provável que as ondas de violência tivessem gravitado em torno das rebeliões simultâneas, como ocorrera em fevereiro de 2001. Mas, agora,

verificou-se uma novidade: a funcionalidade das relações entre o intra e o extramuro das prisões. A criminalidade organizada, mais propriamente o PCC, tinha urdido uma rede de apoio externa muito sólida. (p. 9)

Através de abordagens citadas acima e outras observações que foram impulsionadas pelos autores, pude conectar as narrativas que produzem significados acerca do chamado “sujeito faccionado”, e os processos de “faccionamento” desses indivíduos. Para além, busquei trabalhar questões que envolvem os ciberespaços e as representações estimuladas pelas plataformas jornalísticas. As relações entre os significados construídos nas prisões forjam maneiras de existir das facções criminosas nas ruas e na internet. A partir de uma interlocução com a literatura produzida e a realidade imposta pelas dinâmicas da criminalidade em Alagoas, pude estabelecer uma reflexão sobre este fenômeno.

Michel Misse (2011) também nos apresenta uma abordagem sobre o crime organizado e crimes comuns no Rio de Janeiro, buscando diferenças e afinidades. É um trabalho de referência para os estudos da violência urbana e colaborou de forma incisiva nas minhas reflexões sobre o estado de Alagoas. Ao se referir sobre as dinâmicas que são presentes na realidade do estado do Rio de Janeiro, o autor faz a seguinte consideração:

O modelo das milícias, como também ocorreu com o jogo do bicho e com o tráfico de drogas, todos surgidos no Rio de Janeiro, vem sendo adotado em cidades de outros estados brasileiros, nacionalizando formas de organizações criminosas que têm no recurso à violência uma de suas principais características. (2011, p. 22)

A organização do crime e o advento de mecanismos sofisticados de redes é observado por Misse (2011). Tomei como recomendação e atenção esse destaque. Adotei a premissa do recurso da violência como uma marca, e aponto que ela, no caso alagoano, torna-se uma mola propulsora dos processos de sociabilidades.

Karina Biondi (2009) nos ajuda a pensar sobre o fenômeno das facções criminosas analisando os processos sociais que são estabelecidos pelo PCC – Primeiro Comando da Capital. O olhar crítico da autora possibilitou meu olhar clínico e enriquecedor sobre as narrativas produzidas pelos meus interlocutores

da pesquisa. “A transcendência como componente para a desterritorialização” (p. 161) tornou-se fundamental para que eu pudesse compreender os processos sociais de manifestações individuais, do que chamo de “Eu faccionado” e os vínculos territoriais que são forjados nesses processos.

A partir do que se produz sobre esse tema nacionalmente, pude trazer Alagoas para o debate. A partir de uma abordagem que leva em consideração questões políticas, culturais, sociais e econômicas locais, faço reflexões que buscam compreender os processos que orientam a existência das facções criminosas e a extensão dos seus significados. Uma abordagem sobre esse tema em Alagoas é inédita e, por isso, é preciso definir um ponto de partida. Em fatos recentes, ocorridos no Norte e no Nordeste, busco compreender essas dinâmicas.

Em 2016, segundo Camila Nunes Dias e Bruno Paes Manso (2018) se inicia na região Norte, alguns conflitos entre as Facções Criminosas “Comando Vermelho” e “Primeiro Comando da Capital” nos presídios de Roraima, Rondônia e Acre. Nesse cenário de conflitos, disputa por poder e mortes, há pouca visibilidade da mídia, sendo considerados casos isolados e locais. Em janeiro de 2017, no estado do Amazonas, uma das maiores rebeliões ocorre, destacando a facção criminosa intitulada FDN – Família do Norte, que juntamente com o Comando Vermelho, promoveram um massacre contra integrantes do PCC. (p.34-36) Esse último acontecimento possibilitou uma inclinação do olhar das autoridades e da mídia nacional para o fenômeno das facções criminosas no norte do país.

Ainda segundo Nunes e Manso (2018) outra rebelião, agora na região Nordeste do País, toma corpo e expõe ainda mais o fenômeno das facções criminosas. O Sindicato do Crime, facção criminosa formada no Rio Grande do Norte, torna-se protagonista no sistema penitenciário, fazendo frente ao PCC. (p.39) E no mesmo período o PCC se movimenta no sistema prisional e nas ruas de Fortaleza, estado do Ceará para fazer frente aos inimigos. Nesse cenário de disputas há uma crescente taxa de homicídios (NUNES; MANSO,

2018), nos estados do Nordeste em que há uma movimentação das facções criminosas por territórios e por hegemonia no sistema penitenciário.

Sem perder de vista a questão nacional e regional, especificamente os conflitos que estariam ocorrendo nos estados do Nordeste, é que me proponho a pensar especificamente sobre Alagoas. Os processos migratórios do crime, a influência das redes sociais e as notícias jornalísticas se tornaram subsídios para a produção das minhas reflexões sobre esse fenômeno. É fato que em Alagoas não foram registradas nesse período, qualquer fato análogo aos que ocorreram nas cidades de Natal e Mossoró, no Rio Grande do Norte, nem os conflitos que ocorreram e ocorrem de forma abrupta na Cidade de Fortaleza, no estado do Ceará. O problema incide no estado de Alagoas, mas a partir de outros níveis de tensões.

Destaco que não ocorreram rebeliões de grandes proporções, em Alagoas. Em 2011 há o registro de uma rebelião que permaneceu por um dia, ocasionada por uma greve iniciada pelos agentes penitenciários que inviabilizou visitas aos presos nos presídios de Maceió e do Interior de Alagoas. Já em dezembro de 2017 a administração penitenciária de Alagoas transferiu 130 presos que estavam cumprindo pena em Maceió para o Presídio de Segurança Máxima do Agreste, localizado no município de Girau do Ponciano, motivada por tensionamentos registrados nos estados do Nordeste. As narrativas que envolvem as facções criminosas em Alagoas se dão pelo percurso de via dupla, saindo das cadeias para as ruas; e das ruas para as cadeias.

Nesse sentido, me proponho, a partir da produção desse trabalho, contribuir com os debates que estão sendo produzidos no campo das ciências sociais sobre as facções criminosas. Ao abrir essa frente de reflexões sobre o tema, a partir de Alagoas, busco comunicar-me com outros estudos da área da violência, compartilhando conhecimento e experiências de pesquisa.

Esse trabalho não se constituiu necessariamente numa pesquisa biográfica e/ou autobiográfica, mas utiliza a memória de interlocutores e passa pelas trajetórias e experiências sociais de muitos deles. Como também da

minha própria memória e experiência. O uso do gravador e das conversas informais e em formato de grupos focais possibilitou uma coleta interessante de informações. Dados estatísticos e notícias de jornais eram mencionados pelos interlocutores para confirmar a veracidade das informações passadas, fato importante que pude explorar nesse processo. A partir da busca por narrativas é possível compreender processos de construção de saberes e identidades; assim também, conhecer as trajetórias dos interlocutores, suas referências no campo institucional e seus valores estabelecidos ao produzir e reproduzir representações em torno de algo, dentro de sua dimensão temporal, social, econômica e cultural.

Acredito que uma perspectiva interessante para entender o papel das narrativas ante a produção de uma pesquisa é compartilhada por Abrahão, quando enfatiza que

Trabalhar com narrativas não é simplesmente recolher objetos ou condutas diferentes, em contextos narrativos diversos, mas, sim, participar na elaboração de uma memória que quer transmitir-se a partir da demanda de um investigador (2003, p. 85).

É justamente a posição do pesquisador diante das suas experiências sociais e das suas interlocuções que se aproxima das diversas facetas das narrativas para analisar de forma inter-relacional os contextos. Não é uma verdade que está em jogo, mas uma abordagem reflexiva, de tal forma que essas narrativas podem conter mentiras, verdades, fatos que devem ser verificados, representações sociais em torno das realidades ou interpretações sobre inúmeros fatos e visões sobre o mundo.

Elas estão necessariamente marcadas através de uma interlocução entre espaços e os tempos históricos. Essa é uma característica importante, justamente pelo fato de que é a memória que irá nortear boa parte dessas etapas cumpridas, tanto pelo pesquisador, quanto pelos interlocutores. As dinâmicas, que promovem representações sociais em determinados grupos que abordei nesse trabalho, atravessam gerações. Não há como estabelecer quaisquer análises em torno das narrativas sem levar em consideração as experiências sociais e institucionais que estão em jogo para cada interlocutor.

O fato de ser a primeira pesquisa de doutoramento que trata sobre o tema das facções criminosas em Alagoas aumentaram as dificuldades. No entanto, ao escrever de forma pioneira sobre esse fenômeno no estado, acabaram por surgir oportunidades. Vi na relação entre jovens e policiais militares a oportunidade de enfrentar a questão. Sendo assim, diante das possibilidades, elegi policiais militares, jovens e narrativas jornalísticas como interlocutores privilegiados para a obtenção de dados.

Os policiais militares foram os principais interlocutores no que concerne ao contexto das narrativas sobre as facções criminosas. Talvez não existam outros atores que tenham produzido tanto saber sobre esses grupos do que os policiais, pelo menos em Alagoas. É claro que só os próprios membros das facções criminosas podem contar de forma mais intensa sobre as dinâmicas do cotidiano desses grupos. Acredito que foi um acerto da minha parte investir nos policiais militares, principalmente nos que exercem seus trabalhos no setor de inteligência. Não tive qualquer interesse em entrevistar ou dialogar com membros de facções criminosas, apesar da existência de total possibilidade. Talvez seja outro exame futuro, caso as possibilidades de interlocução se mantenham ao longo do tempo.

A tese está dividida em seis capítulos, todos eles conectam questões relacionadas aos territórios, criminalidade, aos corpos e ao racismo. Não poderia escrever um trabalho que não exercesse sua análise crítica diante desses fenômenos. Falar sobre facções criminosas, sobre juventudes e polícia militar é, necessariamente, tratar da violência urbana e de racismo.

O primeiro capítulo desse trabalho, intitulado *Buscando uma metodologia de pesquisa: idas e vindas para a produção de uma tese de doutorado*, eu apresento, em quatro tópicos, os dilemas e percursos que tracei para iniciar a pesquisa. Dos dilemas à pesquisa propriamente dita, estive diante de várias dificuldades e descobertas: busquei explicar essas questões nesse capítulo: como consegui dialogar comigo mesmo e com o outro, e como busquei auxílio para o exercício da pesquisa. Logo, nessa seção me proponho a externar as formas que escolhi para captar informações e reflexões para a

produção desse trabalho. Muitas vezes eu reencontro com minha inserção na pesquisa em outros capítulos do trabalho, mas quis dedicar esse especificamente para escrever as etapas e compor um registro necessário.

No capítulo segundo, intitulado *O início da pesquisa de campo e alguns elementos sobre juventudes: uma reflexão*, busco, em três tópicos, dialogar com a noção de “juventudes” e as representações em torno do “ser jovem” construídas pelos jovens interlocutores da pesquisa. Nesse capítulo apresento também uma revisão bibliográfica, com exposição de pequenos resumos e comentários dos trabalhos que foram produzidos em Alagoas sobre juventudes. Finalizo a seção com uma abertura sobre as questões que voltarei a discutir nos capítulos seguintes: *as facções criminosas*. Nesse, assim como no sexto capítulo, utilizo uma parte do que os jovens apresentaram nas atividades de pesquisa.

Em sequência, no terceiro capítulo, intitulado *Do cangaço às facções criminosas: as sociabilidades e os crimes em alagoas*, busco, em dois tópicos, apresentar um diálogo sobre os processos de sociabilidade no campo da violência encarados pelas diversidades existentes em Alagoas. Estabeleço também um recorte espaço-temporal que foi dinamizado por algumas iniciativas e por alguns *modos de fazer* relativos ao “combate a violência em Alagoas”. Os aspectos da memória, da busca pela legitimidade do uso da força e da violência estarão presentes nesse capítulo. Nele, realizo uma reflexão de como se inicia o processo de construção institucional dos espaços perigosos e espaços vigiados; e de como eles vão se tornar locais privilegiados nas representações sociais em torno das ações das facções criminosas em Alagoas.

É ainda durante a quarta seção desse trabalho que busco estabelecer uma reflexão sobre a vida cotidiana e as políticas públicas em Alagoas, com foco na redução da violência. Além disso, busco apresentar dados controversos sobre a “violência em Alagoas”. Os dados obtidos pelo Núcleo de Estatística e Análise Criminal da Secretaria de Segurança Pública me possibilitaram uma visão interessante sobre os reflexos da política de

segurança no Estado de Alagoas, mais especificamente nos bairros socialmente periféricos da cidade de Maceió. É nesse capítulo que vou iniciar uma interlocução com as narrativas jornalísticas em torno das facções criminosas e que vou apresentar como o cenário da violência se torna popular a partir da ideia generalizada da presença das facções criminosas em Alagoas.

Já no quarto capítulo, chamado *Da “beira da lagoa” a “beira mar”*: as narrativas sobre “criminalidade” e “facções criminosas” em Maceió, apresento, em três tópicos, as narrativas policiais em torno do surgimento da “Firma”, a primeira facção criminosa de Alagoas, e em torno da chegada do PCC e do CVRL no estado. Ainda, busco estabelecer um diálogo entre as narrativas dos meus interlocutores, as narrativas jornalísticas, reflexões em torno do cotidiano e os processos sociais que ocorrem em Alagoas, para compreender o estabelecimento desses grupos. É nesse capítulo que é possível identificar atores que foram importantes no contexto das facções criminosas em Alagoas; as alianças e desentendimentos; a construção efetiva dos territórios e dos negócios; e como os policiais constroem saberes em relação a essas dinâmicas.

Também nesse capítulo construo pontes com trabalhos acadêmicos e não acadêmicos sobre as facções criminosas; e busco realizar uma conexão entre as narrativas locais em torno do PCC e do CVRL e as narrativas nacionais, principalmente as produzidas sobre, e no, sudeste brasileiro. Construo ainda um elo entre o encontro de narrativas locais e de outros estados, principalmente quando meus interlocutores apresentam “o sujeito externo” para efetivar a ideia da presença e do surgimento dos grupos criminosos em Alagoas. O *Staff* de Fernandinho Beira-mar em sua passagem por Alagoas, a vinda do Baby, a prisão de paulistas em Alagoas e as suas respectivas tentativas de fugas são apresentadas nesse capítulo, a partir de uma perspectiva de inter-relação, sem perder de vista os trabalhos produzidos sobre o assunto.

O quinto capítulo, que intitulo *Quem facciona quem: construções de narrativas sobre as facções criminosas em alagoas*, está dividido em quatro

tópicos e faz uma reflexão sobre os processos do que denomino nessa tese de *faccionamento dos sujeitos* a partir das perspectivas representacionais da sociedade alagoana. Nesse espaço eu busquei apresentar outra parte das narrativas dos jovens, bem como o universo *online* que dialoga fortemente com o universo de significação, pertença e sujeições desses atores. É marcante, nesse capítulo, a presença de narrativas jornalísticas e de fatos ocorridos recentemente que envolvem as facções criminosas. Mas também, como a internet reverbera de forma intensa as dimensões simbólicas do “três” (PCC) e do “dois” (CV) como símbolos de pertença e sujeições no cotidiano das redes sociais a partir dos jovens.

Ainda nesse capítulo, busquei realizar uma reflexão sobre o papel do racismo no processo de *faccionamento* dos jovens negros. Além disso, busquei também refletir sobre como as políticas de territorialização e vigilância da segurança, colocadas em prática em Alagoas, foram centrais na potencialização desse processo. Ainda, apresento uma reflexão sobre o “Eu faccionado” e as dimensões simbólicas exercidas no contexto da consolidação das siglas dos grupos criminosos. Também apresento casos referentes às práticas de violência ocorridas a partir dessas dinâmicas de significação e como o advento das facções criminosas modificam, de alguma maneira, o comportamento social dos jovens em relação ao lazer; ao reconhecimento enquanto jovem e; ao contato com seus próprios bairros. Ademais, explorei o modo como esses grupos criminosos se utilizam do racismo institucional para construir suas dinâmicas de negócios. Apresento também, por último, uma controversa construída a partir das narrativas policiais quanto à presença de mulheres nas facções criminosas e quais os elementos que estariam em jogo nesse contexto.

Por fim, o sexto capítulo, intitulado *Quem te faccionou? mais algumas reflexões sobre as facções criminosas em Alagoas*, apresenta um resgate de questões importantes argumentadas anteriormente. No entanto, buscando captar as narrativas que se referem ao sistema penitenciário e a seus reflexos no cotidiano do trabalho policial. É mais uma oportunidade de conectar as representações institucionais quanto ao sujeito faccionado e ao discurso oficial

do Estado de Alagoas em relação ao combate à violência. Afinal, quem facciona quem? O que nos diz as matérias jornalísticas e as narrativas dos interlocutores sobre esses processos? Como o racismo institucional opera nesse cenário?

Nesse último capítulo, apresento narrativas dos meus interlocutores e de matérias de jornais para compreender as dinâmicas que estão em jogo na política de segurança pública implementada em Alagoas. Analiso como o racismo é parte estruturante das táticas, estratégias e projetos de combate à violência e como as facções criminosas se tornaram fontes eficazes de legitimação social para a morte dos corpos negros. Apresento também o cenário construído pelo Sistema Penitenciário alagoano para a gestão carcerária, a partir da existência das facções criminosas. Na verdade, busco compreender como as facções fazem a gestão do sistema prisional. A partir das narrativas dos meus interlocutores foi possível conhecer as dinâmicas internas e como elas reverberam socialmente fora do sistema.

Os seis capítulos foram ordenados a partir de uma organização temporal, mas busquei a todo tempo uma interlocução com a atualidade, inclusive, os fatos que ocorriam no mesmo momento em que escrevia a tese foram igualmente incorporados, como poderá ser observado pelo leitor, a partir das datas dos acontecimentos, que fiz questão de registrar. Outras vezes, ao saber de algum fato ocorrido, ou que tenha passado despercebido, tive o cuidado de voltar aos capítulos já trabalhados a fim de trazer mais esse elemento para a análise. Portanto, esse é um trabalho que se situa no tempo presente, imbricado com uma série de situações ocorridas no tempo passado e que ajudam a explicar as tendências que se apresentam para o tempo futuro e que não são alvissareiras no campo das políticas de segurança pública em Alagoas.

CAPÍTULO 1 - BUSCANDO UMA METODOLOGIA DE PESQUISA: IDAS E VINDAS PARA A PRODUÇÃO DE UMA TESE DE DOUTORADO.

1.1 – BUSCANDO A PESQUISA: QUANDO ME DEPAREI COM AS ALTERNATIVAS?

Realizar uma pesquisa de doutorado é, sem dúvida, uma tarefa muito difícil. Eu estive sempre mantendo o contato com as ideias e passando por perrengues em torno de um argumento que pudesse me ajudar a construir algo interessante para as ciências sociais, especificamente no que se refere a uma contribuição em torno do fenômeno estudado. Na medida do possível, fui construindo um arcabouço de questões até estreitar elementos que eu julguei importantes.

Considero que a pesquisa de campo é a melhor parte de um trabalho. Foi durante esse período, nas idas e vindas, que construí as reflexões e captei as narrativas que aqui constam. Ir a campo me fez encontrar e reencontrar questões. Penso na pesquisa de campo como uma parte da vida cotidiana: é um processo de interlocução entre o conhecimento científico e as interações com “nossos pares”, com os lugares de morada, com o trabalho, ou seja, com as interações produzidas diariamente. Ser atrevido, buscar alternativas, dialogar com o que não é comum e utilizar o lugar, os papéis e as representações, são pontos fundamentais que contribuíram para essa experiência de pesquisa.

Estive diante de inúmeras possibilidades de pesquisa. Primeiro pensei em continuar minhas reflexões sobre o *hip hop*, como fiz na dissertação. Mas antes mesmo de finalizar as disciplinas optativas do curso de doutorado, eu já tinha mudado o tema. Esse movimento de mudança é incrivelmente interessante. Ele me mostrou como posso pensar de forma plural estando no mesmo circuito. As questões urbanas e os processos de sociabilidades estiveram presentes a todo tempo, permeando meu “imaginário sociológico”.

Antes de construir uma alternativa para realizar esse trabalho, passei por inúmeras questões em torno do tema e de como construir um objeto de

pesquisa. Admito que esses elementos sejam os mais complicados e ao mesmo tempo os mais empolgantes e desafiadores. Os momentos decisivos em torno da definição de um tema e do objeto são marcados por dúvidas e dificuldades, mas me colocaram em diálogo com minhas trajetórias acadêmicas e não acadêmicas. Sendo assim, busquei compreender as dinâmicas do cotidiano a partir dos sujeitos que significam e narram determinados fatos sociais, sabendo que a sociologia parte sempre da sociedade, de tal modo que posso afirmar que não há teoria sem empiria.

Muito me surpreendeu o fato de estar escrevendo uma tese de doutorado sobre facções criminosas em Alagoas, quando na verdade meu primeiro projeto de tese, se tratava de práticas sociais, culturais e políticas de jovens envolvidos com o *hip hop*. Quando olho para aquele projeto e para esse trabalho que aqui apresento vejo o quanto um determinado tema pode proporcionar uma infinidade de questões. A primeira percepção que tive foi estimulada por um ensaio para a disciplina “Sociologia da Violência”, ministrada pela professora Haydée Caruso. Neste ensaio apresentei os elementos representacionais de jovens *rappers* de Maceió em torno da violência e das polícias. Esse exercício me fez pensar sobre os elementos intersubjetivos que orientam os olhares dos *rappers* sobre o cotidiano e suas experiências sociais. Fui, então, obrigado a pensar sobre outras dimensões que poderiam ajudar na produção desse trabalho.

A partir do momento que construí uma linha que permitisse um possível diálogo entre juventudes inseridas nas práticas do *hip hop* e policiais militares, estabeleci um ponto de encontro entre esses dois grupos sociais: os espaços públicos. Tendo esse ponto de partida, iniciei uma busca por trabalhos que tratassem sobre os processos interacionais entre esses grupos sociais. Destaco dois que me chamaram a atenção. O primeiro é intitulado *Juventudes, violências e o Estado: Jovens em territórios com o programa Unidades de*

*Polícia Pacificadora no Rio de Janeiro*²; o segundo, *A Relação estigma-desvio como elemento norteador no uso da violência ou da força na atividade policial*³.

Quando me propus a pesquisar sobre jovens envolvidos com as práticas sociais, culturais e políticas do *hip hop* pensei nos diálogos que mantive durante uma pesquisa anterior. Duas questões me chamaram a atenção para que eu pudesse pensar nos jovens envolvidos no *hip hop* e nos policiais militares como sujeitos importantes para a pesquisa. A primeira trata-se do diálogo que esses dois grupos sociais estabelecem com os espaços públicos e com o cotidiano das cidades; e a segunda, dos elementos conflituosos existentes nas narrativas dos jovens, principalmente dos *rappers* ao se referirem às ações policiais, e vice-versa, ou seja, da polícia ao se referir aos *rappers*.

As narrativas do *rap* com relação às violências, principalmente à violência policial, são certamente os elementos que impulsionam os processos de desconfiança entre esses dois grupos. Os elementos linguísticos, performáticos, sociais, culturais, políticos e de territorialidades emitidos pelos jovens praticantes do *hip hop* produzem olhares desconcertados dos policiais militares em torno desses jovens. Ou seja, os elementos que estigmatizam esses jovens são produzidos de maneira potencialmente criminal e possibilitam o surgimento de processos conflituos (ZENI, 2004). Elementos morais também são centrais para a produção desses eventos, sendo certamente o principal intercâmbio dos policiais para a construção do olhar desconfiante diante desses jovens.

Dois fatos me chamaram a atenção. O primeiro envolve o *rapper Ananias* do grupo *CTS Kamika-Z*⁴, no Estado de Minas Gerais; o segundo

² Miriam Abramovay e Mary Garcia Castro publicado na DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, 2015. Discute os processos de produção e reprodução de estigmas a partir da chegada do Programa UPP no Rio de Janeiro.

³ Dissertação de mestrado produzida no Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal de Alagoas por Carlos Henrique Martins de Jesus em 2014. O trabalho apresenta os elementos em torno dos estigmas produzidos por policiais em relação aos jovens na cidade de Maceió.

envolve o *rapper Magojow Schneider*⁵, no Estado de Alagoas. A acusação da polícia de que o grupo de *rap CTS Kamika-Z* estaria interagindo com grupos denominados como “facções criminosas” me possibilitou um *start* para pensar sobre essas interações, possibilitando um avanço.

Prossigui com a ideia em torno dos jovens, descartando os que estavam inseridos nas práticas do *hip hop*, e estabeleci, após uma recomendação da banca de qualificação, outro recorte. Busquei estreitar as perspectivas que avalei terem avançado, focalizando, porém, o fenômeno das facções criminosas. Sendo assim, estabeleci duas possibilidades de estreitamento para o acúmulo de conhecimento empírico e elegi o *Programa Juventude Viva*⁶ e o *Plano Brasil Mais Seguro*⁷ como pontos de referências para realização das análises. Essas duas políticas públicas, que estiveram presentes em Maceió no mesmo ano e foram lançadas na mesma semana, possuíam um forte diálogo entre polícia, juventudes e território.

Sendo assim, busquei reunir minha rede em torno da pesquisa. Os papéis sociais com os quais me vesti cotidianamente me permitiram dialogar com essa rede e acessar, de forma vantajosa, os dados para esta pesquisa. A construção social da pesquisa de campo me permitiu interagir de forma aberta com meus interlocutores, que estabeleceram aberturas, mas também limites

⁴ Segundo o *Rapper Ananias* em entrevista concedida ao portal de *Rap*, a polícia militar do Estado de Minas Gerais conseguiu uma liminar na justiça para censurar o clipe. Segundos o próprio portal, havia uma investigação para confirmar ou não a ligação do grupo de rap com facções criminosas.

⁵ Magojow Schneider é rapper alagoano e teve seu nome veiculado em um canal de rede social por um cabo da Policial Militar de Alagoas que contestava sua narrativa em torno da polícia. O caso foi levado ao fórum de justiça e ouve retratação pelas partes.

⁶ Segundo a Secretária Nacional de Juventude, o Plano Juventude Viva reúne ações de prevenção para reduzir a vulnerabilidade de jovens negros a situações de violência física e simbólica, a partir da criação de oportunidades de inclusão social e autonomia para os jovens entre 15 e 29 anos <<http://juventude.gov.br/juventudeviva>>

⁷ O programa integra o Plano Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça, que realiza ações voltadas para o fortalecimento das fronteiras, o enfrentamento às drogas, o combate às organizações criminosas, a melhoria do sistema prisional, a segurança pública para grandes eventos, a criação do Sistema Nacional de Informação em Segurança Pública e a redução da criminalidade violenta. <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2012/06/governo-lanca-programa-brasil-mais-seguro>>

para o trabalho. Portanto, aponto para as minhas experiências de campo e apresento maneiras, encontros, desencontros, cotidiano e buscas diante das narrativas dos meus interlocutores.

1.2 – O EU E OS OUTROS: OUVINDO POLICIAIS MILITARES, A POLÍCIA COMO LUGAR E OS LOCAIS DA PESQUISA.

Eu estava numa preleção⁸, em um dia de trabalho no Batalhão Escolar da Polícia Militar de Alagoas, fardado e pronto para ir para mais um dia de rondas, quando o oficial de operações⁹ daquele dia pediu para que ficássemos atentos com alguns jovens faccionados¹⁰. Era a primeira vez que eu ouvia essa expressão. Posteriormente percebi seu uso comum na comunicação entre os policiais.

Narrar o episódio da preleção me parece a forma mais simples e objetiva de dizer: eu fui policial militar durante a pesquisa em muitos momentos, apesar de ter dito que eu não era antes de iniciar esse trabalho. A relação com esse papel sempre foi desempenhada por mim durante os dias de trabalho, nas rondas diárias de policiamento ostensivo nos arredores de escolas públicas de Maceió. Mas não o mantinha em nenhuma das minhas inserções nas pesquisas que realizei até então. Porém, durante esse processo de amadurecimento e de busca pelo tema e objeto de pesquisa, deparei-me com uma situação em que eu necessariamente deveria me colocar como policial militar, como uma estratégia e instrumento da pesquisa. Vi com bons olhos os trabalhos produzidos por Robson Rodrigues (2009), *Entre a caserna e a rua: o dilema do 'pato'*; e de Gilvan Gomes (2009), *A lógica da polícia militar do Distrito Federal na construção do suspeito*.

⁸ Momento que antecede a saída dos policiais do batalhão. São momentos de orientações e informações sobre o cotidiano do trabalho policial e questões administrativas.

⁹ Oficial da Polícia Militar que coordena e fiscaliza as atividades de policiamento naquele dia específico e em um batalhão específico.

¹⁰ O oficial se referiu naquele momento a jovens que supostamente estão envolvidos com grupos denominados de Facções Criminosas. Posteriormente percebi que esse termo é comum entre os policiais militares em inúmeros espaços de comunicação.

Produzir reflexões sobre os elementos representacionais em torno das facções criminosas em Maceió a partir das narrativas da minha rede de interlocução me possibilitou trafegar por interseções importantes. Os policiais militares do Batalhão Escolar, os policiais militares da inteligência e do Núcleo de Análise Criminal e Estatística da Secretaria de Segurança Pública, os policiais militares do Batalhão de Rádio Patrulha, assim como os estudantes e professores da Escola Estadual Rubens Canuto e jornais *onlines* de Alagoas, foram fundamentais para a pesquisa.

No caso específico onde me coloco na posição de policial militar, estabeleci um lugar de fala interessante para que pudesse iniciar uma conversa com meus pares sobre temas voltados à atividade policial. Conversar sobre o cotidiano do serviço, sobre injustiças cometidas pela instituição, sobre as escalas de serviço, sobre as fofocas, perseguições, assédios e sobre ocorrências, foram condições necessárias para que eu pudesse estabelecer relações de confiança e convívio pleno com os integrantes do Batalhão Escolar. Foram sete meses trabalhando nas rondas escolares, observando como os processos que orientavam o trabalho dos policiais se construía a partir da presença do tema facção criminosa.

No muro da Escola Estadual Professor José da Silveira Camerino,¹¹ localizado no Centro Educacional de Pesquisa Aplicada, em Maceió, havia uma pichação com referencia a facção criminosa PCC – Primeiro Comando da Capital. Cotidianamente passávamos, enquanto guarnição da PMAL, por esse local e eu sempre perguntava aos membros da guarnição da qual eu participava “se o batalhão não ia pedir para que a escola apagasse a pichação”. As respostas eram sempre as mesmas, enfatizando em síntese que “a escola era uma esculhambação” ou “pinta hoje e amanhã esses meninos vão e fazem novamente”. Ou “Esses jovens, diz que é jovem, mas é tudo vagabundo. Estão envolvidos com facções, vem nos ônibus com drogas, ficam vendendo aqui e depois voltam para os bairros”.

¹¹ Registro fotográfico realizado em novembro de 2017.

Pichação com referência a facção Primeiro Comando da Capital.



Fotografia Nº 1 Pichação no Centro Educacional de Pesquisa Aplicada. Sérgio Santos, 2017.

Apesar de não existirem registros de apreensão de drogas nos ônibus em operações do Batalhão Escolar, a ideia em torno da existência de ilícitos permeava o imaginário daqueles policiais militares. Do ponto de vista instrumental, a minha presença na viatura de polícia estimulava suas falas, sabendo que eu era um pesquisador na área da sociologia. Os policiais sabiam que eu realizara pesquisa sobre jovens e sempre queriam emitir opiniões e apresentar soluções para os problemas do cotidiano. Vez ou outra eu era interpelado por meus colegas durante o serviço sobre minha visão de mundo, sobre a minha visão em torno da instituição policial militar e sobre as dificuldades enfrentadas para cursar uma pós-graduação e estar numa escala

de serviço apertada. Esses elementos interacionais consolidavam minhas relações em torno do que eu gostaria de saber, da construção de confiança e de diálogo dentro da viatura e no alojamento do batalhão.

1.3 – USO DAS TÉCNICAS PARA CAPTAÇÃO DAS NARRATIVAS.

Avalio que minha pertença e meus diálogos com policiais do Batalhão Escolar me serviram como um pré-campo. Utilizando conversas e trocas de informações cotidianas, pude captar alguns dados importantes para a construção de um argumento sobre o problema encarado na pesquisa. Sendo assim, avalio que o uso da pesquisa participante foi fundamental nesse primeiro passo. A utilização da conversa informal e da observação participante (LIMA, 1989) se mostrou, de fato, uma prática importante na pesquisa de campo. Utilizei muitas vezes dessa técnica durante o período da pesquisa e inseri nas páginas desse trabalho algumas reflexões em torno das narrativas captadas. Os policiais do Batalhão Escolar foram os primeiros que efetivamente considerei meus interlocutores.

Outra inserção realizada envolveu a participação de 60 estudantes, sendo 30 do gênero masculino e 30 de gênero feminino. Os colaboradores são alunos e alunas do ensino médio e estão com idades entre 16 a 19 anos. Todos (as) são moradores (as) do Complexo Benedito Bentes e residem em conjuntos habitacionais recém-construídos no mesmo bairro¹². Fiz o uso da técnica de Grupo Focal¹³. Mas estabeleci um funcionamento diferente, em formato de uma oficina. Ela foi realizada numa tarde, na Escola Estadual Rubens Canuto, localizada no bairro Benedito Bentes.

¹² Conjuntos Habitacionais do Programa Minha Casa, Minha Vida e conjuntos habitacionais construídos através do Fundo Nacional de Habitação Social.

¹³ Os GFs são grupos de discussão que dialogam sobre um tema em particular, ao receberem estímulos apropriados para o debate. Essa técnica distingue-se por suas características próprias, principalmente pelo processo de interação grupal, que é uma resultante da procura de dados. (BECK et al., 2008)

Com um grupo de sete professores, realizei uma mesa sobre a questão racial na perspectiva da lei 10.639¹⁴. Apresentei essa mesa, a partir de uma experiência no Movimento Negro, do qual faço parte, a fim de estimular debates ante os elementos de representações em torno dos jovens. Sendo uma atividade única e experimental, avalio que ela tenha me ajudado de forma importante para a construção desta tese.

Em outro plano, utilizei a técnica de Grupo Focal ao abordar o tema da pesquisa com policiais militares do Batalhão de Rádio Patrulha e com policiais militares do serviço de inteligência da Secretaria de Segurança Pública do Estado de Alagoas e da Secretaria de Estado de Ressocialização e Inclusão Social. Com o primeiro grupo realizei uma sessão de grupo focal, tendo sete participantes; com o segundo, realizei duas sessões, a primeira com a participação de sete policiais e a segunda com a participação de cinco. Os participantes se mantiveram abertos aos diálogos sobre o tema e apresentaram suas diversas narrativas em torno do objeto. A técnica de Grupo Focal é interessante para os casos de estudos sobre e com policiais. Li outros trabalhos que usam da mesma técnica e que o resultado é considerado positivo.¹⁵ Alberto Gomes (2005) explica que,

O grupo focal (focus group) é uma técnica qualitativa de coleta de dados, originalmente proposta pelo sociólogo estadunidense Robert King Merton (1910-2003), com a finalidade de obter respostas de grupos a textos, filmes e questões. A proposta inicial era conseguir, pela introspecção de diferentes sujeitos, informações sobre a vida diária e como cada indivíduo é influenciado por outros em situação de grupo e de que maneira ele próprio influencia o grupo, utilizando uma “entrevista focalizada”, com roteiros de questões e respostas de um grupo de indivíduos selecionados pelos investigadores, tendo em vista um tópico de pesquisa. A finalidade principal dessa modalidade de pesquisa é extrair das atitudes e respostas dos participantes do grupo sentimentos, opiniões e reações que resultariam em um novo conhecimento. (P. 279)

Essa é uma técnica que possibilita a aproximação entre as partes envolvidas na interação. Avaliei os momentos como positivos, no entanto, optei também pelo uso de entrevista individual semiestruturada com interlocutores

¹⁴ Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

¹⁵ MINAYO (2007); BEZERRA (2013)

que considerei “chave” para o trabalho. Realizei entrevistas individuais com quatro estudantes da escola Rubens Canuto; dois policiais militares do serviço de inteligência da Secretaria de Segurança pública e; um policial militar do serviço de inteligência da Secretaria de Ressocialização do Estado de Alagoas. Foram atividades de pesquisa que considero centrais, justamente pela riqueza e pelo ineditismo de dados que foram compartilhados.

Minha abordagem aos policiais militares no Núcleo de Estatística e Análise Criminal da Secretaria de Segurança Pública do Estado de Alagoas se deu pelo interesse em buscar dados quantitativos relativos à segurança pública de Alagoas. Somado a isso, havia a facilidade decorrente daquele ter passado a ser meu local de trabalho após minha saída do Batalhão Escolar. Nesse local consegui catalogar dados e canalizar reflexões sobre a produção de conhecimentos desses policiais militares. Busquei ainda apresentar congruências e interrelações entre os conhecimentos produzidos por outros policiais que foram interlocutores da pesquisa.

Indispensáveis instrumentos de captação de narrativas foram os jornais *online* e impressos. Fiz a opção de utilizar essa fonte justamente pelo fato de ela ter sido destacada em várias oportunidades pelos interlocutores, principalmente pelos policiais militares do serviço de inteligência. A mídia tem um papel importantíssimo no que se refere aos processos de reprodução dos fatos, mas principalmente na produção e reprodução das representações sociais. A socióloga Maria Stela Grossi Porto (2009) faz o seguinte destaque:

As mídias constituem, nas modernas democracias contemporâneas, um dos principais produtores de representações sociais, as quais, para além de seu conteúdo como falso ou verdadeiro, têm função pragmática como orientadoras de condutas dos atores sociais. Sendo assim, faz sentido argumentar em favor da relevância do tema como subsídio para a formulação de políticas para a área, não por serem as representações sinônimo de verdade, mas por se constituírem em veículos privilegiados de crenças, valores e anseios de distintos setores da sociedade. (p. 211)

O destaque que a autora faz acima me fez inclinar de forma incisiva nas considerações desse material. Por ocasião, optei em considerar as narrativas

de jornais online que divulgam notícias locais¹⁶, mas na medida em que a pesquisa se desenvolvia, fiz buscas em outras plataformas online de âmbito nacional e jornais impressos. Muitas das narrativas que envolvem as facções criminosas, PCC – Primeiro Comando da Capital e CVRL – Comando Vermelho Rogério Lemgruber, foram compartilhados pelos meus interlocutores ao mesmo tempo em que citavam notícias sobre alguns casos de repercussão. Diante de algumas reflexões e descrições, destaquei imagens no corpo do trabalho de forma ilustrativa, principalmente nos momentos em que havia uma conexão entre o fato narrado pelo meu interlocutor e a notícia veiculada pelos sites.

Diante das questões que me apareciam no cotidiano, longe do gravador utilizado para captação de narrativas, também considerei minha experiência vivida na cidade, às conversas com amigas e amigos, reuniões e outros momentos de encontros como parte da pesquisa. Muitas questões surgiram a partir da minha inserção no tema, meus ouvidos ficaram mais atentos para as palavras facções e criminosas, e foram utilizadas na tese a partir das demandas reflexivas que o trabalho me possibilitou.

Por fim, destaco que fiz a opção de não mencionar os nomes verdadeiros dos meus interlocutores por questão de segurança e garantia do anonimato. O Termo de Livre Consentimento, instrumento de contrato entre o pesquisador e pesquisado, assinado pelos menos interlocutores, definiu esse acordo. Outros atores tiveram o nome citado com a devida autorização.

1.4 – TRATANDO SOBRE AS FACÇÕES CRIMINOSAS EM MACEIÓ: COMO INICIEI NESSE TEMA?

Quando pensei em pesquisar questões representacionais em torno das facções criminosas em Alagoas eu sabia que tinha pela frente um grande desafio. Principalmente por não haver registros sobre pesquisas relativas ao tema em Alagoas. Estive, portanto, “sem referências”. É importante destacar

¹⁶ Captei notícias das plataformas locais: Gazetaweb, Tnh1, Alagoas24horas, Cada Minuto, Folha de São Paulo e outras.

que há inúmeros estudos¹⁷ sobre facções criminosas no Brasil, trabalhos que são considerados extremamente importantes e que são verdadeiras “joias” produzidas pelas Ciências Sociais, que auxiliam e me auxiliaram nesse trabalho. Cito algumas dessas pesquisas que em nota são importantes referências sobre o tema na atualidade. Elas me ajudaram a construir uma perspectiva de entrada no tema. Além dessas, estive diante de várias outras produções, às quais dou o devido destaque ao longo da pesquisa.

Como já havia antecipado, julguei interessante, para essa primeira experiência de pesquisa sobre as facções criminosas em Alagoas, o uso das narrativas de alguns atores sociais que estão participando do cotidiano da cidade. Acredito que havia outras inúmeras maneiras de abordar esse tema, no entanto, sem um acúmulo necessário, torna-se difícil encampar uma tarefa de maior envergadura. Mas, a partir do amadurecimento e da construção de possibilidades metodológicas articuladas a uma rede consolidada, pude adentrar nesse universo de conhecimento.

A primeira questão que eu precisei resolver gira em torno da existência ou não das facções criminosas na dinâmica criminal de Alagoas, especialmente na cidade de Maceió. O que implica tanto a existência concreta das facções, quanto a forma como essa “existência” gravita no imaginário e no cotidiano dos meus interlocutores. A partir desse ponto passei a construir os instrumentos que me possibilitou interagir com essa temática.

Outra questão me apareceu como uma pergunta: como pesquisar as facções criminosas sem interagir com os presídios ou membros das facções criminosas? Essa foi uma opção que tive que fazer. Destaco duas questões que me orientaram: primeiro, por ser uma produção inaugural sobre o tema em Alagoas, não haveria segurança metodológica para tal imersão; e segundo, não havia como garantir a minha segurança enquanto pesquisador e também policial militar. No entanto, tornou-se inevitável o encontro com a questão que

¹⁷ Cito aqui pelo menos dois trabalhos que julguei importantes para compreender os elementos históricos, sociais e políticos em torno das facções criminosas. O primeiro intitulado *A guerra – A ascensão do PCC e o Mundo do Crime no Brasil* (2018), do autor Bruno Paes Manso e da autora Camila Nunes Dias; e *Irmãos – Uma História do PCC* (2018), do autor Gabriel Feltran.

envolve pessoas em condições de cárcere. A partir do meu interlocutor que, em entrevista, afirmou haver uma autodeclaração de pessoas vinculadas às facções criminosas, busquei, por meio dos dados apresentados por ele, construir um argumento para essa reflexão. Apresento-o a partir do capítulo quinto do trabalho.

Por fim, os dados de ocorrências de crimes e violências que utilizo foram extraídos do SIESP – *Business Intelligence* - SSP/AL, software desenvolvido pelo Núcleo de Estatísticas e Análise Criminal da Secretaria de Segurança Pública do Estado de Alagoas, que reúne dados referentes às violências e criminalidades ocorridas no Estado. O uso dos dados em questão é citado em consonância com as questões reflexivas que apresentarei nos capítulos da tese. Acredito que os dados quantitativos foram úteis ao trabalho para dialogar, de certa maneira, com as narrativas que foram apresentadas. Esse se tornou mais um elemento de estímulo que me ajudou a construir uma visão do cenário em torno das dinâmicas dos crimes e das violências em Alagoas e na cidade de Maceió.

CAPÍTULO 2 - O INÍCIO DA PESQUISA DE CAMPO E ALGUNS ELEMENTOS SOBRE JUVENTUDES: UMA REFLEXÃO.

2.1 – JUVENTUDES: O LUGAR DESSES ATORES NAS PESQUISAS EM ALAGOAS.

Este capítulo apresenta uma reflexão sobre as questões teóricas que envolvem os estudos sobre juventudes na sociologia e o lugar desse objeto de estudo nas produções acadêmicas em Alagoas. Apresenta também dados sobre violência e algumas percepções sobre essa questão em Maceió. Em seguida apresento algumas representações captadas pela pesquisa de campo realizada com jovens estudantes em torno do seu cotidiano e suas percepções em torno das facções criminosas.

Numa pesquisa que realizei, no repositório de trabalhos acadêmicos, na área das ciências sociais da Universidade Federal de Alagoas, em que as palavras-chave foram *jovens, juventudes, menores e adolescentes*, encontrei as produções que vou apresentar nessa sessão. É importante apresentar e destacar em que momento esses trabalhos foram produzidos e se havia algum contexto específico em Alagoas, ou no país, que indicasse uma atenção em torno dos temas. São poucos os trabalhos que tratam sobre a questão das juventudes em Alagoas, no entanto, são trabalhos importantes e que impulsionaram os debates sobre a temática. Apresento cada produção a partir de uma cronologia, do mais antigo ao mais recente. Busco ainda identificar os elementos representacionais, bem como o objeto para cada reflexão produzida pelas autoras e pelos autores.

A autora Amanda Farias dos Santos produziu a dissertação de mestrado intitulada *Torcidas Organizadas e sociabilidade juvenil no Nordeste* (2009). A pesquisa trata dos aspectos organizacionais das Torcidas Organizadas “Comando Alvi Rubro” e “Mancha Azul”, ambas de Alagoas. A dissertação aponta para uma perspectiva em que o fenômeno esportivo produz espaços de sociabilidade e de disputa e de rivalidade, onde a violência pode ser de alguma maneira o resultado (SANTOS, A. 2009, p. 13). Uma reflexão importante que a autora apresenta é o fato de que, de acordo com o seu entendimento, não há

qualquer relação essencialista da prática de violência e das ações das Torcidas Organizadas. Os objetos da pesquisa são: a presença considerável de jovens do sexo masculino nessas Torcidas; a questão da identidade de grupo; os conflitos; e a virilidade como um elemento potencializador das dinâmicas conflituosas.

O que me chamou a atenção nas reflexões produzidas pela autora se refere a questão das representações produzidas e reproduzidas no cotidiano jornalístico. As relações entre dia de jogo, torcidas organizadas e práticas de violência, apontadas na pesquisa, indicam uma relação interessante em torno dos jovens e suas relações intrínsecas com a violência. É um imaginário social correspondente, não só para as mídias, mas também para os policiais militares. As torcidas aparecem na fala dos meus interlocutores policiais militares da seguinte maneira: quando lhes perguntei sobre a existência de gangues em Maceió, responderam que “em Alagoas as gangues são as torcidas organizadas, que fazem bagunça, ficam brigando entre elas e se envolvem com vários crimes”. Essa narrativa dos policiais militares é alimentada por alguns fatores que a autora aponta na sua dissertação. Em 2009, vários fatos narrados por jornalistas falavam sobre uma possível “guerra” entre as torcidas organizadas; o que influenciou na criação de regras para o uso de camisas de torcidas em jogos de futebol e na escolta policial mais rigorosa para os participantes das torcidas organizadas.

Amanda Farias dos Santos destaca que a questão da amizade, o incentivo ao clube do coração e a experiência de vivenciar o grupo são motivadores dos jovens na participação das Torcidas Organizadas. O trabalho da autora é importante para a compreensão em torno das práticas de sociabilidades juvenis, identidades e masculinidade. A questão da violência é o objeto definido pela autora para argumentar sobre as representações da masculinidade, das subjetividades em torno do “ser jovem” e dos conflitos do cotidiano. A autora aponta, a partir dos seus interlocutores, a importância dos elementos simbólicos no processo de socialização. Esse trabalho me ajudou a pensar sobre as dinâmicas dos grupamentos juvenis e sobre o fenômeno da violência. No entanto, deixou de trazer algumas questões importantes como,

por exemplo, as questões que envolvem os processos de identificação dos jovens com os territórios (bairros).

Por outro lado, a dissertação de mestrado *Dois infinitos se estreitando num braço insano: as drogas e a violência no cotidiano dos jovens de escolas públicas e particulares em Maceió (2009)*, de Solange Enoi Melo de Resende, apresenta elementos sociais e econômicos; apontamentos sobre questões urbanas; exclusão; violência; produção do medo; a busca por segurança; estigmatização; drogas e juventudes. A primeira constatação que a autora aponta é que a “população entrevistada para a produção do seu trabalho afirma que a circulação de drogas é um dos elementos de destaque na contribuição para expansão da violência local.” (RESENDE, 2009, p. 13). Faz ainda reflexões sobre as possibilidades que levam jovens ao consumo de drogas, indicando a juventude como uma fase da vida em que há buscas por novas experiências a partir da grande disponibilidade e variedade de drogas (RESENDE, 2009, p.28).

Resende aponta, em seu trabalho, as diferenças existentes entre os tratamentos concedidos aos jovens que são moradores das periferias e os que não são. Segundo ela, existe uma disparidade de abordagens de acordo com as condições financeiras dos jovens. A autora faz um recorte de classe em torno dos elementos que mobilizam as juventudes e traz em seu texto, como elemento transversal, as experiências dos jovens que moram nas periferias. Traz ainda a questão racial como um norteador no processo da estigmatização de jovens. Compartilha ainda a ideia de que a mídia é um instrumento de reprodução de representações negativas a jovens pobres e negros moradores das periferias. Esse trabalho me ajudou a pensar as dinâmicas das representações em torno dos espaços públicos, das drogas ilícitas e também das drogas lícitas. Demarcou ainda um debate público e sociológico importante sobre os elementos intersubjetivos da construção social de jovens moradores das periferias e suas experiências sociais com seus locais de morada.

A autora inicia um debate sobre mercado ilícito de drogas e crime organizado que, apesar de ser reduzido em duas páginas, avalio que tenha

sido lançado em um espaço temporal pertinente. Alguns dos meus interlocutores policiais militares, diante da narrativa do crime organizado, apontam os anos de 2005 e 2010 como aqueles em que houve o surgimento dos primeiros movimentos que culminaram no aparecimento de organizações criminosas (facção criminosa) em Maceió. Duas narrativas se encontram: a primeira que é voltada à transferência do Fernandinho Beira-mar¹⁸ para Maceió em 2005; e a segunda, à descoberta do Bonde do Charlão¹⁹, em 2010. Considero a dissertação de Resende (2009) a produção acadêmica que funda o debate sobre o aprofundamento das pesquisas relativas ao tema das facções criminosas em Alagoas.

Outro trabalho que marcou as minhas leituras foi a monografia intitulada *Juventude que Transgride a Lei: a violência como condição de aparecimento* (2009) de Fabiana Brito dos Santos. Essa pesquisa aponta para uma relação dialética entre juventude e violência, sendo a violência um instrumento de solução de conflitos e, por consequência, de aumento do número de homicídios. Apresentando os dados divulgados pelo Mapa da Violência (2011), a autora discute, tanto os elementos subjetivos que impulsionam as taxas de homicídios que envolvem jovens, quanto a crise da autoridade na sociedade contemporânea em que “a família, a escola e demais instituições religiosas, políticas e da justiça não conseguem se constituir enquanto referências estáveis para os jovens.” (SANTOS, F., 2009, p.42).

Um elemento que destaco nesse trabalho é a ideia de que há, na busca por reconhecimento por parte desses jovens, um apelo ao consumo. Assim, diante dessa questão, as classes populares não são excluídas dessa cultura. E mais, muitos jovens adentram no mundo do crime para serem percebidos socialmente (SANTO, F. 2009, p. 44). O título dado ao trabalho chama a minha

¹⁸ A passagem de Luiz Fernando da Costa – Fernandinho Beira-mar- apresenta uma narrativa do surgimento das facções criminosas em Alagoas. Sobre essa questão vamos tratar em um capítulo específico.

¹⁹ Charlão é um dos primeiros nomes que aparecem nas narrativas sobre grupos criminosos conhecidos atualmente como facção criminosa. O Bonde do Charlão faz parte das narrativas de policiais e de outros atores da pesquisa sobre o surgimento das Facções Criminosas em Maceió.

atenção justamente por apresentar uma representação social consolidada tanto do ponto de vista popular, quanto do acadêmico. Muitos trabalhos na área das ciências sociais foram produzidos utilizando os termos “transgressão da lei” e “menores infratores”. A pesquisa foi realizada entre os anos de 2008 e 2009 na Unidade de Internação Masculina, em Maceió, e apresenta discursos e narrativas de jovens que estavam naquele momento no Regime Socioeducativo.

Os elementos subjetivos e estruturais que possibilitam o envolvimento de jovens em grupos criminosos aparece no trabalho como uma “fuga” ou perda de referências na unidade familiar, a qual a autora julga fundamental para a formação identitária. São nos grupos criminosos (galeras), segundo Fabiana Brito dos Santos (2009), onde se dá o processo de reconhecimento desses jovens e onde haverá a contribuição para a iniciação deles no mundo das drogas lícitas e ilícitas. A autora afirma que a prática de ilicitude se torna um rito de passagem para o ingresso de um novo membro nos grupos em questão. Assim, é a partir das dinâmicas cotidianas que envolvem uma cultura de consumo e de práticas ilícitas que são constituídas e legitimadas suas identidades. (SANTOS, F. 2009, p. 49)

Os trabalhos até então citados realizam um diálogo próximo entre a condição de “ser jovem” e os elementos sociais, culturais, políticos e econômicos que configuram a questão da violência urbana em Alagoas. Acredito que essa aproximação se deu através das perspectivas teóricas que foram utilizadas por essas autoras: todas elas buscam na Escola de Chicago os elementos metodológicos e epistêmicos para compreender as dinâmicas urbanas e os elementos da violência. Outra questão que destaco nessas pesquisas é a perspectiva plural e heterogênea que estabelece os sentidos da noção de “ser jovem”, destacando não somente as experiências sociais dos atores que foram interlocutores das pesquisas, mas também, em alguma medida, os lugares de fala de cada um deles. São três trabalhos importantes que definem algumas maneiras de localizar a categoria “juventude” em torno do tema da violência em Alagoas.

Outros trabalhos me chamaram a atenção quando realizei as pesquisas e leituras sobre juventudes em Alagoas, a exemplo da dissertação de mestrado em Psicologia Social intitulada *As Políticas Públicas de Juventude e o Enfrentamento à Violência no Estado de Alagoas* (2014), de Graciele Oliveira Faustino. A primeira questão que julgo importante na pesquisa é que ela é a primeira e única produção que se propõe a estabelecer um diálogo entre juventude e políticas públicas. Não há qualquer registro na produção acadêmica antes desse, sobre juventudes em Alagoas, que tenha tratado, através de uma metodologia específica, do papel do Estado no que diz respeito aos problemas enfrentados pelas juventudes. A autora buscou também articular as representações sociais produzidas pelo Estado de Alagoas através das políticas públicas desenvolvidas pelas secretarias e seus gestores, com o intuito de compreender quais os elementos que orientavam seus entendimentos sobre juventude em Alagoas.

O trabalho de Faustino (2014) apresenta, assim como os citados anteriormente, uma preocupação em destacar: a violência como um problema social que atinge de forma mais agravada as camadas populares e o medo como um elemento importante no processo de socialização. A autora destaca ainda que os processos conflituos relacionados à vida cotidiana influenciam a forma como as políticas públicas são elaboradas e executadas; no caso das juventudes, a violência letal se tornou o elemento central nesse processo. Segundo Faustino (2014), o *Plano Juventude Viva (PJV)*, o *Plano Brasil Mais Seguro* e o *Plano: Crack, é Possível Vencer* nascem a partir dessas dinâmicas e questões. A autora elege o *Plano Juventude Viva* como um objeto de suas análises e aponta recortes sociais, territoriais e raciais como centrais para os debates contemporâneos em torno dos estudos sobre juventudes em Alagoas.

Destaco também o recorte historiográfico realizado pela autora como uma forma de resgatar os elementos intersubjetivos em torno das violências em Alagoas e como a questão do exercício do poder nesse estado se remete ao contrato social estabelecido entre as instituições e as famílias tradicionais alagoanas. O debate sobre juventude negra, violência e produção de políticas públicas, no caso, o *Plano Juventude Viva*, estabeleceu, segundo Faustino, um

debate efervescente em Alagoas, produzindo redes de ações e disputas que mobilizaram inúmeros atores. Julgo que essa pesquisa é pertinente para os estudos sobre juventudes: apresenta dados importantes para a compreensão dos debates e possibilidades de pesquisa sobre as temáticas.

Já a monografia de Artur Antônio dos Santos Araújo, *Juventude Viva: monitoramento e resultado dos índices de homicídios em Maceió/AL entre 2012 e 2013* (2014), é um trabalho produzido na Faculdade de Administração, economia e Contabilidade da Universidade de Brasília. Essa produção se apresenta em formato de relatório e oferece como marco do objeto investigar as ações do Estado para reduzir os índices de violência no Brasil. A pesquisa em questão resgata dados quantitativos sobre violências, faz recorte racial em torno da vitimização e tem como campo de análise o sistema de monitoramento do *Plano Juventude Viva*. O trabalho, na sua totalidade, apresenta duas perspectivas: a primeira voltada à apresentação dos dados da violência no Brasil e em Alagoas; e a segunda voltada à narrativa das etapas e objetivos que orientam a gestão do *Plano juventude Viva*.

Araújo (2014) dialoga, assim como o trabalho anterior, com a perspectiva da gestão do PJV, com as orientações metodológicas utilizadas pelos gestores para a admissão do plano e com as etapas de execução. É também central no trabalho a narrativa em torno do surgimento do PJV, as etapas institucionais e o papel do plano em torno da questão do aperfeiçoamento institucional para combater o racismo. O autor tenta responder sobre os impactos do PJV na realidade de Maceió no que se refere à questão da gestão e dos processos de diálogos entre o município e a união. Tenta ainda apresentar, através de dados, a realidade na qual o PJV está inserido. A importância de citar esse trabalho, ainda que ele tenha sido apresentado como um relatório, é estabelecer um marco temporal em torno da questão da violência em Alagoas e dos debates sobre resoluções de problemas nessa década, nesse estado.

O PJV mobilizou um debate importante com as instituições e movimentos sociais e culturais, apesar de não ter mobilizado grandes debates

do ponto de vista das produções acadêmicas. Os trabalhos que citei, mesmo apontando questões em torno da gestão e dos elementos institucionais, não avançaram sobre um debate sociológico ou antropológico quanto aos processos sociais construídos a partir dessa política pública. Ou seja, mesmo com um foco da política pública nas questões de prevenção à violência letal contra jovens negros, as produções acadêmicas não estiveram empenhadas em traduzir essas temáticas, e isso é uma constatação construída a partir do número pequeno de trabalhos que traçam reflexões sobre o tema.

. Acredito que seja de grande importância estabelecer um marco em torno dessa política e dos elementos do imaginário que foram construídos diante das mobilizações dos movimentos de juventudes que atuam em Alagoas e de alguns gestores e policiais militares que estiveram envolvidos com esses planos. Os apontamentos que irei fazer serão traduzidos a partir das entrevistas realizadas com os atores e relatórios produzidos por eles. Farei mais uma contribuição sobre a temática, apontando os elementos que estão sendo mobilizados por essa pesquisa, no sentido de responder às questões que envolvem os processos interacionais entre jovens e policiais militares. Antes, porém, continuarei a apresentar as contribuições produzidas sobre juventudes em Alagoas.

O autor da monografia *Marcas e Identidade Social: poder simbólico e sociabilidades juvenis na periferia de Maceió - AL* (2016), Lucas Almeida Saraiva, apresenta uma reflexão sobre os elementos simbólicos e representacionais quanto ao uso e consumo do estilo de roupa *Surfwear*²⁰ e também sobre os processos sociais de construção de identidades sociais e de condutas. Partindo da ideia de que o uso de determinado tipo de roupa se encontra de alguma maneira com aspectos subjetivos no processo de construção juvenil, o autor aponta que algumas marcas de roupas se sobrepõem a outras no cotidiano das periferias de Maceió e dos jovens que moram nessas periferias. Por meio de uma etnografia, Saraiva (2016) traçou como elementos para suas reflexões: as vestimentas; o olhar do outro e dos

²⁰ Reúne elementos estéticos e performáticos em torno da ideia de roupa para praia e para surfistas.

próprios jovens; o cotidiano e; a periferia. Fez ainda um recorte etário para identificar seus jovens interlocutores e captou suas narrativas.

Essa é uma pesquisa que aponta para uma questão que não tinha aparecido em trabalhos anteriores. F. SANTOS fez menção à questão do consumo como elemento característico de jovens envolvidos com mercado ilícito de drogas que cumpriam pena do sistema socioeducativo, mas não envolveu as questões simbólicas das marcas de roupas no processo de sociabilidade. Em contrapartida, Saraiva (2016) faz uma contribuição interessante ao debater sobre os elementos representacionais que constroem o “alma” ou “mala”²¹ (linguagem utilizadas em Alagoas) e o “peba” (linguagem utilizada no Distrito Federal). O trabalho gravitou em torno da identificação ou não com as representações de transgressores, trazendo, assim, abordagens relacionadas à estética, aos estigmas e à distinção. Essas questões são importantes, no entanto, o autor não aponta para a variável racismo como elemento constituidor das representações.

De forma semelhante, *A relação estigma e desvio como norteador no uso da violência ou da força na atividade policial* (2014) que tem como autor Carlos Henrique Martins, aprofunda os elementos simbólicos que são constituídos a partir da estética e dos processos de significação dos espaços públicos e territórios da cidade de Maceió. A pesquisa de Saraiva (2016) toca em um ponto importante e nos fornece a questão dos sentidos que envolvem as negociações e distinções em que os jovens que foram pesquisados estabelecem rotineiramente. A etnografia no contexto de pesquisa sobre grupos juvenis é uma possibilidade real e não descartada para a construção de reflexões sobre o cotidiano. É, talvez, a forma mais esclarecedora para traduzir como são estabelecidos os sentidos das sociabilidades de jovens moradores das periferias.

A dissertação de mestrado em sociologia de Leila Samira Portela de Moraes, intitulada *Periferia e Arte: trajetórias de jovens artistas moradores do*

²¹ Alma ou mala é um termo utilizado para descrever pessoas suspeitas. É um instrumento utilizado para estigmatizar que reúne elementos raciais, sociais, culturais, estéticos e performáticos.

bairro do Jacintinho em Maceió-AL (2017), traz duas perspectivas representacionais importantes. A primeira delas é a narrativa da mídia de que o bairro do Jacintinho, periferia de Maceió, é violento. A segunda é a narrativa dos moradores de que o bairro é um local de cultura e arte. Essa pesquisa é importante para a compreensão dos sentidos em que os jovens moradores do Jacintinho se constroem como jovens e como produtores de sentidos aos seus cotidianos artísticos e comunitários. Quanto à categoria “juventudes”, o trabalho se propõe a olhar para os jovens artistas a partir da pluralidade, analisando as trajetórias a partir de uma heterogeneidade e compreendendo as dimensões que orientam as dinâmicas de sociabilidades artísticas traduzidas pelas experiências sociais dos interlocutores.

Moraes (2017) apresenta uma contribuição de extrema importância para os estudos sobre juventudes em Alagoas. Seu trabalho é inovador e oferece uma forma não antes apresentada. As trajetórias artísticas como um elemento constituidor dos significados em torno do “ser jovem” fornece um campo vasto de experiências metodológicas, como também, estabelece um marco referencial sobre o tema. As palavras que se acostuma ouvir nos espaços de militância, de performances artísticas e em alguns eventos acadêmicos são “juventudes”, “periferias”, “negros” e “violência”. Os trabalhos que citados anteriormente tem dialogado com alguns desses termos, que têm seus significados constantemente disputados. Moraes (2017) apontou para essas categorias apostando nas narrativas dos jovens, estabelecendo os elos entre as representações dos espaços públicos, formas de viver o cotidiano, medo da violência e outras construções subjetivas de representatividade e de ação política.

Considero que minha pesquisa dialoga com todas as referências elencadas nessa seção. Mesmo considerando que há em Alagoas poucas produções sobre a temática, acredito que cada trabalho cumpre um marco nos debates sobre juventudes e sobre as questões que envolvem a violência urbana e o cotidiano da cidade de Maceió. Certamente os trabalhos que apresentei são fundamentais para a compreensão de onde se localizam os estudos sobre juventudes, mas também são fundamentais para a percepção de que a

realidade social de Maceió tem se tornado problemática para as juventudes, principalmente a juventude negra, que residem nas periferias.

2.2 – ALGUMAS CONTRIBUIÇÕES DA SOCIOLOGIA NOS DEBATES SOBRE JUVENTUDES.

Pierre Bourdieu (1983), em uma entrevista intitulada *A “Juventude” é apenas uma palavra*, apresenta uma versão de como se pode pensar sobre a questão das juventudes. Mesmo que Bourdieu estivesse falando naquele momento sobre as suas percepções em torno de jovens, gerações, adultos e velhice, dentro de uma perspectiva que estava vinculada às suas pesquisas, principalmente à questão educacional, ele concedeu pistas para a compreensão dos elementos sociológicos que lhe impulsionaram. O sociólogo francês aponta para uma questão importante sobre os debates que envolvem os elementos intersubjetivos que constituem o “ser jovem”; aponta também para o olhar em torno da idade como um elemento objetivo. É importante destacar que Bourdieu se preocupou com os elementos representacionais que envolvem o enunciado de ser jovem e também o de não ser jovem. Nesse sentido, indica que há elementos representacionais em torno da idade biológica os quais são socialmente manipuláveis e que de alguma maneira devem ser desconsiderados no processo de distinção.

Apontar para uma perspectiva de diferenciação em torno da ideia de “ser jovem” é estabelecer recortes, esclarece Bourdieu. Não há como “falar dos jovens como uma unidade social, um grupo constituído, dotado de interesses comuns, e relacionar estes interesses a uma idade definida biologicamente” (BOURDIEU, 1983, p. 153). Para esse sociólogo, a idade constitui um mecanismo de manipulação. Quando eu estabeleci a ideia de utilizar um instrumento que pudesse indicar uma representação em torno dos jovens a partir dos policiais militares de Alagoas, eu tentei estimular o que apresentou Bourdieu sobre o que seria um comportamento comum aos jovens. Pedi aos policiais que indicassem pelo menos três palavras que pudesse dar sentido ao “ser jovem”. Mesmo sabendo do risco que corria, estabeleci esse instrumento

como um pré-campo, que me ajudaria a obter um dado inicial sobre a constituição da representação dos policiais militares em torno das juventudes.

Ao aplicar esse instrumento, obtive uma resposta quase unânime de que jovens são “irresponsáveis”. Para os policiais, a ideia de responsabilidade e irresponsabilidade está vinculada, no caso, à experiência de vida e ao cometimento de atos infracionais. É interessante inferir que a idade é de fato uma representação presente para esses policiais, justamente pela ideia comum de que “menores” são de alguma maneira estimulados a cometer infrações por conta da legislação. Curioso como essas representações parecem próximas às críticas e observações realizadas por Bourdieu. O exercício que o francês apresenta é a observação em torno do cuidado sociológico de diferenciar as juventudes, recortadas através da ideia de classe social. Quando estimei os policiais militares, quis obter essa diferenciação, para que eu pudesse constatar os processos que orientam os sentidos construídos pelo cotidiano deles.

Bourdieu aponta para questões emblemáticas e que julgo importantes para minhas reflexões, mas não concordo que devo me manter absolutamente junto às suas perspectivas. Mesmo que haja uma questão de diferenciação estabelecida através de um recorte de classe, julgo que minhas questões estão para além desse processo de diferenciação. Pierre Bourdieu apresenta exemplos importantes para a reflexão e o estabelecimento de elos para inúmeras problemáticas, como o exemplo do filho do mineiro²². Mas um exemplo em particular me parece familiar, mesmo julgando que posso adicionar outros elementos para utilizar o que Bourdieu destacou:

²² Conhecemos o caso do filho do mineiro que quer começar a trabalhar na mina o mais rápido possível, porque isto significa entrar no mundo dos adultos. (Ainda hoje uma das razões pelas quais os adolescentes das classes populares querem abandonar a escola e começar a trabalhar muito cedo, é o desejo de ascender (sic) o mais rapidamente possível ao estatuto de adulto e às capacidades econômicas que lhes são associadas: ter dinheiro é muito importante para se afirmar em relação aos colegas, em relação às meninas, para poder sair com os colegas e com as meninas, portanto para ser reconhecido e se reconhecer como um "homem". Este é um dos fatores do mal-estar que a escolaridade prolongada suscita nos filhos das classes populares). BOURDIEU, Pierre. 1983. Questões de sociologia. Rio de Janeiro: Marco Zero. P. 112-121.

(...) Por exemplo, podemos comparar sistematicamente as condições de vida, o mercado de trabalho, o orçamento do tempo, etc., dos "jovens" que já trabalham e dos adolescentes da mesma idade (biológica) que são estudantes: de um lado, as coerções do universo econômico real, apenas atenuadas pela solidariedade familiar; do outro, as facilidades de uma economia de assistidos quase-lúdica, fundada na subvenção, com alimentação e moradia e preços baixos, entradas para teatro e cinema a preço reduzido, etc. Encontraríamos diferenças análogas em todos os domínios da existência: por exemplo, os garotos mal vestidos, de cabelos longos demais, que nos sábados à noite passeiam com a namorada numa motocicleta em mau estado são os que a polícia para. (1983, p. 153)

Do ponto de vista das suas pesquisas é importante destacar os elementos sociais, econômicos e políticos que estão em jogo na realidade francesa que de alguma forma parece semelhante ao que se pode observar em trabalhos sobre juventudes e educação no Brasil²³. Os elementos objetivos de diferenciação passam pela questão etária, como uma representação de responsabilidades e de irresponsabilidades, tendo como elemento central a perspectiva cultural. Quando elaborei minha dissertação sobre juventudes e *Hip Hop*, muitos dos meus interlocutores apontavam para uma "retirada da cena"²⁴ pelo fato de se sentirem adultos, com responsabilidades, como ter filhos, ter que sustentar sua família, mesmo tendo entre 25 anos e 27 anos (SANTOS, 2014). É importante destacar esse sentimento porque é justamente ele que norteará as possíveis experiências sociais desses sujeitos em torno das buscas pelo tempo disponível para o mundo do trabalho.

Outro ponto que destaco da citação de Bourdieu é sua preocupação com a estética como um elemento cultural e distintivo que potencializa a demarcação nos processos de controle social das instituições de segurança. Para além da questão estética, o autor pontua a questão de classe, apresentando as dificuldades de acesso ao consumo de bens por jovens oriundos das camadas populares. Há questões simbólicas fortemente engajadas quando penso sobre jovens que são potencialmente alvos de

²³ Uma das principais referências no Brasil quanto aos estudos sobre juventudes e educação é Juarez Dayrell, um dos coordenadores do Observatório da Juventude da Universidade Federal de Minas Gerais, a que faço referência nesse trabalho.

²⁴ Termo usado por meus interlocutores durante a pesquisa de mestrado para dizer que estavam deixando a cena *hip hop* para cuidar da família. Alguns apontavam para a idade avançada como um dos elementos que denotavam responsabilidades.

abordagens policiais. A questão que Bourdieu coloca se soma agora, trazendo para uma realidade brasileira, aos aspectos relacionados à constituição social e cultural do racismo, que aponto no capítulo primeiro e busco evidenciar nos demais capítulos. Faz-se necessário destacar o recorte em que estou me posicionando para conduzir esse trabalho. Faço coro ao que o autor evidencia, mas também proponho contribuições para a compreensão da realidade local.

Ser um jovem negro no Brasil é ser potencialmente criminoso. Essa é uma representação social “consagrada”. Ela se tornou parte dos elementos estruturantes de uma linguagem jurídica, por exemplo. É uma consonante nos processos interativos entre inúmeras agências e os códigos estabelecidos por instituições de segurança pública. Ser parado pela polícia não se torna apenas uma questão de classe, nem apenas uma questão estética ou performática, mas também uma questão intensamente racial. Os elementos que orientam ser jovem, nesse sentido, é a possibilidade real de viver. A idade se torna um marcador social importante no caso dos jovens negros, principalmente por serem vítimas de homicídios com maior intensidade numa faixa etária de 15 a 29 anos²⁵. Ou seja, ultrapassar essa faixa etária é sem dúvida algo significativo na construção social da experiência de ser jovem.

A idade, defendo, é compreendida também como uma representação social da vida da mesma forma que Bourdieu apresenta. No entanto, existem questões importantes que não posso descartar em torno dela. A pesquisa de campo me mostrou a importância desse elemento como demarcador do ser jovem, mas também o quanto a idade, do ponto de vista biológico, não significa muito para os processos de agregação nos grupos conhecidos como Facções Criminosas.²⁶ Não há como pensar diferente numa realidade em que os aspectos econômicos, culturais, políticos e raciais são centrais na constituição de um sentimento em torno de ser jovem. De um lado a família, do outro os

²⁵ Faixa etária que define as juventudes segundo o Estatuto da Juventude. (Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013)

²⁶ Durante entrevistas com Policiais Militares e da Inteligência da Secretária de Segurança Pública obtive um cenário em torno das representações sobre facções criminosas que me fizeram pensar sobre as orientações dessas facções em torno da irrelevância da idade para cumprir determinada função na organização.

agentes de segurança pública e do outro as instituições de ensino configuram agências em torno desse elemento subjetivo que envolve ser jovem.

José Machado Pais (2009) apresenta um debate importante e muito interessante quando se trata das questões que envolvem estudos sobre juventudes. Pais atenta para o debate apresentado por Pierre Bourdieu em torno da manipulação da idade e incorpora os investimentos corporais como instrumentos importantes para a compreensão deste processo. Para o autor, dispositivos como cirurgia estética, vestuário e estratégias de consumo possibilitam manipular as representações em torno de ser jovem: são elementos dessa natureza que possibilitam pensar sobre a ideia do jovem adulto, por exemplo (PAIS, 2009, p. 372). O diálogo entre os autores é orientado a partir dos elementos estruturais relacionados às dinâmicas sociais e econômicas que definem o processo de identificação das classes sociais, mas também, através de elementos subjetivos que acionam as construções representacionais e imaginativas em torno do ser jovem.

José Machado Pais, quando se refere a ideia de “Fases de Vida”, dialoga com o posicionamento de Bourdieu e atravessa a perspectiva desse último, buscando traçar, a partir de seu objeto de análise, os possíveis elementos relacionados à singularidade das trajetórias, mas também através do diálogo em torno de uma possível regularidade a partir das marcas culturais (PAIS, 2009, p.372). Esse é um posicionamento que dialoga com a perspectiva teórica de François Dubet (1994) em torno da experiência social que aponta para uma perspectiva heterogênea dos princípios culturais e sociais que organizam as condutas. Trata-se de um debate importante para a compreensão da ideia de ser jovem, justamente porque se navega numa pluralidade de experiências e culturas. Mesmo buscando responder a uma realidade específica, esses autores apontam para uma perspectiva em que não se pode perder de vista os elementos relacionados ao consumo, à globalização e à relação dos sujeitos em torno do trabalho, do lazer, da família e do cotidiano das cidades.

O acionamento da categoria “fase de vida” é uma estratégia metodológica importante incorporada por Pais. A ideia da existência de uma regularidade não desautoriza o pensamento sobre uma perspectiva singular dos jovens de viver a vida (PAIS, 2009), mas aponta para um recorte em torno de uma análise das gerações. A ideia de tradição e repetição é acionada quando se trata de um debate sobre gerações, dado importante para que se pense de forma comparada. O autor cita o fato de o conceito de “ciclo de vida” ter perdido terreno justamente por compreender que há elementos mais ativos que constroem as trajetórias dos jovens. Ou seja, há um recrudescimento em torno dos elementos subjetivos que definem a ideia de “ser jovem”. Os elementos que compreendem a ideia de “comum” passam pelas veias abertas da individualização de práticas sociais, culturais e políticas diante do cotidiano. Não é possível pensar em “ser jovem” sem perder de vista os elementos debatidos por esses autores.

A contribuição de Dubet também é importante para que eu possa mobilizar outras categorias que estão orientando os elementos intersubjetivos do “ser jovem”. Para ele,

os papéis, as posições sociais e a cultura não bastam para definir os elementos estáveis da ação, porque os indivíduos não cumprem um programa, mas têm em vista construir uma unidade a partir dos elementos vários na sua vida social e da multiplicidade das orientações que consigo trazem. Assim, a identidade social não é um ‘ser’, mas um ‘trabalho’. (1994, p. 16)

De acordo com o que aponta o autor, os elementos sociais que produzem significados em torno de uma possível identidade jovem não percorrem de forma unidimensional; projetam uma multiplicidade de experiências sociais que poderão de alguma maneira orientar as inúmeras possibilidades de “ser jovem”.

Pais (1990) chama a atenção para a recorrência de uma unidimensionalidade em torno das representações que busquem identificar uma cultura juvenil e aponta para uma saída que estenda o olhar para as diferenças sociais no processo de construção de entendimentos sobre as várias possibilidades de culturas juvenis. Essa reflexão de José Machado Pais desperta meu olhar justamente ao me fazer recordar de minha pesquisa

anterior sobre o cotidiano de jovens que se envolvem na cultura *hip hop* em Maceió, pelo fato de que há uma perspectiva de agenciamento de cada jovem em torno do *hip hop* que não permite afirmar que exista, por exemplo, um “*hip hop alagoano*”. Como também é possível, através dos dados que apresento nos próximos capítulos, afirmar que, para além da questão do olhar sobre a diversidade da cultura juvenil, existe uma entrada fundamental para que se possa pensar sobre a centralidade da questão racial no contexto de definição sobre juventudes:

Desafio que se coloca à sociologia é, então, o da desconstrução (desmistificação) sociológica de alguns aspectos da construção social (ideológica) da juventude, que, em forma de mito, nos é dada como uma entidade homogênea. Essa desconstrução da juventude como representação social (do senso comum) acabará por se revelar como uma construção sociológica — isto é, científica e necessariamente paradoxo— da juventude. A representação social da juventude dará lugar à realidade sociologicamente construída. (PAIS, 1990, p. 146)

A citação acima foi rica para eu pudesse construir uma pequena reflexão. Considerei comum que os policiais militares que participaram da pesquisa indicassem palavras que representassem o que seria “jovem” tendo como ideia central a noção de “irresponsável”, justamente por entender que há uma representação hegemônica em torno desse sentido. Se eu fizesse esse mesmo exercício com outros atores, como por exemplo, professores de escolas públicas, talvez tivesse uma referência aproximada ou algo similar à ideia de “irresponsabilidade”. O fato é que existe no imaginário social uma estrutura de representação que não foi construída agora. Essa construção está ligada à demanda familiar e adulta de que “devemos crescer” seguindo determinadas regras, as quais orientam o significado de obediência e desobediência que posteriormente se torna a referência em torno da ideia de “responsabilidade”.

Durante a pesquisa de campo realizei algumas reflexões com professores e alunos sobre a questão racial no espaço escolar. Foi um experimento baseado na minha militância no movimento negro que me fez estabelecer vínculos com a escola e propiciar debates concernentes a essa pesquisa. A ideia que mobilizei tinha como objetivo inserir dentro do currículo escolar e no PPP (Plano Político Pedagógico) da escola as questões que

envolvem a lei 10.639 que torna obrigatório o ensino sobre a história e a cultura afro-brasileira nas escolas públicas e privadas²⁷. Pensei nessa estratégia justamente por compreender que estaria num plano favorável para que eu pudesse analisar o *flash*²⁸ que cada professor e aluno poderiam me apresentar. Com o auxílio de um oficinairo de música rap e de letramento²⁹, ofertei aos alunos uma roda de conversa sobre cultura negra e racismo; e aos professores apresentei uma mesa sobre a questão racial na perspectiva da lei 10.639.

Quando apresentei a mesa para as professoras e professores da Escola Estadual Rubens Canuto³⁰ e dei início ao diálogo, foi possível constatar duas representações que avalio serem muito interessantes. A primeira voltada ao mundo do trabalho; a segunda, para a questão da violência. Apesar de não ter tocado no assunto “trabalho” ou “violência”, tomando o cuidado para tratar apenas sobre a obrigatoriedade do ensino da história da África e da Cultura Afro-Brasileira, as duas questões apareceram com muita força. Ao abrir a fala para a participação dos professores e das professoras, esses dois temas centralizaram as interlocuções. Aponto para duas assertivas: a primeira que vê o “trabalho como responsabilidade e futuro melhor”; e a segunda, que vê que a “violência faz parte da vida dos jovens que frequentam aquela escola”. Não é incomum o surgimento de narrativas que estejam nesses dois campos, “o trabalho e a violência”, quando se trata de escolas localizadas em bairros socialmente periféricos.

O ideário do trabalho que alimenta o discurso dos professores e professoras passa pela valorização do curso profissionalizante e do curso superior. Os professores falaram sobre os projetos que realizavam na escola

²⁷ Estratégia de inserção no campo. Os debates sobre a questão racial com os professores possibilitaram entrar noutras questões importantes para a pesquisa.

²⁸ Flash é a memória dos alunos e professores sobre questões que incidem nas suas experiências sociais no cotidiano.

²⁹ Estratégia de pesquisa para me colocar a partir de outro no campo de pesquisa. Me julguei não jovem e não tendo como exercer de forma dinâmica a pesquisa. Então fiz a opção de utilizar um interlocutor com um oficinairo de rap e de letramento.

³⁰ A Escola Estadual Rubens Canuto fica localizada no Complexo Benedito Bentes e atende jovens adultos dos conjuntos habitacionais que forma o complexo.

junto a faculdades privadas e sobre o Sistema “S”, com o objetivo de estimular os alunos a ingressar no mercado de trabalho. A compreensão deles é de que os alunos da escola vivem em “condições de vulnerabilidade” e estão “diariamente expostos a violência”. A ideia de impulsionar o curso profissionalizante e a faculdade é uma “forma de tirar esse jovem das coisas erradas”. Outro professor reconhecia que haveria um problema quanto ao entendimento de cada aluno sobre a realidade em que eles vivem. Disse o professor: “alguns alunos chegam aqui cansados, alguns trabalham à noite. Outros saem da escola e vão ajudar os pais e vão trabalhar. Aqui perto da escola tem uma feira, vejo meus alunos lá” ³¹.

A realidade dos jovens que frequentam a Escola Rubens Canuto é compreendida pelos professores a partir da vivência cotidiana no bairro. A preocupação com a violência e com o futuro estrutura o olhar da escola em relação aos jovens. No entanto, quando se trata da violência, esses mesmos jovens são vistos como “presa fácil”. O trabalho autônomo, a ausência na escola e os percalços familiares orientam o olhar dos professores quanto ao futuro deles. Trata-se de um olhar homogêneo em torno do “ser jovem”. A representação, “como vão concorrer com os alunos de escolas privadas?”, aparece como uma forma de manejo, de exemplificar a localização de cada jovem estudante no contexto das oportunidades e do processo de distinção.

Outro fator que me chamou a atenção foi a narrativa dos professores em torno do tráfico de drogas e das práticas de violência. Os professores dizem saber quais são os alunos que estão envolvidos com o mercado de bens ilícitos, como as drogas, e apontam para a existência de um comportamento comum entre os jovens que realizam esse tipo de atividade. As representações são as seguintes: “não se envolvem com brigas na escola”, “são na deles”, “respeitam os professores”, “lá fora fazem as coisas deles que ninguém quer saber”. Mas como se constrói esse tipo de distinção e separação imaginárias de comportamento? A narrativa dos professores quanto ao uso de drogas na

³¹ Durante a atividade de pesquisa com professores, o docente Carlos falou que encontra seus alunos trabalhando com os pais. Dado importante para eu possa compreender os processos que também orientam o olhar dos professores em relação aos seus alunos.

escola responde a essa questão, mas também, e principalmente, a existência do imaginário que constatei ser comum em torno do bairro em que está localizada a escola: o “Benedito Bentes é um bairro violento”. A constatação não me pareceu estranha, mas quando perguntado sobre incidentes de violência, os professores citaram as matérias de jornais e uma briga que envolveu alunos da Escola Rubens Canuto com alunos da escola Dom Otávio localizada no mesmo bairro.

Essa percepção obtida durante essa parte da pesquisa de campo aponta para um entendimento sociológico de que as relações construídas a partir do cotidiano; dos elementos significados pela territorialidade, pelo trabalho e pela violência, orientam as construções subjetivas em torno do ser jovem. Os professores da escola buscam estabelecer possibilidades distintivas a partir da vivência com os estudantes e suas próprias percepções sobre o mundo para estabelecer suas noções de ser jovem. O envolvimento com o trabalho, seja no mercado informal ou ilícito; a sua perspectiva no mercado de trabalho; suas relações com a família, com o lugar de morada e; suas teias de relações aparecem de forma clara nesse processo. A questão etária não apareceu durante o diálogo. Acredito que o não aparecimento dessa questão se confundiu com a ideia de estudante e, portanto, não se tornou algo destacável durante as interações.

Entendo que algumas questões que foram colocadas acima dialogam com a maneira de pensar de Juarez Dayrell (2003). A construção em torno do jovem como sujeito social aponta para elementos que envolvem as dinâmicas de reconhecimento e dos processos sociais que são construídos a partir das experiências no cotidiano. Dayrell (2003) atenta às imagens que foram e ainda são construídas a respeito dos jovens que interferem na maneira de compreendê-los. O autor aponta para a juventude como um elemento de transitoriedade que tem a perspectiva de futuro como um norteador dos sentidos. Os professores da Escola Estadual Rubens Canuto constituem sua forma de pensar sobre os jovens a partir do monumento chamado “futuro”, sendo esse um ponto de intersecção entre a escola, trabalho, violência e família. É importante destacar o que diz Marcos Rodrigues de Lara sobre o

conceito de juventudes, que dialoga bastante com as perspectivas que trabalho:

O conceito de juventude não pode ser encerrado em esquemas modulares tendentes à homogeneização. A pluralidade e circunstâncias que caracterizam a vida juvenil exigem que os estudos incorporem o sentido da diversidade e das múltiplas possibilidades do sentido de ser jovem. Essa diversidade presente no cotidiano nem sempre encontra correspondência nas representações existentes na sociedade sobre a juventude; é comum que essas sejam ancoradas em mobilizações sobre o que seria o jovem típico e ideal. Quase sempre os modelos se espelham em jovens de classe média e alta reforçando estereótipos nas relações entre as classes sociais (2008, p. 223)

Dayrell (2003) realizou pesquisas com jovens das camadas populares que estavam ligados a grupos musicais e, a partir das reflexões em torno dessas pesquisas, evidenciou como são construídos o “ser jovem” a partir do cotidiano deles. O autor me ajudou bastante a pensar sobre o protagonismo juvenil a partir das suas experiências sociais no cotidiano e contribuiu também para que eu pudesse expor os elementos plurais que estão em jogo para os jovens que vivem seus cotidianos em bairros socialmente periféricos. A preocupação dos professores com seus alunos da Escola Rubens Canuto envolve a representação do protagonismo dentro de uma lógica de emprego baseada na formalidade da carteira de trabalho, ou seja, do não envolvimento com drogas ou crimes. Interessante destacar essa representação porque ela será ponto de reflexões nas falas dos jovens interlocutores.

A compreensão em torno do “ser jovem” a partir das perspectivas de Dayrell é motivadora para que eu possa pensar sobre as questões que busco tratar. Os elementos subjetivos relacionados aos estilos de vida, ao racismo, às dinâmicas da violência e dos territórios, são centrais para que eu possa compreender os olhares que orientam os policiais militares em torno dos jovens. Para Dayrell,

Construir uma noção de juventude na perspectiva da diversidade implica, em primeiro lugar, considerá-la não mais presa a critérios rígidos, mas sim como parte de um processo de crescimento mais totalizante, que ganha contornos específicos no conjunto das experiências vivenciadas pelos indivíduos no seu contexto social. Significa não entender a juventude como uma etapa com um fim predeterminado, muito menos como um momento de preparação que será superado com o chegar da vida adulta (2003, p. 42).

Os elementos intersubjetivos que orientam as práticas sociais em torno do cotidiano são objetos definidores para compreender o “ser jovem”. Particularmente, ao pesquisar sobre *hip hop* ainda na dissertação de mestrado, pude compreender como essa cultura em Maceió exercia uma representação do “ser jovem” para as secretarias de cultura. Ou seja, quando se tratava de eventos que eles julgavam ser para um público jovem, tendo como critério as faixas etárias, eram acionados os grupos de *hip hop* da cidade. A representação de que *hip hop* “é coisa de jovem” mobilizava os processos que definiam as políticas públicas voltadas à cultura e ao lazer do município e também estabelecia, entre os grupos de *hip hop*, uma identificação, de fato, com o ser jovem. Ou seja, essa representação existe tanto dentro dos grupos de praticantes dos elementos do *hip hop*, quanto dos de gestores públicos.

Os jovens estudantes da Escola Rubens Canuto contribuíram bastante para que eu pudesse compreender sobre seus cotidianos e suas perspectivas em torno do que é “ser jovem”. A minha vivência como morador do Benedito Bentes, construída a partir do cotidiano do bairro, enquanto estudante de escola pública e privada locais, estabelecendo amizades e conflitos, experimentando e construindo dinâmicas a partir de uma identidade social com o lugar, me ajudaram bastante no diálogo com esses atores. A compreensão em torno da realidade dos conjuntos habitacionais³² onde meus interlocutores moram, das suas linguagens e de seus símbolos me colocou numa situação favorável para essa etapa da pesquisa. Os olhares que estabeleço com esses sujeitos sociais são de identidade e envolvimento, algo que julgo importante no processo de desenvolvimento de uma pesquisa sobre o tema em questão.

É necessária a compreensão do pesquisador com relação ao lugar e ao contexto em que se localizam seus interlocutores diante a pesquisa. Os jovens enquanto sujeitos sociais apontam para a criticidade em relação ao cotidiano, às suas experiências sociais e aos seus dilemas. O relato de Dayrell se torna importante para que eu possa identificar o lugar do pesquisador diante das questões de pesquisa:

³² Apresento com mais detalhes no capítulo 4 algumas características dos bairros e conjuntos habitacionais.

Tomar os jovens como sujeitos não se reduz a uma opção teórica. Diz respeito a uma postura metodológica e ética, não apenas durante o processo de pesquisa mas também em meu cotidiano como educador. A experiência da pesquisa mostrou-me que ver e lidar com o jovem como sujeito, capaz de refletir, de ter suas próprias posições e ações, é uma aprendizagem que exige um esforço de auto-reflexão, distanciamento e autocrítica. A dificuldade ainda é maior quando o *outro* é “jovem, preto e pobre”, essa tríade que acompanha muitos dos jovens como uma maldição. (2003, p. 44)

A partir da roda de conversa³³, através das oficinas de rap e de letramento, foi possível construir os espaços de interlocução com os alunos da Escola Rubens Canuto. Usei essa estratégia justamente por identificar, na conversa realizada anteriormente com os professores, que existiam entre os alunos um gosto comum em torno desse estilo musical; alguns alunos inclusive participavam de grupos de rap. O papel doicineiro foi essencial no processo da captação das narrativas, da construção da interação com o tema e o objeto da pesquisa. A seguir apresento dados coletados na primeira etapa da pesquisa. Das atividades, participaram 60 estudantes, sendo 30 do gênero masculino e 30 de gênero feminino.

Os colaboradores são alunos e alunas do ensino médio e estão com idades entre 16 a 19 anos. Todos são moradores do Complexo Benedito Bentes e residem em conjuntos habitacionais recém-construídos³⁴. A oficina foi realizada em uma tarde dividida em dois momentos. A primeira questão curiosa foi a receptividade dos alunos e das alunas com relação às atividades. O diretor da escola, que é militante do movimento de capoeira de Alagoas, teve um papel importante como mediador do processo e se comportou como interessado na realização da atividade e da pesquisa, fato que contribuiu bastante para essa fase de coleta de dados. A receptividade das alunas e dos alunos também foi positiva e desencadeou uma série de perguntas e curiosidades sobre “qual seria o objetivo da atividade”. Apresentei o tema da atividade com a seguinte pergunta: “Tá indo pra Onde?”

³³ Atividade de pesquisa importante para a captação das narrativas dos jovens.

³⁴ Conjuntos habitacionais do Programa Minha Casa Minha Vida e habitações construídas a partir do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social.

Ao apresentar no Datashow o tema da atividade que seria desenvolvida, ocorreu um silêncio. A impressão que tive é de que estavam concentrados no início da atividade, ou de que estariam com sentimento de confusão, lembrança ou curiosidade. Deixei a projeção na tela, enquanto aplicava de forma simples um formulário onde deveriam se identificar com o nome (apenas o primeiro), cor, gênero, local de residência, série e idade. Por fim, a seguinte pergunta: Você já foi abordado pela polícia? Sim ou não? Ouvi os comentários com tom baixo e com risadas de alguns alunos dizendo: “acho que esse negócio é pra saber sobre os heróis”³⁵. Pensei em um tema que pudesse vislumbrar duas questões: a primeira, que acionasse os elementos objetivos e subjetivos das suas experiências sociais; a segunda, que funcionasse como identificador sobre a relação com a Polícia Militar. Minha avaliação é a de que nem todos conseguiram se identificar com a segunda intenção, no entanto, foi possível no primeiro instante identificar alguns interlocutores que acionaram de imediato a relação.

Tomei a pergunta “Tá indo pra onde?” como um identificador. Durante a pesquisa com policiais militares, que apresento nos próximos capítulos, observei a presença marcante desse elemento “localizador-destino”, no que se refere às situações em que as pessoas são entrevistadas por policiais militares nos momentos de abordagem. Nesse sentido, fiz a opção de utilizar esse tema como proposição da atividade-pesquisa com estudantes da escola Rubens Canuto. Após o preenchimento do formulário, o oficinairo entrou em cena e dividiu sua participação em três etapas. A presença do oficinairo me possibilitou algumas soluções para a pesquisa de campo nesse caso específico. Utilizarei as próximas linhas para explicar o porquê dessa opção, antes de apresentar o cenário das narrativas dos meus interlocutores. Empreguei esse artifício em duas oportunidades, no momento em questão, e em outra atividade de pesquisa com rappers de Maceió.

³⁵ É um termo utilizado pelos jovens moradores das periferias de Maceió quando vão se referir aos Policiais Militares de forma sarcástica. É um termo que possui um sentido pejorativo; uma forma de criticar os policiais.

É comum, nas atividades que desenvolvo em escolas e comunidades, exercendo meu papel de militante do movimento negro, o convite para que oficinairos participem do processo de produção de conhecimento e captação de informações dos interlocutores. Geysson Santos³⁶ é um dos rappers que compõe o coletivo “CIA Hip Hop de Alagoas” e tem exercido a atividade de oficinairo de *rap* e de letramento em algumas escolas públicas de Maceió e em algumas comunidades. Quando lhe fiz o convite, eu não sabia exatamente o que eu estava querendo, mas a partir das conversas que tivemos, conseguimos elaborar uma estratégia para que o uso da oficina de *rap* pudesse me fornecer narrativas importantes para essa pesquisa. A experiência do Geysson com oficinas, o seu olhar como rapper e como estudante de Ciências Sociais me ajudou bastante no processo de construção dessa simples maneira de captar informações.

Dividimos essa experiência de pesquisa da seguinte forma: apresentação e cognição; música e representação social; rima e cotidiano; e por fim, o uso da imagem. A primeira forma aponta para a identificação da pergunta “Tá indo pra Onde?”; a segunda, para identificação de músicas que orientam as representações em torno de ser jovem; a terceira, para forma dos interlocutores falarem sobre seus cotidianos; e a quarta, para a identificação em torno das representações. Acredito que foi uma escolha acertada pelo simples fato de ser um momento divertido, com risadas e vários períodos de falas, mas também de narrativas intensas repletas de emoções, revoltas e desabafos.

Os produtos das oficinas foram gravados de forma escrita, no papel, em formato de frases e rimas. Outro produto advindo dessas atividades foram as captações dos “burburinhos”, das “conversas paralelas” e do “barulho”. Esses estímulos foram coletados por mim e pelo oficinairo e conseguimos identificar os momentos de apreensão, dúvidas e entusiasmos. Para cada etapa da atividade de pesquisa, conseguimos estabelecer uma interação importante

³⁶ Oficinairo que me ajudou no desenvolvimento da atividade de pesquisa e na captação das narrativas. Substituiu meu corpo diante dos jovens alunos para que a atividade de pesquisa pudesse funcionar.

para a construção da confiança. Captar informações de jovens utilizando um método protocolar, como entrevistas semi-diretivas ou questionários, poderia ser incrivelmente difícil para o que eu estava buscando. Ao utilizar o lúdico, consegui estabelecer uma relação de proximidade do tema com a busca dos interlocutores em torno das suas vivências, experiências e “opiniões”³⁷, que seriam as suas representações em volta dos elementos pautados nas atividades.

No primeiro momento da atividade, que se resumia em apresentar o tema e o preenchimento do formulário, observei os primeiros burburinhos e barulhos. A questão racial elevou o tom e impulsionou os sussurros. “Eu sou pardo ou negro?” ouvia-se de um lado. “Tu é chocolate!” ouvia-se do outro. “Nois é tudo preto e do biu”³⁸ ouvi uma interlocutora dizer. O que me chamou mais atenção nesse momento, foram as referências estéticas para a autodeclaração, principalmente das alunas, que estabeleciam o cabelo como um elemento de identificação étnico/racial. A questão racial vai se desdobrar em outros debates nesse trabalho. Entre os participantes, 52 se identificaram como pardos e negros, 6 se identificaram como brancos e 2 não se identificaram com nenhuma das opções, mas abriram um parêntese entre as opções negro, pardo e branco para assinalar “mestiço”.

No segundo momento da atividade, pedimos para que eles ouvissem uma música do Charlie Brown e Negra Li³⁹ e, logo após, pedimos para que eles escrevessem, em frases ou rimas, o que lhes caracterizavam como jovens. Vou apresentar posteriormente, no formato de tabela, as 20 representações que foram incluídas nas frases e nas rimas produzidas. Muito me chamaram a atenção, as repetições em torno dessas representações e como os participantes dialogavam e se estimulavam uns aos outros sobre uma descrição que apontasse uma melhor maneira de identificá-los. Fiz a opção de

³⁷ Termo muito utilizado pelos interlocutores. Para mim são as representações sociais.

³⁸ Frase dita durante a atividade de pesquisa. Faz uma referência quanto um processo de construção identitária: Ser preto e ser morador do Benedito Bentes.

³⁹ Música “Não é Sério” dos artistas: Charlie Brown Jr., Negra Li. Álbum: Nadando com os Tubarões Data de lançamento: 2000. Composição: Chorão, disponível em <https://www.lettras.mus.br/charlie-brown-jr/6008/>. Acessado em 02/2018

destacar essas representações justamente pelo fato de que se faz necessário compreender esses elementos, mesmo através de estímulos. A música ajuda a estabelecer um elo entre jovem e indignação, jovem e protesto, no entanto, outros elementos surgiram como referência ao que eles julgam como características de ser jovem.

A idade, a aparência física e a ideia de responsabilidade foram as características mais citadas pelos interlocutores. É um dado muito interessante porque é semelhante às representações citadas por policiais militares, apenas com uma ressalva, esses últimos não se colocavam como jovens da maneira como os alunos. O elemento idade e o elemento corporal são, sem dúvida, as representações consolidadas no imaginário social. O corpo é o território de fundação do elemento juvenil. Esse corpo jovem atravessa elementos de natureza subjetiva no seu modo de viver o cotidiano e atravessa também dificuldades para se manter intacto; sobreviver às dificuldades e estabelecer seus lugares de percurso. O corpo é sem dúvida um elemento de intersecção de alguns componentes: a territorialidade e o medo são os pontos que irei insistir logo mais.

Não é Sério.

Artistas: Charlie Brown Jr., Negra Li

Eu vejo na TV o que eles falam sobre o jovem não é sério
O jovem no Brasil nunca é levado a sério
Eu vejo na TV o que eles falam sobre o jovem não é sério, não é sério
Eu vejo na TV o que eles falam sobre o jovem não é sério
O jovem no Brasil nunca é levado a sério
Eu vejo na TV o que eles falam sobre o jovem não é sério, não é sério
Sempre quis falar
Nunca tive chance
Tudo que eu queria
Estava fora do meu alcance
Sim, já
Já faz um tempo
Mas eu gosto de lembrar
Cada um, cada um
Cada lugar, um lugar
Eu sei como é difícil
Eu sei como é difícil acreditar
Mas essa porra um dia vai mudar
Se não mudar, pra onde vou
Não cansado de tentar de novo
Passa a bola, eu jogo o jogo
Eu vejo na TV o que eles falam sobre o jovem não é sério
O jovem no Brasil nunca é levado a sério

Eu vejo na TV o que eles falam sobre o jovem não é sério, não é sério
 Eu vejo na TV o que eles falam sobre o jovem não é sério
 O jovem no Brasil nunca é levado a sério
 Eu vejo na TV o que eles falam sobre o jovem não é sério, não é sério
 A polícia diz que já causei muito distúrbio
 O repórter quer saber porque eu me drogo
 O que é que eu uso
 Eu também senti a dor
 E disso tudo eu fiz a rima
 Agora tô por conta
 Pode crer que eu tô no clima
 Eu tô no clima, segue a rima
 Revolução na sua vida você pode você faz
 Quem sabe mesmo é quem sabe mais
 Revolução na sua mente você pode você faz
 Quem sabe mesmo é quem sabe mais
 Revolução na sua mente você pode você faz
 Quem sabe mesmo é quem sabe mais
 Também sou rimador, também sou da banca
 Aperta um do forte que fica tudo a pampa.
 Eu tô no clima! Eu tô no clima ! Eu tô no clima
 Segue a Rima!
 O que eu consigo ver é só um terço do problema
 É o Sistema que tem que mudar
 Não se pode parar de lutar
 Senão não muda
 A Juventude tem que estar a fim
 Tem que se unir
 O abuso do trabalho infantil, a ignorância
 Só faz destruir a esperança
 Na TV o que eles falam sobre o jovem não é sério
 Deixa ele viver! É o que liga!

Tabela nº1: Elementos que povoam o imaginário dos interlocutores com relação ao “ser jovem”

FRASES/RIMAS	REPRESENTAÇÕES
<i>Eu sou jovem, hoje e amanhã.</i>	A ideia do ser jovem como um processo temporal.
<i>Personalidade, idade e aparência.</i>	A constituição de uma personalidade singular. A idade como um recorte biológico que caracteriza um desenvolvimento cognitivo e a aparência física como um marcador social.
<i>A falta de responsabilidades.</i>	A responsabilidade como algo a ser desenvolvido com o passar do tempo.
<i>Além da idade a forma de pensar e de agir, não que</i>	A presença da memória em torno do agir de uma criança e processo de pensar antes de agir a partir

<i>aja como uma criança.</i>	do crescimento etário.
<i>É a idade, a aparência, além disso a personalidade de adolescente.</i>	A idade como um marcador de responsabilidade, ante uma personalidade adolescente, imaturidade, fase da vida.
<i>Idade e aparência é o que me faz sentir jovem.</i>	A presença do marcador biológico e social.
<i>Além da minha maturidade, brincadeiras e divertimentos. Muito diferente dos adultos. Inexperiência em cargos de trabalho, isso me torna jovem.</i>	O cotidiano como marcador. A presença dos símbolos que demarcam a separação entre ser adulto e jovem. O trabalho aparece de forma potente como um elemento diferenciador e que estimula a idade de inexperiência ao jovem.
<i>A idade e responsabilidade.</i>	A responsabilidade vista como algo a ser acrescentado com o decorrer dos anos.
<i>A falta de sabedoria.</i>	A sabedoria como algo inato ao mundo adulto.
<i>Ser contra o racismo e contra o preconceito.</i>	Jovem como um lugar de posição contra injustiças. (estímulo da música)
<i>A minha mentalidade.</i>	Ser singular.
<i>A maturidade</i>	Ser jovem como um processo de construção social.
<i>Quero ser jovem para andar pelo mundo.</i>	Jovem como uma fase da vida em que é possível viver com intensidade, fase de conhecer coisas.
<i>A idade, quando chegamos na fase mais avançadas.</i>	Idade como um elemento de separação entre dois momentos distintos.
<i>A imaturidade e aparência física. Diferente dos adultos.</i>	Psicológico e social como elementos de diferenciação entre jovens e adultos.
<i>Jovem é uma pessoa que não tem compromisso nenhum, principalmente eu. Descrevo que ser jovem é ter essa idade, é muito bom.</i>	Ser jovem como um desinteresse, uma fase de aproveitar a vida.
<i>Aparência física e mental.</i>	O elemento biológico e psicológico como marcadores.
<i>Um objetivo! O viver! O conquistar!</i>	A perspectiva temporal do presente e do futuro

	como um transverso ser de ser jovem.
<i>Plantar sementes para colher. Buscar mais disciplina.</i>	A perspectiva temporal do presente e do futuro como um transverso ser de ser jovem e de maturidade através da ideia de disciplina.
<i>Hoje jovem, amanhã adulto e responsabilidades.</i>	A perspectiva temporal do presente e do futuro como um transverso ser de ser jovem.

Fonte: Confeção própria

A tabela acima diz muito sobre os elementos que movem o imaginário dos interlocutores em torno de “ser jovem”. Percebo que há uma semelhança nas respostas produzidas: a questão estética e da responsabilidade; os elementos da maturidade; e a referência aos adultos e às crianças são componentes que orientam os significados e os sentidos produzidos pelos estudantes da Escola Estadual Rubens Canuto. O estímulo da música tocada certamente posicionou o lugar da fala em torno das representações que meus interlocutores produziram, mas percebo o quanto as relações hierárquicas da sociedade brasileira são presentes nas noções escritas por eles durante essa parte da atividade.

Ser jovem é desejar algo para o presente e para o futuro? O presente é sem dúvida a vida cotidiana, os medos, receios, incertezas e protagonismos. O futuro significa o objetivo. Diante das representações produzidas na atividade, meus interlocutores apontaram de forma clara seus desejos como sinônimos de objetivos. A questão do cotidiano é importante justamente porque posso dialogar com o que Juarez Dayrell (2003) aponta sobre sua importância no processo de construção em torno do jovem como sujeito social. Não há dúvidas quanto à importância dos elementos subjetivos no processo de reconhecimento individual e coletivo dos jovens com relação aos seus papéis na sociedade e aos seus protagonismos diante da vida cotidiana. Mas é importante destacar que seus objetivos têm importância central no processo de construção das suas trajetórias.

Meus interlocutores apontaram de diversas formas suas representações em torno de ser jovem, como também apontaram seus desejos e objetivos.

Durante o momento da pesquisa em que estabeleci um diálogo com os jovens do complexo Benedito Bentes, foi muito importante a utilização da livre escrita porque esse método forneceu a eles um espaço para escreverem sem o endereçamento direto da pergunta e o exercício obrigatório da fala. Isso me proporcionou outros posicionamentos que não estavam no *script* inicial. As narrativas dos desejos foram descritas em frases que possibilitaram interpretações diversificadas. Vou iniciar com duas que me chamaram bastante a atenção e que sintetizam, de forma categórica, as outras representações que consegui captar.

Interlocutores:

Desejo ser um homem de bem, trabalhar, construir uma família e morar em um canto menos violento. (Judson, 16 anos, morador do Conjunto Habitacional Frei Damião, Complexo Benedito Bentes).

Quero terminar os estudos e se formar para não sofrer no futuro como alguns adultos. (Paula, 19 anos, moradora do Conjunto Habitacional Benedito Bentes 2, Complexo Benedito Bentes)

As duas maneiras de pensar sobre o futuro apontam para a construção de trajetórias que negam, de alguma maneira, situações do presente. Ou seja, o presente é um dado importante para a construção de uma perspectiva. A ideia do trabalho e da família é central nas narrativas em torno da temporalidade social. Assumir uma posição de responsabilidade é, para os jovens interlocutores, uma menção ao trabalho. Há indicações a representação relacionada à responsabilidade, ao medo e à insegurança que o presente suscita nos adultos. Interessante pensar que há uma semelhança com a perspectiva dos professores em torno da mesma questão, ou seja, o futuro acaba sendo pensado em conjunto com a preocupação relacionada ao trabalho e à formação profissional.



Figura 4: Nuvem de palavras produzidas a partir das percepções dos (as) interlocutores (as)

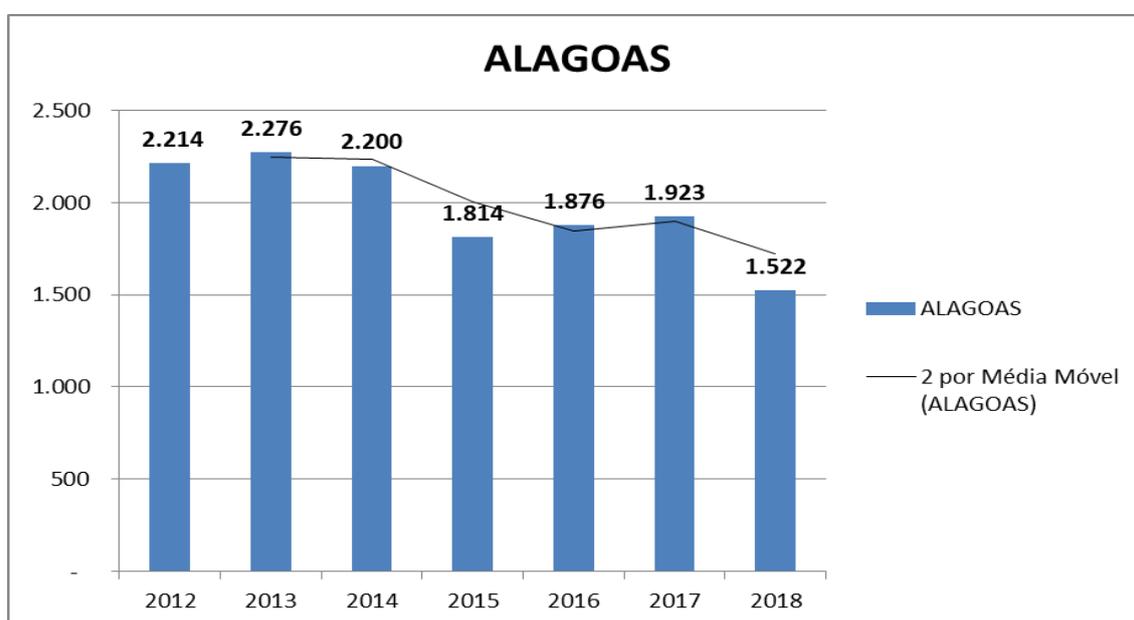
Morar em um lugar “menos perigoso”, citação mencionada pelo colaborador Judson, aparece também nas frases dos jovens participantes da pesquisa em diversos momentos da atividade. A ideia de território violento é um marcador importante nas narrativas dos jovens e é também uma das questões que busco perscrutar durante a atividade de pesquisa. Pesquisar sobre questões que envolvam representações ou experiências em torno das violências no Complexo Benedito Bentes é enfrentar discursos consolidados, mas também estabelecer os limites de cada discurso através do posicionamento dos sujeitos ou grupos sociais que emitem notas em torno dessas representações.

O Complexo Benedito Bentes carrega uma imagem de violência. Se alguém colocar o nome do conjunto na camada de busca da página do *Google* vai se deparar com centenas de notícias e imagens em torno das violências. Os números da Secretaria de Segurança Pública do estado apontam para uma incidência de homicídios e roubos nesse bairro, algo que orienta e orientou

algumas políticas de segurança pública e prevenção à violência para este território: o *Plano Brasil Mais Seguro* e o *Plano Juventude Viva*⁴⁰.

Abaixo apresento dados relativos à violência letal em Alagoas e à violência letal no Complexo Benedito Bentes por faixas-etárias. Os números dizem muito sobre as incidências de mortes violentas e nos dar uma visualização em torno dessa realidade.

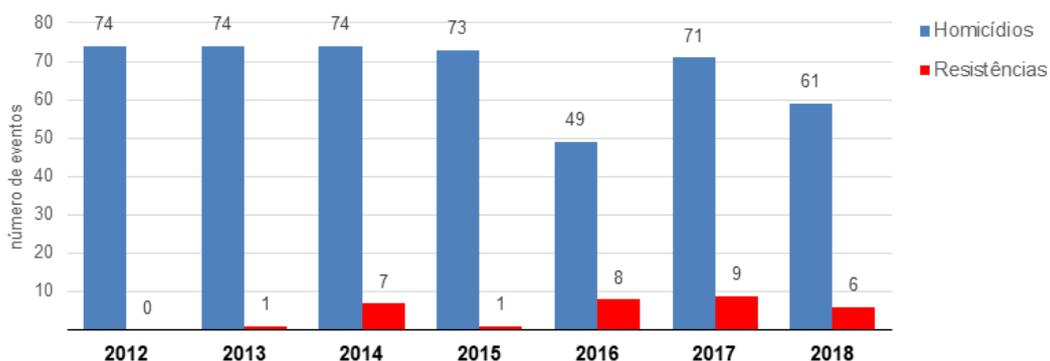
Tabela, nº2: Dados sobre homicídios em Alagoas ocorridos entre os anos de 2012-2018.



Fonte: NEAC-SSP/AL, 2019

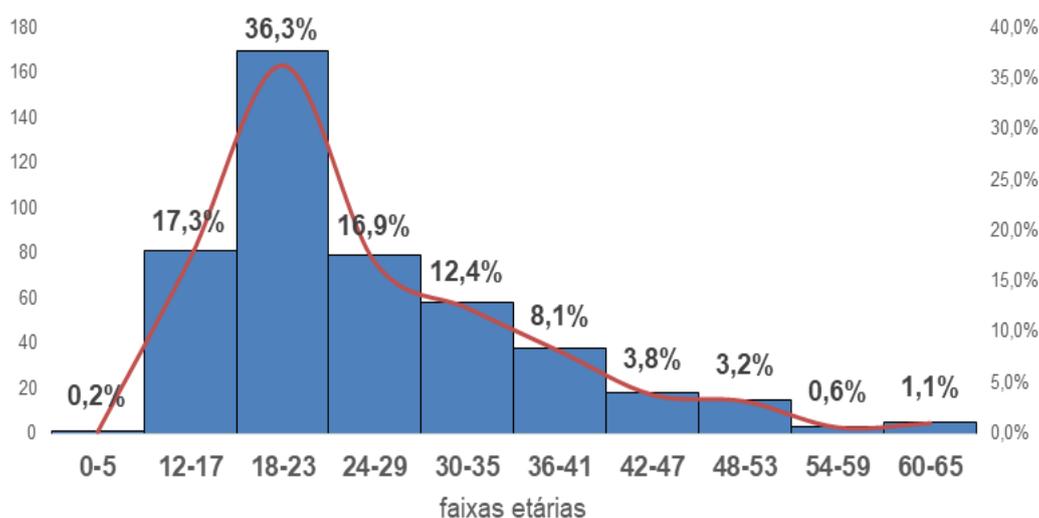
⁴⁰ São duas políticas públicas voltadas para a resolução dos problemas causados pela Violência Urbana. Essas duas políticas públicas vão ser mencionadas algumas vezes durante os capítulos desse trabalho e se apresenta como parte das narrativas que envolve a consolidação do imaginário sobre a violência nos principais bairros periféricos da cidade de Maceió. Apresento de forma mais intensa um debate sobre essas questões nos capítulos posteriores.

Gráfico, nº3: Distribuição dos homicídios e das resistências seguidas de morte no Benedito Bentes entre os anos de 2012 e 2018.



Fonte: NEAC-SSP/AL, 2019

Gráfico, nº 4: Dados sobre vítimas de homicídios no Complexo Benedito Bentes para o mesmo intervalo de ano por gênero e faixa-etária.

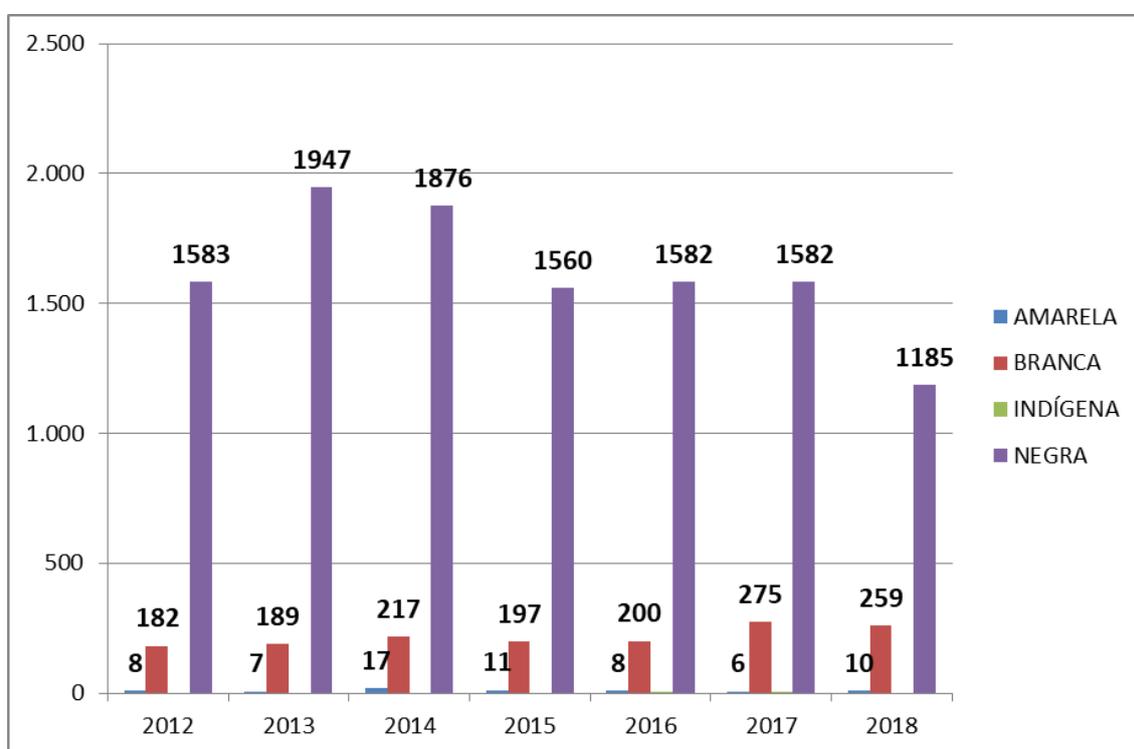


Fonte: NEAC-SSP/AL, 2019

A quantidade de jovens negros vítimas da violência letal em Alagoas é enorme, com diferenças alarmantes em relação a jovens brancos. É uma realidade que aponta Maceió como uma das cidades mais perigosas do Brasil para um jovem negro. Esse dado indica o tamanho do racismo que se construiu ao longo dos processos de constituição da sociedade alagoana e dos processos de sociabilidades. Os elementos institucionais são os principais

instrumentos de produção e reprodução do racismo e interferem nas maneiras de viver a vida, nas expectativas, nos medos e nos receios de muitos jovens. A incidência da violência letal no Complexo Benedito Bentes aproxima ainda mais os jovens dessa dolorosa realidade. São parentes, amigos, familiares e outros corpos que são inviabilizados pelos homicídios.

Gráfico, nº5: Distribuição das vítimas de homicídios em Alagoas entre os anos de 2012 e 2018 por cor da pele.



Fonte: NEAC-SSP/AL, 2019

O cotidiano marcado por violência estimula o imaginário em torno do medo de perder a vida, de ser vítima de roubo ou de ser carregado para o “caminho das drogas”. Meus interlocutores narraram, através de frases e rimas, seus posicionamentos em torno da violência, sempre destacando o medo como um mediador. O estímulo através do medo apareceu de forma majoritária entre eles e me forneceu dados ricos sobre o tema. Através do uso de imagens, essa

etapa foi sem dúvida crucial. O oficinairo apresentou imagens com notícias sobre a violência apenas em São Paulo e Rio de Janeiro, ou seja, sem utilizar nenhuma notícia veiculada em Maceió. Mas automaticamente as reações foram de dizer “que não é diferente daqui”. Esse deslocamento rápido para o cotidiano deles é um importante elemento que constitui as representações desses jovens em torno do território, do local onde residem e das experiências sociais de cada um deles.

Pensar sobre as expectativas, sobre o presente e o cotidiano é central para que se possa compreender os processos que estão estimulando a vida dos jovens. Meus interlocutores apontaram algumas sensações que estabelecem uma ligação entre a ideia de morar no território e seus medos e desconfianças. Os estímulos sobre o assunto durante a atividade de pesquisa me chamaram bastante a atenção: foi a parte em que eles estiveram mais sérios, falaram baixo e não dialogaram entre si. A impressão que tive é de que ninguém gostaria de externar para seus colegas o medo e a relação de fragilidade diante da violência. Falar sobre violência é algo difícil quando se vive ou se ouve narrativas dela cotidianamente e certamente a sensação e o momento de escrever sobre isso é de desconcerto, de lembranças e de expectativas.

Interlocutores:
Tenho medo de cair no mundo das drogas e tomar uma bala perdida. (Paulo Sergiano, de 19 anos e morador do Conjunto Habitacional 1ª de Julho, no Complexo Benedito Bentes.)
Perder a vida. (Jéssica, 17 anos, parda, moradora do Conjunto Habitacional Cidade Sorriso.)
Tenho medo de sair de casa e ser roubado ou perder a minha vida. (Welligton, pardo, 15 anos, Morador do Conjunto Freitas Neto.)

Durante a atividade dessa pesquisa, tentei captar as percepções dos colaboradores (as) em torno do cotidiano, de como esses jovens mantêm suas relações com o bairro, de seus objetivos e de suas angústias. Busquei dialogar, no sentido de captar suas percepções em torno da violência e suas experiências sociais. Os elementos cognitivos, representacionais do imaginário, foram os que busquei durante a atividade de pesquisa.

O que apresentei acima é uma parte inicial da pesquisa: dados importantes que me permitiram conectar as questões produzidas pelas ciências sociais e os diálogos obtidos no campo que fiz com o auxílio do oficinairo. A partir de agora faço a opção de apresentar trabalhos produzidos em Alagoas que tenham como foco a juventude e, logo após, apresento narrativas sobre as representações sociais em torno das facções criminosas em Maceió. Os trabalhos produzidos ajudam a compreender um pouco o cenário dessa cidade, no que diz respeito aos estudos sobre juventudes e sua condição intrínseca à temática da violência.

2.3 – AS FACÇÕES CRIMINOSAS ATRAVÉS DAS REPRESENTAÇÕES DOS JOVENS.

Estava com três amigos no bairro do Jaraguá, centro histórico da cidade de Maceió, quando solicitei um serviço de aplicativo para ir até o bairro Benedito Bentes. Estava aguardando e era um dia de domingo por volta das 20:00. O carro identificado para o serviço passou por nós e cancelou a viagem. Dois minutos depois outro motorista prestou o serviço. Comentei com o Sr. Mariano, o motorista que assumiu a corrida, sobre o que tinha ocorrido e ele passou a explicar, do seu modo, como os motoristas de aplicativo estão orientando seus trabalhos em Maceió. Disse ele: “três caras esperando, a gente desconfia, só parei porque vi que vocês estavam saindo de uma festa”. Uma maneira simples de explicar. Mas trazer esse relato para abrir essa seção do capítulo tem um sentido importante no que se refere ao tema.

Durante todo o trajeto, o Sr. Mariano falou sobre o cotidiano da cidade de Maceió, dos passageiros que carrega e das histórias referente a facções criminosas. Quando ele chegou a esse tema eu fiquei curioso para saber o que ele sabia sobre o assunto e perguntei se no bairro dele tinha alguma facção. O Sr. Mariano respondeu da seguinte maneira: “*essa cidade tá toda infestada de cara dentro desse negócio, tem mulher também, já peguei passageiros que era de facção, todo cheio de tatuagem, peguei ali no Dique Estrada pra levar pra o*

*Reginaldo*⁴¹. Insisti para saber em qual bairro ele morava e ele me informou que morava no bairro do Poço⁴² e que não tinha relato de facções ali. Ao mesmo tempo, eu aproveitei o relato e perguntei se ele conversou com os passageiros que ele apontou como sendo membros de facções. O Sr. Mariano afirmou que falou pouca coisa porque ficou com receio, argumentando que era diferente, porque eles são violentos e não gostam de muita conversa. Disse o Sr. Mariano, de 57 anos:

O cara tá num bairro e o outro vê que ele é diferente do local e já chega perguntando donde é e de que facção pertence. Se o cara for do PCC ou do “Comando Vermelho” aí já tem problemas, né não? Ali no Vergel, Bebedouro, Chã da Jaqueira, Benedito Bentes, Village Campestre, tá infestado de facção (Sr. Mariano, Uber, Maceió, 2018)

Eu tinha que citar essa conversa com o motorista do Uber. Avalio que me veio como uma surpresa muito boa. Eu nunca tinha tido um encontro em que uma pessoa tivesse tanta facilidade em conversar sobre o tema das facções sem ao menos conhecer a outra pessoa com quem conversava. A descrição física, o comportamento típico e os territórios da cidade em que estão presentes as facções formam os contornos das representações em torno dos grupos. A sensação que tive é de que o assunto é comum na cidade, ou seja, já se tornou parte do cotidiano das pessoas tratarem sobre esse tema nas conversas⁴³.

⁴¹ Dique Estrada é uma região da cidade de Maceió às margens da Lagoa Mundaú. Reúne parte do Vergel do Lago, Levada, Vila Brejal e Trapiche da Barra.

⁴² O Poço é um dos bairros mais antigos e centrais de Maceió. Fica próximo ao Centro de Maceió e faz divisa com a parte nobre a cidade.

⁴³ No quinto capítulo vou retomar esse diálogo com o Sr. Mariano para tratar sobre as questões que envolvem a mídia e os elementos representacionais em torno das facções.



Fotografia 2: Pichação no Bairro Vergel do Lago (Dique Estrada), SANTOS, Sérgio. 2018.

A atividade de pesquisa buscou, através da imagem de uma matéria jornalística, produzir algum estímulo em torno das percepções dos jovens sobre a questão. A matéria dizia o seguinte: “Guerra entre PCC e CV pode chegar às ruas”.⁴⁴ Essa matéria não apresenta nada sobre Alagoas ou Maceió, ela fala a partir de uma entrevista com um promotor público de São Paulo sobre as redes produzidas pelo PCC e CVRL nos presídios brasileiros. No entanto, é interessante como essas siglas e símbolos numéricos estão presentes no imaginário social dos jovens que responderam sobre o assunto. Os elementos que produzem significados em torno das facções criminosas estão dentro dos presídios; estão nas paredes da escola; estão nas ruas de Maceió; e nas maneiras de representar cada facção. Meus interlocutores, apesar de não terem escrito muito sobre o assunto, fizeram-me compreender algumas dinâmicas que orientam as suas percepções em torno da questão.

⁴⁴ Matéria veiculada no dia 22 de outubro de 2016 que reproduz uma entrevista realizada pela revista Exame com um promotor público. Acesso: <http://www.reportermaceio.com.br/guerra-entre-pcc-e-cv-pode-chegar-as-ruas/>

Mas antes, eu gostaria de narrar um fato que certamente me marcou bastante durante o período em que eu estava pesquisando e que muito contribuiu para que eu pudesse compreender algumas dimensões sociais em torno da ideia de facções criminosas. No período em que eu estava engajado na música rap para uma apresentação no festival que comemorava 200 anos de Alagoas, em meados de agosto de 2017, eu e meus amigos nos reuníamos no bairro Village Campestre, periferia da cidade⁴⁵, para realizarmos nossos ensaios. Era uma segunda-feira, estávamos na porta da casa do DJ ASB quando um jovem passou por nós correndo, descalço e muito cansado. Logo depois, apareceram cerca de 20 jovens correndo em direção a ele, em perseguição, e gritaram: “pega o ladrão!”. Sabendo que ele iria se cansar, eu fui até o local para apaziguar a situação, já que se tratava de um real caso de linchamento.

Lembro que fiquei no meio da confusão, com mais duas pessoas, tentando amenizar a situação do suposto “ladrão”. Mas, para a minha surpresa, ele não tinha tentado roubar, e sim assassinar outro jovem com uma faca. Cercado pela multidão ele dizia: “fui pra matar!”. E eu, tentando amenizar, pedia pra ele calar a boca. Então ele gritou: “eu não tenho medo, sou do 15, eu sou do 15!”. Era a primeira vez que ouvi alguém pronunciar publicamente essa identificação simbólica. Infelizmente não pudemos evitar o linchamento. A polícia militar foi acionada juntamente com o SAMU - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência. No outro dia, busquei informações sobre esse jovem e fiquei sabendo que ele tinha sido liberado do Hospital Geral, morava no Conjunto Habitacional Gama Lins, ao lado do Village Campestre, e tinha 18 anos.

Fiquei alguns dias pensando de forma aguda sobre o que tinha ocorrido. E pensando também no comportamento do jovem que estava diante de uma situação de extrema vulnerabilidade e mesmo assim se sentia destemido. Ele sabia que estava diante de um contexto em que não lhe restava alternativa senão enfrentar. Uma pessoa que estava tentando livrá-lo do linchamento

⁴⁵ É interessante lembrar do mapa representacional do motorista no Uber em torno dos territórios de presença das facções criminosas.

comentou que ia chamar a PM e na mesma hora ele disse: “não chama a PM não, não precisa não. Vai ser pior.” Ele deveria enfrentar o que ele criou, e certamente, sem fazer o julgamento das condições da sobriedade dele, há elementos sociais e culturais fortes que orientaram as suas decisões em torno de como ele enfrentaria aquela situação. Minha memória me permite lembrar a performance vocálica, os trejeitos, a sua postura de não recuar e principalmente o tom da voz ao dizer que é do 1533⁴⁶.

É interessante pensar como esses elementos que foram expostos pelas circunstâncias acima orientaram o jovem: a ideia de externar um símbolo numérico para que as pessoas o identificassem como pertencente a um grupo; o fato de que a senha numérica pudesse, de alguma forma, ser automaticamente traduzida para algo significante no território; a emissão de respeito através dessa senha; a forma de expor esse símbolo; a negação pela polícia e; o comportamento viril diante de outros jovens do sexo masculino. Ali estaria a sua relação de pertença a um grupo, sua identidade e suas formas de resolver problemas, que se baseiam numa relação de intimidade com a violência e um corpo marcado por uma moral, independente das instituições de prevenção a essa violência. O corpo marcado pela violência: um corpo que encara a violência e que faz jus a um pertencimento ao que significa ser um membro de uma facção.

Esse jovem negro, morador da periferia de Maceió, encurralado por outros jovens negros do mesmo território, produz e reproduz significados em torno das facções criminosas e dos modos de operar suas ações diante do seu cotidiano. Mas as percepções são diferentes, a depender das experiências sociais de cada sujeito e de cada lugar de pertença. A atividade de pesquisa me mostrou alguns dos elementos que condicionam uma imagem em torno das facções criminosas e que estabelecem uma maneira comum de pensar sobre elas. Particularmente as representações que foram anotadas pelos jovens interlocutores não me surpreenderam, mas me ajudaram a compreender as

⁴⁶ Representação numérica para representar a Facção Criminosa PCC – Primeiro Comando da Capital.

dimensões do cotidiano de cada um deles, algo que certamente que não seria possível captar sem uma abordagem de pesquisa.



Fotografia 3: Pichação no Bairro Cidade Universitária (Village Campestre), SANTOS, Sérgio. 2018.

As facções estão no imaginário dos jovens, mas não estão sempre ligadas a aspectos relacionados à violência ou à relação com o mercado ilícito de drogas: é a questão primordial que a pesquisa apontou. Os principais marcadores representacionais que apareceram durante a atividade de pesquisa foram: grupo, respeito, tráfico e território. A ideia de referência a “grupo” estaria ligada ao pertencimento. Certamente o caráter de uma facção é a pertença a um grupo; a um território de ação. Essa foi uma das primeiras questões que apareceram durante a atividade de pesquisa. A exposição das siglas CVRL e PCC na imagem da matéria jornalística reproduzida para a atividade não influenciaram diretamente os alunos em torno da presença dessas organizações no seu cotidiano, mas sim a presença de grupos, reunião de jovens para andar juntos e cometer atos ilícitos. Mas outras questões se apresentaram como importantes para que eu pudesse apresentar e realizar reflexões.

Uma das frases que chamou a atenção foi do nosso colaborador Daniel, de 19 anos. Ele diz: “No meu bairro tem isso, mas não vejo como um problema, eles estão todo dia na rua, vai não vai morre um ou a polícia pega e leva, depois volta.” O cotidiano é sem dúvida o lugar de fala da maioria dos jovens que participaram da atividade de pesquisa que se torna rica justamente pela expressão em torno do dia a dia. Essas relações com a vida cotidiana, de ir e vir para escola e ver toda a dinâmica de morte e de prisão, e ter um olhar relativista quanto a prática considerada ilegal é sem dúvida algo importante para a constituição dos processos de sociabilidades produzidos por jovens moradores das periferias.

Percebo, pois, que o outro se torna a indicação de que há diferenças em torno das sociabilidades. O uso do “Eles” é a forma de diferenciar que no mesmo lugar se produz inúmeros processos de sociabilidades que estão, em certo momento, em encontro e desencontros, mas que se encaram cotidianamente. A relação da atividade com a perseguição da polícia e com a morte traz uma forma de representação social em torno das facções. A morte não é o fim, a prisão não é o fim, são elementos que apenas fazem parte das narrativas do dia a dia em que se vive junto com a realidade. Assim, nas narrativas é possível perceber que o bairro se torna latente ao olhar estigmático: a presença da polícia, abordagens policiais no caminho da escola, medo da morte e estratégias para não ser confundido com membros de facções. São questões que aparecem nas frases dos interlocutores de forma incisiva.

O medo é presente entre os interlocutores. Consegui captar esse elemento durante a atividade de pesquisa e de alguma maneira citei nesse capítulo. O que me chama a atenção é como esse medo atravessa a ideia da presença das facções criminosas. Todos os que participaram afirmaram que existem grupos característicos e que no bairro tem alguém que participa, ou que já ouviu algo sobre o assunto. A matéria de jornal que foi reproduzida durante a atividade tornou-se um instrumento de excitação, mas as questões que orientaram as percepções em torno da ideia sobre facções são de fato o cotidiano. O medo, o receio e a insegurança são presentes nas narrativas,

porém, não são baseados na existência das facções, e sim no quanto a violência é algo concretamente presente em termos materiais e simbólicos para todos (as), constituindo naquilo que Machado da Silva (2004) define como sendo uma linguagem que orienta um tipo de sociabilidade, nesse caso, apresentado pelo autor como uma *sociabilidade violenta*. Portanto, não implica em estabelecer vínculo exclusivo com a idade ou grupos organizados para a prática de crimes.

Diz Aline, 17 anos, aluna do terceiro ano do ensino médio: “agora isso é quase uma moda. Todo mundo fala que é de facção”. Essa afirmação tornou-se incomum entre as percepções. Mas achei importante citá-la justamente porque ouvi de policiais militares uma afirmação semelhante e que discuto com mais intensidade posteriormente. O que minha interlocutora diz tem relação com a ideia de proteção e respeito que outros interlocutores citaram durante a atividade. Dizer que é de facção talvez não seja propriamente uma moda como afirma Aline, mas é uma maneira de se estabelecer em determinados momentos como alguém que deve ser destemido ou como alguém que possui uma garantia de que outra pessoa não o enfrente. Os elementos da virilidade são sem dúvida o arcabouço cognitivo que alimenta esse processo de sociabilidade. Reproduzir elementos simbólicos que possam significar uma aproximação com facções criminosas podem exercer um papel de comunicação importante nos processos interacionais, mas principalmente garanti proteção.

Os sentidos que a palavra “moda” apresenta estão relacionados com ideias de costume, estilo de vida e comportamento. Certamente a interlocutora quis estabelecer uma conectividade entre um comportamento viril, um estilo de vida dentro de uma perspectiva do mercado ilícito e uma ideia de ser comum tal comportamento diante das suas redes de interações, seja na escola seja no bairro onde reside. Observando o papel pautado vinculado às respostas da interlocutora Aline, é possível estabelecer um sentido interessante quanto a essa relação.

É um debate interessante que vou fazer mais adiante porque não foi apenas essa interlocutora que expôs essa conectividade. Alguns policiais militares, durante as entrevistas, apresentaram representações semelhantes, não apenas quanto ao estilo de vida e comportamento, mas também quanto à questão racial e territorial. Chamou minha atenção a relação que é atribuída entre facção criminosa e território: das 60 percepções em torno do tema, 58 responderam que já ouviram algo sobre o assunto no bairro, ou conhecem alguém que faz parte. Os elementos de significação que tomam parte desse processo de estabelecimento são, sem dúvida, a vivência de cada jovem no seu espaço de sociabilidades. Os trajetos realizados por esses sujeitos todos os dias, indo e voltando da escola; participando da vida religiosa no bairro, das festas e das visitas aos amigos; assistindo uma abordagem policial e sendo abordados; estabelecendo seus limites de ir e vir e; distinguindo onde podem ou não podem estabelecer seus laços afetivos, emitem notas simbólicas sobre os territórios em que vivem.

Apesar das dificuldades de conseguir aprofundamento em torno das representações sobre facções criminosas, foi possível ter compreensões de onde partem essas representações. O cotidiano, o “disse e me disse”, as fofocas e principalmente o noticiário são os canais que articulam o cenário para que os jovens estimulem seus conhecimentos sobre o tema. A mídia é apontada como o principal instrumento de informações sobre o assunto, e o mais interessante é que nenhuma das repostas deixaram de mencionar a TV como esse canal de informação. É interessante também destacar como as informações da TV dividem espaços com o cotidiano dos jovens. Eles (as) afirmam que tiveram conhecimento sobre facções antes mesmo de terem contato com notícias pela TV, ou seja, existem enquadramentos diferentes para a mesma questão: a primeira baseada na experiência do cotidiano e, conseqüentemente, a formulação das “suas próprias representações”; e a segunda baseada na informação televisiva que de certa maneira influencia os elementos que produzem as duas representações.

Diferentemente de Aline, Arthur, que também possui 17 anos, afirma que “cada um faça o que é certo, e saiba o que é errado. Esse negócio de

facção é pra otário”. Essa percepção estabelece um vínculo com alguns elementos morais em torno das representações do que é certo e do que é errado. Achei interessante essa narrativa justamente por estabelecer um diálogo com uma forma pejorativa em torno de alguém que é enganado. A palavra “otário” dita no gênero masculino é bem curiosa. Primeiro porque identifica os elementos morais em torno das regras sociais e controle social, mas principalmente porque estabelece uma relação com algo ou alguém que está sendo enganado. Ser membro de facção criminosa é errado, desestimula os processos de sociabilidades estabelecidos pelos regramentos sociais e impulsiona uma falsa sensação de certeza. Esse colaborador foi orientado pela sua experiência social, pelas suas dinâmicas que produzem seus conhecimentos diante do seu cotidiano e por seus valores.

A ideia de “otário” me chamou a atenção porque a representação da palavra, sendo articulada à ideia de facção criminosa, aponta para os elementos de uma falsa sensação. Enquanto lia as repostas das(os) várias(os) colaboradores(as) da atividade de pesquisa, percebi que em nenhum momento foi mencionado algo que me levasse a pensar sobre isso. Mas percebi que o colaborador Arthur se referia novamente a ideia de um falso respeito, palavra que se repetiu algumas vezes. Além disso, o “ser otário” não representa necessariamente alguém que pode ser enganado, mas alguém que não merece o respeito. Esse trocadilho que busco fazer é uma tentativa de estabelecer um encontro entre as representações colocadas pelos jovens. De fato, os elementos coletivos em torno da ideia de facções estabelecem elos importantes entre os processos sociais coletivos que orientam as experiências sociais desses jovens moradores do complexo Benedito Bentes.

As ideias em torno das facções criminosas foram tomando uma forma mais clara durante as pesquisas de campo. Percebe-se que não há elementos distintivos sobre um grupo ou outro nesse momento. Não há uma definição clara em torno do “Comando vermelho” ou “Primeiro Comando da Capital” ou qualquer outra, as representações apareceram de forma genérica, o que não irá ocorrer sob as perspectivas dos policiais militares, por exemplo. A avaliação que tenho em torno das percepções que me foram apresentadas é que há

elementos simbólicos importantes que orientaram meus interlocutores sobre o tema, mas também, e principalmente, há suas experiências sociais diante do cotidiano dos bairros onde residem. Esses certamente são os elementos que possibilitam suas relações com o bairro, com suas vidas e com os trajetos sociais que lhes configuram como sujeitos sociais.

CAPÍTULO 3 - DO CANGAÇO ÀS FACÇÕES CRIMINOSAS: AS SOCIABILIDADES E OS CRIMES EM ALAGOAS.

3.1 – A narrativa do Cangaço e das Organizações Criminosas: uma reflexão sobre Facções Criminosas em Alagoas.

Nesse capítulo apresento alguns elementos representacionais em torno da violência e da segurança pública em Alagoas. Aparecem aqui questões que envolvem a história recente do combate à violência através do Cangaço e reflexões acerca da memória coletiva acionada a partir desse fenômeno. Apresento em seguida um acréscimo por meio de um debate nativo em torno das categorias “organizações” e “facções” criminosas, conectadas as questões das narrativas das violências no Estado; e por fim, apresento aspectos das políticas públicas de redução da violência e da criminalidade colocadas em prática em Alagoas através do Governo Federal, e como essas políticas desempenharam funções importantes no contexto das produções de narrativas sobre as Facções Criminosas.

A violência é um fenômeno presente em Alagoas em muitas etapas da história. A permanência desse fenômeno ao longo dos séculos é parte de uma luta constante pelo poder político e econômico que representa de forma clara, no Nordeste e em outras regiões do país, a posse de terras. Construir um latifúndio era, e ainda é, um dos principais objetivos econômicos dos sujeitos que vivem o cotidiano do campo, na zona da mata, no agreste ou no sertão. Essa é uma narrativa histórica e faz parte da memória coletiva dos alagoanos, que reconhecem os elementos que configuram os processos de dominação.

Diferente do que Karl Marx estava tratando, os processos interacionais das populações do interior de Alagoas estavam no modelo agrário, longe dos processos que orientavam os trabalhos das fábricas. O exercício do poder era estabelecido pelos que construíram, dentro dos contextos familiares, as réplicas das fraudas dos senhores de outrora. Ou seja, o sobrenome e a legitimidade social e política para exercer o monopólio da força estavam condizentes com os traços sociais produzidos em torno da noção de elite

agrária. A cientista social alagoana Luitgarde Oliveira Barros, no artigo *Cangaço – Violência no Sertão do Nordeste* (2018), faz a seguinte afirmativa:

(...) Exercendo o poder de crítica aos horrores dos poderosos “fuzis” (autoridades e ricos comerciantes e industriais corrompidos) e ‘punhais’ (cangaceiros), os vates daquele mundo e daqueles tempos foram as vozes que denunciaram, correndo risco de vida, toda a hediondez dos crimes praticados pelos cangaceiros contra populações entregues pelas autoridades à sanha daqueles principais agentes da Indústria do Cangaço – membros das baixas camadas que se corromperam se transformando no braço armado dos poderosos. (BARROS, 2018, p. 67)

A vontade de exercer o poder político e econômico no sertão estimulou a criação de milícias, grupos autônomos e movimentos de vigilância de territórios. São variadas as características do Cangaço, mas uma em especial faz uma diferença enorme no cenário do sertão e incide de forma direta nas relações de poder entre grandes proprietários de terras e pequenos proprietários. Era função do Cangaço expulsar pessoas para que os grandes proprietários pudessem dominar o território e aumentar seu poder. A citação acima aponta o Cangaço como um movimento de defesa dos poderosos. Esse movimento exercia, no cotidiano do sertão, uma das mais perversas experiências de práticas de violência de que se tem notícias. Segundo Luitgarde Oliveira Barros (2018), esse movimento foi responsável, juntamente com a seca, por um grande movimento migratório, tendo em vista que as famílias foram expulsas de forma cruel das suas propriedades para não serem vítimas de torturas e mortes.

O exercício da violência produzidas pelos “cabras” que eram membros de grupos de Cangaço também exerciam uma autonomia diante dos processos políticos e do exercício do poder da terra. As atividades criminosas tinham algumas frentes: a primeira que vale a pena ressaltar girava em torno do ganho monetário para expulsar pequenos proprietários de terras e trabalhadores e trabalhadoras rurais; a segunda, quando o líder era um grande proprietário de terra, tinha como elemento central a disputa política, eliminando adversários; a terceira tinha campos mais fluidos de ação, assaltos nas estradas, fazendas e povoados, aterrorizando pessoas, matando e torturando (BARROS, 2005). A partir desses aspectos que marcam o Cangaço, atento para um apontamento

feito por Barros: “pode-se definir o cangaceiro como um ator social que, portador de coragem, porém recusando o fator trabalho, transforma essa coragem em mercadoria”. (2005, P. 68).

A autora se refere ao trabalho como algo constituído de uma rotina e que tenha empreendimento do uso da força física e da intelectualidade. Outro aspecto importante em torno da noção de trabalho está baseado em aspectos teóricos de cunho marxista, em que o trabalho é um processo de interação, ou seja, de transformação da natureza pelos seres humanos. Essa noção do trabalho, como sendo parte da rotina do sertanejo, produz um significado de guardião da honra: o suor como parte constituinte da dignidade e da sua moral. Essa perspectiva em relação ao trabalho é intrigante, para o raciocínio da autora, justamente porque o crime estaria relacionado com a ausência de dignidade ou estaria dialogando com uma perspectiva do ócio ou até do desprezo pela moral estabelecida pelo ardor do trabalho braçal.

Mas, por outro lado, a autora apresenta outra questão importante: a coragem do Cangaceiro. Esse, sendo um ator social de destaque, perturba uma estrutura de pensamento em torno do trabalho e edifica o medo como uma moeda de troca. A coragem do homem sertanejo, produzida dentro de uma máquina de produção e recepção da violência, foi a gênese da construção de uma mercadoria valiosa na realidade do sertão de Alagoas, e na maioria dos estados do Nordeste, durante um longo período. É a coragem transformada em mercadoria, como enfatiza Barros, que irá modular as práticas do Cangaço e também da polícia, conhecida como “Volantes”⁴⁷, na época. A coragem, o medo e o ódio foram sentimentos que se transformaram em práticas sociais e culturais: estilos de vida. Entrar numa volante, ou participar de um grupo de Cangaceiros como o de Lampião, tornou-se molduras de conflitos e processos interacionais difusos.

⁴⁷ Não há uma narrativa que possamos considerar como uma absoluta verdade sobre as características e o perfil das volantes. É de destacar que ela era formada por policiais dos Estados, somado por outros indivíduos que viviam de crimes (capangas, ou grupos similares aos cangaceiros). Tinha como características a hierarquia no formato do exercito e praticava a violência também similar aos cangaceiros.

Os elementos que mobilizavam a entrada de um sujeito no Cangaço tinham a violência como um componente primeiro, seguido por um interesse pela mercadoria. O roubo, o saque, a tortura, o estupro e a morte fizeram parte dos elementos que configuraram a formação identitária do Cangaço. Até a narrativa de vingança, sustentada pelo imaginário popular em torno de Lampião e da morte do seu pai, atravessa os processos de sociabilidades que estavam em voga, e ainda estão, no contexto social Alagoano. Se eu voltar no capítulo primeiro, lembrarei do Cabo Henrique e de todos os contextos de vingança que cercam a sua trajetória e a narrativa em torno dela. Ou seja, as maneiras como são encarados os elementos representacionais possibilitam a ostentação de uma marca de violência como significado do popular. Ser “brabo”, “cabra macho”, “sem levar desaforo pra casa”, “o cangaceiro”,⁴⁸ são estímulos para as memórias coletivas do estado alagoano.

A formação de grupos para o cometimento de crimes em Alagoas não é indiferente a outros lugares. Mas as características do Cangaço no Nordeste tornaram-se peculiares: primeiro pelo modo e pelos lugares em que agiam; segundo pela estética e performances produzidas. A utilização de indumentárias e apetrechos, como roupas de couro para se protegerem da Caatinga e chapéus de couro com formato peculiar, tornou-se parte da memória e uma das representações do sertão. Um exemplo curioso dá-se diante da cidade de Piranhas, Alagoas, em que realizei um passeio turístico conhecido como “Rota do Cangaço”, viajando no leito do Rio São Francisco até o Município de Poço Redondo, Sergipe, lugar em que o Bando de Lampião foi morto pela Volante da Polícia Militar do Estado de Alagoas. Ao chegar, encontrei as pessoas fantasiadas de Lampião ou de Maria Bonita para recepcionar os turistas. É interessante como a simulação estimula o imaginário dos visitantes e cria uma aproximação, através de signos e de linguagens, com outras dimensões das violências.

⁴⁸ Termos considerados populares que tentam construir um significado de homem de bem, um homem forte, protetor da moral e dos bons costumes. É próximo do que as representações sociais indicam como honesto e que defende o correto. O exercício da violência é uma marca exata do formato da defesa, tendo o corpo como um instrumento *sine qua non*.

Quando tive a experiência de viajar para a cidade de Piranhas e realizar o passeio da “Rota do Cangaço”, fiquei entusiasmado pelo fato de conhecer o leito do Rio São Francisco. São muitas as histórias e os contos que me vêm à memória, inclusive de novelas que retratam uma vida no sertão e suas inimagináveis místicas. A barragem da hidrelétrica de Xingó descaracteriza o cenário; traz prejuízos às comunidades tradicionais e aos pescadores; e estimulam novas maneiras de sobrevivência. O turismo tornou-se uma alternativa à pesca cada vez mais difícil naquela região, e um dos cenários importantes turísticos é o local do massacre cometido contra o Bando de Lampião. A gruta de Angicos, localizada na Fazenda Angicos, local exato segundo a narrativa da polícia, estampa uma lápide de bronze que indica a morte dos cangaceiros, e conseqüentemente, a narrativa do fim do Cangaço. A foto emblemática das cabeças exibidas na praça pública da cidade de Piranhas e nas escadarias da Igreja Matriz da cidade de Santana do Ipanema, Alagoas, em 1938, ostenta a representação fiel da aniquilação.

As representações sociais em torno do Cangaço são reproduzidas na literatura brasileira de muitas maneiras, o cordel é certamente a principal percepção literária que conta e reconta de diversas formas os comportamentos, sensações, implicações e os cenários que contextualizavam a presença do Cangaço no Nordeste. É incomum entrar numa banca de vendas de cordel e não encontrar pelo menos um que narre de alguma maneira a história do Cangaço. A narrativa sobre esse estilo de vida é contada de inúmeras formas, retratada em livros, filmes e fuxicos, o que interfere de forma ativa na produção de incontáveis relatos sobre esse fato social. O livro intitulado *A derradeira gesta: Lampião e Nazarenos guerreando no Sertão* (2000), da cientista social Luitgarde Oliveira Cavalcanti Barros, é uma referência importante para tratar sobre os processos históricos, culturais e políticos que envolviam o Cangaço.

Quis resgatar o Cangaço como uma marca, mas também como um estilo de vida que integra elementos sociais, políticos, culturais e econômicos que constroem identidades, e se baseiam nos processos construídos a partir de experiências sociais múltiplas. É estabelecendo essas conexões que se pode entender que a memória dos atores envolvidos nesses cenários de disputa por

poder, por monopólio da violência e por legitimidade do uso da força são mecanismos contínuos de estabelecimento de *status*. A narrativa da polícia e da segurança pública, digo aqui de modo genérico do termo, é a vencedora. A caçada aos cangaceiros tornou-se a vanguarda que orienta e consolida os elementos culturais e principalmente simbólicos da guerra contra o crime.

A disputa pelo monopólio da violência escancara, no caso do Cangaço, uma experiência traumática para o contexto social de Alagoas? Ou replica uma maneira construída de forma social em torno dos tratamentos aos corpos despossuídos de poder? São as volantes que emergem como o enunciado da vitória do bem contra o mal? São as volantes o retrato em preto e branco de uma normativa de eliminação do crime? Responder a essas perguntas, tratando especificamente de cada uma, iria me levar para um caminho em que certamente eu não teria como voltar. Nesse sentido, eu as fiz para indicar uma entrada inteiramente possível para minha reflexão sobre o tema dessa tese. Dois atores fundamentais estão envolvidos nessa trama social, dois atores sociais distintos, produzindo práticas sociais congruentes. É a violência o elemento que une esses dois atores e é a violência que os separa. Esse paradoxo motiva uma abordagem em torno da memória e da necessidade de legitimar maneiras historicamente constituídas como estratégias de aniquilação.

A memória em torno do Cangaço e as maneiras produzidas pela polícia de lidar com o crime tornaram-se uma fortaleza de referências não só para a segurança pública, mas para a população. Afirmar tal perspectiva é apontar que mesmo depois de muitos avanços em torno do uso de tecnologias, inteligência e condições para a produção de análises criminais em favor da segurança pública, o imaginário dela ainda possui muitos resquícios do modelo que combatia o Cangaço. Vou apresentar alguns elementos que possam ajudar a demonstrar as configurações desse comportamento social de “combate” ao crime que incide na possibilidade de entrelaçamento da disputa por legitimidade, do uso da força e dos elementos autônomos que narram a ideia de “caçador” de “Cangaceiros” contemporâneos.

O Interventor/Governador ⁴⁹ de Alagoas entre os anos de 1935 a 1940 foi Osman Loureiro, usineiro. Segundo dados colhidos no Arquivo Público do Estado de Alagoas, há relatos jornalísticos de que ele foi responsável pela criação do segundo batalhão da Polícia Militar do estado, na cidade de Santana do Ipanema, Sertão de Alagoas, e foi também responsável por expressar a ordem para que essa polícia perseguisse Lampião, para além das fronteiras do estado e, conseqüentemente, eliminasse seu bando.⁵⁰ O Cangaço era sem dúvida o maior problema da segurança pública para os pobres e para as elites e deveria, segundo Osman Loureiro, ser aniquilado. Para isso, o governador equipou a Polícia Militar com armas automáticas e veículos que poderiam trafegar com facilidade no meio da caatinga. O uso da tecnologia para uma campanha de segurança não significa concepções humanísticas de resolução. As cabeças cortadas eram a forma inquisitória da legitimidade do poder.

Derrotar o Cangaço significou uma percepção da ordem contra o crime. E a memória em torno dela permanece como uma possibilidade de encarar os problemas relacionados a ele. Penso que esse campo de forças, chamada segurança pública, que tem como possibilidade o provento da resolução de crimes, é estabelecido por uma mediação de mão dupla. De um lado, uma cultura de combate ao crime narrada por um *ethos* de violência, pautada na “brutalidade” que proporciona o ato de decepar as cabeças, cravar os corpos de balas e a exposição dos derrotados aos entes públicos; e do outro, a busca contemporânea de significar determinados contextos de crime com o passado, ativando a memória dos entes públicos e elaborando os contextos e narrativas para o combate. São aspectos trazidos por Michel Foucault (2008) quando trata sobre “a ostentação dos suplícios”. Afirma Foucault: “As penas físicas tinham, portanto, uma parte considerável. Os costumes, a natureza dos crimes, o status dos condenados as faziam variar ainda mais”. (p.30)

⁴⁹ Osman Loureiro foi interventor do Governo “Revolucionário” de 1934-1935; logo após, tornou-se Governador Constitucional, eleito de 1935-1937; e por fim, novamente Interventor de 1937-1940.

⁵⁰ Pesquisa realizada no acervo do Arquivo Público. Documento indisponível para reprodução por se encontrar em estado de difícil manuseio.

A noção de memória coletiva é importante para que seja possível compreender esse movimento que tento acionar. O diálogo entre o passado e o presente não se trata apenas de rememorar os fatos históricos, mas de evidenciar uma relação entre os processos interativos, de identidade, de hábitos e de afetividades. Para Halbwhachs o indivíduo que lembra é sempre um indivíduo inserido e habitado por grupos de referências; a memória é sempre constituída em grupo, mas é também, sempre, um trabalho do sujeito. (p. 288).

O retorno do Cangaço para a narrativa do crime organizado em Alagoas é um movimento dentro dos processos de memória que aciona elementos importantes em torno do agir contra o crime. Dessa maneira, produzir reflexões sobre esse movimento é dialogar com as possibilidades de narrativas em torno das concepções de segurança pública em Alagoas. No artigo *Halbwachs: Memória Coletiva e Experiência* (1993) há a seguinte reflexão:

Em termos dinâmicos, a lembrança é sempre fruto de um processo coletivo, na medida em que necessita de uma comunidade afetiva, forjada no "entreter-se internamente com pessoas" característico das relações nos grupos de referência. Esta comunidade afetiva é o que permite atualizar uma identificação com a mentalidade do grupo no passado e retomar o hábito e o poder de pensar e lembrar como membro do grupo. (SANDOVAL; MAHFOUD, 1993, p. 289)

A tradução de uma nomenclatura de crime de Formação de Quadrilha⁵¹ para "Novo Cangaço" funciona como um "sistema" que possibilita o resgate de uma experiência social de outrora agora atualizada. A possibilidade de resolução de crimes - cometidos por três pessoas ou mais, ou a partir da lei das organizações criminosas de 2013 em que estipula quatro pessoas ou mais - por meio do uso da inteligência policial e uso de tecnologias tem sido recorrente, principalmente no que se refere à localização e às escutas telefônicas. Mas as práticas de confronto se manifestam como no passado. O termo dado para grupos de pessoas que se reúnem para roubar bancos em cidades pequenas e médias, no agreste e sertão do Nordeste, com uso de explosivos e armamentos de grosso calibre, é formação de quadrilha, como determina o código penal brasileiro. Mas se tornou conhecido para o campo

⁵¹ Artigo 288 do Código Penal Brasileiro.

jornalístico, e posteriormente, para a segurança pública, como o “Novo Cangaço”.

O “Novo Cangaço” não é performático como o da década de 20, do século passado, mas possui um repertório para suas práticas. Não usam uniformes, mas cometem crimes no sertão em pequenas e médias cidades, como em outrora. Além disso, faz valer, durante suas ações, um elemento simbólico recorrente na luta por poder: o medo. Nildo Viana (2006, p. 9) afirma que “a memória coletiva pode se referir tanto à memória de todos os membros de uma determinada sociedade quanto a grupos sociais no seu interior.”. Ou seja, os elementos de cognição que foram produzidos entre a história e a memória estimulam processos interacionais e representacionais potencialmente coletivos, mas também individuais. A segurança pública em Alagoas oferece, a partir do seu ponto de vitória, por meio de várias estratégias, a possibilidade de os seus membros produzirem modos de operar, e de conhecer sobre o funcionamento institucional do combate ao crime.

Antes da Lei nº 12.850⁵², de agosto de 2013, qualquer pessoa que se reunisse para o cometimento de crime e fosse presa por esse fato era enquadrada pelo artigo 288⁵³ do código penal brasileiro, ou pelo artigo 35 da lei de drogas de 2006 como Associação para o Tráfico. Essa é uma questão importante porque o surgimento da chamada “lei das organizações criminosas” ocorre em um período de efervescência dos debates em torno das violências, principalmente dos Crimes Violentos Letais e Intencionais ocorridos na maioria das capitais do país, e principalmente pelas narrativas policiais e da justiça de que esse fenômeno girava em torno das práticas cotidianas das facções criminosas nos estados da federação.

A “lei das organizações criminosas” é um marcador temporal interessante porque ela inaugura um novo movimento da segurança pública

⁵² Define organização criminosa e dispõe sobre a investigação criminal, os meios de obtenção da prova, infrações penais correlatas e o procedimento criminal; altera o Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); revoga a Lei no 9.034, de 3 de maio de 1995; e dá outras providências.

⁵³ O crime de associação criminosa consiste no fato de "associarem-se 3 (três) ou mais pessoas, para o fim específico de cometer crimes”.

caracterizado por sua aproximação com instrumentos tecnológicos e seu fortalecimento de redes para a produção de provas contra indivíduos que se reúnem para o cometimento de atos infracionais. Mas se tornou também um instrumento de mediação simbólica para os operadores do direito e para os agentes da segurança pública. É a partir do exemplo do “Novo Cangaço” que apresento uma narrativa colhida durante a pesquisa de campo com policiais militares e policiais que trabalham no serviço de inteligência da Secretaria de Segurança Pública do Estado de Alagoas. Trata-se de uma distinção nativa do que é uma Organização Criminosa e suas características e o que é uma Facção Criminosa. As diferenças são apresentadas de acordo com uma possibilidade legal, buscando sedimentação na lei e na prática cotidiana do trabalho policial.

3.2 - Entre organização e facção criminosa: a construção de uma narrativa policial alagoana em torno dessas categorias.

Acredito que esses pontos que vou apresentar fornecerão elementos para compreensão em torno das narrativas, da interpretação da lei e de como são formadas as categorias nativas no trabalho policial. A possibilidade de estabelecer distinção entre Organização Criminosa e Facção Criminosa atende duas possibilidades do ponto de vista da narrativa policial: a primeira aponta para um recorte em torno do *status* e da hierarquização do crime e dos seus autores e; a segunda aponta para a popularidade do crime, onde ocorre e quem o comete. Quanto mais “popular” é o crime, mas ele se aproxima de uma característica de cometimento por uma Facção Criminosa. A lei que se refere às organizações criminosas traz a seguinte afirmativa:

Considera-se organização criminosa a associação de 4 (quatro) ou mais pessoas estruturalmente ordenada e caracterizada pela **divisão de tarefas**, ainda que **informalmente**, com objetivo de obter, direta ou indiretamente, vantagem de qualquer natureza, mediante a prática de infrações penais cujas penas máximas sejam superiores a 4 (quatro) anos, ou que sejam de caráter transnacional. (Presidência da República, lei 12.850 de 2013).

“A lei é genérica” é a frase usada pelos policiais do serviço de inteligência da SSP/AL para iniciarem as narrativas de distinção entre

Organização Criminosa e Facção Criminosa. Dizem os policiais: “a lei traz em termos genéricos o que seria uma Organização Criminosa, não diz qual o crime que pode ser enquadrado nela”. Esse olhar estabeleceu inúmeras possibilidades de interpretação para esses agentes, como também produziu mecanismos acionados através da memória para categorizar os processos de identificação de grupos característicos. É fundamental compreender as dinâmicas de trabalho exercidas por esses policiais para que eles possam construir tal categorização e distinção.

Durante a pesquisa de campo, eu suspeitava que houvesse essa distinção. Quando eu utilizava o termo “Organização Criminosa” com os policiais, durante as atividades de pesquisa, era sonoro o som evocando PCC e CVRL, mas não somente. O discurso em torno do tráfico de drogas e a participação de jovens tornaram evidente uma das configurações produzidas por esses atores no processo de formação de uma representação social ligada às nomenclaturas que indicam para indivíduos que têm envolvimento em crimes cometidos em grupo. Na medida em que isso se tornava claro, eu produzia cenários de estímulos para que houvesse uma notada característica de distinção, já que percebi uma possibilidade interessante de debater sobre essa questão. Esse modo de pensar dos meus interlocutores não é conceitual, não está na ordem dos estudos em torno do direito ou de uma reflexão sociológica ou antropológica, ele envolve dinâmicas sociais do cotidiano do trabalho policial:

A Organização Criminosa é uma lei genérica. É juntar de quatro ou mais pessoas para cometer ato ilícito com fim de obter lucro. Essa lei em si, a lei não cita tráfico de drogas. Tanto é que que você pode pegar os políticos, se se juntarem e dividirem tarefas, pode montar uma organização criminosa e responder com crime de colarinho branco. Vai entrar no crime de Organização criminosa. Organização criminosa pode cometer qualquer tipo de crime, lavagem de dinheiro, clonagem de cartão, juntou pessoas, uma conversa com gerente, outro vai na lojinha clonar, daí você tem um crime que cabe pra organização criminosa. Aí o que define? Tarefas, grau de organização hierarquizado. (PM 1, Serviço de Inteligência, 2017/Capitão, 20 anos de serviço)

A descrição da lei narrada pelo interlocutor não diferencia do que diz a transcrição da lei na originalidade. Mas encontro uma citação específica na sua fala e que é notadamente a narrativa policial. Durante as atividades de

pesquisa, é unânime a eleição do tráfico de drogas como o elemento central da distinção entre um e/ou outro. É o tráfico de drogas o primeiro elemento sensível dos policiais quando se trata de uma perspectiva de construção de memória em torno de uma representação sobre as Facções criminosas. É interessante perceber como os crimes considerados mais “sofisticados” possibilitam um imaginário de diferenciação também. Essa perspectiva colocada pelo interlocutor inicia um diálogo sobre os elementos que configuram as distinções e que irá possibilitar dialogar sobre as questões que são fundamentais para encarar esse processo de identificação e de passividade encontrado nas falas dos meus interlocutores policiais militares e da inteligência da SSP-AL.

O *status* e o processo de hierarquização dos crimes é um movimento “natural” do imaginário policial. É, através do fato de se exercer cotidianamente e rotineiramente um trabalho específico, que se consegue distinguir as figuras que identificam o quebra-cabeça do serviço ordinário policial. Portanto, ao exercerem suas procuras, ou como me disse o subcomandante do Batalhão de Rádio Patrulha, “ao caçar”, isso possibilita que os policiais encontrem essas figuras que irão produzir seus possíveis pedaços de memória para o quebra-cabeça. Ou seja, existirá um evento em que os policiais não serão mais colocados diante de dificuldades para montar o quebra-cabeça, porque as figuras serão identificadas logo no primeiro olhar quando essas peças estiverem expostas. Noutro momento, certamente passarão por outros embates em que precisem se empenhar para produzir memórias novas, para um novo desafio do quebra-cabeça. Mesmo dito como um trabalho que requer uma rotina, a memória coletiva, produzida e reproduzida pelos policiais militares é estimulada de forma dialética.

As lembranças são instrumentos importantes para esses atores; são justamente as combinações produzidas por uma memória histórica e uma perspectiva reflexiva em torno dos espaços públicos; dos territórios e; das narrativas referentes à segurança pública e aos crimes que orientam determinadas representações em torno de alguns fatos sociais. É por isso que o tráfico – e não o estelionato ou a lavagem de dinheiro – produzem uma lupa

automática aos olhos dos policiais militares para a montagem de um novo quebra-cabeça. Os códigos que envolvem esses crimes não integram, de forma constante, o trabalho rotineiro, sendo assim, eles são condicionados e levados para um campo de possibilidades que indicam as produções em torno das distinções. Partindo do campo da memória e dos elementos que caracterizam essas diferenças, proponho um diálogo entre esses possíveis argumentos através das narrativas dos meus interlocutores:

As Facções Criminosas no Brasil são aquelas que cometem crime de **tráfico de drogas e dominam o presídio**. Aí a gente já consegue restringir, entendeu? Elas se denominam por alguma sigla, por exemplo, Primeiro Comando da Capital, Comando Vermelho, GDE – Guardiões do Estado, **eles mesmo se definem, eu quero ser da facção tal**, porque esse aqui é **ligado a tal bairro**. Igual uma torcida organizada, vai pela camisa, pela cor, pelo grito de guerra, existe uma diferença [em relação à Organização Criminosa]. As Facções Criminosas criam certas características ou perfis que de longe as identificam, uma sigla, **jeito de falar, onde reside** e a quem se reporta. Já as Organizações Criminosas é no geral. (PM 2, Serviço de Inteligência, 2017/ Capitão, 21 anos de serviço) (grifo meu)

A narrativa acima descrita é importante porque me possibilita interpretar o cenário no qual o quebra-cabeça conseguiu ser montado. A diferença entre Organização Criminosa e Facção Criminosa não reside na identificação do crime cometido deliberadamente, mas na identificação de elementos linguísticos que caracterizam os sujeitos, bem como de elementos ligados ao grupo, à popularidade do crime e ao local onde ele é cometido. Ou seja, há pelos menos três elementos que envolvem possibilidades interpretativas no campo social, cultural e econômico. Além disso, apresenta-se uma estimulante discussão entre territorialidade e subjetividade que atravessa os elementos que condicionam as representações sociais produzidas e reproduzidas pelos policiais militares. Destaquei em negrito quatro representações que me pareceram importantes para debater sobre os aspectos que diferenciam os atores em questão e, tomando como auxílio a perspectiva teórica de Michel Misse (2010), tentarei organizar algumas reflexões.

O policial Militar apresentou, no início do seu enunciado representacional, um tipo de crime popular e um local específico de estabelecimento das facções. Essa forma de descrição é um marcador importante porque aponta uma das principais narrativas nacionais em torno das

Facções Criminosas. A importação dessas informações faz parte do imaginário policial e também do literário sobre o surgimento e os processos sociais que orientam os estudos ante esses fenômenos, mas também ante os modelos de segurança pública que são colocados em prática no cotidiano das grandes e médias cidades. No livro intitulado *Guerra: a ascensão do PCC e o mundo do crime no Brasil (2018)*, de Paes Manso e Nunes Dias, há uma consideração importante em torno dos lócus e do tipo de mercado que orientam os crimes e arregimentação de pessoas para a participação das facções. Na primeira parte do livro, a autora e o autor narram os fatos a partir de entrevistas com presidiários membros do PCC e do CVRL para compreender os processos que deram início à guerra entre elas.

Ao trazer os relatos dos membros presos das Facções Criminosas, os autores apontam para uma ordem representacional produzida pelo Policial Militar que forneceu a narrativa anterior. Certamente, a ideia de que o presídio e o mercado ilícito de drogas são duas frentes de organização para o crime mobiliza as maneiras de agir do policial e produz elementos normativos diante desses fatos. As vivências no cotidiano dos presídios, como policial da inteligência, bem como os cursos de aperfeiçoamento e de estímulos da segurança pública possibilitaram ao policial, em sua perspectiva, identificar os “sintomas” que constroem as facções nos presídios de Alagoas. A construção de redes e de identidade com grupos criminosos é uma das narrativas interessantes que os policiais trazem e que serão exploradas nos capítulos 5 e 6. Seguindo, é importante não perder de vista que os processos que orientam essas narrativas estão no campo da memória, da lembrança, mas principalmente do processo estimulado por sujeições criminais:

O mais conhecido desses tipos é o sujeito que, no Brasil, é rotulado como “bandido”, o sujeito criminal que é produzido pela interpelação da polícia, da moralidade pública e das leis penais. Não é qualquer sujeito incriminado, mas um sujeito por assim dizer “especial”, aquele cuja morte ou desaparecimento podem ser amplamente desejados. A minha questão envolve a constatação de uma complexa afinidade entre certas práticas criminais – as que provocam abrangente sentimento de insegurança na vida cotidiana das cidades – e certos “tipos sociais” de agentes demarcados (e acusados) socialmente pela pobreza, pela cor e pelo estilo de vida. Seus crimes os diferenciam de todos os outros autores de crime, não são apenas criminosos; são “marginais”, “violentos”, “bandidos”. (MISSE, 2010, p.17).

O diálogo que faço com essa citação de Misse (2010) me permite trazer os elementos que são indicados pelo Policial Militar 2 durante a atividade de pesquisa. A primeira questão é o tipo de crime sinalizado como identificador de atividade criminal de uma facção criminosa; e a segunda, os elementos que orientam os processos de significação das sociabilidades de grupos sociais específicos. A distinção entre um crime e outro é um aspecto importante apresentado por Misse (2010) e que identifiquei claramente no depoimento fornecido pelo Policial Militar 2. O vínculo produzido entre o tráfico de drogas e a participação efetiva de pessoas enquanto membro de grupos criminosos é um instrumento de enquadramento real que é colocado em prática no cotidiano dos policiais. É um crime popular, no sentido de ser algo corriqueiro, comum e público. Mas é popular por ser também um crime cometido por pessoas das camadas populares, pessoas com baixa instrução ou escolaridade que residem em bairros tidos como populares, periféricos, e não possuem emprego:

Pesquisador: Qual perfil das pessoas que estão envolvidas com Facções Criminosas?

Policial Militar 2: geralmente são pessoas sem escolaridade, às vezes nem sabe contar o dinheiro que entra e que sai do tráfico. Uma característica marcante é que a maioria são jovens e negros, acho que todos são jovens, difícil você encontrar um cara maior de 30 anos e são moradores da periferia. (Policial Militar 2, Serviço de Inteligência, 2017)

Essas representações são importantes porque possibilitam um diálogo significativo sobre o tema. Os elementos de sujeições criminais estão colocados de forma dita e reproduzida cotidianamente através desses marcadores sociais, culturais e políticos. Os elementos da linguagem, o local onde residem e os estilos de vida dos sujeitos são fundamentais nesse processo. Não é apenas uma constatação construída a partir das experiências policiais, mas é de fato uma estrutura que mobiliza o apontamento em torno de um potencial suspeito e um potencial indivíduo que possui uma vida de menor valor. Esses processos de significações em torno dos sujeitos criminais produzem duas vias que se devem observar com uma atenção especial. A primeira envolve as perspectivas de traduções em torno do corpo negro; a segunda, os processos de desenvolvimento cognitivo em torno dos bairros e territórios de Maceió. Essas duas questões andam juntas e combinam um

complexo manejo que possibilita a produção e a reprodução de imagens que compõem uma tática de identificação das peças do quebra-cabeça policial.

O corpo negro, marcado por significados relacionados à recepção da violência, é o mesmo corpo que guarda os elementos simbólicos em torno da sujeição criminal. Sendo o racismo um elemento estrutural da nossa sociedade, ele decodifica os processos em torno da construção e reprodução do suspeito. Certamente é esse o diálogo conduzido por Misse (2010) e que pode ser também identificado na narrativa do interlocutor, a partir dos elementos representacionais citados e da decodificação das experiências produzidas em suas atividades. O quebra-cabeça reúne inúmeras peças e cada peça permite uma reflexão de natureza teórica, mas principalmente prática, tendo a observação e as narrativas como principais campos de produção de evidências.

É importante destacar que os processos migratórios que ocorrem em Alagoas desde os anos de 1970 foram resultados de uma política de exclusão que se efetivava com grande latência desde o período colonial. Esse estado nunca promoveu políticas de inclusão para pessoas negras, em consonância com as orientações produzidas em âmbito nacional. Como afirmava o sociólogo Paulo Décio de Arruda (1999) em sua tese de doutorado, as usinas de cana-de açúcar promoveram intensas mudanças estruturais em seu modelo de desenvolvimento e expulsaram inúmeros trabalhadores das áreas rurais, estimulando suas idas para os centros urbanos, tendo Maceió como o principal destino. É importante destacar que Arruda (1999) estava se referindo aos trabalhadores negros que se mantinham na atividade açucareira, principalmente no corte da cana. São esses os corpos que passam a frequentar de forma intensa os espaços e territórios da cidade de Maceió, construindo significados de moradias e de pertença num contexto de negação de direitos fundamentais.

São esses corpos, marcados pelo passado, pelas violências, pelo julgamento do crime que encaram a cena pública de forma mais intensa. O cenário urbano é também um cenário de exclusão, de disputa por espaços e de

processamentos de significações, enquanto a segregação espacial e corporal alinha a tônica dos enredos produzidos pelas elites e pelos seus mecanismos de proteção e de controles estabelecidos. Os corpos negros ativos na luta cotidiana travam batalhas intermináveis diante do poder e da busca por visibilidade. Nesse contexto, há ativações das memórias em torno desses corpos que são produzidos por meio das faces capacitadas pelo desenvolvimento cognitivo e que estimulam os processos encarnados em elementos de sujeições criminais. Sendo assim, encarando as articulações em torno das narrativas e dos elementos teóricos, percebo que nesse processo de construção de suspeitos, que indicam uma cor estabelecida para determinados encadeamentos de produção de crimes, há um destaque importante do racismo no processamento de produção de suspeitos.

A tradução em torno dos significados relativos ao corpo negro é sem dúvida mediada pela sua presença nos espaços públicos. Esse corpo percorre os territórios da cidade através de uma esteira estática. É essa a forma como eu poderia ilustrar os mecanismos produzidos historicamente para marcar esse corpo como pertencente exclusivamente às marcas do passado e, conseqüentemente, à violência. É o passado que impossibilita esse corpo de ir em direção ao seu direito de não ser criminalizado, de não ser julgado e morto moralmente pelo julgamento público. O sentimento de negação à cidadania tornou-se comum para pessoas de pele preta. A história da formação das cidades brasileiras, principalmente na região Nordeste, é bastante perversa para afro-brasileiros. As cidades, antes províncias, foram palcos de castigos, perseguições e encarceramentos que ao longo dos anos tornaram-se parte da memória coletiva da sociedade brasileira. O processo de vigilância em torno da população afro-brasileira é condição de existência para o Estado que impõe dinâmicas de perseguição utilizando velhos e novos mecanismos de vigilância para reproduzir o racismo institucional. Destaco a seguinte citação:

Na favela Big Brother, todos observam e são observados de cima, de baixo, de lado e ao redor. Todo mundo precisa vigiar quem vigia. Um mundo em estado de alerta, conformado por testemunhas oculares, em que se vivenciam relações nuas sob os holofotes das ferramentas de controle social. Com seus bastidores crus escancarados, sem lugar de descanso com olhos fechados, os moradores de favela colocam-se à flor de sua pele. Principalmente diante das variadas

formas sofridas de assédio para contar uma verdade, constituir uma prova, no limite, contra o seu próprio lugar social e seu próprio mundo. (CECCHETTO; MUNIZ; MONTEIRO, 2018, p. 105)

A noção de território, traduzida a partir da identificação dos bairros como um marcador social que interfere no diagnóstico representacional em torno das Facções Criminosas, é um importante elemento para analisar as narrativas produzidas por policiais militares. Pensar sobre a presença e incidência de crimes em Maceió não é um grande esforço. Os dados estatísticos em torno dos homicídios, dos roubos e do tráfico de drogas possuem expressividades nas periferias da cidade. O olhar policial, da segurança pública como um todo, aponta para elementos demarcadores da importância do território como um elemento chave nos processos de produção e reprodução de políticas públicas. É fato que sempre houve um apelo da segurança pública com foco no modelo de repressão nas periferias, mas a partir do ano de 2009 torna-se pública em Maceió a ideia de priorizar os territórios como uma estratégia de resolução dos problemas da violência.

O processo de ocupação dos bairros de Maceió se deu a partir dos mesmos processos ocorridos nas principais capitais do Brasil. O desordenamento da ocupação ocorreu em função de um apelo da cidade como um lugar de oportunidades e falta de políticas públicas eficazes diante do volume de pessoas que participaram desses fluxos migratórios. O aspecto de favelização, no caso maceioense, de produção de Grotas⁵⁴, tornou-se um elemento estético na maior parte da cidade, residindo uma parcela significativa da população parda e negra de Maceió nesses territórios. Nos poucos programas habitacionais desenvolvidos em Maceió, destaca-se o Complexo Benedito Bentes, construído em 1986, localizado na periferia da cidade e que hoje conta com aproximadamente 200 mil habitantes. Outros bairros foram construídos e ocupados ao longo dos anos, como por exemplo, Cidade Universitária, Clima Bom e bairros mais antigos, entre eles, o Jacintinho e o Vergel do Lago. É a partir desses territórios e espaços de moradia que foram e

⁵⁴ Territórios de moradia produzidos a partir de ocupações desordenadas em regiões de Vales na cidade de Maceió. A cidade conta com aproximadamente 150 grotas, com uma população que somando se aproximam de 200 mil pessoas. As Grotas são ocupações com características similares as Favelas no Rio de Janeiro.

são construídas as elaborações representacionais em torno do crime e do território em Maceió.

Não há como estabelecer um diálogo sobre as questões que estou discutindo sem levar em conta os elementos relacionados aos processos de significação dos corpos e dos territórios. São esses elementos que impulsionam os olhares em torno da noção de Facção Criminosa em Maceió. Assim como é possível identificar nas falas dos policiais militares, há uma presença forte dos jornais em torno dessa perspectiva de identificação. Nesse sentido, vou estabelecer, a partir de agora, uma descrição e reflexão em torno dos projetos de políticas públicas que foram colocados em prática em Alagoas, com foco em Maceió, e que estabeleceram como ferramenta a noção de território. Aproveitarei essas discussões para apresentar dados estatísticos relativos às violências ocorridas em Maceió. Ao montar esse cenário, tenho a intenção de organizar um enredo sobre os processos que irão acarretar posteriormente na política de preocupação com as Facções Criminosas.

3.3 – Territórios e corpo: as políticas públicas de “combate” à violência em Alagoas e o lugar privilegiado das Facções Criminosas nas narrativas da violência.

O Estado de Alagoas reúne pelo menos três experiências importantes que tentam construir um repertório em torno de um movimento de consolidação de uma estratégia de segurança pública. Todas essas estratégias foram produzidas e colocadas em prática à luz de uma perspectiva nacional. Ou seja, oriundas de uma noção produzida pelo Governo Federal e experimentadas em Alagoas como em um laboratório. Esse movimento acordado entre os entes federados e o Ministério da Justiça, através da SENASP – Secretária Nacional de Segurança Pública, possibilitou que o Estado de Alagoas pudesse encarar um desafio em torno de uma política eficaz que reduzisse os índices de violência, em especial, dos Crimes Letais Intencionais, que estavam em alta em no estado. É nesse contexto de alta taxa de homicídios que nasce um cenário de possibilidades experimentais para tentar resolver o problema da

violência local. As políticas de segurança embarcam para Maceió de forma emergencial e são colocados em prática de forma extremamente precária.

Todos esses projetos que foram trazidos para Alagoas estavam dentro dos marcos referenciais construídos pelos governos petistas (2002-2016). O PRONASCI – Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania possibilitou um marco orientador para a segurança pública em alguns estados do Nordeste, que despontavam com problemas reais em torno de dificuldades para encarar as demandas sociais por segurança. Nesse contexto, Maceió recebe o pacote das primeiras maneiras de resolução da violência e a partir desse momento a noção de território é colocada na narrativa da Secretária de Segurança Pública, tendo como projeto fundador dessa noção a estratégia do *Programa Território de Paz*. O próprio nome indica a supervalorização da palavra território, customizado para uma realidade maceioense, na qual pode-se perceber o novo estímulo de uma preocupação com os elementos culturais e políticos da cidade. Certamente essa experiência fundou um novo modelo de olhar para os territórios e produziu, posteriormente, uma forma autônoma da segurança pública alagoana incrivelmente perversa em torno dos territórios.

No ano de 2009, o *Programa Território de Paz* se tornou a primeira ação de redução de homicídios nos territórios de maior incidência. Os bairros com maiores índices de CVLI foram os territórios centrais das ações desse programa. Articulando uma proposta de acesso a direitos fundamentais, esporte e lazer para jovens, tinha como articulador fundamental o diálogo entre a sociedade civil e os atores da segurança pública, por meio das Bases comunitárias de Segurança Pública. Os *Territórios de Paz* foram instituídos em quatro bairros de Maceió e tinham como pontapé inicial a criação do GGIM - Gabinete de Gestão Integrada Municipal, como também, o PROTEJO - Projeto para Jovens em Território de Descoesão Social, que consistia em atender jovens de territórios vulneráveis. Além disso, havia também o projeto *Mulheres da Paz* que fomentava e articulava a participação das mulheres das comunidades. Foram iniciativas com o foco central nos territórios e com uma abordagem em torno da construção de uma perspectiva de produção de coesão social e reprodução de uma cultura de paz.

A primeira questão que me chamou a atenção no repertório construído e reproduzido sobre essa política se encontrou na possibilidade da utilização das Bases Comunitárias de Segurança Pública como um agente socializador de boas práticas. A ideia de acesso a direitos, tendo o policial militar como um mediador de problemas enfrentados nos territórios, estabelece um cenário confuso e paradoxal frente à cultura política constituída ao longo dos anos por esses atores. Relativamente aos processos sociais e culturais encarados pelos policiais militares de Alagoas, não há como pensar nesses atores instituindo campos de mediação de direitos, frente ao imaginário das pessoas moradoras dos territórios, e também dos próprios policiais militares em torno desses territórios de atuação. Os elementos representacionais produzidos e reproduzidos pelos atores envolvidos nesse jogo são as chaves que respondem, por exemplo, ao afastamento da polícia comunitária dos outros projetos que compunham o *Território de Paz*, como o PROTEJO e o *Mulheres da Paz*.

A segunda questão, que afirmo ser um processo contínuo ao que me referi acima, foram as etapas construídas para a efetivação desse projeto nos territórios. A primeira etapa foi o movimento de saturação das áreas de implementações: Complexo Benedito Bentes, Vergel do Lago, Jacintinho e Clima Bom. Esses processos de saturação e suas narrativas são importantes para a construção da nossa dissertativa sobre as Facções Criminosas em Alagoas, justamente porque elas não aparecem nesse processo. Em 2009, em um dos períodos de maior intensidade da violência em Maceió, não há registros de informações sobre Facções Criminosas. Os “territórios das violências”, eleitos a partir dos dados estatísticos da Secretaria de Segurança Pública, concentravam a maior parte dos homicídios que compunham a taxa de 59,2 por 100 mil (2009) e de 66,8 por 100 mil habitantes (2010) do Estado de Alagoas, tendo como a narrativa do problema o mercado ilícito de drogas; tráfico de drogas.

Usando dados dos Relatórios do Mapa da Violência, constato que em 10 anos (2000/ 2011) ocorreu um aumento aproximado de 13,2% no número de Mortes Violentas Intencionais, nesse mesmo período a população brasileira

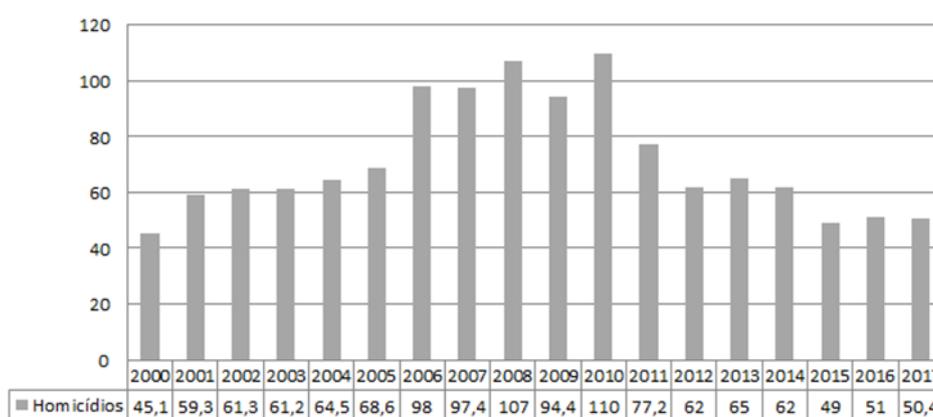
aumentou em 11,1%. Outro dado importante, constatado por Waiselfisz (2008), foi que 556 municípios (10% do total de 5.570) concentraram 73,3% dos homicídios acontecidos no país no ano de 2006. Esses mesmos municípios concentram 44,1% da população brasileira, o que demonstra uma relação interessante entre urbanização e Mortes Violentas Intencionais. Pode-se apontar pelo menos três fatores importantes que poderiam ter peso positivo nesse fenômeno. O primeiro está relacionado ao intenso processo de urbanização que produziu o crescimento horizontal da cidade, e com isso a dificuldade de efetivação de políticas públicas, inclusive de segurança. O segundo pode estar relacionado à inércia do poder legislativo em promover a modernização da arquitetura institucional da segurança pública. E o terceiro está relacionado, possivelmente, ao aumento do consumo de drogas e de seu comércio ilegal no varejo nas áreas urbanas.

Paralelamente ao fenômeno do aumento constante das Mortes Violentas Intencionais no Brasil, Waiselfisz (2012), analisando apenas as taxas dos crimes de homicídio no período 2000/2010, constatou um novo padrão na incidência entre as regiões e os estados. Em alguns estados, o aumento foi vertiginoso, como o caso da Bahia que teve aumento de 303,2% na taxa de homicídio para cada grupo de 100 mil, enquanto que o Rio de Janeiro teve redução de 48,1%. As regiões Norte e Nordeste tiveram aumentos de 100,9% e 76,4% respectivamente; já a região Sudeste teve uma redução de 48,1%; e as regiões Sul e Centro-Oeste tiveram, respectivamente, aumentos de 53,6% e 2,6%. Dependendo da região e do estado, há uma assimetria na distribuição temporal e espacial dos crimes de homicídio, isso demonstra que existem aspectos socioeconômicos que contribuem positiva ou negativamente para o fenômeno em análise.

O caso que mais chamou a atenção foi o de Alagoas. Esse estado apresentava uma taxa de 25,6 homicídios por 100 mil habitantes no ano de 2000, passando para 66,8 em 2010, apresentando, portanto, a maior taxa entre os estados do Brasil. Interessante notar que esse mesmo estado ocupava a 11ª colocação no ano de 2000. No entanto, a capital Maceió saiu de uma taxa de 45,1 para 109,9, sofrendo uma variação de 143,5% e se tornando,

consequentemente, a capital com a maior taxa. A partir de 2012, porém, o estado experimentou uma redução gradativa de suas taxas, devido a programas como, por exemplo, o *Brasil mais Seguro*⁵⁵, do Governo Federal, lançado no dia 27 de junho de 2012 e que teve Alagoas como projeto piloto, como é possível verificar no Gráfico 1:

Gráfico Nº1: Homicídios Dolosos - Alagoas - 2000/2017



Fonte: Mapa da Violência, 2016; Secretária de Segurança Pública de Alagoas, 2017.

Mesmo com a redução das taxas de homicídio na série histórica 2012/2017, os números ainda são dramáticos para o estado, a taxa de 50,4 é mais que o dobro da média nacional (23,1 homicídios para cada grupo de 100 mil habitantes). A situação ainda fica mais grave quando se analisa a idade das vítimas e a cor de suas peles. Waiselfisz (2016), no relatório intitulado Mapa da violência 2016: homicídios por arma de fogo no Brasil, constata que Alagoas apresentou uma taxa de 124 para a população entre 15 e 29 anos (naquele ano a taxa nacional foi de 51,6). Quanto à cor das vítimas, o estado alagoano

⁵⁵ Lançado em caráter piloto, o programa recebeu do governo federal cerca de R\$ 25 milhões em investimentos, somente para ações em Alagoas. Os recursos foram encaminhados ao sistema de Justiça, às Polícias Federal e Rodoviária Federal que atuaram no estado, e foi utilizado para a aquisição de equipamentos, capacitação e aperfeiçoamento da polícia técnica, além de instalação de bases fixas e móveis de vídeo monitoramento. Importante destacar também que Alagoas recebeu durante os governos Petistas, primeiro no governo Lula, e posteriormente, no governo Dilma Rousseff políticas de segurança pública, sempre na fase de experimentação ou piloto.

apresentou uma taxa de 71,1 (população negra), a maior entre os estados, mais que o dobro da taxa nacional.

No mesmo ano, foram registrados no Estado de Alagoas 1.913 CVLI, sendo que 1.698 casos foram de homicídios dolosos. Por fim, foi registrado na cidade de Maceió um total de 581 casos de homicídio, concentrando 35,5% desses registros. O problema é que esse tipo de crime não incide de forma uniforme no espaço, alguns setores apresentam aspectos físicos e humanos que contribuem de forma positiva para o fenômeno da incidência assimétrica dos homicídios no espaço. O objetivo é compreender quais aspectos (físicos e humanos) têm peso positivo nesse fenômeno.

A análise e compreensão da incidência assimétricas dos homicídios no espaço habitado envolve estabelecer relações entre a incidência deste tipo de crime e a estrutura urbana (BEATO, 2008). Aspectos arquitetônicos e urbanísticos contribuem positiva ou negativamente para as ocorrências criminais, que podem ser combinadas a outros aspectos humanos e econômicos. Nesse caso, a presença de mercados ilícitos de drogas é uma variável preponderante, já que os conflitos decorrentes do controle de pontos de venda tornam-se frequentes e intensos. É importante atentar para o fato de que a cidade é um mosaico de pequenos mundos; formada por múltiplas realidades econômicas, geográficas e humanas, segregadas na maioria das vezes (PARK, 1976). Por esse motivo, é importante que o analista esteja atendo para as inúmeras dimensões que podem estar atuando como vetores (forças combinadas) no fenômeno da assimetria.

Para a análise do fenômeno da assimetria, foi utilizada uma amostra de 581 homicídios que ocorreram na cidade de Maceió no ano de 2017. Os dados foram disponibilizados pela Secretaria de Segurança Pública. A cidade de Maceió é formada por 50 bairros, compreendendo um conjunto de 1058 setores censitários. Ocorre que apenas 6 bairros (Benedito Bentes, Cidade Universitária, Jacintinho, Clima Bom, Tabuleiro dos Martins e Vergel do Lago) concentram 49,2% dos homicídios registrados na cidade, ou seja, 286 casos de 581. Eles concentram uma população residente de 398.285 habitantes,

representando 42,7% do total. Isso indica uma relação forte entre a quantidade populacional e a incidência de homicídios. Os seis bairros em questão podem ser divididos em dois grupos: o primeiro compreende uma grande área agregada da cidade de Maceió (Benedito Bentes, Cidade Universitária, Clima Bom e Tabuleiro dos Martins); e o segundo, os bairros do Jacintinho e Vergel (não formam um agregado, são distintos geograficamente e apresentam características socioeconômicas bem diferentes). Contudo, todos esses bairros passaram por intensos processos de periferização.

Tabela Nº2: Quantidade de Homicídios – Bairros/população

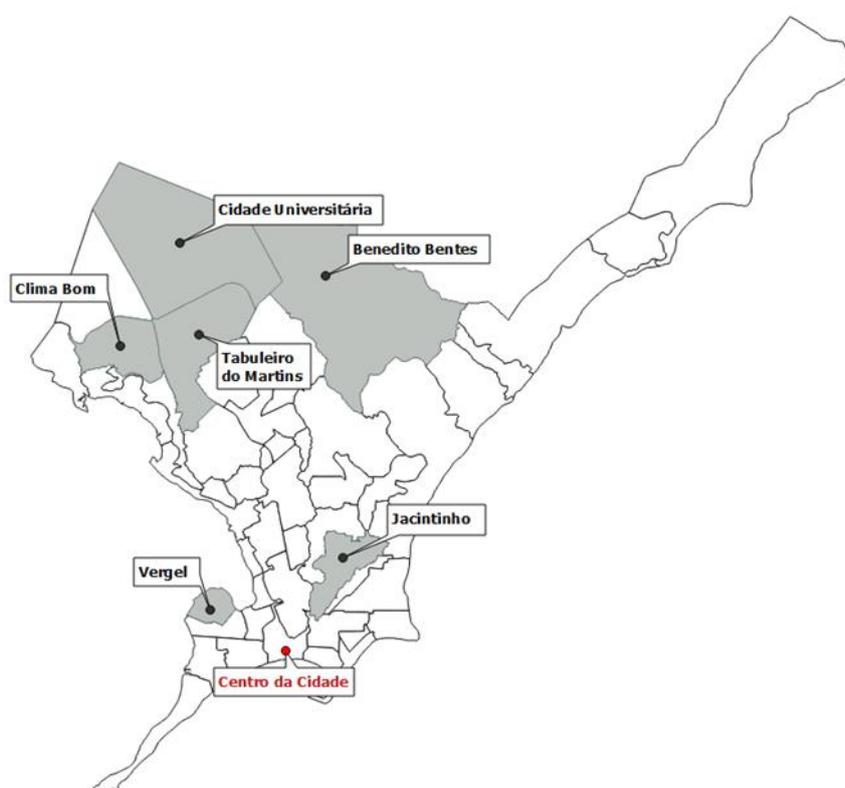
Bairro	População	Homicídio	Taxa
Benedito Bentes	88084	71	12,2
Cidade Universitária	71441	56	9,6
Jacintinho	86514	56	9,6
Clima Bom	55952	43	7,4
Tabuleiro do Martins	64755	34	5,9
Vergel do Lago	31538	26	4,5
	398284	286	49,2
Total Geral	932748	581	100

Fonte: Secretaria de Segurança Pública de Alagoas, 2017.

Os conjuntos dos quatro bairros formam uma grande área de aproximadamente 56 km² que está no limite da cidade com a zona rural e corresponde a 25% da área da cidade. É possível elencar algumas características comuns: deficiente sistema de transporte urbano; baixa cobertura da rede de esgotamento sanitário; presença de aglomerados subnormais, além das altas incidências criminais. O crescimento desses bairros

se deu a partir do crescimento natural da cidade em direção à zona rural a partir do início da década de 1980, quando grandes conjuntos habitacionais foram construídos em áreas isoladas da cidade, a exemplo do Benedito Bentes, Eustáquio Gomes, Graciliano Ramos, Osman Loureiro, dentre outros. Esses projetos urbanos induziram o crescimento da cidade de forma horizontal, fazendo surgir esses bairros.

Mapa 1º: Bairros de Maceió com maiores incidências de homicídios.



Fonte: Secretaria de Segurança Pública de Alagoas, 2017.

Essa grande área apresenta algumas características, como a formação por diversas “comunidades”, por esse motivo não seria possível pensar em homogeneidade. Nelas, é possível encontrar: conjuntos habitacionais; condomínios de casas e apartamentos; loteamentos regulares e irregulares e; inúmeras favelas (aglomerados subnormais). Isso vale para as dinâmicas socioeconômicas em que é possível identificar: pequenos núcleos comerciais; grandes redes de supermercado; feiras regulares e irregulares; um grande

shopping center; duas grandes lojas de material de construção; um loja de atacado e varejo de uma grande rede nacional (Atacadão); diversas redes bancárias; Universidade Federal de Alagoas, etc. É possível arriscar que essas áreas já desenvolveram uma certa autonomia em relação ao centro da cidade, porém, seria necessário um estudo específico para defender essas hipóteses, que não é o objetivo desse trabalho.

Por outro lado, os bairros do Jacintinho e do Vergel apresentam características um pouco diferentes. O Jacintinho tem aproximadamente $\frac{1}{3}$ da sua área formada por habitações irregulares, denominadas popularmente por grotas; paradoxalmente, faz fronteiras com os bairros de classe alta da cidade, onde muitos de seus moradores trabalham em funções como porteiros, empregadas domésticas, funcionários de lojas e supermercados, etc. Já o vergel é um bairro localizado às margens da lagoa Mundaú, a maior do estado, que surgiu de um processo de aterramento de manguezais no final da década de 1970, onde três conjuntos habitacionais de casas populares foram construídos. É uma das áreas de maior vulnerabilidade social da cidade.

No geral, esses seis bairros apresentam inúmeros problemas socioeconômicos que contribuem para a incidência de homicídios. No entanto, analisar todas essas características seria muito difícil já que cada bairro apresenta traços especiais e diversos, impossibilitando uma macroanálise. A estratégia seria isolar um desses bairros e desenvolver uma análise situacional e, a partir de algumas variáveis, comparar com uma outra área de baixa incidência de homicídios dolosos, identificando elementos que potencializam o fenômeno da distribuição assimétrica dos homicídios no espaço habitado.

Nessa luta inglória empenhada contra os homicídios, há registros interessantes de como esses territórios eram significados por policiais militares. A saturação desempenhada pela polícia militar através de dois Batalhões da PMAL, Rádio Patrulha e BOPE, registrou cenas curiosas durante o processo. Uma cena marcante, em torno dos elementos de significação construídos pelos policiais sobre a noção de território, foi o hasteamento da bandeira preta com o símbolo da caveira do BOPE no ponto mais alto do bairro do jacintinho, no topo

de uma caixa d'água. É intrigante como essa noção de território produziu possibilidades de reflexão, mas também de consolidação de uma ideia comum ao trabalho policial. A dominação do território como uma forma tipicamente de guerra estabeleceu um dos processos de controle e de dominação, ante qualquer consolidação de acesso a direitos e de usufruto dos espaços públicos. As bocas de fumo e os homicidas eram os sujeitos que deveriam ser expurgados dos territórios em nome da cultura de paz. A narrativa em torno da dominação e da consolidação do território abarca uma noção de poder que abrirá uma possibilidade notável à frente.

São as maneiras de significar os territórios e os corpos que estão em jogo nesse processo de construção de uma “cultura de paz”. Dominar o território e impor seus limites de mobilidades, de sociabilidades e de interações foram algumas marcas construídas nesse jogo. A identificação das bocas de fumo nos territórios e dos estereótipos dos criminosos foram os principais acionamentos que estabeleceram o controle e a vigilância dos territórios. É fundamental compreender que os elementos constituídos socialmente e culturalmente pelos policiais militares estabeleceram os seus reflexos em torno da forma como se consolida uma reflexão entre os elementos de cognição e as práticas do trabalho policial. Lembrando a proposição de Certeau (2009), a metrópole pode ser entendida também como um lugar de produção de práticas sociais e um campo de disputa. Os espaços públicos constitutivos das metrópoles são por excelência um lugar de práticas. Para Certeau,

O espaço é um cruzamento de móveis. É de certo modo animado pelo conjunto dos movimentos que aí se desdobram. Espaço é o efeito produzido pelas operações que o orientam, o circunstanciam, o temporalizam e o levam a funcionar em unidades polivalentes de programas conflituais ou de proximidade contratuais (2009, p. 184).

É interessante a reflexão que faz o autor justamente pelo fato de estabelecer uma luz sociológica em torno dos processos estabelecidos nesses cenários. O repertório policial e suas maneiras de interagir com os territórios constroem possibilidades de interpretações e entendimentos sobre o que é novo e o que é estabelecido como prática. Nesses territórios construídos em espaços de vigilância e acionamento de elementos culturais, são narradas as experiências fomentadas pela ideia de território. As interações sociais

acionadas pelos policiais militares são de natureza diversa. A vigilância dos espaços públicos tem sinônimo de “missão”, é a obrigatoriedade de não poder permitir o “errado”, o tumulto e a desestruturação das relações sociais. Para que essa “missão” seja perfeitamente cumprida, os policiais produzem certas perspectivas de envolvimento com o lugar e atribuem valores a ele cotidianamente. As políticas públicas postas em prática em Maceió potencializam os processos valorativos e representacionais em torno dos lugares e dos outros atores.

Outra maneira de olhar para os territórios se deu através dos planos *Brasil Mais Seguro* e *Juventude Viva* trazidos para Maceió em 2012. Essas duas propostas marcaram profundamente a perspectiva da Segurança Pública em Alagoas. A primeira estabeleceu um marcador significativo nos processos de embates em torno da violência e principalmente do mercado ilícito de drogas. E a segunda possibilitou reflexões sobre a importância do corpo como um território de violação e de recepção do racismo. Ambas estão nos marcos produzidos pela SENASP e foram propostas construídas durante o governo petista da presidenta Dilma Rousseff. É importante destacar que esses dois objetos foram testados de forma piloto em Alagoas, trazidos para Maceió de forma conjunta, no mesmo período. Lembro-me claramente do impacto midiático que foi causado e de como foram vendidos os produtos: a importância do território tornou-se mais uma vez a bola canária do gol.

Um fato importante ocorrido nesse período tomou uma projeção de apelo muito grande para que houvesse uma emergência do governo Teotônio Vilela (PSDB) para a resolução do problema da violência. A concentração dos homicídios nas áreas periféricas da cidade de Maceió, e em algumas cidades da região metropolitana como Marechal Deodoro, Rio Largo e Pilar, produzia sensações de impotência do governo local no que se refere à ideia de “revolver o problema”; como também, ampliava o apelo da mídia que mostrava nos programas policiais o “espetáculo do circo dos horrores”. No entanto, o assassinato do médico João Alfredo, vítima de roubo no bairro da Jatiúca, região nobre da capital, no final de maio de 2012, produziu um apelo intenso para que a segurança pública tivesse uma alternativa “dura” contra a

criminalidade. A pressão em torno do governo estadual se intensificou e a súplica à segurança tornou-se a principal pauta para as mídias.

O *Plano Brasil Mais Seguro* teve como foco o aprimoramento das instituições policiais e a ocupação de áreas de maior incidência de crimes violentos, com uso da repressão (força nacional) e a utilização de tecnologias, principalmente com das câmeras de vídeo monitoramento. O cenário em que esse programa desembarca em Alagoas é tomado por um apelo técnico, com o fortalecimento das perícias e a criação de uma delegacia de homicídios, estando à frente policiais da força nacional de segurança pública. Os territórios de paz que se tentou construir em anos anteriores não se consolidaram, uma vez que foram estabelecidas, durante o plano *Brasil Mais Seguro*, elaborações, em torno de significações e de territórios, intensamente perversas que impactaram profundamente os imaginários policiais no que diz respeito a esses territórios. A partir dos significados das cores, foram construídas representações das violências: vermelho, azul e amarelo estimulavam os contextos da ação policial.

O uso da cor como uma marca de violência estimulou o imaginário em torno do território “tranquilo”, ou menos violento, e “perigoso”, ou mais violento. Sendo assim, esses elementos dinamizaram as ações policiais no cotidiano do trabalho desses atores nos territórios. O *Plano Brasil Mais Seguro* elaborou uma estratégia de criminalização dos territórios sem precedentes e potencializou as dinâmicas de sujeições criminais. O território está mais uma vez em cena, as periferias foram os trechos de batalha contra a criminalidade de forma intensiva da Polícia Militar, com um apoio massivo da Força Nacional de Segurança pública. É nesse cenário de aporte do Governo Federal e de gestores públicos externos à administração estadual, e principalmente com policiais militares e civis de outros estados, que se iniciam os processos sociais de construção da realidade em torno das Facções Criminosas em Alagoas. É a partir de 2012 que Alagoas irá estabelecer uma narrativa concentrada e categorizada em torno das Facções Criminosas como o problema da Violência.

Antes de qualquer diálogo em torno das narrativas das facções, é importante destacar o papel do *Plano Juventude Viva* nesse cenário paradoxal. Esse plano apresentava uma articulação entre a Secretaria Nacional de Juventudes e a Seppir – Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Ele tinha como foco a articulação social e institucional para o fortalecimento de políticas públicas com enfoque na prevenção à violência letal de jovens negros. Essa experiência mobilizou de forma intensa os grupos juvenis de Maceió, e da região metropolitana, ligados à questão negra: movimentos sociais e culturais ligados ao Hip Hop, à capoeira e ao Reggae; e jovens pertencentes a religiões afro-brasileiras que participaram ativamente dos processos de constituição desse plano. Quais os locais de atuação prioritária desse plano? Os mesmos do *Plano Brasil Mais Seguro*, os territórios prioritários.

Mesmo estando na ordem da segurança pública, o *Juventude Viva* sempre esteve, em Maceió, dentro de uma perspectiva de ordem cultural. É importante fazer essa reflexão justamente por uma faceta significativa que permeou esse plano: não havia qualquer interlocução com a Secretaria de Segurança Pública. A Secretaria Estadual de Esporte e Lazer tornou-se responsável pelo Programa, enquanto que no município a Secretaria da Mulher, Cidadania e Direitos Humanos coordenou o plano. No comitê gestor há um representante da Secretaria de Segurança Pública, e não mais que isso. É importante destacar essa configuração, precisamente pelo fato de que havia naquele momento, e é uma narrativa ainda presente em Alagoas, uma aversão das instituições policiais em relação ao debate em torno dos direitos humanos. Ou seja, o esvaziamento dos atores da segurança pública diante da pauta voltada aos direitos humanos, prevenção à violência e combate ao racismo institucional tornou-se a principal marca desse processo.

Como pensar redução ou prevenção da violência nos territórios sem um diálogo permanente entre os atores envolvidos? Como esse corpo negro no território experimenta as investidas da segurança pública influenciada por uma forte marca representacional em torno do lugar e das pessoas? O *Plano Juventude Viva* não forneceu instrumentos que pudessem disputar os

significados. Esteve no campo da cultura, das relações de comprometimento com a folclorização da população negra e se manteve à luz de uma normatização e burocratização das elites que guardam as secretarias estaduais e municipais. O corpo negro, vítima da violência, esteve na ordem do discurso, das narrativas de mortes ocorridas, mas sem qualquer auxílio. Em evidência, continuou invisível. Em evidência, continuou sendo vítima. Esse não é apenas um trocadilho para enfeitar o parágrafo, mas um fato extremamente importante em torno do que se constituiu sobre os significados do corpo negro no território e como território.

Ao fazer uma análise dos relatórios e das atas de reuniões ocorridas durante o período de execução do *Plano Juventude Viva* em Maceió, encontrei algo importante no que se refere a essa marca relativa aos territórios e ao corpo. A principal reivindicação dos atores institucionais – como por exemplo, os representantes da Secretaria de Segurança Pública e da Secretaria Municipal da Mulher, da Cidadania e Direitos Humanos – era que a Secretaria de Esporte e Lazer realizasse projetos que “tirassem os jovens do ócio, como futebol, esportes e aulas de capoeira”. Essa narrativa em torno do ócio não é apenas algo para se pensar de forma simples, mas algo em torno do qual se pode produzir reflexões importantes para esse debate. É claro que a representação da narrativa acima significa o seguinte: há uma relação entre ter tempo livre e ser vulnerável às tentações do crime. Mas de onde parte essa representação e como ela pode me ajudar nessa trilha?

Dialogando com Michel Misse, que apresenta as dimensões que configuram o conceito de sujeição Criminal, eu tento aqui apresentar de forma análoga um desenho em torno dos elementos representacionais que estimulam a noção de ócio criminal. O ócio, palavra que pode significar “descanso”, “folga”, “tempo livre” ou “tempo vago”, tornou-se uma noção presente quando se tratava de jovens moradores dos territórios privilegiados do *Juventude Viva*. Ocupar a mente e o corpo possibilitaria uma aversão ao delito, diante de uma predisposição que os jovens teriam para a entrada no crime. Essa representação, disponível nas atas, surge como um estabelecimento do olhar histórico, social, cultural, político e econômico que foi convencionado aos

corpos pertencentes aos territórios. É a afirmação do lugar do crime, estimulado por cores que certificam esse lugar como gêneses do ato criminal. Os jovens com predisposição ao crime carregam no DNA a possibilidade, caso esteja com tempo livre, de cometer atos infracionais. Essa é uma das características que o autor aponta em torno da Sujeição Criminal:

A sujeição criminal é o resultado, numa categoria social de indivíduos, de um processo social de constituição de subjetividades, identidades e subculturas do qual participam como fatores: 1) designações sociais que produzem uma específica “exclusão criminal” (através de acusações e incriminações) de agentes que caem na classificação social do que seja delito (crime ou contravenção); 2) atribuições ao agente (baseada na crença de que sua trajetória confirma, nesse caso, regras sociais de experiência) de uma tendência a praticar crimes, isto é, de seguir um curso de ação incriminável, geralmente com a expectativa de que esse curso de ação venha a ter (ou já tenha) regularidade. (MISSE, 2010, p. 25)

A expectativa de que jovens moradores das periferias sejam peças promissoras na formatação e potencialização de ações criminosas é uma representação perversa que mobiliza unidades culturais sensíveis na nossa sociedade. Uma dessas unidades culturais que transitam de forma importante nesse processo é a polícia militar. São os policiais militares e o agir ostensivo, produzido através das experiências no cotidiano, que filtram os elementos representacionais em torno dos territórios e dos corpos presentes neles. É interessante compreender que o ócio e a sujeição criminal são possibilidades construídas à luz de elementos subjetivos que afetam de forma direta as maneiras como os atores presentes nos territórios vão interagir. Se ócio é uma maneira de criminalizar alguém, geralmente os jovens são os preferidos por conta das representações consolidadas como irresponsáveis e imaturos, ele também possibilita que exista no imaginário um lugar privilegiado em que o ócio é perigoso. Esses lugares certamente possuem marcas sociais e culturais, que se assemelham aos territórios socialmente periféricos.

É a partir dessas narrativas que a luta pelos territórios é estimulada. O corpo jovem, negro, periférico, marcado por inúmeros processos de significações, luta pelo seu lugar e por sua visibilidade. Esse território andante, marcado pelo lugar do ócio, busca permanentemente escapar dessas sujeições, encampando suas pertencas e ressignificando processos antes

estáticos. É na esfera pública que esses sujeitos vão travar questionamentos e possibilitar a negação desses estímulos criminais. Sendo uma luta desigual, mediada por atores estimulados por representações consolidadas, esse território corporal se insinua no território, buscando se desvencilhar da normatização do imaginário. Esse processo interativo entre jovens e policiais militares, jovens e políticas públicas de segurança, produziram marcas profundas no cenário urbano, principalmente nos territórios avaliados como locais prioritários de resoluções da violência.

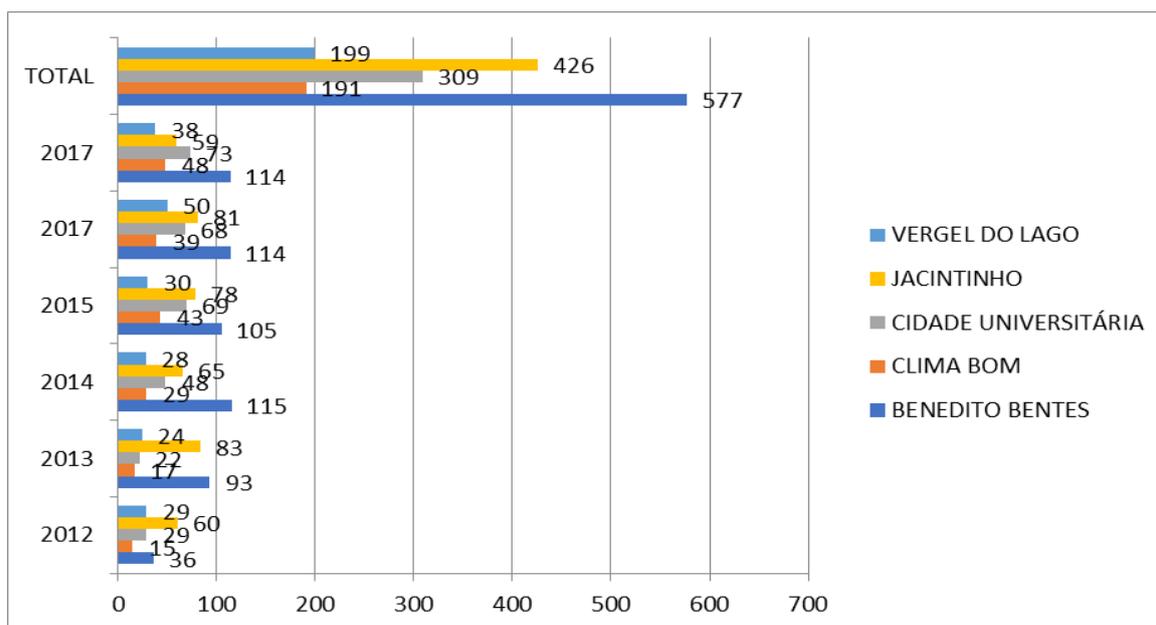
Em junho de 2016, eu participei de uma reunião na Secretaria de Planejamento do Estado de Alagoas, acompanhando uma sessão estratégica da Secretaria de Prevenção da Violência de Alagoas. Não era uma atividade de pesquisa, mas acabou se tornando, ao ouvir os atores presentes discutirem algumas estratégias para efetivação de uma política de prevenção nos territórios. Alguns pesquisadores da área das Ciências Sociais estavam presentes como consultores e uma das estratégias que esses atores indicavam para os jovens era o preenchimento do tempo ocioso. Ou seja, essa representação do ditado popular “cabeça vazia é oficina do diabo” atravessa os elementos técnicos e de conhecimento científico. Os valores representados pelo “fazer nada é fazer crime” expõem uma legitimação da incriminação. São essas perspectivas discursivas que elaboram elementos consolidados que possibilitam uma incriminação.

Pensar sobre o ócio, os territórios e os jovens, dentro de uma consolidação representacional incriminatória, permite que seja possível encontrar narrativas policiais que indiquem a presença de “jovens faccionados”. Quando mencionei a preleção do oficial de operações do Batalhão Escolar sobre o cuidado com “jovens faccionados”, eu estava fazendo uma indicação para esse momento. É nesse processo que esse jovem surge, à luz de uma perspectiva incriminatória. Não quer dizer que ele saiba quem é o sujeito envolvido em grupos criminosos, mas o lugar permite indicar a existência desse sujeito faccionado. Esses territórios e esses sujeitos são efeitos das políticas públicas de segurança, que narram as formas e estabelecem critérios de enquadramentos. Após 2012, o apelo às Facções Criminosas define a ordem

do dia da segurança pública e produzem prioridades. A partir desses diálogos, vou apresentar e refletir sobre um dado referente aos territórios das políticas públicas e que refletem a perspectiva da segurança pública a partir de 2012.

O cenário que apresento agora está relacionado à apreensão de drogas. Fiz duas cenas para que o leitor tivesse uma visão comparativa no que se refere aos anos, aos territórios e às áreas de influência. Ressalto que nos registros de apreensão não consta a categoria “uso de drogas” quando a autoridade policial encaminha à delegacia para a produção do Termo Circunstanciado de Ocorrência, relacionado a crimes de menor potencial ofensivo. Outra observação é que os cenários consideram os tipos de materiais reputados drogas de acordo com a Lei 11343/2006, principalmente a maconha, a cocaína, o crack e o Ecstasy.

Gráfico 1: Ocorrências de apreensão de drogas por bairros.



Fonte: Núcleo de Estatística e Análise Criminal da Secretária de Segurança Pública do Estado de Alagoas – NEAC/SSP

É possível perceber de imediato que, entre os anos de 2012 e 2014, há um cenário de crescimento em torno de prisões de pessoas por tráfico de droga nos territórios que foram eleitos pelas políticas públicas como prioritárias no combate à violência. É interessante observar o impacto imediato em torno

da repressão ao tráfico. Essa conjuntura apresenta a primeira narrativa importante em torno do que vai ser apresentado posteriormente. Os casos de prisões por tráfico de drogas foram apontados como o principal argumento dos altos índices de violência em Maceió, o que produziu uma população carcerária crescente em Alagoas. O número de apreensões e prisões por tráfico de drogas nos territórios indicou a presença significativa do mercado ilícito nesses espaços e tornou real a constatação de que havia uma circulação de drogas e de um público que estabeleciam os processos de venda e de consumo.

Tabela 2 – Quantidade de ocorrências com apreensão de drogas com identificação de pessoas, por bairro.

TERRITÓRIO	2012	2013	2014	2015	2016	2017	TOTAL
BENEDITO BENTES	36	93	115	105	114	114	577
CLIMA BOM	15	17	29	43	39	48	191
CIDADE_UNIVERSITÁRIA	29	22	48	69	68	73	309
JACINTINHO	60	83	65	78	81	59	426
VERGEL DO LAGO	29	24	28	30	50	38	199

TOTAL - 1.702

Fonte: Núcleo de Estatística e Análise Criminal da Secretária de Segurança Pública do Estado de Alagoas – NEAC/SSP

O aumento nas apreensões, e consequentes prisões, de jovens envolvidos no mercado ilícito de drogas só foi, e continua sendo, possível por conta dos elementos representacionais produzidos pela sujeição criminal. A polícia Militar de Alagoas e a *Força Nacional de Segurança* agiram juntas até junho de 2016, quando a última se retirou de Alagoas para atuar nas Olimpíadas do Rio de Janeiro. Em março de 2017, o Governador de Alagoas, Renan Filho (MDB), criou a *Força Tarefa de Segurança*, que tem como objetivo realizar patrulhamentos nesses mesmos territórios. Os quais, priorizados como áreas a serem vigiadas, mantêm-se no imaginário dos gestores da segurança pública como territórios caracterizados pela circulação de drogas e pelos homicídios. É fato que a presença prioritária de corpos negros nesses

territórios marcou esse processo de cognição policial e estabeleceu os elementos simbólicos na repressão às drogas.

Tabela 3 - Territórios prioritários x Territórios de Influência

TERRITÓRIO	2012	2013	2014	2015	2016	2017	TOTAL
TABULEIRO DO MARTINS	75	59	86	75	75	64	
LEVADA	29	30	43	42	39	33	
BOM PARTO	18	23	24	24	21	12	
CHÃ DA JAQUEIRA	10	12	16	22	22	22	
SANTA LÚCIA	17	27	29	22	27	30	
SANTOS DUMONT	11	15	16	21	10	13	
CANAÃ	2	3	16	6	2	4	
MUTANGE	3	5	5	5	9	2	
SANTA AMÉLIA	1	2	4	11	9	8	
FEITOSA	18	12	27	34	24	24	
	184	188	266	262	238	212	1350
TERRITÓRIOS DA SEGURANÇA PÚBLICA					1.702		
TERRITÓRIOS DE INFLUÊNCIA					1.350		
TOTAL					3.052		

Fonte: Secretaria de Segurança Pública de Alagoas, 2017.

A ideia de que nesses territórios circulam mais drogas do que em outros bairros da cidade se consolidou com a presença da Polícia Militar. A criação da Força Tarefa surge com a perspectiva de aumentar a sensação de presença da polícia nos espaços públicos, mas principalmente para manter as condições de repressão ao mercado ilícito de drogas. Os dados que apresento abaixo revelam uma comparação entre os territórios considerados prioritários para a política de segurança e as áreas de influência, ou seja, bairros que estão gravitando em torno desses territórios. Essas áreas de influência são bairros que apresentam marcas socialmente periféricas, com forte presença da população negra. Além desse marcador étnico, todos eles reúnem processos

intensos de desigualdade social, não recebem políticas públicas que minimizem as desigualdades e são consolidados como bairros perigosos. Mais adiante irei apresentar um mapa que possibilitará melhor visualização desses cenários.

As somas das ocorrências nos territórios de influência chamam atenção. Primeiro permitem identificar uma presença marcante de casos de prisões por tráfico de drogas e circulação de drogas, depois permitem identificar uma extensão do cenário das vigilâncias nessas áreas. É possível que o olhar policial nessas áreas tenha se tornado intensificado à luz das narrativas do tráfico. É a partir dessas narrativas que foram se consolidando as experiências e as inúmeras formas de interpretar o problema da violência em Maceió por autoridades responsáveis pela segurança pública e pela imprensa. A primeira, estabelecida a partir de uma experiência nacional, estimulada por perspectivas de territorialização das ações e construída por meio de colaboração externa; e a segunda, buscando o furo da reportagem, a nova narrativa que poderia externar sobre qual seria o fenômeno que estaria potencializando as violências em Maceió.

Tratando sobre essas questões, primeiro sobre os elementos que possibilitam uma perspectiva da segurança pública nos tempos de Lampião e; segundo, sobre as novas formas de constituição de grupos sociais para cometimento de crimes, é possível perceber similaridades no processo de vigilância e criminalização de territórios como uma maneira de estabelecer uma estratégia de segurança pública. Locais de forte vigilância possibilitam maior flagrante de crimes? Não necessariamente. O que está em jogo não é a quantidade de equipamento que se utiliza para enfrentar o crime, nesse caso específico, o tráfico de drogas, mas os elementos de sujeição criminal que podem ser empenhados como filtros no processo de vigilância. Os bairros mais vigiados da cidade apresentam uma quantidade muito menor de prisões do que os territórios da segurança pública e seus bairros de influência. Não é o fato de possuir vigilância pública e privada que possibilita maior influência, mas os filtros postos em prática pelo trabalho policial.

Tabela 4 - Quantidade de ocorrências com apreensão de drogas com identificação de pessoas, por bairro.

BAIRRO_FATO	2012	2013	2014	2015	2016	2017	
JATIÚCA	8	22	17	33	17	12	
PAJUÇARA	20	7	25	15	11	10	
PONTA VERDE	0	5	8	8	4	5	
MANGABEIRAS	2	0	2	6	9	3	
TOTAL	30	34	52	62	41	30	249

Fonte: Secretaria de Segurança Pública de Alagoas

Grande parte dos equipamentos de vigilância de combate ao crime está nesses bairros. Instrumentos como câmeras de monitoramento, polícias militares com patrulhamento a pé e viaturas, policiais da Força Tarefa, policiais civis (OPLIT – Operação Policial Litorânea Integrada) e Guardas Municipais se situam cotidianamente nesses bairros, assim como, câmeras de monitoramento particulares e vigilância privada. Esses instrumentos estão nesses bairros por uma simples razão são bairros nobres e possuem os grandes empreendimentos do mercado do turismo. Os 249 registros vão nos indicar duas coisas: a primeira é que há presença de tráfico de drogas na região; a segunda diz que há pouca circulação e consumo de drogas. É verdade? Ou existe uma arquitetura intersubjetiva que desvincula os filtros aos corpos presentes nesses bairros? Eu apontaria para a última possibilidade. As marcas do corpo negro e periférico são extremamente providas de significações e reconhecidas pelos elementos cognitivos que traçam as estratégias da segurança pública em Alagoas, sendo assim, os alvos nesses bairros são os corpos territorializados.



Figura Nº - Abordagem policial em jovens que estavam na Orla da Praia da Ponta Verde

Fonte: Portal TNH1, acesso em 20 de janeiro de 2018.

Nesse sentido, o tráfico de drogas possui de forma mais clara um local privilegiado em detrimento dos filtros que condicionam as vigilâncias que, por consequência, irão permitir, diante da heterogeneidade social, a produção de julgamentos morais e culturais, bem como processos acusatórios, tanto dos territórios quanto dos corpos que circulam cotidianamente nesses territórios e em outros bairros da cidade. É a partir desses elementos que vai entrar em cena um ator essencial nessa trama: as Facções Criminosas. Entender o surgimento desse ator é uma tarefa essencial para conceber os dilemas e as representações policiais e da mídia sobre ele e sobre os jovens moradores dos bairros periféricos de Maceió. As narrativas das Facções surgem em meados de 2012 com muita força, como já mencionamos, e há inúmeras histórias que indicam seu enraizamento na cidade. No próximo capítulo vou tratar especificamente sobre essa dimensão.

Por fim, destaco a matéria veiculada no sítio virtual do jornal Alagoas Web, de 2011, que publica o seguinte: “Mais de 30 integrantes do PCC já foram presos em Alagoas”. Em entrevista ao jornal um agente da polícia civil relata sobre o caso da queima de ônibus no bairro Benedito Bentes naquela data, e diz: “Não acreditamos que esse incêndio tenha sido cometido por membros do PCC. Não é o modo deles agirem. No entanto, estamos

investigando”.⁵⁶ Essa matéria apresentava naquele momento um fato que se remetia à uma maneira peculiar de reivindicação da Facção Criminosa “Primeiro Comando da Capital – PCC”. A queima de ônibus de forma criminal não ocorria em Maceió pela primeira vez, mas a matéria do jornal aponta para outra especulação, de que alguma pessoa mandou realizar as ações de dentro do presídio. Essa se tornou uma narrativa perfeita para que esse ator social estivesse iniciando seus primeiros passos para compor o cotidiano da cidade de Maceió: queima de ônibus, periferia e presídio.

A pesquisa que realizei em banco de dados dos sites Gazeta web, Alagoas 24 horas, TNH1, e outros, todos de Alagoas, narram notícias de forma consolidada sobre as Facções Criminosas desde 2012. Coincidência ou não, é no mesmo período que se inicia o *Plano Brasil Mais Seguro*. Pretendo discutir essas questões posteriormente, apresentando o resultado da pesquisa no banco de dados e dialogando com os contextos em que foram divulgadas as notícias. Apresento, a partir do próximo capítulo, alguns aspectos das narrativas sobre as facções, tendo como suporte os saberes produzidos por policiais militares. Vou fazer uso de três referências contemporâneas sobre a temática, sendo duas escritas no século atual: *Quatrocentos Contra Um: uma história do Comando Vermelho* (1991) de William da Silva Lima; *A Guerra: a ascensão do PCC e o mundo do crime no Brasil* (2018) de Camila Nunes Dias e Bruno Paes Manso; e *Irmãos: uma história do PCC* (2018) de Gabriel Feltran.

Busquei nesse capítulo estabelecer links entre as diversas narrativas das violências em Alagoas, articuladas as demandas das políticas públicas que surgiram em Alagoas. E como alguns elementos consolidados de representações sociais vão ter centralidade nas narrativas que envolvem os fenômenos da violência e da criminalidade. Apresentei números da violência e da criminalidade, e aspectos espaciais da cidade. Como também, tive a preocupação de apresentar dados quantitativos que evidenciam uma realidade bifurcada de Alagoas.

⁵⁶ Matéria jornalística replicada no site Alagoas web do dia 30 de novembro de 2011. < <https://www.alagoasweb.com/noticia/14489-mais-de-30-integrantes-do-pcc-ja-foram-presos-em-alagoas>> acessado em 11 de junho de 2017.

CAPÍTULO 4 - AS NARRATIVAS POLICIAIS SOBRE “CRIMINALIDADE” E “FACÇÕES CRIMINOSAS” EM MACEIÓ.

4.1 – O SABER POLICIAL E AS NARRATIVAS SOBRE O SURGIMENTO DAS FACÇÕES CRIMINOSAS EM ALAGOAS.

As narrativas referentes ao surgimento das Facções Criminosas em Alagoas tornaram-se particularmente interessantes ante a profusão de “conhecimentos” sobre esses fatos entre os policiais militares; não imaginava que existissem tantos. Não é possível escolher uma perspectiva e defini-la como “real”. Narrativas sobre violências, desigualdades, exclusões, segregações e mortes não são divertidas nem causam prazer; ao contrário, são tensas e apresentam inúmeras maneiras de sofrimento para quem as escuta ou para quem se propõe a escrevê-las. Colher informações é também, muitas vezes, entrar em contato com uma narrativa oral. Por outro lado, em diversas situações, a verificação de documentos e matérias de jornais estão ligadas às profundas vontades de meus interlocutores provar que seu modelo de “conhecimento” era verdadeiro. Diante dessa lógica, era preciso mostrar a prova cabal, como fotos e vídeos. Assisti-los, muitas vezes em meio ao meu próprio constrangimento, tornou-se uma tarefa difícil e psicologicamente comprometedor, mas não os deixei de ver, pois, mostrar dureza diante de “homens duros” da polícia é parte integrante do papel desempenhando na pesquisa.

A proposta dessa etapa do trabalho é apresentar, a partir das narrativas colhidas, alguns dos conhecimentos produzidos pelos policiais militares em torno do surgimento das Facções Criminosas em Alagoas. Não estarei empenhado em produzir uma verdade absoluta, mas em apontar as diversas maneiras de produzir um conhecimento e seus desdobramentos em torno dos possíveis cenários que essas narrativas desempenham no cotidiano. É importante destacar que há uma narrativa tomada como “verdadeira” entre os policiais e que é compartilhada por eles na vida cotidiana. Nesse sentido, estabeleci essa narrativa como foco desse capítulo, tendo o cuidado de realizar reflexões e interpretações que vão orientar esse texto. Diante das narrativas

sobre os fatos, busquei pesquisar as notícias jornalísticas que pudessem me ajudar nesse trabalho. Foi a partir dessas duas camadas de informações que pude controlar e montar esse quebra cabeça em torno dos “conhecimentos” sobre as Facções Criminosas no contexto alagoano.

Disse um dos meus interlocutores durante a atividade de pesquisa: “O PCC chega em Maceió em 2009”. Fiquei intrigado com essa informação, já que as narrativas indicavam, até o momento, que só no final de 2011 surgiram as mobilizações em torno desses atores em Maceió. Meu interlocutor, no entanto, seguiu mantendo sua narrativa: “Procure no *site* [alagoas24horas](http://www.alagoas24horas.com.br)⁵⁷ a notícia da prisão do Sr. Marcos José Muniz e o Sr. Givanildo Rosa. Eles foram presos no bairro da Cruz das Almas em uma pousada. Vindos de São Paulo.” A matéria jornalística narra a prisão dos dois indivíduos depois de serem reconhecidos por uma vítima de roubo à residência e a posterior fuga do Presídio Baldomero Cavalcante⁵⁸. A matéria conta também com a indicação de suspeita orientada pelo GECOC – Grupo Estadual de Combate às Organizações Criminosas de que esses dois homens estariam ligados ao PCC – Primeiro Comando da Capital. Essa primeira informação me fez pensar em algumas maneiras de compreender esses dois cenários: a acusação em torno da presença incerta do PCC em Maceió e a razão pela qual meu interlocutor aponta esse espaço-tempo como gênese da sua narrativa.

A vida cotidiana e os processos interacionais que são investidos durante as experiências sociais faz captar algumas representações e alguns conhecimentos em torno de determinadas questões. A rotina do trabalho, principalmente do trabalho acusatório, passa por elementos simbólicos e linguísticos que orientam cada cenário e cada conhecimento. A presença do PCC em Maceió, mesmo incerta, aponta para uma narrativa em que é possível se observar naturalidade diante da prisão dos sujeitos. Meu interlocutor utiliza um elemento enfático em sua fala que me possibilitou compreender a

⁵⁷ <http://www.alagoas24horas.com.br/716107/gecoc-prepara-denuncia-contra-integrantes-do-pcc-presos-em-alagoas/>.

⁵⁸ Presídio de Segurança Máxima de Alagoas, localizado no bairro Cidade Universitária em Maceió.

existência de uma indicação na relação entre o crime e o lugar originário dos seus autores. A forte construção imaginária do criminoso paulista produzida pelas ações do PCC em São Paulo certamente potencializou os elementos representacionais do “criminoso paulista” e de sua relação com a Facção Criminosa. Nesse mesmo sentido, a tentativa de fuga dos sujeitos e a posterior captura de ambos promoveram a potencialização da narrativa em torno dos indícios acusatórios de que os autores seriam integrantes da Facção Criminosa.

Decerto, o ato da fuga, com apoio de outros indivíduos armados, em somatória com um cenário de troca de tiros e pessoas feridas, estimulou de forma integral os processos acusatórios em torno da presença do PCC em Maceió. É por esse relato e “conhecimento” que se funda o “primeiro ato” que origina a versão policial da “chegada” do PCC em Alagoas. O conjunto completo em torno dessa narrativa policial, reproduzida pela imprensa, soma quatro etapas importantes: a prisão de dois paulistas em Maceió por cometimento de crime de roubo; a passagem pelo sistema prisional; posterior fuga com característica peculiar; e, por fim, retorno ao sistema prisional. É a partir desse retorno ao sistema prisional, após o evento representado pela fuga, que meus interlocutores apontam de forma categórica o crescimento do PCC em Alagoas.

A relação espaço-tempo é fundamental no processo de construção de uma realidade. É através das narrativas e das perspectivas construídas cotidianamente que há essa possibilidade. Sendo assim, parte dessas narrativas relacionadas às Facções Criminosas pode ter sido construída por alguns elementos externos, a exemplo da mídia, dos filmes, do advento às plataformas, como as redes sociais que estimulam a circulação de notícias e informações em curto espaço de tempo em detrimento da distância. As informações policiais compartilhadas em fórum específicos, como seminários e reuniões; ou em fóruns não institucionais, como trocas de mensagens entre grupos de policiais no *WhatsApp*, ou em páginas como, *Facebook* e *Youtube*, certamente influenciam de maneira significativa os elementos simbólicos que conformam conhecimentos sobre as facções. Tendo em vista os investimentos

das Polícias Paulistas e Cariocas relacionados aos conflitos iminentes e cotidianos diante dos grupos criminosos organizados, as narrativas referentes às facções ganham força e forma no imaginário social.

Em 2006, durante os ataques do PCC em São Paulo, e depois deles, houve uma maior popularidade da sigla tanto no meio policial, quanto no meio popular. As pessoas começavam a conhecer os elementos simbólicos e práticos refletidos pela sigla, diante da sua TV e do seu computador. Os jornais de alcance nacional entravam nas casas, nos trabalhos e nas ruas informando e tratando sobre a “organização do crime” e a impotência do Estado para resolver a situação. As pessoas começavam também a acompanhar imagens das rebeliões de presídios paulistas, em frente à TV. Ao vivo, o jornalista William Bonner, entrevistava o então governador de São Paulo, Cláudio Salvador Lembo, comentando a negação do governo desse estado em não aceitar ajuda do Exército e da Força Nacional no momento em que o Secretário de Segurança do Estado afirmava de forma categórica que “não havia necessidade”. Não apenas a população de São Paulo, mas todo o território nacional conhecia naquele momento a popularidade da sigla PCC.

A partir de então, é preciso compreender as dimensões temporais apontadas pelos interlocutores. O ano 2006, anos dos ataques do PCC em São Paulo, ainda está vivo na memória, anos após, em outubro de 2009, meu interlocutor aponta a prisão dos paulistas em Maceió. A ideia de que “bandidos” estariam migrando para o Nordeste é uma das maneiras de construir um conhecimento sobre a questão. Não se tratava apenas de uma migração, mas uma que apresentava uma característica específica: o “sotaque paulista”. Ela se tornou uma maneira de construir um suspeito. O “sotaque paulista” tornou-se um elemento de distinção que construiu uma estrutura de desconfiança entre as pessoas, principalmente no meio policial.

A partir das questões acima apresentadas dialoguei com as reflexões produzidas por Peter Berger e Thomas Luckmann extraídas da obra *A construção Social da Realidade* (2014). Acredito que é possível, através das suas proposições, encarar de alguma maneira as formas estabelecidas em

torno dos “conhecimentos” apresentados pelos meus interlocutores sobre o advento das Facções Criminosas em Alagoas. Segundos os autores, “a vida cotidiana apresenta-se como uma realidade interpretada pelos homens e subjetivamente dotada de sentido para eles na medida em que forma um mundo coerente” (BERGER; LUCKMANN, 2014, p.35). É importante destacar que os processos interacionais produzidos a partir das dinâmicas no cotidiano são, segundo os autores, “a realidade por objeto de nossas análises” (BERGER; LUCKMANN, 2014, p.36). Sendo assim, são valiosas todas as narrativas produzidas pelos policiais militares referentes ao fenômeno a que me dedico no momento.

Ainda com o objetivo de dialogar com as questões acima, lanço mão de abordagens antropológicas dos estudos sobre o saber dos policiais militares. A partir de Muniz (1999) e Caruso (2009) busco articular a demanda captada através dos meus interlocutores, e as maneiras estabelecidas por eles em torno da produção de conhecimento e o cotidiano do trabalho policial. É de fundamental importância, quando se faz uma escolha de partir do conhecimento policial, como no caso em questão, expor os processos que configuram o dia a dia desses atores e atrizes no seu exercício.

A reprodução em torno de um determinado conhecimento é possibilitada por inúmeros instrumentos e estratégias. A construção de uma rede de comunicação que permita a difusão de ideias é certamente a forma mais consolidada nas sociedades. Os elementos linguísticos consolidados por determinados grupos sociais permitem estabelecer um elo entre o cotidiano e as configurações sociais que determinam as plataformas de produção de conhecimento.

Durante a pesquisa pensei numa alternativa que me proporcionasse compreender melhor as estratégias e percursos dos meus interlocutores e seus grupos de interação a partir da produção de seus saberes. Parti da ideia de que não há homogeneidade no que concerne a questão identitária de “ser policial”, principalmente no exercício prático no cotidiano. Apoio-me no que fala (MUNIZ,

1999) quando dialoga sobre o acervo pessoal do policial diante de uma demanda policial:

Mas, um conhecimento que se abre às possibilidades, que “dá o seu jeito” para responder a qualquer demanda proveniente do cidadão, se constitui em um tipo de acervo que adquire uma marca pessoal, que aparece como algo próprio, individualizado. Esse saber confunde-se, em boa medida, com a trajetória individual de cada PM ou de cada “executivo de quarteirão”. Por um lado, o percurso institucional pelos diversos tipos de polícia “tiradas” (operações especiais, choque, radiopatrulha, trânsito, policiamento ostensivo convencional, polícia montada etc.) e, por outro, o patrimônio de experiências particulares construído a cada caso individualmente atendido, conformam um estoque de percepções e “macetes” que estão distribuídos de forma heterogênea e particular entre os policiais. (p. 168-169)

Os policiais em seus locais específicos de trabalhos compartilham de informações comuns em relação ao campo institucional, principalmente no período de formação nas academias. No entanto, produzem a partir da vida na “rua” ou “no administrativo” suas próprias expectativas em relação ao exercício policial e novos saberes. Como destaca Muniz (1999), “esse saber é uma espécie de híbrido reflexivo cujo desenvolvimento resulta do encontro cognitivo entre o conhecimento formal adquirido pelo PM nos seus períodos de formação e as exigências impostas pela vida prática.” (p. 172) É nesse sentido que apresento a tabela abaixo, buscando expor o que captei dos processos de cognição dos policiais e suas práticas cotidianas.

No contexto em questão, numa abordagem sobre um fenômeno específico, as facções criminosas vão se apresentar de forma diversa através das narrativas dos policiais militares. Nesse sentido, defini cada grupo de interlocutores como ator, apontando para cada um seus repertórios, e por fim, como são estimulados os seus conhecimentos. A partir disso, dois motivos que fizeram apresentar a tabela abaixo: o primeiro nasce da articulação entre esses grupamentos em torno do trabalho cotidiano, e o advento do compartilhamento de informações em tempo real por aplicativos de *smartphones*; o segundo, pelo uso de instrumentos modernos de captação de informações e uso de tecnologia da informação.

Tabela Nº 9 – Repertório e produção de conhecimento dos Polícias Militares.

Ator	Repertório	Nível de “Conhecimento”
Batalhão de Rádio Patrulha.	<i>Rotinização do trabalho. Elemento “caça” como estabelecimento social e cultural. Abordagem de rotina e construção de padrões de ação em território “violentos”.</i>	<i>A rua como lugar de produção sentidos e aprendizados. “É na rua que se aprende a ser polícia”.</i>
Batalhão Escolar	<i>Conhecimento através de rotinação do trabalho. Uso de redes de WhatsApp. “Rotas de narrativas”. Síntese dos três citados anteriormente.</i>	<i>Conhecimento compartilhado e estimulado. Pouco diagnóstico. Forte reprodução de imaginários.</i>
Serviço de Inteligência	<i>Trabalho de campo; conhecimento obtido através de padronização e informação de terceiros que não são policiais. Rede de informação e troca de conhecimentos. Uso de tecnologia. Diálogos e informações não institucionais com “informantes”.</i>	<i>Conhecimento produzido através de um conhecimento técnico. Estabelecimento de diretrizes e uso de tecnologia e informação.</i>
Análise de Dados	<i>Construção de banco de dados; efetivação de rede de conhecimento digital e Big Data; Uso de tecnologia e análise de vínculo.</i>	<i>Conhecimento produzido através do uso da tecnologia. Uso de aplicação com dados SQL – Linguagem de Consulta Estruturada</i>

Fonte: Elaboração Própria (2019)

Não é somente a produção de uma narrativa ou um modo de contar uma “estória” que consolida um saber, mas um conjunto de aplicações que constroem possibilidades de compreender e interpretar as dinâmicas criminosas em um determinado contexto. O trabalho policial possibilita o agente conectar-se com o mundo da rua e o mundo online, por exemplo. Como também, compreender as dinâmicas da rua e os “princípios de convivências”, como destaca Caruso (2009): Estes “princípios de convivência” estabelecem vínculos que norteiam não só as práticas policiais, mas também corroboram

para a construção de um saber-fazer policial que se nutre destas interações. (p. 17)

a) No Batalhão de Rádio Patrulha:

A primeira configuração que nos aparece é a noção de “caça”. Ela aparece nos contextos narrativos dos policiais do Batalhão de Rádio Patrulha de forma mais intensa, e eleita como uma importante estratégia nos processos de produção do saber policial. É uma noção nitidamente complexa e estabelece, em sua prática, uma relação de proximidade com perspectivas teóricas consolidadas em torno de mecanismos de sujeições criminosas e estabelecimento de suspeitos a partir de estigmas. É efetivamente, o que Elizabete Albernaz (2015) chama de “Faro Policial”.

O “faro policial”, enquanto explicação nativa, pode ser caracterizado como uma sensibilidade diferenciada para “aquilo que está fora do lugar”, mescla de intuição e experiência acumulada, um saber-fazer construído a serviço da suspeição, da antecipação de condutas, da produção de controle, proteção e vigilância. Trata-se de um atributo valorado como positivo, reivindicado legitimamente apenas por aqueles policiais que trabalham na “rua”, vulgo pelo qual estes se referem às atividades de patrulhamento e operações realizadas fora dos quartéis e setores administrativos da Polícia Militar. (p. 88-89)

A noção de “Caça”, sendo um instrumento de produção de sentidos, mas também um “equipamento” necessário do trabalho policial, toma uma dimensão e importância *sui generis* diante do cotidiano. É a partir dessas práticas que há a possibilidade de produção de saberes e de narrativas que dão vida e sentido aos elementos simbólicos da ação policial: **“Nós vamos para a rua independente se tem facção ou não. Vamos caçar. O faro é grande pra gente errada”** (Sd BPRP, Grupo Focal realizado na sede do BPRP, 2018)

A palavra caça, segundo o dicionário Aurélio (2014), apresentam alguns sentidos, como por exemplo: perseguir animais para aprisionar/matar; procurar para prender; procurar insistentemente etc. Esses sentidos se assemelham aqueles que os policiais do Batalhão de Rádio Patrulha estabelecem como elemento cultural. A caça é a busca pelo “criminoso” e, portanto, é através desse instrumento que as suas atividades e seus significados são construídos

e consolidados. Albernaz (2015) define o “Faro” como um “processo de reconhecimento” e como um “repertório construído a partir de uma experiência acumulada”. (p. 89-90)

A compreensão do uso da palavra “caça”, ou “Faro” como Albernaz (2015) usa é instituído através dos discursos como algo distante do inato. A experiência é reconhecida como um instrumento usual do trabalho policial e a fonte do estabelecimento duradoura da produção das identidades policial. A rua torna-se o lugar de produção de conhecimento e o lócus privilegiado de “treinamento”. O olhar diante das ruas e pessoas produzem condicionamentos voluntários e involuntários sobre o suspeito durante na prática da caça:

A gente sabe onde tem facção e não tem. A gente faz rondas, abordagens, acho que fazemos mais do que qualquer outro batalhão, porque nós somos assim. É sair na rua e já viu alguém, já vamos daquele jeito. O **cara é facionado**, ele já sabe que com a gente não vai passar. (Sd BPRP (2), Grupo Focal realizado na sede do BPRP, 2018, grifo nosso).

Avaliei que a fala citada acima representou um universo de outras falas captadas durante o grupo focal. Apesar de ser uma narrativa curta, ela possui uma representatividade imensa diante do tema abordado desse trabalho. Destaco a afirmativa de que os policiais do Batalhão de Rádio Patrulha, em sua totalidade, têm conhecimento dentro de uma perspectiva territorial relativa à dimensão da cidade, onde se localizam ou, usando fielmente o termo utilizado, “sabem” onde estão os focos das ações das Facções Criminosas em Maceió. Essa questão aponta para duas sensações: a) o saber narrado a partir de um sentido coletivo que institui um corte providencial no processo de distinção entre os policiais do BPRP e os outros; b) como o saber coletivo constitui parte do processo de alinhamento consensual em torno de um conhecimento e parte do processo de constituição de uma identidade. Berger e Luckmann fazem as seguintes reflexões, que me ajudaram a pensar sobre as dimensões discutidas:

(...) De todo modo, sei que vivo com eles em um mundo comum. O que tem a maior importância é que eu sei que há uma contínua correspondência entre *meus* significados e *seus* significados nesse mundo que partilhamos em comum, no que respeita à realidade dele. A atitude natural é a atitude da consciência do senso comum precisamente porque se refere a um mundo que é comum a muitos

homens. O conhecimento do senso comum é o conhecimento que eu partilho com os outros nas rotinas normais, evidentes da vida cotidiana. (2014, p. 40)

A dimensão coletiva do saber estabelece o vínculo, mas principalmente conduz os elementos distintivos de cada grupo social. É por essa trilha que caminham os processos do desenvolvimento cognitivo de ser um “caçador” e os seus artefatos, que determinam o senso comum como um conhecimento legítimo, que definem e caracterizam o grupo. O cotidiano e a rotinização são realidades que orientam os processos interacionais com a rua e seus elementos simbólicos e de sentidos. Através desses elementos são produzidas as condições para que os policiais militares do BPRP afirmem e reafirmem seus conhecimentos em torno dos territórios de ação das facções criminosas, mas também, a melhor maneira de identificar o que é conhecido por eles através do termo “faccionado”.

Destaco a pesquisa desenvolvida por Jesus (2014) no Batalhão de Rádio Patrulha da Polícia Militar de Alagoas. A noção da “caça” é bastante explorada pelo autor e me ajudou de forma objetiva a traduzir esses elementos. Ao fazer uma análise de discurso de um policial militar, locado no BPRP, sobre suas abordagens cotidianas na periferia de Maceió, Jesus faz a seguinte afirmação:

(...) a ação policial quando está direcionada para a periferia ganha sentido de enfrentamento e combate ao crime, no entanto, quando sua atuação se desenvolve nos ambientes de classe média a atuação policial se pauta numa lógica voltada à proteção e a defesa. (...) Impressiona também na narrativa do policial, o fato de ser importante saber onde a pessoa abordada mora. O que pode revelar, implicitamente, que essa informação pode ser parte do critério para o estabelecimento do tipo de tratamento que será ofertado no momento. Uma vez que o inimigo que se "caça" está associado a um específico território e que, por sua vez, se diferencia dos bairros da Orla Marítima da cidade. (2014, p. 81-82)

A segunda questão que destaco sobre a fala policial que citei anteriormente é justamente sobre o termo “faccionado”. A percepção que tive no primeiro momento em que iniciei a pesquisa de campo com policiais militares é que esse termo foi utilizado de forma aleatória, no entanto, consegui identificar uma popularidade no uso do termo entre os policiais e uma naturalização quando se tratava de jovens e locais considerados por eles como

lócus privilegiado das facções em Maceió. O termo “faccionado” engloba uma perspectiva simbólica, que irá mediar às experiências sociais e morais dos próprios policiais e os outros, esses últimos, geralmente jovens, negros e moradores das periferias de Maceió.

A utilização do termo e o sentido dado para essa construção linguística pelos policiais militares me possibilita afirmar que a construção social desse termo é um elemento estratégico da ação policial diante das suas realidades e dos seus cotidianos. Mas é também um mecanismo de reprodução estabelecido ao longo da construção do saber que emite um demarcador territorial, social, cultural e criminal de jovens. Berger e Luckmann dizem que

(...) as objetivações comuns da vida cotidianas são mantidas primordialmente pela significação linguística. A vida cotidiana é, sobretudo, a vida com a linguagem, e por meio dela, de que participo com meus semelhantes. A compreensão da linguagem é por isso essencial para minha compreensão da realidade da vida cotidiana. (...) Deste modo, a linguagem é capaz de se tornar o repositório objetivo de vastas acumulações de significados e experiências, que pode então preservar no tempo e transmitir às gerações seguintes. (2014, p. 55-56)

Os elementos linguísticos e simbólicos produzidos pelos policiais militares do Batalhão de Rádio Patrulha são construções coletivas que dinamizam o saber em torno do trabalho policial e que os possibilitam uma interação, seja ela face a face, seja por meio de instrumentos de comunicação *online*, como *Youtube*, *WhatsApp* e *Facebook*. As maneiras pelas quais se distribuem as informações construídas através das experiências e narrativas vão permitir e orientar os membros estabelecidos na instituição, como também os *outsiders*, os novos policiais militares. É a partir do trabalho cotidiano e da rotinização que os saberes são produzidos e reproduzidos na dinâmica social. Associados a outras formas de conhecimento, os policiais do Batalhão de Rádio Patrulha difundem suas maneiras e suas formatações em torno dos fatos sociais.

b) No Batalhão Escolar.

A principal lembrança que tenho da atividade de pesquisa no Batalhão Escolar foram as impressões em torno dos jovens e suas percepções que englobam a noção de “**jovens faccionados**”. Por ser um batalhão

especializado em rondas escolares, os policiais estão constantemente vivendo dentro e fora do ambiente estudantil. O contato com professores(as) e diretores(as) das escolas é por vezes intenso, por vezes efêmero, como uma simples ronda policial nas proximidades da escola. Diferentemente do BPRP, o BPEsc não possui o elemento “caça” como um instrumento/estratégia de produção de saberes. São as visitas escolares que orientam a produção de “conhecimento” dos policiais desse batalhão. Sendo assim, percebi que são trajetórias diferentes, do ponto de vista do cotidiano do trabalho.

É importante destacar que a rotina de trabalho e as abordagens cotidianas nos espaços escolares e redondezas inevitavelmente estimulam processos de interações com jovens. A presença do corpo policial no ambiente escolar, além de causar curiosidade e espanto, produz sensações de dúvidas, estranhamentos e, por vezes, constrangimentos. O processo de produção de saber que contribui de forma objetiva no trabalho dos policiais do BPEsc, eu chamo de “rota de narrativas”.

Ela é elaborada mediante a promoção de redes que possibilitam caminhos e “verdades” sobre determinados assuntos policiais. Consegui captar esses processos por meio da pesquisa de campo, principalmente por estar exercendo as funções como policial militar nesse batalhão e participando cotidianamente das interações produzidas. A melhor forma de traduzir o sentido das “rotas de narrativas” é utilizar como elemento comparativo a noção de rede. A rede funciona, nesse caso, como um mecanismo hierarquizado de informações que são inseridas e posteriormente repassadas para os sujeitos. Ela tem o objetivo de interferir no exercício do trabalho policial cotidiano e seu foco é a produção de saberes e modos de operar.

A “rota de narrativas” é fruto de uma modalidade que tem criado imensos focos de informações policiais. Os grupos de policiais em *WhatsApp*, canais de *Youtube* e o *Facebook* são as principais “rotas” em que se produzem e se reproduzem informações.⁵⁹ Além da questão da informação, há nesse contexto

⁵⁹ Cito pelo menos dois canais de Youtube que exercem influência entre os policiais militares do Estado de Alagoas e que foi indicado pelos próprios colegas de Batalhão no período em que

uma forte produção e reprodução das representações/imaginários em torno das diversas modalidades criminosas e estereotípicas. Ou seja, é nas “rotas de narrativas” onde reside o processamento de “conhecimentos” da polícia na contemporaneidade. Muniz (1999) faz uma referencia muito interessante no seu trabalho sobre o “saber policial”, numa passagem do texto é dito:

Na rotina, os policiais socializam de forma extremamente seletiva o seu saber das ruas. As situações reais de tensão e perigo, mesmo que estilizadas e abrandadas, são geralmente consideradas pesadas e impróprias ao convívio pessoal. Como contar que quase ao final do expediente sua viatura foi alvejada por indivíduos não identificados? Como contar que um antigo companheiro de guarnição foi ferido mortalmente em uma operação especial? (p. 163)

Percebe-se que as relações sofrem mudanças. A exposição nas redes sociais e nos aplicativos de compartilhamento de informações, imagens e vídeos, torna performática e não mais “pesadas” e “impróprias” o trabalho policial. O advento desses instrumentos possibilitam novas formas de produção e reprodução de conhecimento. A exposição do trabalho no formato editado expõe para a sociedade e para os companheiros de farda uma perspectiva de abordagem, os locais de maior quantidade de ocorrências, o perfil das pessoas abordadas e os repertórios do conhecimento policial exposto naquele momento.

Assim, a questão que busco interpretar ao apresentar essa modalidade é o fato de que os policiais militares do BPEsc não estão nas mesmas condição de caçadores – condição exercida tipicamente pelos policiais do BPRP –, mas também estimulam narrativas permanentes em torno de jovens envolvidos com Facções Criminosas. A observância das noticiais e vídeos sobre ações de grupos conhecidos como facções nos grupos de *WhatsApp* do BPEsc evidencia uma rota intensa de narrativas referentes a esses atores sociais na memória dos policiais.

A resposta ao surgimento do termo “Jovens Faccionados” em uma das preleções ocorridas no BPEsc se deve certamente, entre outros elementos, a

estive exercendo o trabalho nas Rondas escolares. O primeiro se chama “Diário de um PMAL” e o segundo “Tenente DG”.

“rota de narrativas”. O uso de imagens, principalmente vídeos, é o principal instrumento que possibilitam essas construções. Mesmo sem qualquer ocorrência envolvendo membros de facções registrado no BPEsc, foi possível identificar cotidianamente a reverberação do termo. Ou seja, o “jovem faccionado” é, para os policiais militares do BPEsc, o resultado de uma síntese dos processos interacionais produzidos e reproduzidos a partir das suas redes de informações. A participação de policiais em grupos de whatsApp com professores, diretores e pais de alunos intensificam as rotas, alargando os conhecimentos para a comunidade escolar.

A interdependência é uma das características da “rota de narrativas”, os policiais militares precisam de alguma maneira estar conectados aos prolongamentos das informações produzidas pelos policiais do BPRP, por exemplo, mas também poderíamos citar o BOPE – Batalhão de Operações Especiais da PMAL. Essa conexão e produção de contextos e narrativas tanto estimulam o trabalho policial quanto evidenciam processos interativos onde ocorre a produção do saber.

c) Policiais militares da inteligência e o Núcleo de Estatística e Análise Criminal.

Outra perspectiva importante é o conhecimento produzido por policiais militares da inteligência. Esse se tornou um elemento importante para esse trabalho. Através desses policiais tive condições de elaborar um banco importante de narrativas sobre as facções criminosas em Alagoas. Mas antes de iniciar qualquer interpretação ou debate sobre os elementos que captei durante a atividade de pesquisa junto a esses policiais, quero apontar os processos que conduzem a produção de saber desses atores. Os policiais militares que estão trabalhando no setor de Inteligência da Secretaria de Segurança Pública e na Secretaria de Ressocialização do Estado de Alagoas produzem conhecimentos em conjunto, com focos distintos em alguns momentos. O elo, que os faz dialogar constantemente e cotidianamente, é as Facções Criminosas. O saber produzido por esses policiais remete ao uso de

tecnologias, redes de informação de *outsiders* e trabalho de campo/pesquisa de campo.

Há uma diferença significativa entre as narrativas desses policiais que exercem o trabalho na inteligência em relação aos outros policiais citados anteriormente: as narrativas produzidas são baseadas em um arcabouço técnico. O uso da escuta telefônica/guardião, por exemplo, é um instrumento mencionado muitas vezes durante a atividade de pesquisa. Segundos os policiais militares, “as captações das informações nascem de uma interlocução necessária entre o alvo e a tecnologia”. Essa afirmação é fundamental para que as narrativas em torno das facções criminosas se tornem convincentes à luz do trabalho policial, mas também para que os fatos narrados se tornem um produto de assessoria ao Secretário de Segurança Pública do Estado de Alagoas. Ou seja, a formulação do saber e seus usos estão orientados por uma política estadual de segurança pública, de forma direta ou indireta.

Os saberes produzidos pelos policiais militares da inteligência além de serem compartilhados com outros policiais militares que exercem suas funções no NEAC - Núcleo de estatística e Análise Criminal da SSP/AL, também são compartilhados nacionalmente através de uma rede nacional de policiais de setores de inteligência. O NEAC é o elemento central de transmissão de informações para os policiais da inteligência e para todas as unidades da Polícia Militar de Alagoas. Esse núcleo, responsável pela produção de bancos de dados referentes a crimes como o tráfico de drogas, os crimes violentos letais e intencionais, os crimes contra o patrimônio etc., estabelece-se a partir do uso da Tecnologia da Informação.

Ambas as categorias policiais estão dialogando de forma permanente sobre os diversos tipos de crimes, mas as facções criminosas se tornaram um ente que une e que orientam os processos de produção de saberes desses dois conjuntos de policiais militares. Durante as atividades de pesquisa com esses profissionais, percebi uma dinâmica de produção de informações que aponta para uma preocupação intensa em torno dos elementos que conformam

uma “verdade”, os modos de atuação, as áreas de influencia das ações das facções em Alagoas.

É importante destacar a riqueza de dados e de uso inteligente da tecnologia da informação apresentada pelo NEAC/SSP. São vastas e intensas as produções de instrumentos de funcionalidade para análise de crimes desenvolvido por esses policiais. A troca de experiência e de informação com os policiais militares da inteligência qualificam de maneira qualitativa as informações em tornos dos grupos criminosos atuantes em Alagoas. O NEAC desenvolveu uma ferramenta utilizada de forma compartilhada com a seção de inteligência da SSP/AL, o que possibilita uma pesquisa qualificada de pessoas suspeitas de crime e suas redes. O SARC – Sistema Analítico de Relações Criminosas é uma ferramenta desenvolvida pelo NEAC que busca, a partir de um banco de dados de Boletins de Ocorrência, os envolvidos e suas teias de relações⁶⁰.

É importante destacar o papel das redes de informações construídas pelos policiais militares quando desempenham seu papel na inteligência da SSP/AL. À atividade de campo e às informações com terceiros⁶¹ soma-se o uso das tecnologias para a execução do trabalho investigativo dos P2's. Os *outsiders* participam de forma efetiva do processo de construção do saber policial em torno das dinâmicas cotidianas do crime. As informações repassadas pelos “informantes”, custodiados ou não⁶², são partes do que eu compreendi como constitutiva das “rotas de narrativas”. São justamente essas narrativas das ruas, produzidas nas ruas, e o trabalho cotidiano que vão inferir

⁶⁰ O SARC – Sistema Analítico de Relações Criminosas foi desenvolvido dentro de um Projeto de Pesquisa com o objetivo de construir uma solução de Big Data para auxiliar nas investigações policiais e monitoramento da atividade criminosa em Alagoas. Ele é uma solução que utiliza o banco de dados da polícia Civil, por meio dos Boletins de Ocorrência, para interligar pessoas e crimes.

⁶¹ Na linguagem policial, exercida pelos profissionais entrevistados durante a atividade de pesquisa, são os informantes um dos principais contribuintes para as informações sobre crimes relacionados ao tráfico de drogas.

⁶² Segundo os policiais militares da inteligência da SSP/AL que participaram das atividades de pesquisa, as informações são colhidas e tratadas. Os informantes podem estar custodiados ou em liberdade. As informações adquiridas dentro do sistema prisional, segundo os policiais, podem ser úteis para compreender “o que tá acontecendo nas ruas”.

de forma objetiva no exercício desses e de outros policiais que foram citados anteriormente. Mesmo com todos os procedimentos construídos pelos usos das tecnologias, são os informantes que produzem de forma inteiramente “sofisticada” os principais conhecimentos desses policiais da inteligência.

No decorrer das atividades de pesquisa – realização de debates, conversas e compartilhamento de dúvidas nos grupos focais e entrevistas– a presença das “falas” como fontes de informações asseverou o valor dos informantes enquanto atores necessários nesse universo pesquisacional. O processo interacional entre policiais e não policiais, ou popularmente conhecido como *Cabuêta*⁶³, e mais do que isso, entre policiais militares e pessoas envolvidas no um cenário de crimes⁶⁴, aponta para uma dimensão de troca de experiências incrivelmente interessante. As experiências sociais desses atores se cruzam e se tocam através de usos de linguagens e de signos específicos que ordenam os processos comunicativos entre esses atores. Esse não é um mero encontro entre a lei e o fora da lei, nem entre “bandidos e mocinhos”, mas um processo de produção de conhecimento efetivamente reconhecido por ambos. No entanto, as condições entre a produção do conhecimento e do estabelecimento do contexto em que nasce esses saberes são hierarquizadas, desiguais e violentas.

Sendo assim, a partir desses elementos contextuais, específicos e argumentativos em torno dos modos como se constroem os conhecimentos desses atores, as narrativas são produzidas. As “rotas de narrativas” são estabelecidas através de uma contribuição dos elementos ligados às tecnologias funcionais, a partir do uso dos *smartphones*. Além disso, estabelecem-se também através das tecnologias de informação, mas são orientadas principalmente por representações e imaginários construídos pelas experiências sociais e pelas trocas de vivências no cotidiano. Assim, a partir dessas ferramentas, os meus interlocutores construíram suas narrativas sobre

⁶³ Informante, conhecido como X9, e reconhecido pelo termo *Cabuêta* em Alagoas, e em outros estados do Nordeste.

⁶⁴ Pessoas que atualmente no sistema penitenciário ou são Egressas dos do Sistema Penitenciário de Alagoas.

o surgimento/criação das facções criminosas em Alagoas. E, a partir das suas “rotas de narrativas” foi possível compreender algumas questões que estão em jogo nesse processo.

4.2 – ARANHA E CHARLÃO: A FIRMA COMO GÊNESE.

As facções criminosas compõem um conjunto de práticas, definem lugar de atuação, constituem cenários, controlam territórios e definem um *modus operandi*. Essas características são de grupos externos ao Estado de Alagoas. É essa a narrativa dos policiais militares. Os saberes sobre esses grupos são variados, com contextos e sujeitos distintos. Fiz a opção de apontar as narrativas dos policiais militares sobre esse fenômeno em Alagoas, buscando estabelecer um vínculo com os elementos do saber cotidiano desses sujeitos e elaborando um diálogo com interpretações das várias falas captadas nas atividades de pesquisa. Através das falas destacadas em formato de citação vou identificar alguns processos representacionais que estão sendo montados por esses atores em torno desses grupos e confeccionar de forma temporal o surgimento das facções criminosas no estado de Alagoas.

No início da atividade de pesquisa em formato de grupo focal, ao perguntar sobre a existência ou não de facções criminosas em Alagoas, meus interlocutores devolveram a pergunta em um determinado ponto do processo de diálogo. Esse fato é uma forma de garantir de que lado o pesquisador está sobre esses processos de construções de “verdades”; também, de filtrar as pessoas que podem de alguma maneira ter acesso aos saberes. É importante externar outras duas questões que margeiam, de forma intensa, essa interlocução entre pesquisador e pesquisado: a) o local de fala do pesquisador, no caso, também policial militar; b) os elementos hierarquizantes da relação como membro efetivo da corporação dentro da lógica da “hierarquia e disciplina”.

Abordando de forma sucinta as facções criminosas em Alagoas, fiz a seguinte provocação: existem facções criminosas em Alagoas? Não havia razão para que eu não fizesse de forma direta e objetiva essa pergunta. Se a

pesquisa anunciada era sobre esse tema, acredito que os policiais não esperariam outra abordagem senão essa. As respostas emitidas com balanço de cabeça de forma positiva não eram apenas a representação de um consenso, mas também um momento de reflexão para que as narrativas fossem enunciadas. As diversas narrativas sobre a existência de facções criminosas montadas pelos policiais militares evidenciam pelo menos quatro questões: 1) o elemento voltado ao mercado de drogas; 2) as questões que envolvem os territórios da cidade; 3) o elemento juvenil; 4) o sistema penitenciário.

Você me perguntou se existem facções em alagoas. Sim. Existe. Você só não me perguntou quais. Existe PCC e CV, existem outras facções que são bem locais. Existe A Firma lá no Bom Parto, foi criada pelo Charlão, pelo Aranha. Só que essa Firma se juntou com o CV e se transformou CV. Em alagoas existem outras facções menores, mas preferiram se juntar a essas duas maiores, entendeu? (PM inteligência, 2017/sargento, 25 anos de serviço)

A presença do PCC e do CVRL em Alagoas é unânime. Essas são de fato as “franquias”⁶⁵ presentes no estado, principalmente em Maceió. No entanto, antes de enunciar essas, o interlocutor aponta para uma primeira narrativa: “originalmente alagoana”. Quatro sujeitos são citados como criadores da “primeira facção criminosa de Alagoas”. A citação acima além de prezar pela memória e história, aponta processos locais de criação de grupos criminosos. A Firma é, segundo meus interlocutores, a organização criminosa que funda o modelo conhecido no sudeste do país pela nomenclatura *facção criminosa* em Alagoas. Os registros de movimentação desse grupo datam de 2009. Ao admitir sua fundação a partir de processos locais, dediquei-me a pesquisar sobre essa organização criminosa em registros da internet, em *sites* de notícias. Encontrei uma única publicação⁶⁶ datada no ano de 2011 que tem como título a seguinte manchete: *Facção criminosa genuinamente alagoana. A FIRMA cresce na periferia de Maceió.*

⁶⁵ Termo utilizado por policiais militares para definir uma das características das facções criminosas.

⁶⁶ <http://www.rotadosertao.com/noticia/14875-facciao-criminosa-genuinamente-alagoana-a-firma-cresce-na-periferia-de-maceio> <acessado em março de 2017>

Figura Nº 5: Manchete de jornal virtual sobre “A Firma”.

Facção criminosa genuinamente alagoana. A FIRMA cresce na periferia de Maceió

17/11/2011 10:58

A polícia garante que a 'empresa' do tráfico já marca presença em outras cidades



O tráfico de drogas fortalece seu comércio ilegal em Alagoas e ganha a primeira facção criminosa local. Baseada no PCC do Rio de Janeiro, A "FIRMA" se espalha em todo o Estado e tem como fundador, mesmo à distância, segundo a polícia, Charles Gomes de Barros, o Charlão, que cumpre pena em presídio de segurança máxima em Sergipe, desde 2009.

Charlão sempre teve poder no tráfico de drogas em Maceió, mas seu grupo - que tinha o "quartel general" no Bom Parto - sofreu grande abalo com as prisões dos mais fortes, a partir dele.

Fonte: Sítio virtual de notícias “Rota do Sertão”. <http://www.rotadosertao.com/noticia/14875-facciao-criminosa-genuinamente-alagoana-a-firma-cresce-na-periferia-de-maceio> <acessado em março de 2017>

A matéria jornalística, ainda que confusa, atenta para o destaque em torno de uma identidade. A questão local torna-se importante no cenário, ou seja, “algo que é nosso”, “que nós construímos”, “que é da terra”. A reivindicação de uma autoridade enquanto capacidade de construir algo importante é destacada tendo como referência o PCC. Mesmo salientando a cidade do Rio de Janeiro como referência do grupo, a representação passada é objetiva: “são organizados”. A matéria destaca a primeira formação grupal, aponta o *modus operandi* e define os territórios de ação. Outro detalhe

importante sobre a reportagem são os créditos que fazem menção ao BOPE – Batalhão de Operações Especiais, o que nos indica, de certa maneira, que há elementos representacionais em torno d'A Firma que buscam referências em uma narrativa policial. Quando meu interlocutor narra sobre A Firma, há o seguinte:

A firma se formou no Clima Bom. Se formou na Rua do BOPE⁶⁷ no Clima Bom. Tanto o Charlão, o Aranha, o Samuel...o Aranha tá no **agreste**⁶⁸. O aranha foi responsabilizado por queima de ônibus e outros processos, ele tá lá. No Bom Parto existia dois irmãos, o Regis e o Guinaldo que comandavam o bairro do Bom Parto. Como o Bom Parto é uma área periférica, que pega ali toda aquela região do Bebedouro, Brejal, Beira da Lagoa, então o consumo ali é grande. Então eles saíram do Clima Bom, o Chartão e o aranha, e se juntaram com os irmãos Regis e Guinaldo, e começaram a formar um grupo lá dentro do Bom Parto. A droga chegava de fora pro Bom Parto, e distribuíam para vários bairros de Maceió. Por que escolheram o Bom Parto? Difícil acesso da polícia, escoamento pela beira da lagoa, a parte geográfica influencia muito onde o cara vai montar a sua OrCrim. O cara vai montar uma Orcrim com arma pesada e droga na Feirinha da Pajuçara? Vai ser fácil do cara perder o material. Já no Bom Parto o terreno facilita. Pro cara chegar lá é difícil. A população muito pobre, os caras conquistam a população com uma cerveja, gás, favorecimento tipo populismo. Aí começa a ganhar a confiança de todos os moradores. Eles escolheram o nome de Firma, essa é original daqui mesmo de alagoas. (PM inteligência, 2017/capitão, 21 anos de serviço) (Grifo nosso)

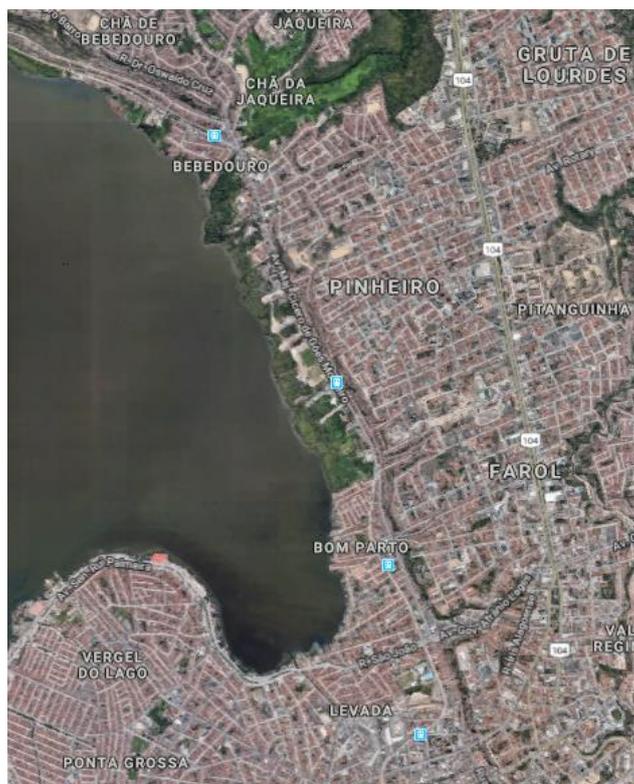
A citação acima faz a primeira caracterização representacional em torno de uma facção criminosa, tendo como referência a Firma. Fiz a escolha dessa narrativa por compreender que ela me ajudou a pensar sobre os elementos que vão estruturar outras narrativas sobre o surgimento de facções criminosas. A Firma estará presente nesse processo. É importante destacar que meu interlocutor aponta elementos relacionados ao mercado ilícito de drogas, aos territórios e à pobreza como estruturantes para o estabelecimento de uma organização criminosa. A palavra “periférica” aparece de forma contundente como um conjunto de bairros que se caracterizam a partir da dificuldade de acesso, mas também como possuidora de um item indispensável e determinante, o local privilegiado de grande consumo de drogas.

⁶⁷ Rua conhecida como “Rua do BOPE”. Segundo meu interlocutor, esse nome foi dado pela população, em referência ao Batalhão de Operações Especiais, pelo fato de já ter ocorrido algumas operações no local.

⁶⁸ Presídio do Agreste – localizado na cidade de Girau do Ponciano.

A fala do meu interlocutor, ao mencionar o surgimento da Firma e sua dinâmica no mercado ilícito de drogas, costura a extensão dos bairros da cidade como um problema policial a partir da precária infraestrutura. A Firma estava localizada, segundo meus interlocutores, entre o bairro do Clima Bom e o bairro da Levada, passando pelo Bebedouro e se estendendo para outros bairros através do deslocamento de drogas por meio do mercado ilícito. Esses dois últimos bairros são conectados a partir da Lagoa Mundaú e estão entre os primeiros conglomerados habitacionais de Maceió. São bairros historicamente povoados por pescadores (as), com forte presença negra em sua população e baixo investimento em sua infraestrutura. O imaginário produzido em torno de territórios com essas características é de fato, a partir de elementos constituídos pelo imaginário, um “problema policial”.

Mapa 2º: Extensão dos bairros que margeiam a Lagoa Mundaú:



Fonte: *Google Maps*. Acesso em junho de 2018.

As representações sociais produzidas acerca das periferias como um lugar de pontos de tráfico de drogas e de pessoas de fácil apelo às demandas populistas são também potencializadoras do processo de faccionamento dos sujeitos e dos territórios. Os interlocutores apontam de forma categórica os lugares de evidência de grupos criminosos, demarcando um posicionamento refém das pessoas em torno de um acordo entre traficantes e moradores, apontando uma possível troca de favores. Essa certamente é uma das mais consagradas representações sociais que foram construídas em torno desse processo interativo e que estimulam os acionamentos dos policiais militares no seu trabalho cotidiano. Essa narrativa é estimulada para se tornar popular à maneira como a polícia age nos territórios, ou seja, é preciso criminalizar um conjunto de atores para que as ações voltadas para a prática de combate as facções criminosas tomem efeitos práticos.

O acionamento dessas representações acerca das pessoas e dos territórios como propriedades coniventes ao crime estimula os processos de cognição entre quem é criminoso e quem faz parte do suporte das ações criminosas. Por exemplo, os recebimentos de algum tipo de remédio, gás de cozinha ou bebidas alcoólicas são elementos que atuam na construção de modelos representacionais das pessoas que residem nos territórios. Nesse jogo é preciso indicar lugar e marcar os corpos. A narrativa apontada na citação indica uma prática de certo populismo. Mas, posteriormente, uma importante narrativa irá divergir da primeira, oferecendo, assim, uma indicação de solução para o enfraquecimento das facções criminosas. Uma narrativa pode ser utilizada para duas maneiras de contar o mesmo fato. De um lado a criminalização, do outro a isenção:

A população denuncia muito aqui. Também tem isso. O pessoal aqui não tem a cultura enraizada do povo do Rio de Janeiro. Se chegar um maloqueiro na vizinhança elas ligam logo pro disque denúncia. Chegar na rua, na praça dizer que é PCC num dou quatro minutos para chover denuncia aqui no 181. Ouve uma evasão muito grande do PCC e CV aqui em Alagoas, os caras não querem mais não. (PM-Inteligência, 2017/capitão, 20 anos de serviço)

Primeiro temos uma população refém de uma dinâmica populista; e agora outra, uma população que “não tem uma cultura enraizada do povo do Rio de Janeiro”. É interessante perceber como a referência ao Rio de Janeiro

aparece numa perspectiva de permissão ao crime. Mas é claro que a referência não é genérica. O “povo” do Rio de Janeiro que estaria na ordem de convivência – e que serviu como referência para meus interlocutores – é a população residente em áreas de Favelas. Pode-se chegar a essa conclusão justamente pela narrativa local que se construiu através da Firma e das regiões periféricas localizadas na extensão da Lagoa Mundaú. A presença dessa referência serve também para demarcar o surgimento de novos atores na dinâmica do crime em Alagoas: o Primeiro Comando da Capital e o Comando Vermelho.

Antes de qualquer coisa, é importante destacar a denúncia como um ato de coragem e de negação ao crime – principalmente de negação ao crime. Mas se no primeiro momento os territórios e os sujeitos estavam de acordo por meio de um populismo com o crime, o que justificaria uma narrativa contrária? As formas de agir de um grupo são diferentes de outro? É por uma questão de identidade com sujeitos internos, e desconfiança com o externo? Ou apenas uma maneira de narrar uma justificativa do não avanço das facções em Alagoas? São quatro questões interessantes que vou discutir diante das narrativas que vão construir o surgimento do PCC e do CVRL em Alagoas. Acredito que essas três maneiras de conectar justificativas vão traduzir, de forma sintética, elementos que conduzem as formas de estabelecer saberes e proposições diante dos problemas da segurança pública. Vão também estabelecer, de forma concentrada, as maneiras de agir e de pensar dos policiais militares diante dessas realidades.

Pretendo responder alguns desses questionamentos contando com as contribuições de alguns autores que produziram relatos e reflexões sobre a temática. Considero as facções criminosas um elemento novo para o cenário criminal de Alagoas e vejo que a novidade impulsiona o surgimento de respostas e de uma necessidade de respondê-las. A cada narrativa captada, é possível compreender as práticas cotidianas exercidas pelos policiais militares e a produção de orientações quanto às questões que envolvem os processos de consolidação de representações. Não são simples histórias e especulações, são questões que incidem diretamente no contexto da segurança pública e de cotidiano urbano.

4.3 – STAFF: AS PASSAGENS DE FERNANDINHO BEIRA-MAR E BABY POR MACEIÓ E O SURGIMENTO DO PCC.

A palavra *Staff* significa um conjunto de pessoas que compõe um quadro organizativo de uma empresa, ou um conjunto de pessoas que assessora um dirigente. Quando se fala sobre a vinda do Fernandinho Beira-mar, essa é a palavra mais utilizada. As duas “rápidas” passagens de Beira-mar em Alagoas, a primeira em 2003⁶⁹ e a segunda em 2005⁷⁰, foram promovidas através de um acordo de cooperação entre o Governo de Alagoas e o Ministério da Justiça. O então governador do Estado Ronaldo Lessa enfatizou, em entrevista publicada em jornais do período, que a presença e permanência do preso teria sido uma solicitação do Ministério da Justiça e um pedido pessoal do presidente em exercício naquele período, Luiz Inácio Lula da Silva. Na primeira oportunidade, Fernandinho Beira-mar ficou por aproximadamente um mês e meio preso na carceragem da Polícia Federal em Maceió; na segunda, ficou por pelo menos uma semana na mesma superintendência.

A presença de Fernandinho Beira-mar em Maceió é umas das principais narrativas em torno do crescimento e fortalecimento do crime organizado em Alagoas e principalmente da “ramificação” da facção criminosa Comando Vermelho para estado. No entanto, as condições de existir do CVRL passam por outros autores que não o próprio Beira-mar. O papel do *Staff* – que traduzindo seriam assessores, advogados, amigos e familiares – é colocado como central no processo de difusão nos “negócios” do Beira-mar. É interessante como essa narrativa toma forma à luz de um sujeito que mesmo preso impõe sua carreira criminal de forma incisiva na memória e no imaginário social. A influência da grande carreira criminosa do Fernandinho Beira-mar, o poder exercido pelo Comando Vermelho no Rio de Janeiro e sua popularidade nos meios de comunicação certamente produziram sentidos quando ele esteve em Alagoas.

⁶⁹<https://www.dgabc.com.br/Noticia/240964/fernandinho-beira-mar-e-transferido-para-alagoas> (Acesso em Julho de 2017)

⁷⁰<http://www.alagoas24horas.com.br/831946/beira-mar-ja-esta-presos-em-maceio-e-ninguem-na-pf-comenta-os-motivos/> (Acesso em julho de 2017)

A história do Comando Vermelho, retratado por Da Silva Lima (1991), é popularmente conhecida pelos policiais militares. Ela traz a narrativa de um sistema de autodefesa dentro das penitenciárias bastante conhecida e divulgada ante a pergunta sobre o surgimento da facção criminosa Comando Vermelho. Um dos policiais militares que participou da atividade de pesquisa mencionou o livro em questão como uma forma de conhecer a história da organização criminosa. Disse ele:

Se você quiser conhecer a história do comando vermelho você tem que ler o livro quatrocentos contra um. Esse livro foi escrito por um cara que fundou o Comando Vermelho. Teve uma reunião entre os bandidos e os presos políticos da época da ditadura. (PM, Rádio Patrulha, 2017/soldado 10 anos de serviço)

Da Silva Lima (1991) diz o que seria o início de um comportamento, ou modo de interagir, dentro do sistema prisional para uma melhor convivência entre os presos. Segundo ele, o sistema prisional produzia estímulos que permitiam assaltos e violências que incidiam na desmoralização dos presos (1991, p. 75). E, portanto, era preciso construir maneiras de harmonizar as práticas internas para que ações violentas entre os encarcerados não fossem potencializadas. Ou seja, a adoção de regras dentro do sistema tornou-se a centralidade do processo para a construção da “paz”. Da Silva Lima (1991) apresenta uma das regras que foram introduzidas: “morte para quem assaltar ou estuprar companheiros; incompatibilidades trazidas da rua devem ser resolvidas na rua; violência apenas para tentar fugir, luta permanente contra a repressão e os abusos” (1991, p.76). As regras citadas também fazem parte do conhecimento policial sobre como surge as facções criminosas.

As regras nos presídios são também um conhecimento popular entre os policiais. É incrivelmente interessante entender como os policiais sabem, de forma clara e concisa, quais as regras seguidas nos presídios. Durante a atividade de pesquisa, foram citadas algumas regras que os policiais diziam existir no sistema prisional. Dividi essas narrativas em duas naturezas, privada e associativa. De natureza privada, julgo interessantes duas regras: a) baixar a cabeça quando a esposa de algum preso estiver em condições de visita ao companheiro; b) para os que estão em programas de reintegração não pode haver erros ou envolvimento em confusão e/ou facção. De natureza

associativa: a) se sair do sistema prisional deve ajudar o irmão para pagar advogados; b) só pode sair da facção se for para a religião ou sair definitivamente do crime.

São regras que Da Silva Lima (1991) já apontava como prática nos presídios do Rio de Janeiro, e que tomaram força ao longo dos anos. Existem inúmeras formas dos policiais serem detentores desse saber: primeiro por estarem constantemente vivendo o cotidiano da rua, inclusive com pessoas que já estiveram no sistema prisional; segundo, por exercerem atividades de inteligência e obterem informações sobre o dia a dia do lugar. Além, claro, das diversas narrativas construídas por policiais que exercem atividades dentro do sistema prisional, como o Batalhão de Guardas, localizado na área do Sistema Prisional no bairro Cidade Universitária. A existência de regras no sistema inclina os policiais militares para uma visão de organização e; para a existência de uma rede de comunicação e execução de regulamentos no sistema prisional. É esse o sentido apontado por Da Silva Lima quando fala sobre a circulação de informações mesmo em “cadeias mais amarrada” realizadas “pelos faxinas, pelas visitas, pelos guardas, e principalmente, pelas teresas.” (1991, p. 72)

É no sistema prisional que surge o Comando Vermelho e toma corpo fora, nas dinâmicas do crime no meio urbano. Essa é uma narrativa compartilhada pelos policiais militares de Alagoas sobre o surgimento da facção Comando Vermelho. Mas como ele chega a Maceió? Essa é uma narrativa particular no contexto policial e jornalístico⁷¹. No caso da narrativa policial, existem duas formas de contar o início do CVRL em Alagoas: a primeira envolve o próprio sistema prisional e as transferências de presos; e a segunda envolve os movimentos de franquias exercidas pelo CVRL.

Segundo nossos interlocutores houve uma quantidade significativa de presos que foram transferidos dos presídios de Alagoas para os presídios federais, e vice-versa. Ainda segundo eles, uma quantidade de pessoas que

⁷¹ Vou me ater posteriormente sobre as construções jornalísticas em torno das facções.

refizeram o fluxo migratório por conta das novas dinâmicas de repressão ao crime em alguns estados. Essa primeira narrativa é apontada como um dos principais processos que estimularam o surgimento das facções criminosas em Alagoas. E é partir de uma transferência que surge em Alagoas a facção Comando Vermelho. Segundo nossos interlocutores, essa facção surge exclusivamente a partir de uma transferência específica, como se narra a seguir:

Tinha uma facção aqui chamada Firma e ela fazia oposição ao PCC. Eles nunca quiseram entrar no PCC. Não se envolviam, mas era oposição. E um dos membros da Firma, o Aranha, foi preso e foi transferido para um presídio federal e lá foi batizado pelo CV. E quando ele voltou da federal toda a Firma aderiu ao CV. Ele foi transferido para o presídio federal e retornou para Alagoas em dezembro de 2013, então de 2014 pra cá a facção tá presente aqui. (PM, inteligência, 2017/ capitão, 20 anos de serviço)

Essa é uma narrativa interessante e tem como plano de fundo a presença do Fernandinho Beira-mar. A ida de Aranha para um presídio federal é complementada pelo meu interlocutor com a seguinte frase: “ele voltou pior, se misturou com a nata do crime”. Mesmo passando por Maceió apenas duas vezes e tendo o *staff* como um elemento central para a difusão do Comando Vermelho em Alagoas, Beira-mar, segundo meus interlocutores, conheceu também o “Júnior Cicatriz”⁷² no presídio Federal do Paraná e se tornou padrinho da filha dele. Para além das relações associativas com o crime, a narrativa aponta para uma relação religiosa e afetiva acima (ou como parte integrante) do *corpus* criminal. É popular, entre os policiais militares, o poder exercido por Aranha, justamente por ser um braço direito de um dos mais conhecidos membros do CVRL. Articuladas as duas narrativas, é possível inferir a efetiva participação do sistema prisional no processo de faccionalização do crime em Alagoas.

É importante destacar outra narrativa policial. Essa advinda de uma perspectiva migratória. Durante a pesquisa foi comum ouvir que “muitos criminosos vierem do Rio de Janeiro e São Paulo por conta da repressão que ocorreu por lá”. Essa construção representacional em torno da migração do

⁷² Segundo meu interlocutor, Júnior Cicatriz é batizado pelo PCC e teve uma aproximação com Beira-mar antes do racha e da “guerra” entre as duas facções iniciada em meados de 2016.

crime ocorreu com forte tendência entre os policiais a partir de eventos que se tornaram nacionais, como a ocupação do complexo de Favelas do Alemão em 2010. Esse fato, como outros, tornou-se comum entre os policiais para o advento das facções criminosas em Alagoas, principalmente do Comando Vermelho. Dentro dessa perspectiva migratória há também outra narrativa que aponta que pessoas que migraram de Alagoas para São Paulo e para o Rio de Janeiro “não conseguiram emprego e entram no crime, e posteriormente voltaram para Alagoas após cumprir pena ou vieram pra criar as facções” (dentre elas, o CVRL). Um de meus interlocutores falou sobre essa questão:

Em 2009 eu fiz uma pesquisa. Eu estava precisando identificar um alagoano no sistema prisional de São Paulo. Eu não tinha o nome, só tinha o vulgo. O sistema prisional daqui na época, tirando os semiabertos tinham uma faixa de 2000 a 2200 presos. Fui fazer essa pesquisa em São Paulo pra saber se achava esse alagoano lá e tinham 1800 alagoanos presos no sistema prisional de lá. Ou seja, outro sistema prisional de alagoanos lá. Nós temos casos de pessoas que saíram do sistema prisional de São Paulo. Por algum motivo veio corrido pra cá. Não pro sistema prisional. Vieram depois de pagar pena. Pessoas que vieram dar um tempo de alguma situação. Em Arapiraca aparece muito isso lá. (Inteligência, SERIS/SSP, 2018)

O movimento migratório do crime é uma das principais fontes de certezas entre os policiais. O aumento da criminalidade em Alagoas é visto, entre esses profissionais, como fruto desse processo, potencializado a partir do fortalecimento das facções criminosas. O fluxo migratório – seja de um presídio para o outro, seja de migrações advindas por elementos subjetivos dos sujeitos que envolvem o regresso aos locais de nascença para se aproximar de suas famílias, depois do insucesso na metrópole – tornou-se uma representação importante para o trabalho cotidiano dos policiais militares. O sotaque paulista ou carioca, bem como a linguagem “estranha/diferente” podem produzir suspeição em relação ao sujeito. Mas é claro que essas dimensões não extrapolam o limite da Orla Marítima, local de recepção de turistas com seus vários sotaques.

Meu amigo, muitos caras vieram migrando de São Paulo, vierem corridos. Lá os caras tão botando pra quebrar e os caras tão vindo pra cá. Vem achando que aqui é mais fácil, é até uma visão de que a gente é do Nordeste e é tudo bobinho. O cara chega já percebe o sotaque...esse aí é de fora, vamos logo saber quem é e de onde veio. Fala que nem malandro do Rio, já desconfiamos. (PM, Rádio Patrulha, 2017/ Cabo 13 anos de serviço)

Um fato que talvez potencialize esses elementos representacionais em torno do processo migratório foi a vinda do Baby para cumprimento de pena em regime semiaberto em Alagoas. Eu só pude conhecer a história que envolve o Baby durante uma conversa com o promotor de Justiça Cyro Blatter, em um encontro que não era uma atividade de pesquisa. Durante essa conversa, uma das pessoas que estavam na reunião comentou com o promotor a minha incursão na pesquisa sobre facções criminosas em Alagoas. Por conta disso, o promotor me apresentou seu livro, fruto de uma dissertação de mestrado intitulada *Formação das Organizações Criminosas* (2016). O livro apresenta uma comparação entre a Cosa Nostra, Camorra e PCC.

Levi Batista da Penha, o Baby, estava no Presídio Federal de Campo Grande, Mato Grosso. Por determinação do Departamento Nacional penitenciário esteve em regime semiaberto em Alagoas, no ano de 2011. A questão importante nesse fato é que Alagoas não possui programa de semiaberto, durante esse período, o preso fica com a responsabilidade de comparecer ao fórum todos os dias para assinar sua “presença”. Na época, segundo dados da Secretaria de Segurança Pública, Alagoas teria enviado 60 presos para as penitenciárias federais e estaria recebendo o Baby para “compensar”. Baby⁷³, segundo uma pesquisa que realizei na internet, foi preso por tráfico e homicídios. Era considerado um dos principais membros do Comando Vermelho e possuía forte ligação com Fernandinho Beira-mar e Marcinho VP. Da mesma forma, o promotor Cyro Blatter, em nossa conversa, definiu seu perfil, confirmando as pesquisas que realizei nos sítios virtuais.

A vinda do Baby é crucial para que haja clareza nas narrativas policiais no que se refere ao processo migratório e ao papel do *Staff* do Fernandinho Beira-mar. Baby era do Complexo do Alemão, Rio de Janeiro, e chefiava o tráfico de drogas na localidade. Em Alagoas, sua função só poderia ser de estimular o processo de filiação de pessoas na organização criminosas, ou seja, implantar o que os policiais militares denominaram de franquias. O

⁷³ <https://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u20523.shtml>. O link apresenta uma matéria jornalística que cita o Baby numa tentativa de fuga ocorrida na penitenciária de Bangu/RJ.

sistema de franquias é o termo que os policiais militares utilizaram para citar a maneira como a Firma foi cooptada pelo Comando Vermelho. Seria uma maneira simplificada e clara de mostrar, a partir de um exemplo, o modo como operam as facções criminosas em Alagoas. A narrativa policial sobre a prática de franquias pelo Comando Vermelho em Alagoas também se estende para o Primeiro Comando da Capital, segundo meus interlocutores.

As franquias são estratégias adotadas pelas facções criminosas Comando Vermelho e Primeiro Comando da Capital em algumas cidades. Em Alagoas, essas organizações abordaram de forma efetiva uma emergente camada de pessoas que trabalhavam no mercado ilícito de drogas nos diversos bairros de Maceió. Abordaram lideranças locais, com poucas condições de empreender seu mercado, pouca experiência e com dificuldades de acesso a distribuidores. As diversas bocas de fumo, que exerciam um determinado nível de comércio na cidade, foram disputadas por essas facções, oferecendo armas, abastecimento de drogas e participação em decisões locais. É um funcionamento de franquias, mas de forma avessa: em uma franquia “usual”, o empreendedor busca a estratégia para melhorar seus rendimentos no mercado; nas franquias em questão, as próprias facções buscam as pequenas bocas de fumo para garantir seus crescimentos e maior distribuição de drogas. Não houve melhor narrativa para explicar esse processo de chegada e crescimento das facções em Alagoas.

Sobre o Primeiro Comando da Capital, são os senhores Marcos José Muniz e Givanildo Rosa os Co-fundadores dessa facção criminosa em Alagoas. É assim que inicia qualquer conversa sobre o PCC no Estado, seja com policiais militares seja com jornalistas. Mais antiga em atividade do que o Comando Vermelho no que se refere a Alagoas, o PCC abarcou da mesma forma o modelo de franquias como estratégia de crescimento. A chegada do PCC em Alagoas data de 2009: o marco para esse registro simbólico por parte dos policiais militares é a prisão dos sujeitos citados. Foram as passagens dessas pessoas pelo sistema carcerário, a construção de um processo de cooptação e o desenvolvimento de uma comunicação interna entre os irmãos

“de dentro” e “das ruas” que construíram os marcos de referência em torno dessa facção em Alagoas.

A história de surgimento do PCC se confunde com a história do Comando Vermelho. A narrativa também é construída a partir do sistema prisional, pelos encarcerados que buscaram melhorias nas condições de vida no sistema e se posicionaram de forma contrária às opressões construídas pelo cotidiano da prisão. As revoltas ou rebeliões ocorridas durante alguns anos, as perseguições e divisões que evidenciavam um poder dentro do sistema carcerário serviram como estímulos para que houvesse campo fértil para criação de regras de convivência entre os presos que diminuíssem as demasiadas opressões, seja pelos agentes públicos seja por presos que exerciam poder e barganha no sistema. A partir desse contexto, e também de outras demandas socioeconômicas, surge o PCC nos diversos presídios de São Paulo. Gabriel Feltran narra o surgimento do PCC da seguinte maneira:

Há 25 anos, a história era outra. O PCC era fundado em uma cela escura, por um grupo de oito presos que jogavam futebol juntos no anexo da casa de custódia de Taubaté (CCTT), unidade prisional então destinada ao castigo dos indisciplinados. Conta-se que o Comando da Capital disputava na bola e na faca, a liderança da cadeia contra o Comando do Caipira, formado por presos do interior. A maioria dos detentos havia chegado sob acusação de incitar rebeliões, como a que terminou com a ocupação policial e o massacre de 111 presos do pavilhão 9, na Casa de Detenção do Carandiru, em 1992. A história das prisões e das facções em São Paulo era sangrenta. Todos os anos havia dezenas de mortos nas cadeias de São Paulo. Em Taubaté, diz-se que PCC começou a ter visibilidade quando seus integrantes decapitaram um dos líderes opositores e jogaram futebol com sua cabeça. (2018, p. 17)

Dentro de uma realidade de violência, de disputa por poder e de busca por melhores condições nas cadeias, o PCC emerge do seio das contradições sociais e políticas do País. Completados 25 anos de existência em 2018, essa organização ainda precisa ser analisada a partir de muitos olhares e de vários lugares. Mas principalmente, precisa ser observada a partir do uso que se faz dela no cotidiano urbano. É por meio das “celas escuras”, como narra Feltran (2018), que foi possível construir umas das principais organizações criminosas do país e é a partir delas que o Estado – seja do ponto de vista normativo, seja do ponto de vista prático/subjetivo – estabelece quem é faccionado e quem não é. Esse é um ponto importante ao qual devo me ater para construir uma

reflexão e ao qual o autor se ateve de forma a me conceder pistas para essa questão.

Ainda dentro das cadeias o PCC constituiu o respeito e a necessidade de resolução de problemas sem a violência. É uma marca comum, quando se trata de algumas regras postas em prática pelo Comando Vermelho nas cadeias no seu processo de surgimento. A questão da honra, do “certo pelo certo”, de expurgar as coisas que se julgavam erradas na cadeia e o uso da violência em último caso, tornaram-se um repertório de discursos e práticas elaborado pelos membros do PCC (FELTRAN, 2018). As regras de convivência nas cadeias são populares, há, por exemplo, pelo menos uma pessoa que sabe que estuprador geralmente não se dá bem no sistema. As regras são criadas e algumas delas se tornam populares, mas quem criou essas regras? Hoje é possível articular os momentos em que se fundaram essas organizações nas cadeias e em que as regras que se tornaram populares dentro delas e fora delas. Segundo Feltran,

Os efeitos práticos dessas políticas interessavam aos presos. Na disciplina do PCC foram interditados o estupro, o homicídio considerado injusto, e, anos mais tarde, aboliu-se o crack em todas as cadeias da facção no estado de São Paulo. Havia muito mais a fazer. Viabilizar as visitas de parentes e advogados, conseguir um sabonete ou uma pasta de dente para os presos em dificuldade, um cigarro para o ócio, maconha, cocaína e uma TV para ver a Copa do Mundo. A facção se tornou ainda uma forma de organizar as negociações, lícitas e ilícitas, com funcionários e a direção dos presídios (2018, p.18-19).

O PCC se tornou, a depender do olhar que se tenha dele, um regime de segurança para os que rezavam suas cartilhas durante o período de fundação. Tornou-se também algo extremamente inovador e sofisticado, algo que o Estado não conseguiu garantir para os detentos. Pelo contrário, o Estado permitiu essa situação, a partir das suas maneiras de aprisionar e cultivar processos de radicalização nos sistemas. Ser do PCC era, assim como hoje, estar organizado e disposto a interagir com um regulamento. É claro que outras dimensões foram construídas e desenvolvidas ao longo dos anos, e é por essas razões que há inúmeros trabalhos, entre artigos, dissertações e teses sobre o assunto. Também há uma publicidade maior em torno do tema nos jornais e revistas, fato que desperta curiosidades e possibilitam vastos

conhecimentos, sejam eles de natureza científica, sejam eles do senso comum/de experiências sociais diversas.

Em Alagoas, o PCC surge dentro do sistema penitenciário, não diferente de como acontece em São Paulo. Como já mencionei anteriormente, a narrativa pressupõe a questão relacionada aos processos migratórios e de transferências de presos de outros estados, principalmente oriundos das penitenciárias federais. As prisões de Marcos José Muniz e Givanildo Rosa, depois de uma ocorrência de roubo, edificaram a principal narrativa do surgimento e fortalecimento do PCC em Alagoas. A narrativa apresentada por meu interlocutor é interessante para a compreensão de como acontece, de modo prático, a construção da existência do grupo articulada com os processos de identificação do sujeito “de fora” que atua como catalizador:

Dois paulistas que estavam de férias aqui em Maceió resolveram assaltar um carro. Foi uma prisão realizada pelo GCOC⁷⁴, foi no bairro Cruz das Almas, numa pousada. Esse mesmo pessoal, vai aparecer noutro evento, de fuga do presídio. Essas duas pessoas eram lideranças do PCC de São Paulo que estavam aqui. Eu não sei se foi proposital pra poder entrar e ganhar mercado ou se foram presos porque queriam mesmo ficar com algum carro de boa pela cidade. Eles foram pro sistema prisional, e lá já tinham outros presos do PCC, mais antigos do que eles inclusive. Mas esses nunca tinham se manifestado em promover os ideais da facção aqui no estado. Pessoas que eram faccionados, estavam presos, mas ninguém sabia. Com a chegada deles, eles formaram um grupo e colocaram em prática a expansão da organização com batismos. (PM, Inteligência 2017/ Capitão 20 anos de Serviço)

Ao destacar “os paulistas” e a prisão desses sujeitos, meu interlocutor recorre ao que mencionei anteriormente, o elemento externo como promotor de dinâmicas criminosas inovadoras no estado. A dúvida em relação a prisão, se ela foi auto promovida ou não, fornece algo importante para a interpretação da narrativa, nesse caso. E de fato, outros interlocutores mencionaram essas mesmas concepções noutros momentos das atividades de pesquisas realizadas: “É preciso ser do crime para que haja sucesso para as facções”. Disse um de meus interlocutores: “o cara não vai sair pela rua, pelas periferias, procurando gente para entrar em facção, o cara vai logo pra quem tem carreira criminal”. Em síntese, a narrativa sugere que o surgimento do PCC é fruto de

⁷⁴ Grupo de Combate as Organizações criminosas de Alagoas – Ministério Público Estadual.

uma maneira de estar e de ser no sistema prisional. É no sistema que os dois sujeitos presos se apropriam de um vazio produzido pelo Estado, vazio esse que é preenchido pelo PCC quando abraçado pelos detentos que efetivamente detêm carreira criminal.

O “batismo”, nome dado para as filiações no PCC, é a maneira através da qual seus membros se respeitam e é também o elemento simbólico do processo de conexão com as regras instituídas pela organização. Além disso, é a forma de garantir pessoas fiéis a organização, que irão constituir núcleos, produzir redes de comunicação e elaborar estratégias de organização dentro e fora do sistema. A estratégia foi cooptar pessoas que tinham relevância dentro e fora do sistema prisional, principalmente os que tinham carreiras criminais no contexto do tráfico de drogas e homicídios. O mercado ilícito de drogas, segundo a lei penal que o define, é a principal causa de prisão no Brasil, em Alagoas não é diferente. O mercado da droga gera trabalho autônomo, sustenta famílias e, no contexto das facções, produz um trabalhador dentro de um organismo estruturado e simbolicamente marcado.

A massa carcerária daqui tinha um certo medo do sistema prisional, porque qualquer problema mais sério terminava em morte. Se o cara era preso por roubo ou furto, chegava lá você tinha duas situações, ou você era morto ou tinha que assumir um crime que você não praticou. O cara tava no módulo e tava lá um grupo ou um preso com maior poder econômico, e esse com maior poder matava algum detento por alguma divergência, e o cara que acabava de chegar por ser mais frágil tinha que assumir o crime se não morria também. Existia muito isso. E a facção PCC proíbe esse time de ação. Não é que ela não executa, mas para acontecer isso tem que ter autorização de lideranças etc. (PM, Inteligência, 2017/ Capitão, 21 anos de serviço)

A citação da fala do meu interlocutor aponta para o sucesso do PCC no sistema prisional de Alagoas. Era o que estava faltando, pode-se dizer assim. O medo de como se operava as regras no sistema prisional alagoano, seus problemas em não controlar as dinâmicas criminosas que afetavam a população carcerária permitiram o estabelecimento de ritos e o reconhecimento dos indivíduos que participavam cotidianamente do lugar. A narrativa carcerária é a própria história do PCC em Alagoas. Quando Camila Nunes Dias e Bruno Paes Manso (2018) falam sobre as dinâmicas promovidas pelo PCC nos diversos presídios, em diferentes estados da federação, há uma forte

indicação, e inúmeras verdades, de que o Estatuto do PCC se encaixou de forma total nos sentimentos dos que viviam e vivem encarcerados. As formas de proteger e organizar os negócios se tornaram inovadoras para as vidas dos encarcerados que detinham algum tipo de negócio fora do sistema prisional que envolvia, e envolve, o mercado ilícito de drogas.

É importante destacar uma passagem importante narrada por Dias e Manso (2018) sobre as mudanças ocorridas no modo de se organizar do PCC. As diversas divergências internas entre os integrantes do PCC e as formas de interagir com os filiados, seus familiares e os negócios do tráfico de drogas, possibilitaram a construção de mecanismos de horizontalidade do poder. A partir das narrativas de meus interlocutores, é possível afirmar que esse novo modelo conseguiu incidir de maneira central nas formas de experimentar o sistema prisional pelos diversos indivíduos que foram colocados em situação de encarceramento. Incidiu também nas dinâmicas objetivas e subjetivas em torno desses mesmos indivíduos no mercado ilícito de drogas em Alagoas. Dias e Manso narram da seguinte maneira:

No dia 9 de julho, João Carlos Bastos de Oliveira, conhecido como “Itália”, que exercia a função de Sintonia Geral do Sistema, fez um ditado por telefone: “Lutar sempre pela paz, justiça, liberdade, igualdade e união, visando o crescimento de nossa organização” seria o objetivo do PCC. Os três primeiros princípios – “paz, justiça e liberdade” – vinham desde 1997, reproduzindo o mote do grupo criminoso fluminense Comando Vermelho. A novidade eram os dois últimos itens, “igualdade e união”, que fortaleciam a ideia de horizontalidade e coletividade. Os novos princípios faziam referência ao caminho do PCC para descentralizar o comando, trajetória que vinha sendo gradualmente implantada desde 2003 sob a liderança de Marcola. (2018, p. 73)

A presença de Marcos Muniz e Givanildo Rosa em Alagoas, em 2009, e consequentemente a presença desses sujeitos no sistema prisional, o primeiro ainda preso, e o segundo em regime semiaberto, pode ser encarada como um novo processo constituído pelo PCC a partir de 2003, como relatam Dias e Manso (2018). A organização por meio de células, como são conhecidas as “Sintonias”, estabelece direitos, deveres e responsabilidades dos filiados, dentro e fora do sistema penitenciário, e fornece para seus membros uma linha de comando e “organização burocratizada” – como enfatizaram algumas vezes meus interlocutores - que consolida a importância de cada membro nos seus

devidos lugares de protagonismo. As “Sintonias”, segundo Dias e Manso (2018), são células atuantes nas prisões e nos bairros pobres de centenas de cidades brasileiras. Essas células estão conectadas e formam coletivos decisórios em âmbito regional, estadual, nacional e internacional.

A atuação e protagonismo diante das opressões praticadas no sistema carcerário e no mercado ilícito de drogas consolidou uma estrutura que, segundo meus interlocutores, “produziram muitas lideranças” no PCC. Houve “batismos indiscriminados” de jovens. Os sujeitos Marcos Muniz e Givanildo Rosa são frutos desse novo modelo de gestão do PCC, que Dias e Manso (2018) apresentam como “plano de descentralização” dessa facção. Esse plano não significou um recuo no ordenamento das disciplinas dentro e fora do Sistema, mas significou uma maior expansão da organização nos diversos estados. Articulando o plano de narrativas nacionais com as narrativas produzidas por meus interlocutores, é possível compreender os processos que ordenaram o surgimento e desenvolvimento do PCC em Alagoas.

É a partir dessas diversas narrativas que me proponho a discutir, nos capítulos seguintes, os processos de conformam e produzem os sentidos em torno do corpo e dos territórios, de acordo com a noção “facionado”. Admito que seja uma tarefa difícil, mas acredito que a articulação entre as diversas narrativas e as discussões teóricas podem auxiliar de maneira concreta as diversas maneiras de se observar esse fenômeno. Há, nesse contexto, dados quantitativos que vão indicar o movimento institucional, ou melhor, a narrativa oficial das diversas formas de existir das facções criminosas. Eu me coloco de forma crítica no processo de análise, reproduzindo as narrativas, mas tentando dialogar com a perspectiva que guardo como sociológico sobre o assunto.

CAPÍTULO 5 - QUEM FACCIÓNA QUEM: AS NARRATIVAS JORNALÍSTICAS E DAS REDES SOCIAIS SOBRE AS FACÇÕES CRIMINOSAS EM ALAGOAS.

5.1 – O JORNALISMO E AS REDES SOCIAIS: FACÇÕES CRIMINOSAS E NARRATIVAS EM PAPEL E *ONLINE*.

Os relatos jornalísticos sobre criminalidades em Alagoas advêm do período colonial. Os relatos tinham características marcantes da época e exibiam um tipo de crime que evidenciava um processo de segregação racial e de desigualdades. O jornal era, naquele período, um instrumento de informação das elites, mas também para estabelecer padrões de comportamento compatíveis com um hábito de referência urbano daquela época. Longe de entrar em uma discussão teórica sobre os elementos que conformam os processos de emissão e recepção dos elementos simbólicos entre os diferentes indivíduos e grupos sociais, eu proponho apresentar como os jornais e as redes sociais estimulam os processos de construção das representações sociais em torno das facções criminosas no contexto estudado.

Realizei uma pesquisa sobre as matérias jornalísticas que foram veiculadas em 2017. Usei como método, a pesquisa por palavra-chave no *site* de busca *Google*, utilizando as palavras: Facção – Criminosa – Alagoas. Obtive cinquenta e sete matérias jornalísticas, durante o ano de 2017, que mencionavam pelo menos duas palavras: Facção – Criminosa. A média de notícias por meses do ano é de 4,57: aproximadamente cinco notícias por mês mencionam pelos menos duas das três palavras destacadas anteriormente. A avaliação é de que esse tema se tornou popular e importante para os jornalistas. Entre os meses de janeiro e junho, cataloguei 34 notícias, e entre os meses de julho e dezembro, 23 registros jornalísticos que continham as palavras-chave. Destaquei algumas na tabela abaixo:

Tabela Nº 10 – Manchetes de jornais sobre Facções Criminosas.

<p style="text-align: center;">MANCHETES</p> <p style="text-align: center;">Janeiro – junho</p>	<p style="text-align: center;">MANCHETES</p> <p style="text-align: center;">Julho – Dezembro</p>
<p>TNH1. Juiz José Braga Neto diz que vai processar Sindapen por suposta ligação ao PCC. Maceió, 9 de janeiro de 2017.</p> <p>Disponível em: <https://www.tnh1.com.br/noticia/nid/juiz-jose-braga-neto-diz-que-vai-processar-sindapen-por-suposta-ligacao-ao-pcc/></p>	<p>TNH1. Vídeo: grupo é preso com caderno de informações sobre dia-a-dia de facção criminosa em Maceió. Maceió, 4 de dezembro de 2017.</p> <p>Disponível em: <https://www.tnh1.com.br/noticia/nid/video-grupo-e-preso-com-caderno-de-informacoes-sobre-dia-a-dia-de-facciao-criminosa-em-maceio/></p>
<p>TNH1. Pelo menos 20 presos ligados a facções criminosas serão transferidos de alagoas para presídios federais. Maceió, 16 de janeiro de 2017.</p> <p>Disponível em: <https://www.tnh1.com.br/noticia/nid/pelo-menos-20-presos-ligados-a-faccoes-criminosas-serao-transferidos-de-alagoas-para-presidios-federais/></p>	<p>TNH1. Áudio mostra integrante de facção ameaçando cortar mãos de assaltantes em Maceió. Maceió, 4 de novembro de 2017.</p> <p>Disponível em: <https://www.tnh1.com.br/noticia/nid/audio-mostra-integrante-de-facciao-ameacando-cortar-maos-de-assaltantes-em-maceio/></p>
<p>TNH1. Líder de facção criminosa morre em confronto com a polícia em Maceió. Maceió, 2 de fevereiro de 2017.</p> <p>Disponível em: <https://www.tnh1.com.br/noticia/nid/lider-de-facciao-criminosa-morre-em-confronto-com-a-policia-em-maceio/></p>	<p>TNH1. Operação policial prende 20 integrantes de facção criminosa em Alagoas. Maceió, 1 de novembro de 2017.</p> <p>Disponível em: <https://www.tnh1.com.br/noticia/nid/operacao-policial-prende-20-integrantes-de-facciao-criminosa-em-alagoas/></p>
<p>TNH1. Preso mulher que encomendou morte em grupo formado por WhatsApp por membros de facção criminosa. Maceió, 7 de junho de 2017.</p> <p>Disponível em: <https://www.tnh1.com.br/noticia/nid/presa-mulher-que-encomendou-morte-em-grupo-formado-no-whatsapp-por-membros-de-facciao-criminosa/></p>	<p>TNH1. Vídeo: Facção criminosa estaria planejando série de ataques em Alagoas. Maceió, 28 de agosto de 2017.</p> <p>Disponível em: <https://www.tnh1.com.br/noticia/nid/video-facciao-criminosa-estaria-planejando-serie-de-ataques-em-alagoas/></p>
<p>Alagoas24horas. BPTran prende integrante do PCC em Alagoas. Maceió, 22 de junho de 2017.</p> <p>Disponível em: <http://www.alagoas24horas.com.br/1070179/bp-tran-prende-integrante-pcc-em-alagoas/></p>	<p>Alagoas24horas. Aniversário de facção e boatos de crimes programados assustam maceioenses. Maceió, 30 de agosto de 2017.</p> <p>Disponível em: <http://www.alagoas24horas.com.br/1088238/aniversario-de-facciao-e-boatos-de-crimes-programados-assustam-maceioenses/></p>

<p>Gazetaweb. Alagoas é um dos estados com maior número de membros de facções criminosas. Maceió, 30 de agosto de 2017. Disponível em: https://gazetaweb.globo.com/portal/noticia/2017/08/al-e-um-dos-estados-com-maior-n-de-membros-de-facciao-criminosa-diz-pesquisa_39528.php</p>	<p>G1. Líder de facção que planejava atentado contra secretário de AL é preso. Maceió, 11 de setembro de 2017. Disponível em: https://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/lider-de-facciao-que-planejava-atentado-contra-secretario-de-alagoas-e-preso-em-monte-mor.ghtml</p>
<p>Gazeta web. Alagoas ocupa a quarta colocação em número de integrantes do PCC no Brasil. Maceió, 18 de maio de 2017. Disponível em: http://gazetaweb.globo.com/portal/noticia/2017/05/alagoas-ocupa-a-quarta-colocacao-em-numero-de-integrantes-do-pcc-no-brasil_32900.php</p>	<p>Marechal Notícias. Grupo é preso com agenda de facção criminosa em Maceió. Marechal Deodoro, 4 de dezembro de 2017. Disponível em: http://www.marechalnoticias.com.br/noticias/policia/grupo-e-preso-com-agenda-de-facciao-criminosa-em-maceio/</p>
<p>UOL. Criminoso do PCC morto pela polícia em Maceió tinha patrimônio de R\$ 8 milhões. Maceió, 8 de dezembro de 2017. Disponível em: https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2017/12/08/criminoso-do-pcc-morto-pela-policia-em-maceio-tinha-patrimonio-de-r-8-milhoes.htm</p>	<p>Gazeta web. Ação policial evita chacina por facção para matar rivais em Maceió. Maceió, 19 de julho de 2017. Disponível em: http://gazetaweb.globo.com/portal/noticia/2017/07/acao-policial-evita-chacina-planejada-por-facciao-para-matar-rivais-em-maceio_37049.php</p>
<p>Sete Segundos. Facção ataca e picha mais uma instituição pública no Agreste. Arapiraca, 23 de janeiro de 2017. Disponível em: https://arapiraca.7segundos.com.br/noticias/2017/01/23/81686/facciao-ataca-e-picha-mais-uma-instituicao-publica-no-agreste.html</p>	<p>Gazeta de Alagoas. Facções criminosas dominam sistema prisional. Maceió, 25 de agosto de 2017. Disponível em: http://gazetaweb.globo.com/gazetadealagoas/noticia.php?c=311287</p>
<p>Brasil247. Facções dominam metade dos presos em alagoas. Maceió, 2 de janeiro de 2017. Disponível em: https://www.brasil247.com/geral/faccoes-dominam-metade-dos-presos-em-alagoas</p>	<p>Gazetaweb. Polícia apura se morte de sargento no Pilar foi ordenada por facção criminosa. Maceió, 4 de setembro de 2017. Disponível em: http://gazetaweb.globo.com/portal/noticia/2017/09/pm-investiga-troca-de-tiros-que-resultou-na-morte-de-sargento-no-pilar_39824.php</p>
<p>Alagoas24horas. Renan acredita na atuação de facções criminosas em Alagoas. Maceió, 25 de janeiro de 2017. Disponível em: http://www.alagoas24horas.com.br/1030980/re-nan-acredita-na-atuacao-de-faccoes-em-alagoas/</p>	<p>Gazetaweb. Polícia Militar evita execução de morador de bairro de facção rival na Levada. Maceió, 22 de novembro de 2017. Disponível em: https://gazetaweb.globo.com/portal/noticia/2017/11/policia-militar-evita-execucao-de-morador-de-bairro-de-facciao-rival-na-levada_44449.php</p>

Fonte: Elaboração Própria (2019)

Há um considerável aumento das manchetes dos jornais que apresentam de forma direta as palavras-chave e isso se deve a dois fatos relevantes: o primeiro se refere aos áudios divulgados por membros do PCC em Alagoas pelo serviço mensageiro *WhatsApp* informando a possibilidade de ataques nas ruas; e segundo pela apreensão de uma carta escrita por um membro da facção Comando Vermelho, com conteúdo de ameaças ao Secretário de Segurança Pública, Paulo Domingos de Lima Júnior. São dois episódios que estimularam os jornais a cobrir de forma atenta as atividades das facções criminosas no ano de 2017 e, conseqüentemente, as tornaram populares entre as pessoas que acessam de forma cotidiana as plataformas *online* de informações jornalísticas. Como foi dito, a tabela acima apresenta algumas das 57 matérias reproduzidas.

As informações jornalísticas são objetos que se destacam quando os policiais militares apresentam suas narrativas sobre as facções criminosas, por esse motivo elas se tomam importantes nesse processo. Dentro desse jogo de informações é possível estabelecer de forma clara que são as narrativas policiais que orientam as informações do jornalismo quando se trata de fatos que envolvem algum tipo de crime e, principalmente, quando envolvem as atividades das facções. Uma matéria de janeiro de 2019 publicada no *Caderno Cidades do Jornal Gazeta de Alagoas*⁷⁵ diz o seguinte: “Membros de grupos criminosos são isoladas em presídios de AL. sistema prisional alagoano tem presença de duas grandes facções.” É parte de um reconhecimento de que não se trata apenas de uma notícia policial, mas de algo que configura, de alguma maneira, o cotidiano das pessoas e do cenário urbano.

Independentemente de em que caderno serão publicadas as notícias sobre crimes, de alguma maneira, as informações contidas no jornal *online*, ou impresso, não conseguem chegar de forma antecipada ao seu público alvo. São as plataformas de comunicação em tempo real, como *Facebook* e

⁷⁵ Senti-me na obrigação de citar essa matéria jornalística mesmo depois da escrita do capítulo. Trata-se de uma matéria que apresenta um elemento institucional muito forte em torno das facções criminosas em Alagoas. Há entrevistas com o Juiz da Vara de Execuções Penais, Braga Neto, do representante da OAB de Alagoas, Leonardo Moraes, e do Secretário de Segurança Pública do Estado de Alagoas.

WhatsApp, principalmente o último, que dominam os processos de comunicação. Ou seja, a rapidez da informação chega ao receptor de forma visual ou sonora, em formato de vídeo ou em formato de áudio. É o caso dos áudios que “viralizaram” em Maceió sobre os possíveis ataques do PCC em 2017, nas proximidades do seu aniversário; ou dos vídeos de execuções que circularam de forma gratuita nos *smartphones* da população.

Considero que o jornalismo ainda é uns dos principais construtores das representações sobre os crimes e que possui um papel importante em torno desse movimento de “faccionar” pessoas e territórios. É por esse motivo que consultei os jornais e destaquei casos interessantes para este trabalho. Achei relevante a reflexão que Mônica Fort e Luís Vaca (2007) apresentam num artigo sobre cobertura jornalística do PCC em São Paulo:

Partindo da noção da realidade como representação e do jornalismo como um produtor dessas representações para os leitores, verifica-se o caráter fragmentário dessas construções. No caso do PCC, ao longo de sua existência de mais de uma década, apenas em momentos específicos foram retratados na mídia – e sempre a partir de uma voz institucionalizada, que é a voz do próprio jornalista, que legitima o discurso. Constrói-se um jogo de luz e sombra, onde os eventos extraordinários são colocados sobre o prisma da mídia e, no resto do tempo, são tratados como se não existissem. (p. 138)

Os autores estão tomando como princípio analítico para suas reflexões uma assertiva produzida por Pierre Bourdieu (1997), destacada no próprio artigo, sobre o campo jornalístico. Diz Bourdieu (1997, p. 102 apud FORT; VACA, 2007): “impõe sobre os diferentes campos de produção cultural um conjunto de efeitos que estão ligados, em sua forma e eficácia, à sua estrutura própria.” Não é exagerado estabelecer centralidade à mídia quanto ao seu papel no jogo linguístico para a produção dos elementos representacionais. Os próprios atores do jogo estão estabelecendo facetas, seja no campo prático, seja no campo performático, seja no campo linguístico.

Questões como as classes sociais, os territórios, o tipo de crime que é comum, às estratégias comuns e principalmente à motivação embutida em cada ato cometido são importantes para análise sobre o fenômeno da violência. É também importante compreender que as redes sociais estimulam de forma diversa, e não menos diferente os elementos que conformam as

representações sociais em torno das facções criminosas, dos territórios, do tipo de crime e dos corpos. Para a construção de uma perspectiva crítica em torno das narrativas é importante se valer de uma vigilância em torno dos desdobramentos das redes sociais em relação a essas questões. Como a “notícia” circula e quais os elementos de referência dessas “notícias”? Como vão interferir no cotidiano das pessoas e das cidades? São questões importantes que merecem uma atenção no processo de análise sobre as narrativas. O modelo de circulação de mensagens por meio do WhatsApp toma caráter de notícia e prevê certo nível de confiança, como também desconfiança.

Apresento a seguir dois tópicos que vão dialogar com as dimensões que proponho aqui. O primeiro trata-se de um processo que constrói a ideia do “Eu faccionado”, retirada justamente de uma publicação em jornal que narra à prisão de um jovem após a sua tentativa de roubo; o segundo tópico trata-se de uma reflexão em torno do processo interacional de jovens a partir das redes sociais com o contexto simbólico do número 3 (PCC) e do número 2 (CVRL). São duas reflexões importantes para que se possa entender as várias maneiras que as facções criminosas interagem com a sociedade e transitam no cotidiano das pessoas.

5.2 – “EU FACCIONADO”: A IMPOSIÇÃO DO POPULAR, AS DEMANDAS ACUSATÓRIAS E A SOFISTICAÇÃO DO RACISMO.

No dia 18 de julho de 2018 o *Jornal Extra* de Alagoas publicou a seguinte matéria em sua plataforma *online*: “Eu sou faccionado”, gritou o suspeito de tentativa de assalto. Emerson Cardoso dos Santos de 24 anos, depois de tentar assaltar um casal na região do Centro de Maceió, foi imobilizado “por populares” e amarrado a um poste, e conseqüentemente linchado pelas pessoas até a chegada da Polícia Militar. No final da matéria consta a seguinte narrativa: “Emerson ao dar entrada na delegacia chegou a gritar para a imprensa que pertencia a uma facção criminosa, mas não citou a qual delas pertencia. ‘Eu sou faccionado’ disse.” Na foto que ilustra a matéria é possível identificar que Emerson usa dois dedos levantados em sinal de 2,

popularmente conhecido entre os filiados à facção criminosa *Comando Vermelho*.

Assumir esse “Eu Faccionado” é compreender as dinâmicas sociais, culturais e estruturais de uma sociedade. Não é um fato isolado, pensado de forma unívoca e inocente, mas sim uma estratégia consolidada de quem se sente no jogo e tem clareza dos processos que lhe afligem cotidianamente. A existência desse “Eu” só é possível a partir do reconhecimento das partes que estão interagindo com os códigos que evidenciam os elementos criminais e penais. Sem isso, esse “Eu” não consegue se consolidar, torna-se invisível. Gosto do exemplo de Édison Gastaldo (2007) publicado em um artigo sobre Erving Goffman em *As relações de poder na vida cotidiana*:

Por exemplo, se uma pessoa entra numa sala, vê um caixão com um corpo, velas, flores e gente chorando, certamente poderia pensar de que se tratava de um velório, e que seria melhor não contar alguma piada. Ou seja, as pessoas definem uma situação, e a partir disso orientam-se para agir de maneira adequada. Isso não significa necessariamente que a definição esteja correta. Poderia, seguindo o exemplo, não ser uma cena real de velório, e o sujeito dentro do caixão era um ator, não um defunto. Em outras palavras, uma definição equivocada da situação poderia causar constrangimento. Definir a situação, pois, é fundamental para a vida de qualquer indivíduo que vive em sociedade, no sentido de entender o que está acontecendo e se alinhar adequadamente às diferentes situações. (p. 150)

Essa reflexão, em formato de exemplo que demonstra um cenário, serve de relato tanto quanto uma tentativa de roubo que Brunna, uma pessoa do meu ciclo de amizades, sofreu. A reivindicação do “Eu Faccionado” no processo de intimidação da pessoa foi elevado como uma estratégia de ativar os elementos representacionais que se tornaram populares, existindo também, como acessório indissociável, os elementos “perigoso” e “bandido” no momento da abordagem. O sentimento de medo ativado naquele momento por minha amiga Brunna a tirou da rotina, motivou outros acionamentos e estimulou, de forma efetiva, que ela não se mantivesse no ponto de ônibus, mas optasse por tentar se distanciar e solicitar um transporte pelo aplicativo *Uber*. Por que não houve o roubo? Minha amiga Brunna respondeu de maneira categórica: “quando ele disse que era de facção eu perguntei: por que você tá falando isso, ‘garotão’? Eu tô ligado quem é você.” Os elementos que codificaram os processos

interacionais naquele lugar se manifestaram em condições e situações diferentes.

Dois momentos de reivindicação do “Eu facionado” em circunstâncias diferentes, mas com o mesmo sentido: o uso como estratégia. Emerson estava entrando numa delegacia, escoltado por policiais militares; o desconhecido ator que tentou roubar minha amiga Brunna estava na rua fazendo sua “correria”. O primeiro usou de forma estratégica ao entrar na delegacia; o outro, ao desempenhar seu papel de “ladroão”. A rua e a prisão são lugares privilegiados para desempenhar o “Eu facionado”; são lugares de forte reconhecimento dessa noção que pressupõe uma maneira de experimentar o cotidiano e os papéis que são desempenhados nele. Manso e Dias (2018) destacam a seguinte assertiva,

É fundamental compreender os processos sociais e políticos que permitiram a conformação de um cenário nas prisões que produziu grupos portadores de uma identidade, de um discurso e de formas de organização e regulação social que se enraizaram dentro e fora destes espaços. O aumento do encarceramento e do fluxo de pessoas nas prisões deslocou a prisão para o centro da dinâmica social, política e criminal contemporânea. (p. 15)

Por meio da citação acima é possível compreender quais os processos que vão desencadear a construção elementos identificadores entre os sujeitos que se constroem a partir da “prática criminosa”. Os regramentos sociais das organizações criminosas requerem dos seus filiados uma organização; um monitoramento e principalmente a compreensão de que “estar fora” é “estar dentro” das disputas encaradas pela organização. Mas se sentir facionado, simular que é facionado e ter a acusação institucional de ser facionado também faz parte desse jogo. Os elementos intersubjetivos que concernem a esses processos moram na própria existência e na popularidade das facções, ou seja, é preciso que esteja no cotidiano, por meio de jornais, imagens de *WhatsApp* ou paredes da cidade com as marcas da sua existência por meio das suas siglas.

Se o Emerson, ao chegar à entrada da delegacia depois de ser pego em situação de flagrante, auto identificou-se como facionado, ele certamente conhece e sabe quais os encaminhamentos processuais que irão

provavelmente o colocar diante do sistema carcerário. Ou seja, ele se antecipou; ele certamente gostaria de ir para onde será mais seguro para ele no sistema. Esse processo de reconhecimento; de pertença e de que há um porto seguro dentro dele, promoveu, de forma central, a organização do sistema prisional. Se Emerson tivesse chegado à porta da delegacia e dito “Eu sou neutro”, ele também saberia quais os encaminhamentos; o lugar do sistema; e os limites de segurança ele encararia nesse jogo. O popular é o que torna visível no campo de disputa esses elementos sociais. Logo, se não houvesse qualquer popularidade em torno da existência e das ações de grupos organizados, essa representação do “Eu facionado” não teria qualquer sentido.

O “Eu facionado” é o estabelecimento de um processo concernente às experiências sociais que cada indivíduo construiu ao longo dos seus percursos e elaborações desempenhadas pelos elementos intersubjetivos. É uma elaboração entre o tempo vivido em determinado contexto social e suas buscas que definem suas carreiras. Essa noção pode ser considerada um apelo ao popular, ou um apelo à representação da virilidade, da coragem, ou negação de algo e da revolta, como já foi trabalhado de modo seminal por Alba Zaluar (1997) ao discutir o “ethos guerreiro”.⁷⁶ Certamente esse último é uma aproximação radical do sentido do “Eu facionado”. Essa noção representa também um senso coletivo, uma maneira de ver o mundo e um conjunto de representações. É preciso lembrar de Goffman (1985) para que se possa de fato entender do que se trata desse “Eu”. Diz o autor, “quando um indivíduo desempenha um papel, implicitamente. Solicita de seus observadores que levem a sério a impressão sustentada perante eles.” (p. 25)

Os sujeitos que apresentei como exemplos se colocaram nos dois cenários de forma condizente e barganharam a partir dos equipamentos que estavam disponíveis. O processo interacional que permite o reconhecimento do outro enquanto um sujeito facionado estabelece alguns desses sentidos. É

⁷⁶ A autora apresenta algumas reflexões sobre a realidade social e os processos de socialização de jovens em diálogo com a metáfora da guerra. A partir das dinâmicas da violência urbanas, das desigualdades sociais, reciprocidades e comunicação a autora nos permite entender os processos sociais, culturais e políticos que são acionados para a construção do “guerreiro”.

uma questão que estabelece marcas raciais e territoriais, inclusive. Imagina-se um jovem branco, de classe média alta, na orla na praia da Ponta Verde, sendo acusado de ser faccionado? Imagina-se essa pessoa entrando numa delegacia e se dizendo faccionado? Os elementos representacionais são marcados por reconhecimentos, e como já abordei anteriormente, precisam de construção de narrativas que estruturam essas representações. O uso dessas representações pelos jovens mencionados como exemplos é de caráter pontual, mas estratégico; é a leitura que eles fazem para atuação em cada cenário. Goffman (1985) ajuda a pensar sobre essas questões:

Se tomarmos o termo "cenário" como referente às partes cênicas de equipamento expressivo, podemos tomar o termo "fachada pessoal" como relativo aos outros itens de equipamento expressivo, aqueles que de modo mais íntimo identificamos com o próprio ator, e que naturalmente esperamos que o sigam onde quer que vá. Entre as partes da fachada pessoal podemos incluir os distintivos da função ou da categoria, vestuário, sexo, idade e características raciais, altura e aparência, atitude, padrões de linguagem, expressões faciais, gestos corporais e coisas semelhantes. (p. 31)

Digo que esses exemplos e o diálogo com Goffman (1985) me deixou inclinado a acreditar na possibilidade da temporalidade do "Eu faccionado"; na sua característica efêmera. Essa é uma perspectiva que vou apresentar a partir das narrativas de meus interlocutores e que estará no tópico seguinte de forma mais interessante, justamente por estabelecer uma conexão com as redes sociais e aplicativos de bate papo. É preciso compreender que há nesse processo a necessidade do estabelecimento do reconhecimento dos símbolos e dos sentidos construídos em torno desse estatuto que é "o crime". Mas é preciso também, nesse caso, saber que nem sempre os sujeitos que evocam os signos representacionais das facções estão encarando o crime como estilo de vida.

Lembro-me de algumas respostas dos jovens estudantes com que dialoguei na atividade de pesquisa: de forma simples indicavam a busca por "respeito" como uma maneira de representar o estabelecimento de vínculos de jovens com as facções. Esse "Eu" voltado para uma abordagem diversa, encara dilemas sociais, culturais, heteronormativos, raciais, de gênero, políticos e econômicos que vão além de uma questão de envolvimento direto com o

crime, ou de forma mais objetiva, com o mercado ilícito de drogas. O fato é que “o outro”, que também exerceu o direito de viver o cotidiano e construir seus elementos distintivos da sociedade, encara os marcadores sociais, culturais, raciais, econômicos e territoriais como centrais no processo de faccionar sujeitos. A ideia do “Eu” e do “Outro”, construída a partir das representações sociais em torno das facções ganha contornos; e orienta as vidas e o cotidiano de jovens e de policiais militares.

Outro exemplo sobre essa questão está publicado no portal nacional “www.delegados.com.br”⁷⁷, uma plataforma *online* que divulga notícias que envolvem a categoria. Trata-se de um caso que ocorreu em maio de 2018. Após uma operação realizada pela polícia militar em uma gruta, nas imediações do bairro do Jacintinho, periferia de Maceió, uma “menor” foi apreendida com fuzil *Mauser* de 1908 que estava dentro da sua residência. A garota foi encaminhada para a delegacia, e junto com ela mais um suspeito, jovem, negro, que estava sentado no bar próximo ao local da ocorrência. Após o delegado fazer a liberação dos envolvidos, através do estatuto da lei, o oficial da PMAL encarregado pela operação, teceu comentários em grupos de *WhatsApp* sobre a postura do delegado. Segundo a plataforma que publicou a informação, o oficial da PMAL se referiu ao delegado da seguinte maneira: “Nêgo imoral do rabo preso”. Antes, fez menção de que o jovem, negro, que fora encaminhado para a delegacia era “faccionado”.

O jovem encaminhado para a delegacia e acusado de ser “faccionado” pela PMAL tinha um registro no sistema da polícia civil como vítima de furto. Essa é uma das facetas da construção do sujeito faccionado, ele passa por uma análise, ou melhor, um filtro, para que obedeça aos critérios. Nesse caso o saber policial, as construções representacionais produzidas e reproduzidas por esses atores que entram em ação definiram o sujeito faccionado naquele momento. A matéria destaca a fala do delegado quanto a acusação dos policiais em desfavor do jovem detido: “Os policiais chegaram à delegacia dizendo que o suspeito seria faccionado e que pela conversa dele ele seria

⁷⁷ Matéria divulgada no endereço www.delegados.com.br em maio de 2018. <Acesso em maio de 2018>

perigoso.” Esse sujeito, suspeito, detinha marcas sociais, raciais, territoriais que lhe atribuíram, entre outras características um “perfil” que atualmente pesa de forma densa contra os jovens moradores das periferias Alagoas: o de ser membro de facções criminosas..

Esse caso é não isolado. É o ordinário. É o cotidiano de jovens moradores das periferias submetidos ao olhar diferenciado de uma mente e um poder que facciona pessoas à luz da construção dos seus saberes. É o “Eu” de um lado e o “Outro” do outro. Uma disputa por signos que dialogam com a legalidade e a transgressão do universo da segurança pública. Essa que ao longo dos anos estimulou conhecimento, produziu e reproduziu marcadores sociais que definem criminosos; que indicam o sujeito criminal (MISSE, 2010) no momento oportuno. O que parece ser dois sujeitos antagônicos é, na verdade, parte de uma construção perversa construída através de estruturas bastante sólidas que emergem no complexo processo de gestão estatal da segurança pública. Esse processo produz contextos efetivos e práticos no cotidiano. Michel Misse (2010) define como sujeição criminal:

As minhas pesquisas têm me conduzido à constatação de que há vários tipos de subjetivação que processam um sujeito não revolucionário, não democrático, não igualitário e não voltado ao bem comum. O mais conhecido desses tipos é o sujeito que, no Brasil, é rotulado como “bandido”, o sujeito criminal que é produzido pela interpelação da polícia, da moralidade pública e das leis penais. Não é qualquer sujeito incriminado, mas um sujeito por assim dizer “especial”, aquele cuja morte ou desaparecimento podem ser amplamente desejados. Ele é agente de práticas criminais para as quais são atribuídos os sentimentos morais mais repulsivos, o sujeito ao qual se reserva a reação moral mais forte e, por conseguinte, a punição mais dura: seja o desejo de sua definitiva incapacitação pela morte física, seja o ideal de sua reconversão à moral e à sociedade que o acusa. (p. 18)

Seguindo, afirma Misse (2010)⁷⁸: “a sujeição criminal também se ‘territorializa’, ganha contornos espaciais e amplifica-se nos sujeitos locais e mesmo nas crianças e adolescentes cuja sujeição é esperada.” (p. 20-21). É da própria sujeição criminal que estou falando, no entanto, de forma ainda mais direcionada e marcada com forte apelo público reforçado através de políticas

⁷⁸ Nesse sentido, a sujeição criminal também se “territorializa”, ganha contornos espaciais e amplifica-se nos sujeitos locais e mesmo nas crianças e adolescentes cuja sujeição é esperada.

efetivas que consideram metas e impõem, de forma objetiva, projetos malsucedidos de segurança pública ante o surgimento das facções criminosas e seus filiados. Mas o que me interessa nesse momento é a reverberação de uma maneira de representar que me fez refletir e afirmar de que se trata de uma sofisticação do racismo institucional.

Incriminar alguém como sendo membro de uma facção criminosa é certamente uma acusação sem precedentes. Ainda mais quando se assiste o Ministro da Justiça⁷⁹ apresentar um “pacote de medidas”⁸⁰ que impõe o endurecimento de relação da justiça com o crime organizado, de forma peculiar, mas ainda assim “comum”. É preciso um conjunto de provas que aponte de forma clara a relação do indivíduo com mecanismos sofisticados de articulação e organização; e que apresente a rede em que este mesmo indivíduo constitui suas práticas. Dentro dos limites da lei, deve haver pelo menos indícios para que alguém seja interpelado sobre sua atividade lícita ou ilícita. Mas há elementos que antecedem esses requisitos: ser criminalizado pelo fato de ser negro é um problema encarado por pessoas de pele preta cotidianamente no Brasil.

Como destaquei, a noção faccionada é uma construção do “eu”, estabelecida de forma incrivelmente hierarquizada pelo “outro”. Parto do pressuposto de que o racismo, reproduzido pelos policiais militares no cotidiano de seus trabalhos, é o elemento que norteia todo o processo representacional em torno do indivíduo faccionado. Os saberes que foram e continuam sendo produzidos ao longo da existência desses profissionais, elaboram - ainda que de forma crítica em alguns momentos⁸¹ - o arcabouço que estrutura suas ações. A polícia militar é o primeiro instrumento do racismo a incriminar os

⁷⁹ Sérgio Moro está encaminhando um pacote com medidas contra o crime, com foco no “crime organizado”. Esse pacote é mais um instrumento para potencializar o racismo institucional e, com ele, o imaginário produzido ao longo da história sobre os corpos negros.

⁸⁰ <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/02/pacote-de-moro-quer-conceituar-organizacoes-criminosas-e-alterar-14-leis.shtml>

⁸¹ Refiro-me aqui as matrizes curriculares que foram empenhadas pelos governos do Partido dos Trabalhadores através da Secretaria Nacional de Segurança Pública e a tentativa de forjar um projeto que diminuísse os impactos do racismo nos homicídios de jovens negros no país. (Juventude Viva)

modelos de comportamento e estilos de vida no cotidiano da cidade. É dela o dedo que aponta, ou melhor, os olhos que vigiam as nuances do dia a dia dos corpos que circulam nas cidades. É por meio dela que o racismo toma formato e efetiva a lógica do encarceramento em massa e do genocídio da população negra.

A instituição racismo circula o mundo por meio de vários olhares, várias formas de linguagem, ultrapassa a vida comum e se perpetua na vida *online*. Não é a polícia militar a instituição fundadora do racismo e muito menos a única a reproduzir esse sistema no seu cotidiano. Mas estão em seus circuitos os processos políticos, culturais e sociais que potencializaram, e potencializam, o racismo. Uma definição de racismo que me contempla de várias maneiras é escrita por Ana Flauzina (2006) em sua dissertação de mestrado.

Assim, tomamos o racismo como uma doutrina, uma ideologia ou um sistema que se apoia sobre determinado segmento populacional considerado como racialmente superior, a fim de conduzir, subjugar um outro tido como inferior. (...) em última instância o racismo serve como forma de catalogação dos indivíduos, afastando-os ou aproximando-os do sentido de humanidade de acordo com suas características raciais. É justamente essa característica peculiar do racismo que faz dele uma das justificativas mais recorrentes nos episódios de genocídio e em toda sorte de vilipêndios materiais e simbólicos que tenham por objetivo violar a integridade dos seres humanos. (FLAUZINA, 2006, p. 12)

Sendo um sistema, o racismo atravessa fronteiras, ordenamentos e estabelece seus lócus de energização em algumas instituições. As agências de controle⁸² são, certamente, um ponto central no processo de produção e reprodução do racismo. Desde a colônia, passando pela monarquia e república, essas agências configuram e temporalizam a prática do racismo. É na noção de crime que o racismo fez e faz sua morada privilegiada. Sem entrar na construção histórica, social e epistemológica do que é “crime”, eu adoto essa afirmação para desenvolver, de forma relativamente objetiva, o quanto a noção de crime estabelece centralidade no racismo e adensa, de forma “cirúrgica”, os processos que enraízam e deflagram suas práticas. O crime, sendo um estatuto de controle social, é o canal simbólico que traduz de forma prática os critérios sociais de humanidade e direitos.

⁸² Flauzina, 2006, p. 20

Sendo assim, considero a polícia militar um dos atores que endossa o racismo como prática cotidiana⁸³. Assim como outras instituições, ela utiliza as representações sociais racistas como ferramenta de trabalho. Quais os corpos e em qual momento esses significados devem ser utilizados? Em quais corpos potencialmente se encaixa essa peça? É o mesmo corpo faccionado? Todas as etapas do trabalho dialogaram com os elementos representacionais que impulsionam e codificam os processos acusatórios da polícia militar em relação a esses corpos. Não é um ato isolado o da Polícia Militar acusar de ser faccionado um jovem negro que tem registro policial como vítima de furto. Também não é incomum a invasão de residências com esse mesmo intuito ou justificativa acusatória. Sendo assim, o racismo é parte do processo que constrói o “outro faccionado” e define o corpo negro como representação física desse sujeito criminal.

O corpo negro, identificado de inúmeras maneiras, significado como “não-humano”, “sem direitos”, acusado e faccionado é vítima de um sistema articulado, estruturado e que funciona de maneira sistemática no cotidiano. É diante desses significados que esses corpos estabelecem, de forma efetiva, os componentes de mão-de-obra das facções criminosas. Entre o processo acusatório do sistema de justiça e a corrida econômica estabelecida por grupos conhecidos como facções criminosas estamos nós, os negros. Não há qualquer receio da minha parte em indicar o racismo instituído de forma sistemática e racional como instrumento das facções criminosas no sentido de usar esse sistema como um mecanismo de manutenção e reprodução desse *status*. Não quero pensar aqui as facções criminosas como um movimento de reivindicação por melhoria nos presídios⁸⁴, mas como uma franquia, da mesma forma que meus interlocutores narraram. No entanto, a franquia se estende aos corpos,

⁸³ No livro publicado em 2005 e intitulado “Elemento Suspeito”, Ramos et al desenvolvem análise sobre abordagem policial no Rio de Janeiro, a partir do olhar de policiais militares e jovens. Nesse importante estudo, as autoras se debruçam sobre a categoria nativa “elementos suspeitos de cor padrão” acionada pelos policiais militares para orientar a tomada de decisão de abordar indivíduos negros no contexto fluminense.

⁸⁴ Referente às narrativas que indicam o surgimento desses grupos a partir das reivindicações no sistema carcerário.

ou seja, há a construção de um mecanismo evidente do racismo de franquear os corpos negros e fortalecer ainda mais as representações desse corpo como inimigo do Estado.

A franquia dos corpos enquanto reprodução do racismo faz expor, de forma integral, jovens negros em situação de desigualdades sociais e os coloca diante de vulnerabilidade em relação ao acesso dos seus direitos. Se antes, esse corpo já se representava aos agentes públicos, representantes do Estado, como perigosos, à luz de um modelo social que exclui o corpo negro dos seus direitos, agora ele é marcado como um sujeito desenhado por siglas. Esse corpo pertence à facção por ser negro e por caminhar em territórios definidos pelo Estado como violento. Mas, além disso, onde esse corpo estiver estará também o signo do território do crime. A síntese da representação do crime é o corpo negro. Não há qualquer análise que exponha o uso do racismo pelas facções criminosas como uma maneira de agir no cotidiano do mercado ilícito de drogas. A impressão que tenho é que esse mercado usa apenas armas e violência como instrumento. Dias e Manso (2018), ao analisar a disputa existente entre PCC e GDE⁸⁵ com CVRL e os assassinatos ocorridos em determinados eventos no Ceará, relata:

No geral, essa cena de violência é formada por homens que matam outros homens e acreditam fazer a coisa certa ao praticar esses crimes. A maioria das vítimas e autores é jovem, parda ou negra, moradora das diversas quebradas do Brasil, quase sempre bairros pobres, de urbanização recente. Nada que provoque comoção pública, manchetes nos portais ou discussões nas redes sociais, como se fossem mortes esperadas e invisíveis. (p. 237)

Lembro-me de uma frase cantada pelo *Rapper* MV Bill, na sua música *Traficando Informação*, “armadilha pra pegar negão”. A franquia dos corpos negros sem qualquer devolução ou indenização, através do oferecimento de uma falsa irmandade, articulada a uma institucionalidade do racismo, serve para enriquecer famílias brancas que se mantem no poder a partir dos negócios do mercado lícito e ilícito de drogas⁸⁶. Esses corpos negros, escudos de uma falsa disputa por símbolos e siglas, no fundo são partes de um projeto

⁸⁵ Facção Criminosa cearense cuja sigla GDE significa Guardiões do Estado.

⁸⁶ Não é preciso ir longe para que isso seja uma constatação. Basta que a lembrança do Helicoca.

de genocídio da população negra. As facções criminosas são instituições produzidas com a lógica do racismo; do uso direcionado do sistema de desumanização dos corpos negros em benefício de um sistema financeiro. As mortes de jovens negros tornaram-se parte da sua existência; do sentido de existir e; de um modelo de gestão. Sobre isso, Freitas (2016) faz a seguinte constatação:

Se os negros morrem mais porque são negros, há, na lógica de processamento destas mortes, algo que não está relacionado somente às condições de vida destas pessoas. O que não se tem ressaltado é que a forma como representamos, ou não, estas vidas como vidas humanas. Se o Brasil achasse que as 60 mil vidas que são retiradas todos os anos são vidas humanas, o país pararia diante deste fato. Na verdade, como aqueles seres que morrem não são representados como humanos, o país segue. (p. 495)

As facções criminosas seguem utilizando a institucionalização do racismo. O Estado usa como justificativa das altas taxas de homicídios de jovens, principalmente de jovens negros, a guerra entre as facções criminosas. Andando de mãos dadas, o Estado e o “Estado Paralelo” se utilizam dos mesmos subterfúgios para garantir suas políticas de rentabilidade e de poder, aniquilando, de forma conjunta, corpos negros. É possível identificar narrativas concatenadas entre o que ocorre e os discursos dos atores que representam as instâncias institucionais do Estado. Dialogando com o que foi dito, trago esse destaque publicado em 2017 sobre os números de homicídios em Alagoas:

Secretaria diz que disputa entre facções criminosas em AL elevou nº de homicídios

Secretário Lima Júnior falou à imprensa após divulgação de dados. Foram 600 assassinatos somente nos 3 primeiros meses deste ano.

Por G1 AL
18/04/2017 16h04 - Atualizado



Figura 6 - Notícia destaca as disputas entre as Facções Criminosas.

A narrativa institucional apresenta, de forma clara, o papel das facções criminosas no contexto da violência. Não só na capital, mas também no estado de Alagoas. A citação de Dias e Manso (2018) que apresentei acima destaca essa característica. A presença das facções criminosas assume papel importante nas pequenas cidades de Alagoas que antes eram tidas como cidades pacatas. Mas essas cidades, assim como na maioria das cidades do Nordeste em que a presença negra é marcante, configuram-se como territórios de composição de franquia desses corpos. É lógico que há outras facetas que efetivam o alto número de homicídios em Alagoas, mas quando se aponta de forma oficial que são as facções que dilatam as taxas de homicídios, elas se tornam as inimigas a serem combatidas, e com elas também os corpos negros. É assim que o racismo funciona, e tem funcionado, efetivamente no Brasil.

Quando o Estado opta por se lembrar do Cangaço (Novo Cangaço) para reconstruir sua memória de combate ao inimigo público, faz-se necessário entender o jogo de significados em questão. Esse emoldurado de significados é atual quando se trata das facções criminosas. É a justificativa para o uso da crueldade como modelo de aniquilação do inimigo. Seja por parte do Estado, ou por parte dos consórcios vinculados ao mercado ilícito de drogas, a crueldade direcionada ao corpo negro é gratuita. Esse corpo é posto como desumanizado, descartável e enrijecido por conformações estáticas. As tentativas dos movimentos negros e das lutas para ressignificação corporal

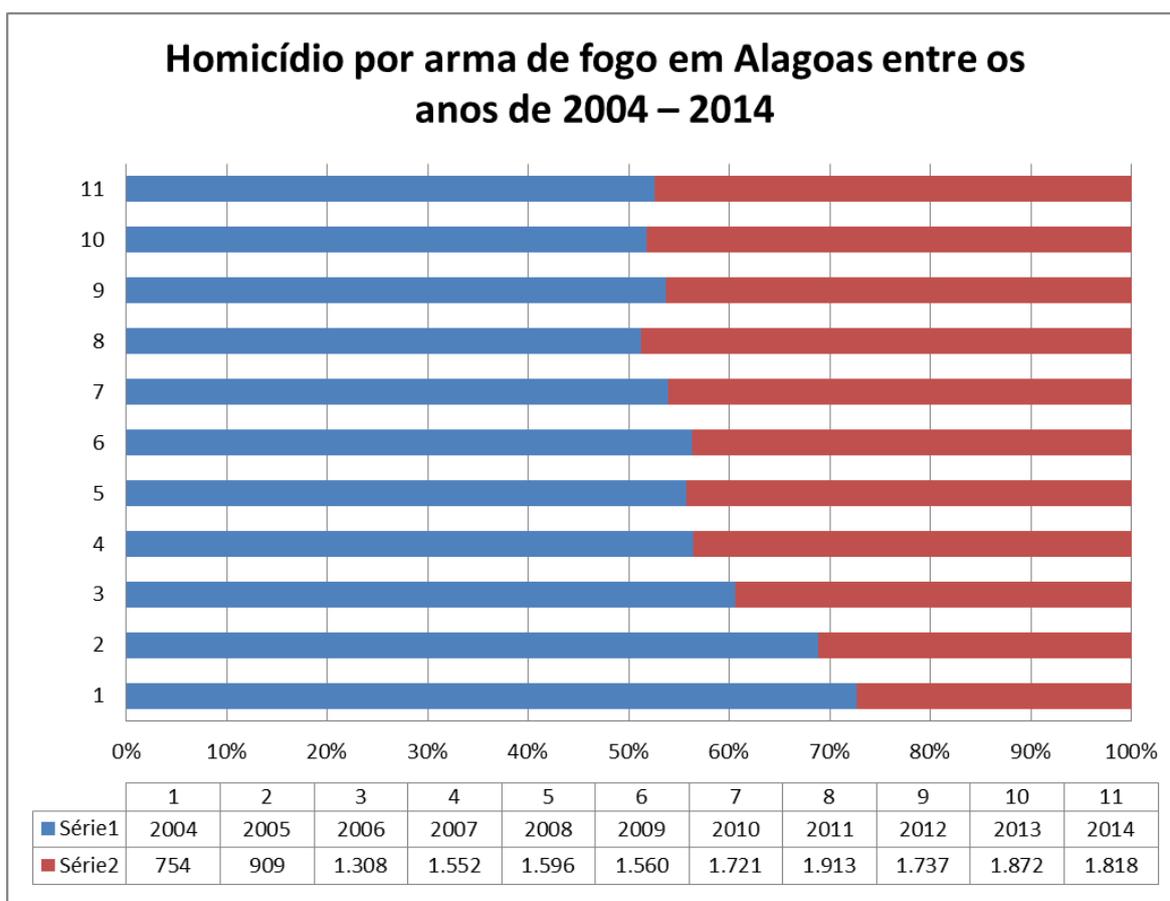
ainda não são fortes o suficiente diante do poder exercido pelo racismo no cotidiano das práticas institucionais do Estado e das organizações criminosas.

É importante destacar o papel dos estigmas como elementos que orientam as ações dessas duas modalidades de exercício de poder sobre o corpo negro. Não há regulamentos prescritos ou descritos para o exercício de um tratamento ao corpo negro no sentido de reconhecê-lo como detentor de direito e humanidade. O único regulamento é fornecido por representações construídas a partir de estigmas. Essas caracterizam comportamentos sociais de forma totalmente criminal em torno desses corpos. A polícia militar, ou outras organizações, como as facções criminosas, percebem esses corpos masculinos, jovens e negros como ferramentas do crime. Indiscriminadamente são os corpos negros, sejam eles masculinos ou femininos, mas principalmente masculinos, que produzem os arranjos produtivos dos sujeitos criminais. São os estigmas que vão determinar as ações dos sujeitos diante do “outro”, sendo um suspeito ou um inimigo.

Sem perder de vista outros marcadores sociais como classe social, territorialidades e gênero, a cor da pele é o que determina quem são os “sujeitos sociáveis” e os “sujeitos criminais”. Esse “sujeito sociável” seria o aceito no cotidiano; aquele corpo intocável e em constante contato com as dinâmicas acessíveis das cidades. O outro é o corpo vigiado; perseguido e violável; o que pode ser exterminado. Portanto, esse modelo representacional se impõe no processo de construção das organizações ao longo dos processos que constituíram a sociedade brasileira. A Polícia Militar e as facções criminosas podem até possuir dimensões institucionais diferentes, mas bebem de forma integral do racismo produzido pela elite intelectual, política e econômica do país.

O Estado de Alagoas aponta a guerra entre as facções como o principal motivo para as altas taxas de homicídios. Segundo o *Mapa da Violência* (2016), que apresenta dados sobre “Homicídios por Armas de fogo no Brasil”, Alagoas conta com os seguintes dados em sua realidade:

Gráfico Nº 3: Homicídios por arma de fogo (2004-2014)

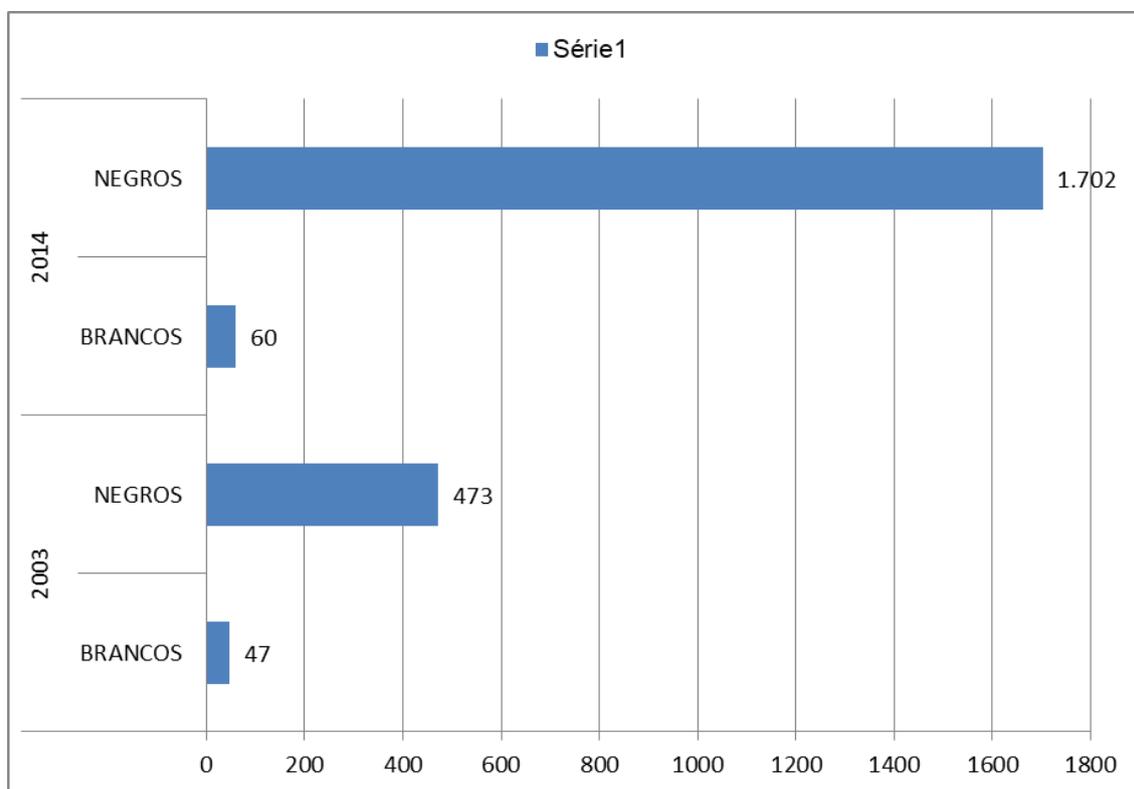


FONTE: Mapa da Violência (2006)

Os números evidenciam uma realidade incompatível com a narrativa oficial, destacada na matéria inserida acima. A chamada “guerra das facções” tem início em janeiro de 2017. (DIAS; MANSO, 2018. p.8). Ou seja, os homicídios em Alagoas antecedem a narrativa da guerra entre facções; decorrem de outras questões que não uma guerra iniciada nos presídios e espalhadas pelas ruas das cidades brasileiras. Não descarto, porém, que o mercado ilícito de drogas é fundamental para o aumento desses homicídios, como também a existência de grupos de extermínios em Alagoas. Percebe-se que os dados apontam para uma seletividade dos corpos assassinados em Alagoas, como é possível constatar no quadro a seguir. Esse corpo negro, marcado como descartável, é mão-de-obra preferida daqueles que o veem e o colocam numa situação de extrema vulnerabilidade ao longo dos processos que constituíram, e constituem, essa sociedade.

Gráfico Nº 4: Vitimização de negros e brancos (2003-2014)

VITIMIZAÇÃO DE NEGROS E BRANCOS POR MEIO DE ARMA DE FOGO EM 2003 E 2014. (Evolução)



FONTE: Mapa da Violência (2016)

O cenário socioeconômico alagoano, baseado numa monocultura de cana-de-açúcar, concede lugar de destaque ao corpo negro; o que expõe, de maneira potencial, as dificuldades dessa população em exercer protagonismo no mercado de trabalho. O mercado autônomo e a pequena agricultura movimentam a economia e exercem papel importante na subsistência das famílias negras. No entanto, os jovens negros estão submetidos ao cotidiano do racismo; do assédio das facções; da opressão da polícia e; do olhar previsto do sistema penal. O racismo é imperativo: orienta as instituições e as organizações e; estabelece os limites da morte e do direito. O corpo negro nasceu faccionado, mesmo antes de existirem as facções criminosas. Facções essas que são também parte de um sistema de produção e reprodução do racismo que nos coloca cotidianamente diante da morte; seduzidos pelo poder, pelo respeito e pelas lutas simbólicas que aquecem os cenários, dentro e fora do mundo virtual.

5.3 - REDES SOCIAIS E JOVENS: QUAL O PAPEL DO “2” E DO “3” NO MUNDO ONLINE.

As redes sociais são espaços de sociabilidades que intensificam as dinâmicas interacionais e os diálogos que fazem parte do cotidiano de muitos jovens. O acesso à *internet* tem crescido de forma exponencial no Brasil e produzido um espaço de interação, negociação e de disputas. Muitos movimentos sociais se organizam e ditam suas pautas através das redes sociais; o *ciberativismo* é a melhor representação desse fenômeno. Através de um *smartphone* é possível conectar-se com o mundo e com várias pessoas, mesmo estando, por exemplo, numa cidade do interior de Alagoas, no quintal da sua casa, vivendo em uma “bela vila”⁸⁷. É possível mostrar para as pessoas a sua vida, de forma narcísica. É possível apresentar o seu cotidiano, as belezas e os problemas que se encaram nele. Uma postagem nas redes sociais, para seus seguidores ou amigos, pode ter como intenção interagir; mostrar indignação; demonstrar gostos; apoiar alguém ou algum movimento; ou simplesmente divulgar uma informação.

O uso das redes sociais se tornou um debate importante na contemporaneidade. Desde a consolidação da *internet*, são importantes para a sociologia: os *blogs*; as páginas de relacionamentos virtuais; as plataformas de bate papo e; os processos interativos à distância, como namoros, casamentos, trabalhos e relações monetárias. Os fenômenos interacionais, a partir da vida *online*, aumentaram as dinâmicas de conflitos e as práticas de opressões, mas também aumentaram a possibilidade da participação política dos internautas. As disputas pelo espaço, ou melhor, *ciberespaço*, fomentaram inúmeras questões que incidem na vida das pessoas, principalmente das juventudes. Nesse sentido, apresento narrativas que me ajudaram a pensar sobre essas perspectivas à luz do fenômeno das facções criminosas.

⁸⁷ O influenciador digital Carlinhos Maia, morador de uma vila em Penedo/AL, é um exemplo interessante para pensar sobre o alcance da internet no contexto narcísico da sociedade.

No dia 25 de março de 2018, um canal de notícias *online* divulgou a seguinte matéria: “Guerra entre facções’: Jovem é morto após postar fotos fazendo gestos de facção”⁸⁸. Essa matéria é a notícia de uma realidade comum na vida *online* de muitos jovens. Eu mesmo fui chamado à atenção por um *rapper* quando fiz o sinal de “2” com os dedos, para uma fotografia com ele. Essa é uma questão que despertou meu interesse durante a atividade de pesquisa com os jovens na *Escola Rubens Canuto*. Nunca tinha ouvido nada sobre esses elementos simbólicos no contexto *online*, mesmo sabendo da sua existência nas ruas. “Aqui é tudo Dois” diz uma pichação na entrada do Vale do Reginaldo localizado no bairro do Jacintinho; “Aqui é 3” diz outra pichação na parte interna da Brejal, no bairro da Levada; “Aqui é tudo neutro”, diz outra no bairro da Guaxuma. No contexto *online* o “2” do CVRL e o “3” do PCC também denotam significados e se tornam importantes elementos nesses processos de significação.

Esses são símbolos das facções criminosas PCC e CVRL que contribuem no processo de significações e de interações no contexto real e virtual. Os códigos “2” e “3”, produzidos através do uso dos dedos das mãos, são eficazes no contexto virtual e produzem narrativas interessantes. Meus interlocutores narraram suas experiências; suas maneiras de compreender esses códigos e seus entendimentos de como eles chegaram à tela dos seus *smartphones*. A rapidez da informação na busca pelo perfil; os impactos desses elementos na esfera do lazer e; as perspectivas simbólicas estão presentes nessas narrativas. O medo e os receios, assim como a perturbação e a incompreensão de algumas questões que envolvem esses elementos simbólicos, também estão presentes. Separei algumas das narrativas que descrevem esse cenário para realizar algumas reflexões em torno delas.

Fica fácil identificar quem é de facção. Em foto, ou tá fazendo 2 ou tá fazendo 3. Antigamente, na inocência o 2 era o simbolozinho da paz. Todo mundo fazia o doizinho. Mas hoje em dia você não pode mais fazer. Um adolescente não pode mais ficar postando. Qualquer confusão numa festa e a pessoa não foi com sua cara e vai no

⁸⁸Notícia disponível no *link*: << <http://www.alagoas24horas.com.br/1140577/guerra-entre-faccoes-jovem-e-morto-a-tirosapos-postar-fotos-fazendo-gestos-de-faccao/>>> <Acesso em maio de 2018>

facebook e olha lá suas fotos, e ver que você tá assim (faz um simbólico de dois dedos para ilustrar) aquilo já gera uma confusão para você. (Interlocutor, jovem, 19 anos)

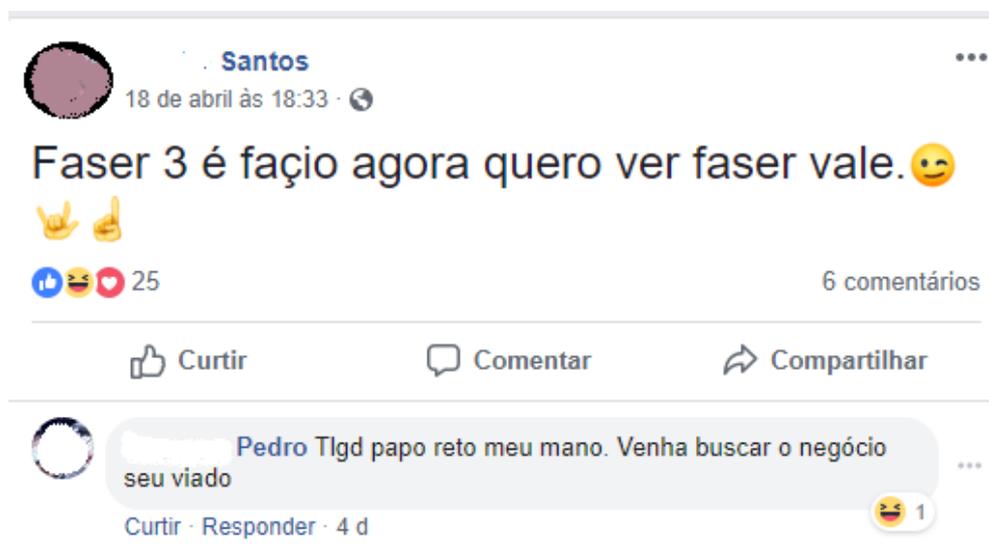


Figura 7 – Imagem retirada de um perfil, da rede social *Facebook*, pertencente a um jovem, em novembro de 2018.

A vida *online* se confunde com sua vida *offline*. Atualmente, nas redes sociais, o jogo simbólico atravessa a tela e adentra a realidade da vida cotidiana nas ruas. Essa narrativa é sintomática e apresenta de forma interessante o quanto é importante para os jovens o olhar criterioso quanto ao que está ao seu redor. Parece-me que a indiferença a essas questões não é permitida. É preciso estar atento às tendências das redes sociais para que não se processe erros de interação nessas plataformas. Não entendo esse campo semântico como essencialmente perigoso, mas entendo que mereça atenção às possibilidades de riscos. A matéria jornalística que apresentei inicialmente, ao escrever sobre esse processo de reflexão, é parte significativa do risco presente nesses elementos de significação. Elementos esses que, como foi exemplificado, podem atravessar as redes sociais e as postagens de fotografias nas plataformas de comunicação virtual:

Eu quero ir pra uma festa e já evito quando sei que é em uma área que tem esse negócio de facção. Vai que alguém pergunta e eu na inocência, sem ter envolvimento, digo que moro no meu bairro e aí os

caras já acham que eu sou de facção tal. A pessoa acaba entrando numa confusão. Posso até perder minha vida por uma besteira, por morar em tal lugar. Muitas vezes uma pessoa mais velha passa despercebida. Mas quando a pessoa é jovem a pessoa já fica exposta. Entendeu? (Interlocutor, jovem, 19 anos)

Interessantes os recortes que são apontados pela narrativa do meu interlocutor. Primeiro aparece o lazer como algo relativamente seletivo, depois aparecem os elementos de territorialidades e, por último, aparece o elemento corporal. A festa como espaço de sociabilidade é consagrada no mundo juvenil. Ela não é peculiar à fase jovem, mas é uma representação social consagrada entre os adultos quando se referem às práticas juvenis.

No entanto, percebe-se o que o advento das inúmeras maneiras de sentir as violências exerce no comportamento do jovem que narra. Certamente é um sentimento comum entre os jovens moradores de bairros onde há uma presença marcante de práticas de violências. As facções exercem, nesse caso, um papel importante na ida à escola e às festas, estabelecendo, assim, fronteiras físicas e imaginárias no acesso ao lazer.



Fotografia 4: Pichação no Bairro do Vergel do Lago. SANTOS, Sérgio. 2018.

A fronteira estabelecida pela fala do meu interlocutor define os bairros: o “meu bairro” e a ideia do “meu bairro faccionado”. É certamente um reflexo da construção institucional de vigilância exercida pelo Estado nos bairros. No entanto, esse jovem sofre, de forma integral, com as dinâmicas produzidas por esses elementos simbólicos cotidianamente. Sair de um bairro marcado por questões práticas e simbólicas de uma determinada facção criminosa irá determinar de forma categórica a escolha do lazer que o jovem irá desfrutar. São os percursos construídos por esses jovens ao longo das suas experiências sociais, do exercício da vida na cidade. As fronteiras físicas e imaginárias do ir e do vir definem comportamentos sociais, estratégias e conformam as diversas maneiras de enxergar o seu bairro, os seus vizinhos e os seus amigos. Atravessar a cidade tornou-se algo simbolicamente arriscado e configurado pela desconfiança e pelo medo.



Fotografia 5: Pichação no Bairro Cidade Universitária (Santos Dumont). SANTOS, Sérgio. 2018.

As fronteiras físicas, que definem o comportamento de ir e vir nos territórios, também estabelecem o corpo visto como preferencialmente julgado. O corpo jovem, na narrativa do meu interlocutor, é apresentado como

preferencial. A percepção representacional da coragem; do atrevimento e; da virilidade moram no corpo jovem. Certamente essas são as configurações que orientam as representações desses corpos como um alvo. O corpo adulto, com características que representam “responsabilidade”, é o que mobiliza a isenção. Mas, para além dessas questões, a vida *online* é um mecanismo que compõe esse cenário de “cuidados”. A postagem da foto; a posição da mão; os símbolos utilizados e as linguagens, são passíveis de “cuidados” ou de total interesse em se identificar com algo. Uma interlocutora construiu a seguinte narrativa:

Tem muitos jovens que se envolve nisso por *status* no *Facebook*. Eu tenho tantos amigos que ficam com símbolo de 3 nas fotos. Eu vejo as meninas que compram um biscoito *Treloso* e com um copo de coca fazendo isso aqui (faz símbolo do três para ilustrar) e tira a foto para postar. As meninas não usam drogas, não andam com bandidos e faz o símbolo como se fosse um *status*. Entendeu? (Interlocutor, jovem, 18 anos)

A “popularidade” das facções entre os jovens moradores das periferias se verifica de forma clara através de narrativas. Esses grupos se tornaram parte do imaginário social e da memória coletiva de jovens através da reprodução desses signos em fotos e em formas de interagir que carregam uma conotação ou representação de um determinado poder ou *status*, nos termos da minha interlocutora. Uma simples foto postada pode carregar certo significado e exercer um poder de contextualizar momentos e atrair *likes* de pessoas que se identificam com os símbolos performativamente exercidos pelos dedos. Se o lanche apenas diz o ato de comer, o “três” exercido de forma simbólica pode efetivar uma corrente e exercer outros níveis de interações. Essa narrativa é importante por demonstrar que, apesar de a rede social promover o estabelecimento de laços cotidianos com a realidade, ela nem sempre coincide com as práticas vivenciadas pelo sujeito.

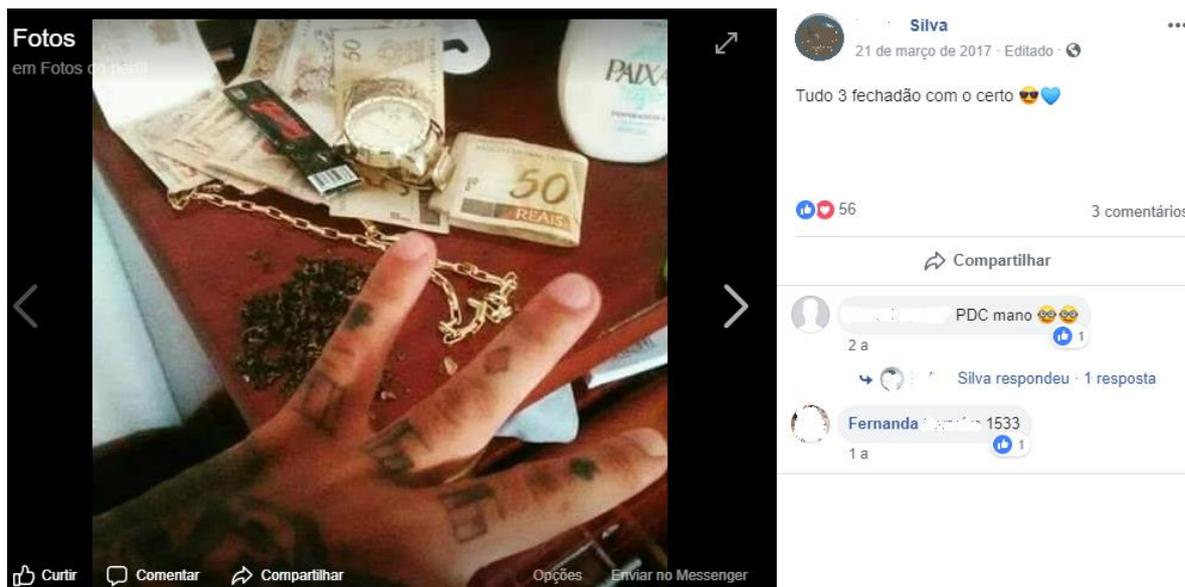


Figura 8 – Imagem retirada de perfil de um jovem do Facebook, em novembro de 2018.

No entanto, essa maneira de estabelecer os laços simbólicos e de se identificar com o outro pode produzir outros contextos. Como se sabe, a *internet* produz inúmeras possibilidades de contato, algumas elaboram cenários desagradáveis e perversos. Como também ela é um espaço de informação e principalmente de disputas. As facções criminosas não estão fora dela, e se popularizam cada vez mais entre os jovens a partir do uso das redes sociais. A dinâmica das redes sociais, com elaborações dinâmicas de informações e uso de imagens, são estratégias consolidadas para quem trabalha no mercado virtual. O *Facebook*, o *Youtube*, *WhatsApp* e *Instagram* são ferramentas que consolidam e popularizam marcas, pessoas e comportamentos. O fenômeno das redes sociais aglutina pessoas e possibilita o compartilhamento de informações de forma rápida e massiva. Sobre isso, uma narrativa jornalística⁸⁹.

⁸⁹ Matéria jornalística veiculada em um jornal do estado do Ceará que apresenta uma narrativa em torno do uso das redes sociais pelas facções criminosas do estado através da divulgação de músicas e vídeos. Link: <http://tribunadoceara.uol.com.br/noticias/segurancapublica/policia-investiga-perfis-de-youtube-e-facebook-com-clipes-que-exaltam-faccoes-criminosas/> <Acessado em 2018>

102 shares

f t

e G+

Melhorar leitura

Polícia investiga perfis de Youtube e Facebook com clipes que exaltam facções criminosas

Músicas fazem divulgação de Guardiões do Estado, Comando Vermelho e PCC, sem temer represálias da Polícia

Por **Lucas Barbosa** em **Segurança Pública**
25 de maio de 2017 às 06:45

Há 2 anos

f G+ t

Basta uma simples pesquisa em sites como Youtube ou Facebook para se deparar com dezenas de músicas que exaltam facções criminosas com atuação no Ceará. Em sua maioria funks, as canções divulgadas por canais como "Som das Favelas Cearenses" e "GB do Trem Balla" fazem menção a armamentos de grande poder de fogo, práticas criminosas, territórios nos quais os grupos agem, não se furtando nem mesmo a citar os nomes dos integrantes.

"A boca vendendo à vera e na favela ninguém rouba / O patrão é o irmão Gordim lá do Parque Santa Rosa / Na contensão o abraço portanto um AK trovão / O Felipe tá com

1º Militar suspeito de pornografia infantil é espancado por pai de garoto após marcar encontro

2º Pais de presos denunciam maus tratos e tortura em nova gestão nos presídios do Ceará

3º Quadrilha é presa por golpe do falso comprovante de pagamento em compras na internet

Publicidade

Figura 9 – Print de uma matéria do Estadão que faz referência as facções no mundo on-line.

Uma matéria veiculada pelo jornal *Estadão*, escrita por Bruno Paes Manso, em 19 de março de 2014, trazia o seguinte destaque: “Página do PCC no *Facebook* já tem mais de 372 mil curtidas⁹⁰.” Nessa matéria, Manso (2014) faz a seguinte acertiva:

Não digo que a página seja do PCC porque foi criada por seus integrantes ou filiados. Isso é o que menos importa. O interessante é justamente o debate em torno de valores e das ideias propagadas por aqueles que fazem parte da facção.

A exacebação da violência; o narcisismo violento; as construções linguísticas, e principalmente, a representação do poder podem se tornar atrativos à curiosidade. Ainda nessa oportunidade Manso destaca qual seria, naquele momento, sua percepção em torno da popularidade do PCC diante dos jovens.

A popularidade do PCC cresce, assim, porque a facção se apresenta como mediadora desse universo criminal antes visto como ingovernável. É valorizado por isso, mas também porque passa a representar a celebração de uma certa inconsequência juvenil, que aposta no consumo ostensivo, no uso excessivo das drogas, nos

⁹⁰ <https://sao-paulo.estadao.com.br/blogs/sp-no-diva/pagina-do-pcc-no-facebook-ja-tem-mais-de-372-mil-curtidas/> <Acessado em 2018>

prazeres imediatos, no sexo por diversão, na misoginia, valores vulgares, como se a vida se resumisse à busca de saciar os instintos. (MANSO; ESTADÃO, 2014)

Ocupar as redes sociais para se popularizar é uma estratégia que deu certo para as facções criminosas, seja para o PCC seja para o CVRL seja ainda para outras facções. Elas passaram a ser uma ferramenta para que suas práticas se tornassem públicas. Nelas seus membros performam e praticam o exibicionismo diante dos olhos da sociedade. A busca por seguidores, admiradores ou até mesmo curiosos, estimula as redes sociais desses atores. Outro interlocutor me falou da sua experiência com esses estímulos construídos através das redes sociais. O “cuidado” aparece novamente, assim como identifiquei em outras narrativas concedidas por outros interlocutores. Percebe-se o receio e a mudança no comportamento, que vão além das ruas da cidade, mas que exercem também um poder nas próprias escolhas nas redes sociais. As escolhas das amizades; das imagens às quais serão destinados os *likes* e das páginas que serão seguidas, no *Facebook*, levam em consideração a existência das facções criminosas no mundo online.

Tem perfis de *Facebook*. Eles fazem. Eles fazem esses *Facebook fake* e procuram. Alguém do dois faz um *Facebook* e alguém do 3 faz o *Facebook* aí ele fica procurando gente. Se ele entrar no seu *face* e ver você fazendo símbolo de um ou de outro na foto, ele salva sua foto e espalha dizendo que é inimigo. No meu *Facebook* tinha alguns que me pediram amizade. Mas eu vi o problema na televisão e alguns amigos comentando e eu saí excluindo todos. Até hoje tenho pessoas que solicitam amizade no *Facebook*, olha aqui pra tu vê. (Nesse momento me mostrou perfis que solicitam amizade e que usam o símbolo com as mãos nas fotos de perfil). (Interlocutor, jovem, 20 anos)

Destaquei essa narrativa porque ela chama atenção para a compreensão de como as redes sociais geram mudanças no comportamento a depender de sua forma de uso. A necessidade de cuidados com falsos perfis torna-se uma realidade a partir dessa fala. A constatação da presença desses atores nas redes sociais estabelece limites e ressalvas em torno de seu uso. É importante destacar que a realidade vivida no cotidiano do bairro, através de estabelecimento das representações em torno das facções criminosas, incide diretamente nos comportamentos nos usos das redes sociais. A narrativa da “Guerra entre as Facções” chega ao mundo *online*. São os perfis *fakes* que, segundo meu interlocutor, irão mediar esses comportamentos de luta *online*

nas redes sociais que contam com a presença marcante de jovens que são estimulados pelas imagens, músicas e informações, mas também com a presença de agentes de vigilância e da segurança pública.

Essas narrativas são importantes nesse contexto de representações sociais das facções criminosas em Alagoas. É fato de que essas questões estão inseridas nas vivências dos e entre os jovens – na escola, no bairro, no caminho para o mercadinho ou no deslocamento para outros bairros da cidade. A popularidade das facções criminosas está comprovada a partir das suas marcas nos muros pichados na cidade e nas suas atividades efervescentes nas redes sociais. Escrever sobre essas questões agora é analisar um fenômeno em tempo real, isto é, as atividades aqui descritas podem estar ocorrendo agora, nesse momento. As narrativas que destaquei nessa sessão também apontam para a existência de *haters*⁹¹, que acusam jovens de pertencerem às facções criminosas através do uso de publicações com montagem de fotos.

Os elementos significativos do uso do “2” e do “3” tornaram-se motivo de práticas criminosas de forma deliberada. O CVRL e o PCC cumprem um papel central nos processos de sociabilidade violenta (SILVA, 2004) experimentados pelos jovens moradores de locais marcados pela presença desses grupos. Presença essa que se estende também para o cotidiano virtual. O crime e as práticas de violência não apenas se apresentam no cotidiano das ruas, estão também presentes 24 horas por dia na tela de um smartphone. Esses processos sociais que ressignificam os lugares das violências são parte da sofisticação desses atores na luta por visibilidade, popularidade e poder. As narrativas das vítimas dos crimes e da violência urbana também são populares. É possível estabelecer um mapa representacional dessas narrativas, uma vez que como enfatiza Silva, “isto permite tomar a violência urbana como uma representação coletiva, categoria de senso comum constitutiva de uma ‘forma de vida’” (2004, p. 57).

⁹¹ *Haters* são pessoas que postam mensagens de ódio em redes sociais. No entendimento de alguns de meus interlocutores, são pessoas que usam redes sociais para difamar, acusar e produzir sentimentos de ódio. Nesse caso específico, são aqueles que acusam jovens de pertencerem a grupos conhecidos como facções criminosas.

As notícias que informam sobre a violência e a participação efetiva dos códigos e símbolos referentes às facções não são raras. Este caso abaixo torna ainda mais atual as narrativas dos meus interlocutores:



Figura 10 – Print de uma matéria do G1/alagoas reportando sobre um crime envolvendo supostos membros de facções criminosas.

O simples “descuido”, como mencionaram meus interlocutores, torna o risco iminente. Por exemplo, enquanto escrevo nesse momento, abro um site de notícias de Alagoas⁹² e fico consternado. Volto ao texto para registrar esse fato lamentável, que demonstra claramente a influência perversa dos elementos simbólicos construídos pelas facções criminosas no cotidiano de jovens alagoanos (as). Trago esse caso como uma forma de definir o preço pago por jovens cotidianamente pelo uso desses símbolos cujas significações se enraizaram nas periferias da cidade. A maneira como essas questões tornam-se comuns evidencia o poder do símbolo na dinâmica social. Eu poderia criar um álbum com casos semelhantes a esse ou àqueles em que os

⁹² A matéria apresenta uma narrativa sobre um crime ocorrido no bairro Cidade Universitária por membros do PCC. Link: <https://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2019/02/12/criminosos-mataram-mulher-em-maceio-apos-ela-fazer-simbolo-de-facao-rival-em-festa-diz-policia.ghtml> <Acessado em 2019>

jovens utilizam os símbolos em fotos publicadas no *Facebook*, como foi relatado há pouco por um de meus interlocutores.

O poder do símbolo só pode ser constituído através do poder exercido pela popularidade das facções criminosas no cotidiano da cidade. São muitos os jovens que publicam em suas redes sociais as marcas que estabelecem vínculos simbólicos com as facções criminosas *Comando Vermelho* e *Primeiro Comando da Capital*. É também decisivo o poder exercido por esses atores na mudança do comportamento dos jovens no que se refere ao acesso deles à cidade e às redes sociais. É fundamental que exista a possibilidade de empreender pesquisas em torno desse fenômeno para a melhor compreensão dos processos sociais que estimulam as maneiras de experimentar a vida de jovens que vivem sob a influência direta e indireta das facções criminosas.

Essa notícia serve como exemplo da perversidade da violência contra as mulheres na cultura brasileira. A violência cometida contra a jovem Joyce da Silva, ocorrida no bairro Cidade Universitária, periferia de Maceió, apresenta uma peculiaridade em torno da narrativa dos fatos, mas não da prática efetiva da violência. Durante uma festa com a presença de vários jovens, ao realizar o sinal de “dois”, a vítima foi acusada de pertencer a uma facção rival, o CVRL. Mas como é possível a transferência de significado através do símbolo “2”, quando o corpo vitimado pertence ao gênero feminino? A questão de uma jovem ser faccionada, ou de flertar com algum integrante de um “grupo criminoso”, não é uma prática comum nas narrativas do crime e da participação de mulheres nessa rede.

É importante destacar que nesse caso específico fica claro que os elementos simbólicos foram fundamentais para o exercício da violência contra a jovem Joyce. Não há, segundo os relatos da polícia judiciária, indícios de que a jovem exercia qualquer papel em grupos criminosos. Mas é importante destacar que essa é uma representação simbólica cada vez mais presente no cotidiano juvenil e; que certamente alimenta o imaginário no contexto dos conflitos entre os sujeitos pertencentes às facções criminosas. Os interlocutores da pesquisa também apresentaram suas narrativas acerca da

presença de mulheres em facções criminosas. Acredito que seja fundamental essa controvérsia apresentada por eles para que se possa compreender as dimensões desse processo significativo da presença feminina no contexto do crime e da violência.

5.4 – AS MULHERES “FACCIONADAS”: POUCAS NARRATIVAS E CONTROVÉRSIAS ENTRE OS INTERLOCUTORES.

A primeira questão que eu gostaria de abordar é uma controvérsia que surgiu entre meus interlocutores. As narrativas sobre membros das facções criminosas são majoritariamente construídas a partir da participação masculina e juvenil. Mas me chamou a atenção um debate ocorrido entre meus interlocutores, policiais militares do setor de inteligência da Secretaria de Segurança Pública, durante uma atividade de pesquisa. As mulheres são chefes de facções ou estão inseridas nesse meio pela influência dos maridos/companheiros? É uma pergunta importante e inquietante, porém há poucas narrativas nesse sentido. A representação social consolidada quanto à participação das mulheres no contexto do crime é na condição de coadjuvante (ZALUAR, 1993), ou seja, no papel social estabelecido como dona de casa, que guarda a droga e as armas; que cuida do companheiro quando ele é preso; que cuida dos filhos e da mãe etc.

A presença da mulher no contexto do crime também é descrita por Alba Zaluar (1993) como objeto de desejo. A representação da virilidade do homem que se envolve no crime, com a arma na cintura, evidenciando sua força e poder torna-se parte do processo de sedução, a partir da ideia desses sujeitos de que as mulheres gostam de homens que andam armados. É fato que essas representações são importantes nesse cenário. A atuação do homem no contexto do crime é parte de construção viril da sua persona, e no crime ela é primordial para a sua defesa e seu respeito diante dos outros. A mulher, tida como produto, objetificada, é um corpo por ser violado pela moral masculina intermediada pelo exercício do poder. O crime contagia o poder masculino e

cria inúmeras impossibilidades democráticas para as mulheres que vivem diante das interferências do crime no seu cotidiano.

Mariana Barcinski (2009a) apresenta um trabalho interessante quanto à questão que envolve mulheres e o contexto do crime. Quando trata da centralidade do gênero na identidade de mulheres envolvidas na rede do tráfico de drogas, Barcinski, ao analisar os discursos de mulheres que se envolveram com tráfico, concorda com outras perspectivas, não difere de Alba Zaluar. O envolvimento com homens que estão na teia do mercado ilícito de drogas é um motivador importante para a entrada de mulheres na rede, ou seja, há “uma influência dos homens nos crimes cometidos por mulheres.” (BARCINSKI, 2009a, p. 1848). Segundo a autora, essa interação pode se dar de duas maneiras: por um apelo em torno da proteção, ou por estabelecimentos de laços afetivos. A “mulher de bandido”⁹³ é uma peça importante no cenário criminal e tem sido cada vez mais objeto de reflexões no campo das ciências sociais.

A “mulher de bandido” é aquela que se envolve afetivamente ou sexualmente com um bandido. Muitas delas escolhem deliberadamente namorar bandidos, buscando o poder social e econômico que resulta dessa associação. Algumas, no entanto, descobrem posteriormente que seus parceiros estão envolvidos em atividades criminosas e, frequentemente, não têm opção a não ser servir de cúmplices para seus crimes. A “mulher de bandido”, assim como a “fiel” (aquela mulher que deve permanecer fiel ao companheiro encarcerado) são submetidas às regras informais que regem as relações entre homens e mulheres no tráfico de drogas. (BARCINSKI, 2009a, p. 1849)

Inúmeras facetas vão construir os elementos que representam a “mulher de bandido”. A lealdade é um elemento importante nesse contexto. Mas o que posso destacar nessa perspectiva da autora são os processos relacionados ao poder social e econômico. Uma frase que sempre me vem na memória quando penso sobre essa questão surgiu durante a atividade de pesquisa com policiais do Batalhão de Rádio Patrulha, disse um policial militar: “essas meninas bonitinhas geralmente é tudo mulher de bandido”. Ele estava se referindo ao contexto de mulheres que se envolvem com membros de facções criminosas.

⁹³ Noção utilizada por Mariana Barcinski (2009a) em seu artigo intitulado: *Centralidade de gênero no processo de construção da identidade de mulheres envolvidas na rede do tráfico de drogas*.

Ou seja, de fato há uma representação consolidada em torno da mulher e o contexto do crime que a coloca diante de uma invisibilidade, uma negação de protagonismo e uma dependência do agenciamento masculino no crime.

Mariana Barcinski (2009) em outro artigo⁹⁴ busca dialogar com uma produção que evidencie o protagonismo das mulheres no contexto do crime; e também destacar a perversa vitimização das mulheres. Ao pensar as mulheres como agentes, abre-se um leque de possibilidades para que elas saiam da invisibilidade e se tornem parte constitutiva do cenário do crime, estabelecendo uma possibilidade de constituição do poder do gênero no processo de produção de violências. No entanto, é preciso compreender que essas dinâmicas não se configuram de outra maneira se não desencadeadas por elementos relacionados à pobreza e ao racismo. São as mulheres pobres e negras que estão diante desses dilemas, que atuam como protagonistas nesses processos perversos de exposição de seus corpos e de suas vidas. Ainda que de maneira ativa a autora enfatiza que “uma análise de gênero parece ainda essencial se considerarmos os papéis subordinados comumente desempenhados por mulheres no tráfico de drogas⁹⁵. (BARCINSKI, 2009b, p. 585)

Quando meus interlocutores apontavam o perfil das pessoas que participam de facções criminosas em Alagoas, surgiu uma controvérsia. Achei interessante a forma como as perspectivas se encontraram porque dialogam de forma efetiva com as perspectivas que a autora apresentou acima. O reconhecimento da efetiva participação da mulher no mundo do crime é evidenciado através da mediação do papel do homem nesse cenário. Por um lado, há uma narrativa comum de que as mulheres acessam o mundo do crime através da influência direta dos homens, geralmente representado como os

⁹⁴ Protagonismo e vitimização na trajetória de mulheres envolvidas na rede do tráfico de drogas no Rio de Janeiro (2009b).

⁹⁵ A autora ainda destaca a seguinte referência: “Assim como as crianças, as mulheres costumam ser usadas para o desempenho de tarefas consideradas menos prestigiosas ou mais arriscadas.” (BARCINSKI, 2009b, p.585) Dialogando em torno das estruturas de poder exercidos no tráfico que são reproduções da sociedade.

maridos/companheiros; por outro, a narrativa do protagonismo das mulheres à luz do desejo daquilo que os homens já possuem:

O perfil de quem tá nas facções são de jovens de até 18 anos no máximo. Pessoas que já tem reincidência no crime, pessoas que tem renda per capita muito baixa, a maioria não tem renda. Baixa escolaridade, pessoas com poucas perspectivas de ascensão social. E agora a gente tá tendo o ingresso muito grande de mulheres. **Interrupção de outro policial:** acho que não. As mulheres que estão sendo levadas pelos maridos. Porque os maridos já tão presos, o marido já fazem parte. Eu acho que o marido que leva ela pra dentro. Eu acho que ela não entra pra fazer parte. **Interrupção do primeiro:** elas estão, estão sim. É por conta das festas, das armas, sensação de poder também pô. Com a possibilidade de elas não estarem ficando presas, se estiverem grávidas ou terem filho pequeno, aí elas se sentem favorecidas. (PM, Inteligência, 2017/ Capitão, 20 anos de serviço)

A controvérsia acima é fruto de um processo cada vez maior da participação de mulheres nos contextos dos crimes e das violências. A dúvida quanto ao protagonismo das mulheres nesse processo torna-se relativo para um dos meus interlocutores. O agenciamento dessas mulheres diante do exercício do poder, como é dito, torna-se uma narrativa interessante que se apresenta o olha do interlocutor como uma efetiva participação desse grupo social com práticas criminosas. Se elas exercem poder nas facções, não é possível constatar. Mas é possível, através do depoimento acima, indicar um movimento que direciona um olhar que também poderá criminalizar os corpos femininos no contexto das facções criminosas. Em todas narrativas em torno das facções há uma invisibilidade das mulheres enquanto protagonistas, líderes ou efetivamente organizadas nas facções criminosas. Algo que também constateei quando avalei as narrativas jornalísticas. O corpo feminino é isento de presença efetiva, sendo sempre mencionado em narrativas de crimes como auxiliador dos homens.

Chamou-me bastante a atenção o fato de as mulheres aparecerem nesse perfil das pessoas que estão se envolvendo com atividades criminosas de forma organizada. Apesar de constatar em veículos jornalísticos de natureza policial a presença de mulheres no tráfico de drogas – com presença marcante em casos de flagrante ao tentar entrar no sistema penitenciário com drogas – registrar essa abordagem do meu interlocutor me parece viável para esse momento. Lembro que em 2017 uma voz feminina, em áudio oriundo de um

aplicativo de bate papo, causou pavor à imprensa e à sociedade alagoana quando estava planejando com outras mulheres atos de reivindicação relativos à proibição de visitas, por um período, no Sistema Carcerário de Alagoas. A voz feminina buscava organizar suas ações da seguinte maneira:

Cunhada, nós faz isso. Se não der certo na sexta nós fecha segunda. Mas se não der certo na próxima segunda de novo, a gente fala com os meninos, os irmãos que tá no mundão pra queimar os caixas eletrônicos véi, ou então queimar os busão, tá ligada? (Fala de um áudio divulgado pelos jornais em agosto de 2017)⁹⁶

A repercussão dessa voz, que percorreu todo o Estado de Alagoas, possibilitou de alguma maneira o reconhecimento da presença das mulheres no contexto do crime, seja como uma companheira fiel dos seus maridos, seja como liderança efetiva no contexto de articulações e práticas criminosas. Essas demandas efetivamente estabelecem ligações com o cotidiano dos sujeitos que pertencem (ou não) aos contextos das violências e criminalidades. Elas vão também constituir os critérios do olhar policial para as mulheres, tendo como elementos normativos desse olhar a perspectiva voltada para o território e as marcas do corpo, como tatuagens e cor da pele.

A seguir apresentarei como se reverberam as narrativas das facções criminosas no contexto institucional. Apresentarei as narrativas dos meus interlocutores sobre os elementos que impulsionam o olhar da segurança pública em torno desses grupos. Farei também uma reflexão sobre a constituição do sujeito faccionado no contexto do sistema carcerário. O faccionamento dos sujeitos não é um movimento de mão única, ele percorre alguns elementos de natureza representacional e envolve uma política de segurança pública que já mencionei algumas vezes durante a tese. Irei apresentar perspectivas que passam pelos olhares policial e jornalístico, e principalmente pelo olhar de uma política de encarceramento. Sendo assim, busco, através das narrativas conduzidas pelas siglas PCC e CVRL, construir uma reflexão sobre o movimento de faccionamento de corpos à luz de uma dinâmica de criminalização de pessoas de acordo com os territórios consagrados e os corpos perseguidos.

⁹⁶ <https://www.youtube.com/watch?v=TuXj10OfPN4> <Acessado em 2018>

CAPÍTULO 6 - QUEM TE FACCIÓNOU?

6.1 – FACÇÕES CRIMINOSAS: QUAIS OS SIGNIFICADOS DESSES ATORES NO COTIDIANO DA SEGURANÇA PÚBLICA EM ALAGOAS?

Neste último capítulo pretendo explorar as narrativas referentes ao sistema penitenciário e seus reflexos no cotidiano do trabalho policial. Mas é também uma oportunidade de conectar as representações institucionais quanto ao sujeito faccionado ao discurso oficial do Estado de Alagoas. Afinal, quem facciona quem? O que dizem as matérias jornalísticas e as narrativas dos interlocutores sobre esses processos?

Em 08 de dezembro de 2017, uma matéria jornalística publicada nos jornais de Alagoas e na plataforma informativa on-line Uol⁹⁷ veicularam o mesmo caso. Dizia a notícia: “*Criminoso do PCC morto pela polícia em Maceió tinha patrimônio de R\$ 8 milhões*”. Trata-se de Erik da Silva Ferraz, homem branco, 39 anos de idade, que “se passava por empresário”, segundo a narrativa do jornal em questão, baseada nas informações repassadas pela Polícia Federal. O referido homem mantinha inúmeros negócios, como restaurantes e uma academia. Sua vida era tranquila, residia em um dos condomínios mais valorizados da cidade, onde também residem políticos, membros do judiciário e empresários alagoanos. Era casado com uma alagoana e optou em morar no Estado. Segundo a Polícia Federal, Erik utilizava os negócios como fachada para lavar dinheiro oriundo das atividades criminais que exercia via PCC.

Segundo a Polícia Federal, Erik participou do roubo do avião pagador da TAM em 1996 e tinha uma carreira criminal considerável. Em Alagoas, usava um nome falso e, assim como outros empresários alagoanos, exibia seu poder econômico com barcos, joias e automóveis importados. De acordo com a narrativa policial, no momento do cumprimento de seu mandado de prisão, em

⁹⁷ <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2017/12/08/criminoso-do-pcc-morto-pela-policia-em-maceio-tinha-patrimonio-de-r-8-milhoes.htm> <Acessado em 2018>

sua residência, no condomínio Aldebaran⁹⁸, Erik teria reagido à abordagem da polícia e sido morto. Na casa, segundo a PF, foram encontrados 500 mil dólares, o que, ainda segundo a polícia, evidenciava a ramificação internacional das operações. Além disso, narra-se que o pai de Erik é João Cabeludo, que também é procurado pela PF por envolvimento com o mercado ilícito de drogas. Erik foi ainda apontado como uma liderança do PCC em Alagoas. Não há registro em nenhuma das matérias sobre o recolhimento de drogas e armas durante a operação.

É importante destacar que não há outros registros de qualquer operação semelhante, em que tenha ocorrido, numa ação policial, prisão/homicídio de membros de facções criminosas em Alagoas que tivessem pelo menos 1 milhão de reais em patrimônio. Não há qualquer registro em jornais ou nas narrativas de policiais. Esse caso, por exemplo, não apareceu nas narrativas dos policiais militares que participaram das atividades de pesquisa que realizei, mesmo diante dos vários momentos em que se falou sobre o tema relacionado ao mercado ilícito de drogas. A prisão do Erik Ferraz e a divulgação do seu patrimônio não foram suficientes para que houvesse uma efetiva lembrança desse sujeito como um ator importante no estabelecimento da efetiva presença das facções criminosas em Alagoas. É evidente, a cada passo, que as narrativas caminham através dos marcadores mencionados abaixo.

“O perfil de quem tá nas facções são de jovens de até 18 anos no máximo. Pessoas que já tem reincidência no crime, pessoas que tem renda per capita muito baixa, a maioria não tem renda. Baixa escolaridade, pessoas com poucas perspectivas de ascensão social”. (PM, Inteligência – 2017/ capitão, 21 anos de serviço)

A narrativa se cristaliza na pobreza, na juventude, na pouca escolaridade, na questão racial e nos aspectos voltados à delimitação de territórios considerados perigosos por parte das políticas de segurança pública. É consagrado no imaginário institucional o local “privilegiado” das facções criminosas; a guerra das facções como resultado do aumento do número dos homicídios e o tráfico. Em umas das atividades de pesquisa com policiais militares da inteligência da SSP/AL foi me apresentado um boletim de

⁹⁸ Condomínio de alto padrão localizado numa região isolada do bairro da Serraria em Maceió.

ocorrência que descrevia uma operação ocorrida dias anteriores e que culminou em um homicídio em decorrência de ação policial.

Apesar de não poder utilizar de forma integral o Boletim de Ocorrência nesse trabalho, vou descrever, de forma resumida, o que minha lembrança captou sobre aquele registro e aquelas vozes que comentavam sobre o caso. Dizia o boletim de ocorrência *que um grupo especializado da polícia realizou uma operação baseada nos dados colhidos pelo Disque Denúncia de que morava numa residência na Brejal⁹⁹, bairro da Levada, o gerente geral da facção Comando Vermelho. Ao chegar ao local, houve troca de tiros e o suspeito faleceu. Foram apreendidas aproximadamente 30 bombinhas de maconha e um valor em dinheiro de 150 reais.* Dentre alguns comentários um me chamou a atenção: *“muitas vezes o cara é gerente, mas quando a gente chega lá, o cara não tem nem uma cama pra dormir, tudo lascado”*. Essa é certamente a melhor maneira de ilustrar como se construíram algumas ações e alguns elementos significativos em torno das facções criminosas em Alagoas.

Os dois exemplos trazem perspectivas distintas sobre facções criminosas. O primeiro não aparece nas narrativas dos policiais militares; o segundo está constantemente presente no cotidiano deles. É fato que há elementos estruturantes da política de segurança pública que irão designar tarefas e percursos institucionais para o tratamento dessa questão. Ao longo do trabalho apresentei questões que vão conformando os processos de significação desses atores no contexto da segurança pública, do crime e da violência. Apresentei também como esses marcadores vão definir, de forma prática e efetiva, as ações institucionais diante do fenômeno advindo da existência e do reconhecimento do Estado relativos às facções criminosas, especialmente o Primeiro Comando da Capital e o Comando Vermelho.

Essas mobilizações, que estão presentes de forma real tanto no contexto popular quanto institucional, vão incidir claramente no processo acusatório do Estado ante os sujeitos que serão julgados como membro de facções criminosas. O sujeito faccionado construído pelo Estado reúne

⁹⁹ Comunidade localizada na região da Orla Lagunar de Maceió.

processos estimulados através de uma memória coletiva, evocada diante do corpo negro, majoritariamente masculino, jovem, subalterno, marcado por desigualdades sociais e que circula prioritariamente em determinados territórios da cidade. Esses sujeitos – ocultados do planejamento de cidadania, sociabilizados através da negação de direitos e da violência histórica exercida pelo Estado – concorrem ao posto de faccionados através das políticas de segurança pública.

Uma questão interessante, que dialoga com os processos apresentados acima, foi explorada de forma didática na pesquisa de Sergio Adorno, publicada em um artigo intitulado *Discriminação racial e justiça criminal* (1995). O autor, ao apresentar dados de processos judiciais e de acesso à justiça, levando em consideração a questão racial, chegou à seguinte conclusão:

(...) réus negros tendem a ser mais perseguidos pela vigilância policial, revelam maiores obstáculos de acesso à justiça criminal e maiores dificuldades de usufruir do direito de ampla defesa, assegurado pelas normas constitucionais (1988). Em decorrência, tendem a merecer um tratamento penal mais rigoroso, representado pela maior probabilidade de serem punidos comparativamente aos réus brancos. (p. 63)

A voz institucional indicava que o aumento dos números relativos à violência em Alagoas era diretamente proporcional à guerra entre as facções criminosas. Essa voz reverberou nos noticiários e se tornou uma narrativa institucional ante a causa e os efeitos dos crimes, principalmente os Crimes Violentos Letais e Intencionais – CVLI's. Afirmou o secretário de segurança pública: “A SSP tem trabalhado forte para diminuir os números [da violência], mas a situação entre as facções se agravou após os episódios nos presídios do país.”¹⁰⁰ (G1, Alagoas, 2017). A relevante “Guerra” narrada de forma colossal por Dias e Manso (2018) tornou-se uma das principais narrativas institucionais no que concerne ao aumento da violência em Alagoas. Esta é uma referência importante para o Estado alagoano, dada a proporcionalidade

¹⁰⁰ <https://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/secretaria-diz-que-disputa-entre-faccoes-criminosas-em-al-elevou-n-de-homicidios.ghtml> <Acessado em 2018>

de integrantes de facções criminosas em Alagoas apresentada pelo serviço de inteligência.

O secretário Paulo Domingos de Araújo Lima Júnior afirma sobre o problema: “prisões estão sendo feitas e mais policiais estão sendo colocados na rua. O problema não está só em Alagoas, está no país inteiro”.¹⁰¹ (G1, Alagoas, 2017). Interpreto essas narrativas como um grande paradoxo, uma vez que Dias e Manso (2018) compreende que o encarceramento aumenta o poder das facções criminosas e que efetiva o aumento das disputas dentro e fora do sistema carcerário. A solução estatal que se apresenta com maior popularidade é o encarceramento. Os investimentos públicos e a emergência de parcerias público-privada nessa área demonstra essa realidade. Assim, as formulações discursivas estão abertas ao diálogo público e evidenciam de forma clara, através de números e representações cotidianas, que:

A cultura do crime e das disputas entre gangues, fomentada nas prisões, transcendeu as grades e os muros para chegar ao lado de fora, nas cidades mais violentas. A conexão decisiva entre prisões e quebradas, que se intensificou depois de meados dos anos 2000, acabou criando um novo campo de interação entre jovens e adultos que transitam por esse mundo. O espírito de soldados em guerra, em disputa por mercados e poder, que até os anos 1990 parecia restrito aos integrantes dos grupos criminosos fluminenses, acabou se replicando entre os jovens brasileiros em diferentes quebradas. Alguns desses jovens guerreiros ostentam sua virilidade segurando revólveres, fuzis e facões, competem pelos calibres das pistolas e prometem invadir territórios inimigos, em vídeos e postagens que se tornam populares via *Whatsapp* e *Facebook*. (DIAS; MANSO. 2018. p. 233)

Alagoas reduziu o número de mortes violentas nos primeiros oito meses de 2018 em relação ao ano anterior (FBSP, 2018)¹⁰², mesmo no “auge das práticas criminosas” das facções e apelos do governo diante das mídias da existência de uma “guerra entre as facções criminosas” que reverberava ainda do ano decorrido anteriormente. No entanto, esses atores da violência não aparecem nas entrevistas dos atores institucionais, quando tratam sobre a redução dos homicídios. Eles se tornam coadjuvantes, sendo apenas

¹⁰¹<http://diarioarapiraca.com.br/noticia/alagoas/secretaria-diz-que-disputa-entre-faccoes-criminosas-em-al-elevou-n%C2%BA-de-homicidios/5/27655> <Acessado em 2018>

¹⁰² Dados publicados no anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública. (2018)

mencionados como motivações do ano pregresso. Mesmo assim, em números absolutos, foram registrados 1.075 Crimes Violentos Letais e Intencionais no período de janeiro a setembro de 2018, e 1.522 até o encerramento do ano. A questão que me parece razoável é a invisibilidade das facções criminosas no contexto dos crimes e das violências através das vozes institucionais, quando há uma redução, ao invés do aumento, quando são claras e evidentes as notícias e entrevistas dos atores institucionais sobre a influência da guerra das facções nos índices de homicídios.

A impressão que me passa é que os atores que constroem os elementos institucionais da segurança pública fazem a gestão do tempo-espaço do conjunto de representações que conformam as facções criminosas. Essa gestão impulsiona as práticas cotidianas e os processos interacionais nas ruas por seus agentes, como também organiza as possibilidades de existência desses grupos criminosos no contexto da mídia. Servem como um termômetro e como um mecanismo de estímulo da violência institucional e do poder do Estado sob as camadas mais pobres, dos corpos sujeitos a suspeição e dos territórios já marcados pelos critérios consolidados.

Os “sujeitos faccionados” são os alvos da narrativa institucional em Alagoas ao longo de alguns anos. Mesmo com perspectivas de políticas de aproximação das comunidades, como a polícia comunitária, por exemplo, as ações de combate ao crime percorrem narrativas de violência. Há uma guerra ao inimigo público, ou seja, aqueles que interferem na vida pública das “pessoas de bem” devem ser caçados. Não há outro ator capaz de melhor executar essa missão do que a Polícia Militar. Mesmo diante de formas de gerir a administração das políticas de segurança pública com uso de tecnologias, inteligência e perspectivas democráticas, é ainda possível identificar o uso dos estímulos seculares da Polícia Militar e suas variadas concepções de mundo que são incompatíveis com a realidade atual. O antropólogo Luiz Eduardo Soares (2003), ao realizar uma reflexão sobre as políticas públicas na área da segurança, faz uma referência interessante quanto a questão:

Essa omissão condenou a polícia à reprodução inercial de seus hábitos atávicos: a violência arbitrária contra excluídos

(particularmente pobres e negros), a tortura, a chantagem, a extorsão, a humilhação cotidiana e a ineficiência no combate ao crime, sobretudo se os criminosos pertencem a altos escalões. Claro está que sempre houve milhares de policiais honestos, corretos, dignos, que tratam todos os cidadãos com respeito e apresentam-se como profissionais de grande competência. Mas as instituições policiais, em seu conjunto e com raras exceções regionais, funcionaram e continuam a funcionar como se estivéssemos em uma ditadura ou como se vivéssemos sob um regime de apartheid social. Constrói-se uma espécie de “cinturão sanitário” em torno das áreas pobres das regiões metropolitanas, em benefício da segurança das elites. Nesse sentido, poder-se-ia afirmar que o negligenciamento para com a polícia, no momento da repactuação democrática, em certa medida, acabou contribuindo para a perpetuação do modelo de dominação social defendido pelos setores mais conservadores. Ou seja, essa negligência apresenta-se muito mais como estratégia do que uma indiferença política propriamente dita. (2003, p. 76)

Nesse contexto, a manutenção dos *status* do corpo negro, pobre e periférico como pura representação da ameaça pública torna-se um problema extremamente alongado na sociedade brasileira, principalmente no seio institucional da segurança pública. Por isso, esses corpos vão se mantendo impuros e acusados; invólucros de significações inovadoras para projeto institucional de criminalização. As demandas do artigo 59 da lei de 1941, conhecida popularmente como “lei da vadiagem”¹⁰³, reconheceram essas representações como reais e criminalizaram os corpos negros e pobres de forma categórica. É real a perspectiva que estabelece o corpo negro como o ente faccionado, como tento evidenciar. A força da lei é um projeto de edificação dessa narrativa em que esses corpos se mantêm no imaginário público como desocupados, prontos e dispostos para o ócio criminal. São os sujeitos faccionados, da velha narrativa e nova narrativa; esses corpos seguem monitorados e viáveis para os projetos de exclusão.

Nesse sentido, a seletividade policial tornou-se a metodologia consagrada para a construção do suspeito. Objetivamente essa é a maneira como o trabalho policial é praticado cotidianamente. Essa maneira secular de exercer o dever constitucional é uma das características mais marcantes do processo antidemocrático do sistema de justiça. É o que indica o artigo

¹⁰³ Um importante trabalho produzido em Alagoas sobre esse tema é a dissertação de mestrado: “Uma Possível “Simbiose”: vadios e capoeiras em Alagoas”, produzida pelo historiador Gustavo Bezerra.

apresentado por Sinhoretto et al. (2014) sobre “A filtragem racial na seleção policial de suspeitos”. Segundo sua pesquisa,

(...) a permanência de um estereótipo racializado na construção dos “suspeitos”, que é operacionalizado por um saber-fazer policial, não pautado em critérios objetivos, permeado por um conjunto de valores e moralidades que redundam na manutenção da filtragem racial nas abordagens. (p. 123)

A probabilidade de um homem, jovem e negro ser abordado pela polícia certamente é muito maior do que outros sujeitos. Da mesma forma, é muito mais provável que esse homem se depare com perguntas relativas ao sistema prisional, como por exemplo, “Tu já tem passagem?”. Geysson Santos, rapper alagoano e estudante de Ciências Sociais, hoje empresário, que orientou a atividade de pesquisa com jovens na Escola Rubens Canuto, foi abordado pela polícia e me relatou as etapas da abordagem que sofreu. Ele estava no ponto de ônibus, no bairro Cidade Universitária, no conjunto habitacional Village Campestre; no mesmo ponto, estavam presentes em torno de 15 pessoas. A viatura da PM parou e andou em direção a ele; colocado de costas, foi apalpado – mecanismo tradicionalmente utilizado pela PM –, sua bolsa foi revirada e foi perguntado para onde ia, mesmo depois que os policiais observaram a presença de alguns livros na bolsa. Além disso, ouviu a seguinte frase: “você parece que saiu do sistema prisional hoje”. Geysson é um jovem negro que usa cabelos *dreadlocks* e, estava indo para o campus quando foi vítima da seletividade.

Esse exemplo do cotidiano representa de forma efetiva as dinâmicas que executam as filtrações raciais, bem como indica objetivamente a presença de um imaginário prisional para os corpos negros. Corpos que são vigiados e julgados como criminosos; corpos aos quais se permite a violação. Esses fatos são reflexos de uma política estrutural que promove a justiça de acordo com demandas sociais e raciais orientadas por desigualdades. É nesse campo que consta a reflexão em torno do sistema acusatório; esse que indica a partir do cotidiano os sujeitos que são faccionados. Como observo, existem dois movimentos importantes para esse fenômeno. O primeiro e mais importante é o acionamento da memória, das representações e do processo acusatório propriamente dito por parte do Estado; o segundo nasce a partir das demandas

simbólicas construídas pelas narrativas em torno das facções criminosas no universo juvenil e dos bairros periféricos.

É fundamental a compreensão dessas duas perspectivas para que se entendam as dinâmicas simbólicas que recaem sobre o corpo negro diante desses sistemas de faccionamentos e, conseqüentemente, das políticas públicas de segurança que incidem objetivamente sobre esses corpos. Essas demandas vão se tornando mais claras quando se observa as narrativas sobre as facções criminosas no sistema carcerário. Presentes nas principais narrativas relacionadas às facções, as penitenciárias revelam um mundo “à parte”, muito difícil de adentrar. Apesar de seus dados nem sempre serem reais e transparentes, consegui colher algumas narrativas sobre o fenômeno estudado e, com elas, pude produzir reflexões sobre o assunto. Certamente esse é o lugar onde os corpos se tornam faccionados. Há, nesse sentido, duas possibilidades para isso: a primeira pela gestão do Estado, intermediada pela Secretaria de Ressocialização e Inclusão Social; a segunda pela gestão das facções dentro do sistema carcerário.

Essas duas maneiras se constroem a partir da reprodução dos aspectos raciais, sociais, culturais, políticos e econômicos, ou seja, do aprofundamento das desigualdades e dos contextos que impulsionaram as maneiras de existir das políticas de segregação social-espacial das cidades alagoanas. Sendo assim, os elementos institucionais que vão definir a entrada dos sujeitos no sistema carcerário estarão marcados por esses processos interseccionais. Com o aumento da popularidade das facções criminosas, esse fenômeno se torna parte dos critérios de identificação das pessoas que irão passar ou permanecer na prisão. Seja como preso provisório, ou condenado, os elementos representacionais vão agir de forma efetiva na dinâmica de identificação e posterior gestão desse sujeito que irá interagir com o sistema. As narrativas que apresento a seguir ilustram os dilemas e mecanismos que produzem ou não sujeitos faccionados.

6.2 – AS FACÇÃO CRIMINOSAS E O SISTEMA CARCERÁRIO: A GESTÃO DO ESTADO E OS DILEMAS DOS CORPOS ENCARCERADOS.

O Sistema Carcerário de Alagoas conta com oito unidades, sete na capital e uma no interior, na cidade de Girau do Ponciano, localizada na região do Agreste. No final dos anos de 1990 apenas três unidades eram ativas em Alagoas: a Penitenciária Masculina Baldomero Cavalcanti de Oliveira, inaugurada em 1999; a unidade hoje desativada, Colônia Agroindustrial São Leonardo; e a mais antiga unidade, o Centro Psiquiátrico Judiciário “Pedro Marinho Suruagy” de 1978. Nos anos 2000 foram criadas as seguintes unidades: Presídio Cyridião Durval de Oliveira e Silva, inaugurada em 2002; Presídio Feminino Santa Luzia, inaugurada em 2002; a Casa de Custódia, inaugurada em 2006; o Núcleo Ressocializador da Capital, Inaugurado em 2011; Presídio de Segurança Máxima, inaugurado em dezembro de 2012; e o Presídio do agreste, inaugurado em 2013. (SERIS, 2018).

O último boletim informativo da Secretaria de Ressocialização e Inclusão Social¹⁰⁴ afirma que a população carcerária de Alagoas é de 8.740 pessoas, entre homens e mulheres; em condições de condenados ou provisórios; em semiliberdade ou em regime fechado.

Tabela nº 10 - Quantitativo da população carcerária em Alagoas

POPULAÇÃO CARCERÁRIA GERAL INCLUINDO OS PRESOS DO REGIME ABERTO, SEMIABERTO E PRESOS EM PENITENCIÁRIAS FEDERAIS.	8740
POPULAÇÃO CARCERÁRIA RECOLHIDA NAS UNIDADES PRISIONAIS	4790
POPULAÇÃO CARCERÁRIA POR 100.000 MIL HABITANTES	263

Fonte: SERIS/AL (2019)

¹⁰⁴ MAPA DIÁRIO DA POPULAÇÃO CARCERÁRIA - PLANTÃO DE 22/02/2019 À 25/02/2019 - Fonte: Unidades Prisionais.

Uma matéria publicada por um jornal impresso no dia 26 de janeiro de 2019¹⁰⁵ trouxe mais uma vez o tema das facções criminosas. A matéria – primeira do ano sobre o assunto – fala sobre a existência das facções criminosas PCC e o CVRL e sobre a gestão do Estado na divisão dos seus membros nos presídios da capital e do interior. Traz também a versão do Juiz da Vara de Execuções Penais de Maceió; a do secretário-geral da OAB – Ordem dos Advogados do Brasil, seção Alagoas; a do Secretário de Segurança Pública do Estado de Alagoas e a do presidente do Sindicato dos Agentes Penitenciários de Alagoas.



Figura nº 12: Capa do Jornal Gazeta de Alagoas – 26 de janeiro de 2019.

Nesse caso, a manchete que estampa a capa do jornal não condiz com a qualidade das informações presente na narrativa jornalística, mas, ainda assim ela me chamou a atenção quando passei pela banca de revista. Em letras garrafais, com destaque no nome **FACÇÕES**, em negrito, eu corri para a banca para saber qual a novidade existente na notícia. Certamente o destaque da matéria chamou a atenção de muitas pessoas que passavam pelo centro da cidade. A popularidade do tema circula entre as pessoas no centro da cidade e

¹⁰⁵ Jornal Gazeta de Alagoas de 26 de janeiro a 1 de fevereiro de 2019. “Membros de grupos criminosos são isoladas em presídios de AL: sistema prisional alagoano tem presença de duas grandes **facções**”.

nas periferias, abordadas pela TV e, principalmente pelos programas policiais. O mais importante da publicação é que ela serviu para destacar a popularidade do tema e a permanência dele como uma pauta importante para a vida urbana. Além disso, a matéria se tornou um importante evento para que eu iniciasse algumas reflexões sobre as análises apresentadas pelos meus interlocutores com relação ao sistema carcerário.

A presença das facções criminosas no sistema prisional alagoano é uma reprodução de uma realidade que está presente em todos os estados brasileiros. O PCC e o CVRL são as maiores forças, mas dividem força e disputam a hegemonia com outras facções, a depender da região do país. Na região nordeste, em estados como a Bahia, o Ceará, o Rio Grande do Norte e a Paraíba, é possível identificar grupos autônomos ou parceiros do PCC e do CVRL. A narrativa do fortalecimento das facções nos presídios de Alagoas é a reprodução de uma história conhecida por todas as pessoas que se interessam pelo assunto. Dias e Manso (2018) trazem uma narrativa que também contempla o contexto alagoano. Mesmo tratando da especificidade do PCC, esse cenário é certamente o mais explicativo para a compreensão sobre o assunto:

A partir do lema “Paz, Justiça e Liberdade”, as lideranças do PCC avançavam ao convencer parte da massa carcerária a se organizar contra o sistema. A difusão do discurso era facilitada pela situação calamitosa das prisões, que proporcionava a base material para a ancoragem do apelo ideológico formulado pelos fundadores. Os propagadores dessas ideias eram lideranças com carismas e capacidade de comunicação. Nesse primeiro momento, o crescimento do PCC tinha um componente marcadamente ideológico e político. O fortalecimento buscava criar mecanismos de defesa na guerra que o Estado havia declarado contra eles. Muitos dos traços característicos desse primeiro momento da expansão do PCC para além de São Paulo desaparecem ou são completamente reformulados na sequência desse processo, especialmente após 2006. (p. 192)

É a partir do ano de 2009 que, segundo meus interlocutores, são delineados atos de integrantes de facções criminosas em Alagoas, como destaquei anteriormente. Esse fenômeno irá produzir mudanças significativas nos arranjos e organizações do sistema penitenciário alagoano e irá também produzir elementos que refletirão dentro e fora do sistema. A maneira como as facções criminosas vão gerir as pessoas dentro e fora do contexto das prisões

tornou-se inovadora e exigiu que a administração penitenciária buscasse caminhos que equilibrassem essa nova dinâmica. Esse fenômeno não interferiu apenas no contexto interno do sistema carcerário, mas, como já foi demonstrado, reverberou no contexto urbano; nos comportamentos sociais dos jovens e nas suas relações com a cidade; nas representações sociais dos agentes e gestores públicos em torno dos territórios; nos fortalecimentos dos estigmas relativos aos corpos negros e; nas maneiras de produção de saberes para “combater” os crimes e as violências.

A organização do crime nas prisões e nas ruas produziram processos interessantes que aparecem nas narrativas dos meus interlocutores. As práticas constatadas e apresentadas pelos interlocutores no contexto do crime dizem muito sobre as diversas facetas da gestão do sistema carcerário atingidas pelo advento do PCC e do CVRL em Alagoas. Ser um sujeito faccionado ou não é um definidor no contexto do crime, mas também um definidor de mecanismos importantes de identificação com algo até então desconhecido por alguns sujeitos. Diz meu interlocutor sobre a representação de uma pessoa não faccionada, mas que está socializada nas práticas criminosas:

Um exemplo de um cara que não é faccionado, mas quando foi pro presídio teve contato com a facção. Eu moro num bairro que não tem facção, por exemplo, não tenho facção, sou um bandido autônomo, cometo crime sozinho. Aí eu vou pro presídio, e lá eu tenho contato com a facção. Aí pra eu ter proteção dentro do meu módulo eu vou me faccionar. Assino estatuto, sou batizado, e quando saio do presídio eu volto pro meu lugar de origem. Aí eu já sou o cara que trabalho pra facção lá naquele bairro, entendeu? Antes ele tava solitário, e por sobrevivência no presídio, o cara se facciona, já sai organizado. (PM, Inteligência, 2018/ Capitão 21 anos de serviço)

É muito forte a ideia do sistema prisional como o lócus privilegiado do processo de faccionamento dos sujeitos. A forma como Dias e Manso (2018) apresenta essa possibilidade na citação anterior à fala do meu interlocutor evidencia categoricamente a maneira como ele narra essa questão. A já popularizada ideia da garantia de segurança no aterrorizante sistema carcerário, pelas facções criminosas, vai para além dos “territórios faccionados”. Numa só parte dessa narrativa, dada a partir de um exemplo, consigo identificar as mais diversas facetas que irão construir as

representações em torno das facções criminosas. A representação principal é a de território; elemento que aparece no primeiro momento como não faccionado e após a saída do sujeito do sistema ele irá tecer a rede na localidade, ou seja, irá carregar consigo a facção. É um fato relevante justamente porque, durante o processo de entrada e saída do sistema prisional, esses sujeitos precisam efetivamente informar no sistema se são ou não membros de facções criminosas.

No sistema de cadastros e consultas de reeducandos, conhecido entre os policiais como Alcatraz¹⁰⁶, há um espaço a ser preenchido que deve indicar se ele faz parte de organização criminosa ou não no momento da sua entrada e permanência no sistema. Na opção de preenchimento há as opções: PCC, CVRL e Sem Organização. É um dado importante porque apresenta uma novidade na gestão do sistema carcerário que irá reconhecer esses atores como objetos relevantes no contexto dessa gestão. Ou seja, ele participa efetivamente da mobilização simbólica que facciona os sujeitos. Tornou-se parte do conjunto agora de maneira institucional. É de dentro para fora, e de fora para dentro. Esse movimento de economia dos corpos irá traçar as possibilidades de existência e fortalecimento desses estigmas cotidianamente, principalmente quando estiverem nas ruas e forem consultados pela polícia através do Sistema de Administração Penitenciária. Diz um dos meus interlocutores:

Eu trabalhei na sessão de cadastro e prontuários. A gente só coloca o que tá na ficha da pessoa. O preso precisa se declarar membro da facção para que esses dados sejam inseridos no prontuário. Isso é declarado por meio da fala, não precisa necessariamente assinar o termo. Mas pode ser que o termo seja usado para que haja um controle no sistema. Se o cara diz de boca, as vezes ele volta atrás, e talvez tenha que assinar pra ter controle no sistema prisional. (Inteligência – SERIS/SSP, 2018)

O reconhecimento dos grupos organizados nos presídios de Alagoas é bem efetivo, como relata o interlocutor. As duas maneiras de informar sua

¹⁰⁶ De fato, esse era o nome utilizado por muitos anos para o Sistema de Administração Penitenciária (SAP). O SAP contém os registros da população carcerária e funciona como um grande banco de dados em que consta, por exemplo, os crimes que foram infringidos pelos indivíduos; os dados pessoais; os endereços e; os prontuários médicos.

relação com as facções são levadas em consideração para a construção do dado. É fato que há o exercício de “pressão” e dilemas nesse processo de declaração, mas há também uma estratégia de reconhecimento no sistema prisional. As divisões dos presídios são visíveis e públicas. Na Penitenciária de Segurança Máxima, localizada em Maceió, e no Presídio de Segurança Máxima do Agreste, localizado na cidade de Girau do Ponciano, são alocados os membros das facções Comando Vermelho e Primeiro Comando da Capital, em diferentes módulos; na Casa de Custódia, em Maceió, ficam exclusivamente membros do Primeiro Comando da Capital. Outros interlocutores me informaram sobre essa gestão.

Dependendo do módulo que o cara vai ele se facciona. Existe o módulo do PCC, do CV, e o módulo dos trabalhadores. Se ele não for faccionado (pausa). Pera que vou chamar aqui o Steve¹⁰⁷. Steve, ele tá fazendo uma pesquisa científica para a tese do doutorado. Ele me perguntou sobre os módulos. Eu sei que o PCC e o CV tá bem dividido lá. Se o cara chegar lá, vocês perguntam se o cara é faccionado? **Steve responde:** lá existe os módulos que são para as pessoas sem facção. É o que a gente chama de **sem camisa**. Se o cara não tem facção e tá preocupado com proteção, ele vai se faccionar. Se ele se deparar com uma situação que precisa de proteção e ele quer se garantir ele assume uma facção. Tanto é que muitos dos caras que saem do presídio deixam a facção depois. (Inteligência, SERIS/SSP, 2018).

O dialogo citado acima é importante para que se reflita sobre a atualidade do medo no sistema carcerário. Mas principalmente para apresentar a uma narrativa da “eficácia” da gestão das facções no sistema carcerário alagoano. A escolha deliberada do estado em delegar a gestão prisional às facções criminosas define inclusive os processos da administração da vida e da morte das pessoas no sistema. O medo torna-se uma, de outras configurações que mobilizam o estabelecimento de protocolos de classificação da massa carcerária, no qual o individuo se vincula por meio de formulários qual a “camisa” que veste. É como diz o meu interlocutor: “se estiver sem camisa e precisar de proteção a saída é se faccionar.”

¹⁰⁷ Foi registrado o nome do interlocutor durante essa parte da atividade de pesquisa. Modifiquei o nome para Steve, nome utilizado por policiais para não se identificarem durante operações e abordagens no dia a dia do trabalho.

A importância das facções criminosas no sistema carcerário é certamente “humanitária”, em alguns aspectos. No entanto, a construção do “exército do crime” e a cooptação de jovens negros das periferias para o fortalecimento dos seus projetos e suas estratégias de gestão criminal e monetária, não o é. Esse projeto é parte - e contribui - para as altas taxas de homicídios de jovens negros e da potencialização do racismo institucional. Mas parece inegável para meus interlocutores o papel de protagonismo exercido por esses grupos no contexto do sistema carcerário. Desse modo, expõe o caráter compartilhado do exercício do poder, numa perspectiva de gestão. Sobre essa questão, um de meus interlocutores diz:

O cara se facciona dentro do sistema muitas vezes por proteção, as vezes porque acredita. Pode ser que depois que ele entre, não seja o que ele pensou realmente. Mas dentro do sistema é mais por proteção, e vamos dizer assim, a ausência do Estado. Eu pensei em escrever um artigo sobre isso, mas você pode botar no seu trabalho. O PCC criou meio mundo de função. É sintonia disso, é sintonia daquilo, e ocupou a mente do detento durante o dia todo. Deu proteção, proteção não, deu segurança, sensação de segurança, e deu importância e prestígio. O Estado não fez isso. (PM, Inteligência, SERIS/SSP, 2018/ Capitão 21 anos de serviço)

A ausência do Estado, como aponta meu interlocutor, pode ser um fato preponderante para desvendar a influência das facções criminosas no sistema carcerário. Mas não só. Considero que ao sistematizar suas práticas, as facções criminosas, produzem mecanismos que beneficia a administração penitenciária estatal. O resultado prático e objetivo é a redução das rebeliões, como no caso alagoano, que não registra rebeliões com características de conflito entre os grupos criminosos. A sensação de segurança torna-se efêmera, dependendo do “humor” na prisão e também das articulações políticas e econômicas das facções criminosas no lado de dentro ou fora. E destaco também, a própria ingerência estatal nos conflitos que eventualmente possam ocorrer.

Para ilustrar a realidade das facções em Alagoas acrescentei de forma simples e objetiva o quantitativo dos seus integrantes. Não tive condições de obter esses números de forma oficial junto à Secretaria de Estado de Ressocialização e Inclusão Social, dada à dificuldade da questão burocrática e

de alguns elementos de sigilo. Mas, através dos meus interlocutores consegui dados que se aproximam da realidade, justamente por serem números tratados pelo setor responsável pelo serviço de inteligência da Secretaria de Segurança Pública.

Tabela nº 11 – Quantitativos dos membros de facções criminosas em Alagoas.

FACÇÃO CRIMINOSA	IRMÃOS NO SISTEMA	IRMÃOS NO AGRESTE	IRMÃOS DAS RUAS	FORA DE SINTONIA
PRIMEIRO COMANDO DA CAPITAL				
1.575 INTEGRANTES	690	433	328	123
COMANDO VERMELHO				
600 INTEGRANTES	NÃO CABE	NÃO CABE	NÃO CABE	NÃO CABE

FONTE: Interlocutores da Secretaria de Segurança Pública. (janeiro de 2018)

Segundo os dados que foram a mim disponibilizados e apresentados acima, a facção Comando Vermelho possuía em janeiro de 2018 um quantitativo de 600 membros espalhados em Alagoas, estando esses divididos nos presídios e nas ruas. Já o Primeiro Comando da Capital conta com um quantitativo de 1.575 membros, divididos entre “irmãos do sistema”, ou seja, aqueles que estariam dentro do sistema prisional em Maceió; “irmãos do Agreste”, aqueles que estariam no presídio de Girau do Ponciano; “irmãos das ruas”; e os “fora de sintonia”, que seriam aqueles indivíduos que estariam sem comunicação com a facção. Há ainda os “irmãos da federal”, que faz alusão aos que estão presos nos presídios federais, nesse caso, segundo meus interlocutores, o PCC soma 1(um) integrante nessa condição. A importância desses dados é demasiada grande dada influência dessas duas facções no contexto do crime e da violência em Alagoas. Além disso, esses dados apontam para o fortalecimento desses grupos no sistema carcerário.

Os dilemas são diversos para os corpos encarcerados. Se estiver “sem camisa”¹⁰⁸, na expressão utilizada pelo meu interlocutor, ele está ciente de que

¹⁰⁸ Presos que se declaram não faccionados.

pode ser vítima de uma dinâmica perversa historicamente construída dentro do sistema carcerário. Caso vista uma camisa, estará relativamente protegido, mas estará também sendo observado de uma maneira “diferente”, tanto por outros presos quanto por agentes da gestão pública interna e externa da segurança pública e do sistema carcerário. Estar preso não é algo digno de tranquilidade, não aposto nesse conjunto de elementos como algo vantajoso para quem tem que enfrentar o sistema. São dilemas cruéis que afetarão toda a vida dos sujeitos e suas relações com seus bairros; com seus amigos; com suas famílias e; principalmente, com o Estado e a facção (caso opte por se vincular).

Essa é uma questão interessante justamente porque ela irá incidir numa narrativa construída por um interlocutor, em especial, que me apresentou duas perspectivas: uma voltada à questão dos presídios federais; outra, à dinâmica da repressão das facções criminosas pelo governo do Estado de Alagoas. As duas fazem parte do conjunto de dinâmicas de atuação das facções, mas uma especificamente destaca o protagonismo de dois secretários de segurança pública e suas visões em torno das ações para “conter” os avanços desses grupos em Alagoas. É importante lembrar que as ações voltadas à segurança pública estão dentro daquele mecanismo de acionamento de uma memória coletiva em torno do Cangaço. É a construção do inimigo público e do corpo que pode ser violado, construído através de elementos de sujeição criminal, ou seja, aquele corpo que pode ser morto (SILVA, 2010).

O funcionamento do Sistema Penitenciário Federal teve seu início em 2006, com a inauguração da unidade de Catanduvas - PR (DIAS; MANSO, 2018), e serviu para estabelecer uma política de isolamento e de métodos mais duros para o dia a dia dos presos. Muitos dos maiores traficantes e líderes de facções criminosas estiveram, ou estão, em presídios federais. O Departamento Penitenciário Nacional – DEPEN, com o início das atividades nos presídios federais, também estabeleceu modelos de cooperação com Estados da Federação, com o propósito de receber presos condenados que estavam cumprindo penas em penitenciárias estaduais. Nesse contexto, Alagoas estabeleceu parcerias e enviou alguns presos para as federais, como

já foi mencionado ao longo da tese. Esse movimento de ida para as federais se tornou uma oportunidade de construção de redes, mas também, uma dura pena. Meu interlocutor é enfático ao falar sobre o papel das penitenciárias federais:

O presídio federal é a integração do crime. Eu fiz um curso no Rio de Janeiro uma vez e uma das etapas era uma visita em um presídio. Na época que as facções não davam problemas aqui. E lá estava dois ou três presos de Alagoas, o Paulista, o Júnior Cicatriz e outro que não lembro, junto com o Fernandinho Beira-Mar. Eu mesmo sempre sou contra; meu voto é sempre contra para transferência de presos para os presídios federais. Só se for um que já tenha ido porque não tem mais nada pra aprender. O regime é duro, mas tem contato entre eles. (Inteligência, SERIS/SSP, 2018).

Essa é uma narrativa que compartilha aspectos semelhantes com outras produzidas. Dias e Manso (2018), por exemplo, trazem argumentos sobre essa questão. O que incomoda meu interlocutor é o avanço das redes e dos saberes a partir da ida de presos para os presídios federais. Essa é uma realidade constatada no cenário narrativo da criação de algumas facções criminosas em determinados estados do norte e do nordeste. É justamente nessa ida para o presídio federal que Júnior Cicatriz, por exemplo, irá potencializar sua rede de relacionamentos com chefes importantes do tráfico e fortalecer suas dinâmicas de crimes em Alagoas. Ir para as penitenciárias federais produz “*capital social*”. É mais uma vez a mão do Estado fortalecendo os mecanismos que irão potencializar a construção desse sujeito faccionado. De toda forma, é a gestão penitenciária que irá gerir esses elementos simbólicos ao definir diferenciação de tratamento para esses grupos.

Muitos estados alegavam falta de condições – econômicas, políticas, estruturais – para manter em seus cárceres alguns presos em razão da sua liderança, periculosidade ou capacidade de fomentar crimes no interior das prisões, principalmente através do uso do telefone celular. O crime já vinha se espalhando gradativamente a partir dos novos modelos e redes de gestão de tráfico. Exigia-se que a União tomasse a dianteira. Alguns presos representavam ameaça nacional e internacional. Os estados, portanto, seriam injustamente onerados ao arcar com a manutenção de sua custódia. A responsabilidade seria da União, uma vez que o escopo de atuação desses indivíduos no comércio e distribuição de drogas extrapolam os limites territoriais dos entes federativos. (DIAS; MANSO, 2018, p. 223)

A pretensa solução de um problema possibilitou a customização de outro. Algumas das narrativas alagoanas do surgimento das facções são

construídas sustentando a alegação das interações produzidas dentro dos presídios locais; outras, sustentando a alegação da ida de presos para as penitenciárias nacionais. O faccionamento desses sujeitos é possibilitado a partir dessa gestão penitenciária e estabelecido dentro de critérios voltados ao poder de cada sujeito diante da ineficácia da gestão local. Por outro lado, é reproduzido de forma categórica, à luz de uma política de encarceramento e de criminalização de corpos. É o Estado que faz a gestão dessas organizações nos presídios e que constrói a política de enfrentamento a partir de elementos culturalmente aceitos para corpos construídos socialmente como “bandidos”.

A criminalização desses sujeitos incide diretamente no contexto das ações do Estado. As ações não são inovadoras, como já mencionei, mas se tornaram populares e culturalmente aceitas por uma parte da sociedade. Isso repercute em campanhas eleitorais proporcionais e majoritárias. Trata-se do uso indiscriminado do medo como estratégia de popularizar e legitimar ações cotidianas dos agentes de segurança pública. Em 2015, o então secretário de Segurança Pública do recém-eleito governador Renan Filho fez uma declaração¹⁰⁹ sobre as facções criminosas e as contextualizou da seguinte maneira:

¹⁰⁹A declaração pode ser encontrada no seguinte endereço eletrônico jornalístico: <https://www.cadaminuto.com.br/noticia/266689/2015/04/03/alfredo-gaspar-mendonca-bandido-em-alagoas-tem-dois-caminhos-ou-se-entrega-ou-morre> <Acessado em 2018>

Alfredo Gaspar Mendonça diz que "bandido em Alagoas tem dois caminhos: ou se entrega ou morre"

Por Blog do Bernardino | 03/04/2015 às 18:20 |



CESMAC

CadaMinuto



Alfredo Gaspar de Mendonça

matar bandido, quero que execute a prisão. Mas, no confronto preferiu o meu policial vivo".

Em entrevista a **Radio Cidade FM**, de Santana do Ipanema ao radialista **Fernando Valões**, o secretário de Defesa Social e Ressocialização, promotor de Justiça Alfredo Gaspar de Mendonça foi curto e grosso: "**bandido em Alagoas na minha gestão só tem dois caminhos a seguir: ou se entrega indo para cadeia ou morre.**"

E completou Alfredo Gaspar: "prefiro um milhão de bandidos mortos que um policial em Alagoas assassinado". Ele ainda foi bem claro: " não quero policial saindo de casa para

Figura nº 13: Matéria da plataforma jornalística *online* Cada Minuto - 2015

Em 2015 os caminhos dos "bandidos" já foram traçados, e eles não passam necessariamente pelo sistema prisional. Para o Promotor de Justiça, atuando como Secretário de Segurança Pública, a morte é a política de segurança mais eficaz. É a evidência de como as sociabilidades violentas e as sujeições criminais (SILVA, 2004; MISSE, 2010) atuam deliberadamente na realidade alagoana. A justificativa mais plausível é a atuação de combate às facções criminosas. Essa possibilidade no contexto das ações do Estado em relação ao crime reflete, de maneira significativa, nos números dos homicídios em decorrência da ação policial:

**Tabela nº 12 – Homicídios em decorrência da Ação Policial
(2016-2018)
ALAGOAS**

ANO	TOTAL
2016	112
2017	139
2018	144
TOTAL	395

FONTE: Núcleo de Estatística e Análise Criminal –SSP/AL

O aumento significativo durante esses anos é reflexo da política exercida pela cultura de banalização da vida em nome da segurança. Ter passagem pelo sistema carcerário ou mandado de prisão a ser cumprido são as principais características das vítimas dessa modalidade de homicídio. Diante desses dados, a narrativa do meu interlocutor, que irei introduzir a seguir, é bastante expressiva. Existe, de fato, um papel importante exercido pelo sistema prisional no faccionamento dos corpos que passaram por ele, mas também daqueles que nunca chegaram a passar. Esta narrativa causa indignação, mas é justamente uma perspectiva que posso apontar como uma constatação da relação institucional entre as facções e o Estado na gestão dos corpos, à luz do racismo e do projeto de genocídio da juventude negra. Diz ele:

A maioria dos que estão nessas organizações são jovens entre a faixa de 20 a 29 anos. As lideranças estão nessa faixa, digamos assim. Existe uma prevalência de quem entrou logo quando a facção chegou aqui em relação aos demais. Aqui em Alagoas eu percebo que as lideranças que têm dinheiro e carisma não querem assumir as funções, Geral da Rua e De Progresso, de nada. Por quê? Presídio Federal, cadeia, morte, depois do Dr. Alfredo Caspar pra cá, tinha bandido que estava indo embora do Estado. Então, não quer se expor de maneira alguma. Quem tá assumindo função de Geral do Progresso é um maloqueiro de 19 anos que não entende nada de crime. Foi chamado e não pode dizer não. Então o que acaba acontecendo é que é preso ou é morto. (Inteligência, SERIS/SSP, 2018).

A morte desses corpos não causa indignação pública; não causa comoção social. As pessoas, os gestores públicos, a opinião pública, a mídia, os intelectuais, a academia, os traficantes de drogas, os líderes de facções criminosas: todos esses atores relativizam o racismo exposto no cotidiano. As lideranças de grupos organizados para o crime, em particular, se utilizam dele para lucrar, produzir capital social, cultural e econômico para seus próprios desígnios. Apossam-se do poder e executam seus projetos de aniquilação da vida negra, estabelecendo os locais de cada um desses corpos na “república”, alimentando ódio e construindo ainda mais as desigualdades. O poder exercido pelo Estado e o poder exercido pelas facções criminosas costuram suas razões de existir contabilizando corpos negros e os acusando para a próxima guerra às drogas que ocorrerá na esquina mais próxima, sempre estabelecendo a acusação de BANDIDO nos boletins de ocorrência da polícia ou de INIMIGO em algum estatuto de alguma facção criminosa.



Fotografia 6 e 7: Pichações nos bairros Benedito Bentes (PCC 1533) e Vergel do Lago (CVRL – TUDO 2). SANTOS, Sérgio, 2019.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considero que as facções criminosas fazem parte do cotidiano urbano. Elas estão presentes nos debates públicos, estão interferindo nos processos interacionais de jovens e se colocando como um fenômeno que potencializa os processos de violências e de racismo institucional. Elas são também, instrumentos de politização de ações de combate à violência e estão na agenda pública dos governos. Sendo assim, entendo que esses grupos surgem a partir de um cenário de desigualdades, sobretudo raciais.

A historiografia alagoana abordada na tese colaborou para que compreendêssemos as dinâmicas culturais, sociais, políticas e econômicas, e de como o cenário da violência empenha suas maneiras de ser e estar em Alagoas. Foi por essas trilhas que percorremos com o intuito de apresentar os processos que formulam a vida urbana, as representações em torno das pessoas, das instituições e das maneiras de existir da sociedade alagoana, à luz da violência. Busquei articular essa questão através de uma perspectiva consolidada sobre as abordagens em torno do tema, produzidas pelas ciências sociais, e também captar narrativas nacionais sobre a violência.

A partir do que discuti na tese considero que a violência se apresenta para as juventudes como algo presente nos seus cotidianos. Ela incide diretamente nas maneiras de como cada jovem experimenta a vida, principalmente nas áreas urbanas. Nesse mesmo processo, as facções criminosas produzem sensações e experiências desafiadoras para os jovens e seus processos de sociabilidades. Durante a experiência escolar, nas ruas, no bairro de morada, entre os amigos, no exercício do lazer, na internet, a noção em torno da violência e das facções criminosas podem surgir.

São importantes para que possamos compreender os impactos da violência entre os jovens, às dimensões representacionais em torno dos territórios, dos lugares, e de “ser jovem”. Elementos simbólicos que orientam os pertencimentos são primordiais. Esses também são acionados para que o número 2 (dois) e o número 3 (três) tornem-se referencia entre os jovens, e não

apenas, para uma camada da sociedade que a partir das marcas produzidas nos muros da cidade, entendam esses significados.

As siglas e os significados que cada símbolo – CVRL e PCC – se reproduzem nos cotidianos e atravessam os campos representacionais, se impondo nos processos que orientam as política pública de caráter repressivo. Tendo os bairros pobres e periféricos como locais prioritários da vigilância pública, o Estado se impõe a partir dessas dinâmicas, elegendo jovens negros como os principais entes das ações. Esses são alguns dos resultados produzidos por meio da reverberação das facções criminosas no cotidiano alagoano.

A história recente do estado de Alagoas no combate a criminalidade, rememora o Cangaço e esta memória é trazida ao cotidiano e as políticas de segurança. É por essa e por outras questões, que há um modo de pensar e agir diante da criminalidade que considera fortemente a violência como solução. É também a memória que possibilita a construção de representações em torno das “organizações criminosas” e “facções criminosas” como forma de recortar a atuação policial através do uso da violência.

Destaco que as políticas públicas na área de segurança pública que foram desenvolvidas em Alagoas, ou que foram instaladas pelo Governo Federal também fortaleceram uma lógica repressiva da violência. E foram fundamentais para que ocorressem mudanças no cenário local em torno do fenômeno das violências e desempenharam importantes papéis no processo de produção de narrativas em torno das facções criminosas em Alagoas.

Mesmo com contornos locais, com uma dinâmica própria no mercado ilícito de drogas, o Primeiro Comando da Capital e o Comando Vermelho estabelecem seus vínculos com o crime em Alagoas. Se por conta de processos migratórios ou política expansionistas, esses grupos produziram sentidos, e estabeleceram suas formas de interagir com o Nordeste. As narrativas apresentadas nesta tese fala muito sobre as dinâmicas dos

grupos, seus significados produzidos e como os diversos atores e atrizes se relacionam esse fenômeno.

Policiais, jovens, jornalistas, pessoas comuns, do cotidiano, estão conectados com esse fenômeno. Eles modificaram os cenários, e o tabuleiro do jogo da segurança pública. As facções produzem narrativas, ostentam manchetes de jornais e se destacam nos muros das cidades. É parte da vida ordinária. As facções criminosas também ganham contornos nas redes sociais, no Facebook, no Youtube e nas músicas. Ganham cor, e ganham frases, como: “tudo 2”, “Tudo 3”, “passa nada”, “Trem Bala” .

Considero intensas todas as informações contidas nesse trabalho. As narrativas captadas nos dão noção da realidade que são encaradas por nossos interlocutores e a diversidade de como esses grupos aparecem na vida cotidiana. Os personagens que surgem como sujeitos co-fundadores e as narrativas locais em torno da constituição dos grupos criminosos e a chegada de outros emulam um cenário dinâmico de como as iniciativas criminosas podem ser observadas em Alagoas. O sistema de franquias, tais como foram narradas pelos meus interlocutores, foram algumas das estratégias adotadas pelas facções criminosas Comando Vermelho e Primeiro Comando da Capital em algumas cidades.

Em Alagoas, essas organizações abordaram de forma efetiva uma emergente camada de pessoas que trabalhavam no mercado ilícito de drogas nos diversos bairros de Maceió. Abordaram lideranças locais, com poucas condições de empreender seu mercado, pouca experiência e com dificuldades de acesso a distribuidores. As diversas bocas de fumo, que exerciam um determinado nível de comércio na cidade, foram disputadas por essas facções, oferecendo armas, abastecimento de drogas e participação em decisões locais. Esse mecanismo possibilitou, dada algumas reservas, a redução dos crimes violentos em Alagoas. Possibilitou a redução dos números de conflitos que existiam nas áreas controladas pelos pequenos comércios.

É nesse contexto que apresentei alguns resultados que foram produzidos através da presença das facções criminosas PCC e Comando Vermelho nas dinâmicas sociais urbanas. Um desses é o “Eu faccionado”. Apresentei a reverberação do fenômeno das facções criminosas no contexto do trabalho policial e nos critérios e iniciativas de seletividade nas abordagens policiais para produção de um sistema acusatório. E nesse sentido, de como o corpo negro, diante do caos, recebe toda a carga simbólica da sujeição criminal. Ou seja, tornaram-se corpos que estabelecem, de forma efetiva, os componentes de uma possível mão-de-obra para as facções criminosas.

Considerei que há uma disseminação também produzida através das redes sociais que populariza as facções criminosas, principalmente PCC e o CVRL. Que passaram a ser uma ferramenta para que suas práticas se tornassem públicas. A busca por seguidores, admiradores ou até mesmo curiosos, estimula as redes sociais desses atores. A internet, principalmente as redes sociais tornaram-se campo fértil para os símbolos produzidos pelos grupos criminosos, interferindo de forma prática no cotidiano off-line de muitos (as) jovens.

A questão do envolvimento de mulheres na teia das facções criminosas foi apresentada a partir de uma controvérsia produzida pelos meus interlocutores. Sendo assim, inseri acontecimentos em que há um protagonismo feminino no contexto das representações. Destaquei como as mulheres são apresentadas mesmo de forma acanhada, nesse cenário de crime em Alagoas. Considero fundamental um aprofundamento nas pesquisas sobre facções criminosas através das experiências sociais das mulheres no crime em Alagoas. As narrativas dos interlocutores deram a entender que há um fenômeno nesse sentido.

Também apresentei os processos sociais, culturais, políticos e institucionais que envolvem as facções criminosas. Buscando captar as narrativas referentes ao sistema penitenciário e seus reflexos no cotidiano do trabalho policial. E também conectar as representações institucionais quanto ao sujeito faccionado e discurso oficial do Estado de Alagoas. Assim, considerei

que a presença das facções criminosas no sistema prisional alagoano é uma reprodução de uma realidade que está presente em todos os estados brasileiros.

Por fim, é possível identificar que o PCC e o CVRL, mesmo sendo as maiores forças, disputam a hegemonia do mercado ilícito de drogas com outras facções criminosas, a depender da região do país. Na região Nordeste, em estados como a Bahia, o Ceará, o Rio Grande do Norte e a Paraíba, é possível identificar grupos autônomos, com organização própria e enraizada localmente ou parceiros do Primeiro Comando da Capital e do Comando Vermelho. Em Alagoas há uma forte tendência de aumento dos recursos humanos desses grupos criminosos. As narrativas apresentadas apontam para alguns cenários que nos faz acreditar que haverá novas etapas de consolidação das facções criminosas, não necessariamente com as mesmas siglas, mas grupos com mais incidência local e autonomia.

BIBLIOGRAFIA

ABRAHÃO, Maria Helena Menna Barreto. **Memória, narrativas e pesquisa autobiográfica**. História da Educação, v. 7, n. 14, p. 79-95, 2003.

ABRAMOVAY, M.; CASTRO, M. G. **Juventudes, violências e o Estado: Jovens em territórios com o programa Unidades de Polícia Pacificadora no Rio de Janeiro**. Dilemas, v. 1, 2015.

ADORNO, Sérgio. **Discriminação racial e justiça criminal em São Paulo**. Novos estudos CEBRAP, v. 43, p. 45-63, 1995.

ADORNO, Sérgio; SALLA, Fernando. **Criminalidade organizada nas prisões e os ataques do PCC**. Estudos avançados, v. 21, n. 61, p. 7-29, 2007.

ALBERNAZ, Elizabete Ribeiro. **Sobre legitimidade, produtividade e imprevisibilidade: seletividade policial e a reprodução da ordem social no plano de uma certa “política do cotidiano”**. Confluências| Revista Interdisciplinar de Sociologia e Direito, v. 17, n. 2, p. 86-99, 2015.

ALEXANDRE, Marcos. **O papel da mídia na difusão das representações sociais**. Comum, v. 6, n. 17, p. 111-125, 2001.

ARAUJO, Artur Antonio dos Santos. **Juventude Viva: monitoramento e resultado dos índices de homicídios em Maceió/AL entre 2012 e 2013**. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso. Faculdade de Administração, economia e Contabilidade. Universidade de Brasília.

BARBOSA, Elias. **O poder da Pulseira e do Fogo**. Maceió, AL: Ed. do Autor, 2015.

BARBOSA, Elias. **Um policial chamado Cabo Henrique: um cenário de morte entre a omissão do poder e covardia de pistoleiros, um homem ignorou a lei para fazer a sua própria justiça**. Maceió, AL : Ed. do Autor, 2017.

BARCINSKI, Mariana. **Centralidade de gênero no processo de construção da identidade de mulheres envolvidas na rede do tráfico de drogas**. Ciência & Saúde Coletiva, v. 14, p. 1843-1853, 2009.

BARCINSKI, Mariana. **Protagonismo e vitimização na trajetória de mulheres envolvidas na rede do tráfico de drogas no Rio de Janeiro**. Ciência & saúde coletiva, v. 14, p. 577-586, 2009.

BARROS, Luitgarde Oliveira Cavalcanti. **A derradeira gesta: Lampião e Nazarenos guerreando no sertão**. Mauad Editora Ltda, 2007.

BARROS, Luitgarde Oliveira Cavalcanti. **Cangaço–Violência no Sertão do Nordeste**. Ponta de Lança: Revista Eletrônica de História, Memória & Cultura, v. 12, n. 22, p. 62-77.

BEATO, Claudio. **Compreendendo e avaliando: projetos de segurança pública**. Editora UFMG, 2008.

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento**. Petrópolis: Vozes, 1974.

BEZERRA, Claudia de Magalhães; MINAYO, Maria Cecília de Souza; CONSTANTINO, Patrícia. **Estresse ocupacional em mulheres policiais**. Ciência & Saúde Coletiva, v. 18, p. 657-666, 2013.

BIONDI, Karina. (2009) **Junto e misturado: imanência e transcendência no PCC**. Dissertação de mestrado em Antropologia. São Carlos: PPGAS/ UFSCar

BOURDIEU, Pierre et al. **A juventude é apenas uma palavra**. Questões de sociologia, p. 112-121, 1983.

CARUSO, Haydée Glória Cruz. **Entre ruas, becos e esquinas: por uma antropologia dos processos de construção da ordem na Lapa carioca. 2009**. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado, PPG em Antropologia)– Universidade Federal Fluminense, Niterói.

CECCHETTO, Fátima Regina; DE OLIVEIRA MUNIZ, Jacqueline; DE ARAUJO MONTEIRO, Rodrigo. **“BASTA TÁ DO LADO”–a construção social do envolvido com o crime**. Caderno CRH, v. 31, n. 82, p. 99-116, 2018.

CERTEAU, Michel. (1994), **A Invenção do Cotidiano: Artes de Fazer**. Petrópolis, Vozes, 2009.

DA SILVA FREITAS, Felipe. **Novas perguntas para criminologia brasileira: Poder, Racismo e Direito no centro da roda**. Cadernos do CEAS: Revista crítica de humanidades, n. 238, p. 488-499, 2016.

DA SILVA LIMA, William. **Quatrocentos contra um. Uma historia do comando vermelho**. Rio de Janeiro: Labortexto, 2001.

DAYRELL, Juarez. **A escola “faz” as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil**. Educação e sociedade, v. 28, n. 100, p. 1105-1128, 2007.

DE LARA, Marcos Rodrigues. **Desafios metodológicos de pesquisa sobre jovens no Brasil contemporâneo**. Ponto-e-Vírgula: Revista de Ciências Sociais, n. 4, 2008.

DE OLIVEIRA, Márcio SBS. **Representações sociais e sociedades: a contribuição de Serge Moscovici**. Revista brasileira de ciências sociais, v. 19, n. 55, p. 180-186, 2004.

DE SANT'ANA, Moacir Medeiros. **Mitos da escravidão**. Secretaria de Comunicação Social, 1989.

DE SOUZA MARTINS, José. **Linchamentos: a justiça popular no Brasil**. Editora Contexto, 2015.

DIÉGUES JÚNIOR, Manuel. **O Bangüê das Alagoas: traços da influência do sistema econômico do engenho de açúcar na vida e na cultura regional**. Maceió: Edufal, 2006.

DOIN, José Evaldo de Mello. **Capitalismo bucaneiro: dívida externa, materialidade e cultura na saga do café (1889-1930)**. 2001. Tese de Doutorado. Tese (Livre docência em História)-Faculdade de História, Direito e Serviço Social da Universidade Estadual Paulista, Franca.

DUBET, François. **Sociologie de l'expérience sociale**. Annuaire de l'EHESS. Comptes rendus des cours et conférences, p. 558-560, 2004

ESTATUTO DA JUVENTUDE. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei 12.852, de 5 de Agosto de 2013.

FAUSTINO, Graciele Oliveira et al. **As políticas públicas de juventude e o enfrentamento à violência no Estado de Alagoas. 2014**. Dissertação de Mestrado em Psicologia Social. Universidade Federal de Alagoas.

FELTRAN, Gabriel. **Irmãos: Uma história do PCC**. Editora Companhia das Letras, 2018.

FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. **Corpo negro caído no chão: o sistema penal e o projeto genocida do estado brasileiro**. 2006. 2006. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado em Direito)-Faculdade de Direito, Universidade de Brasília.

FONSECA, Simone de Loiola Ferreira. **A "linguagem de rua" falada por adolescentes negros autores de atos infracionais**. Anais do SIELP. Volume 2, Número 1. Uberlândia: EDUFU, 2012. ISSN 2237-8758

FORT, Mônica Cristine. **Medo e horror na cobertura jornalística dos ataques do PCC em São Paulo**. Logos, v. 14, n. 1, p. 133-145, 2007.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Anuário brasileiro de segurança pública. 2018.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Tradução de Raquel Ramalhete. 35 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. 288p.

GASTALDO, Édison. **Goffman e as relações de poder na vida cotidiana**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 23, n. 68, 2008.

GOFFMAN, Erving. **A Representação do Eu na Vida Cotidiana**. 13a edição. Petrópolis: Editora Vozes, 1985.

GOMES, Alberto Albuquerque. **Apontamentos sobre a pesquisa em educação: usos e possibilidades do grupo focal**. EccoS revista científica, v. 7, n. 2, p. 275-290, 2005.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. Companhia das Letras, Edição comemorativa 70 anos. 2006.

IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2010.

JESUS, Carlos HM. **A relação estigma-desvio como elemento norteador no uso da força ou da violência na atividade policial**. 2014. Dissertação de Mestrado, Sociologia, Universidade Federal de Alagoas.

JODELET, Denise et al. **As representações sociais**. Rio de Janeiro: Eduerj, p. 17-44, 2001.

JODELET, Denise. **O movimento de retorno ao sujeito e a abordagem das representações sociais**. Sociedade e estado, v. 24, n. 3, 2009.

LIMA JÚNIOR, Felix. **O Mito da Escravidão em Alagoas**. Maceió: Secretaria de Educação e Cultura, 1974.

KANT DE LIMA, R. "A cultura jurídica e as práticas policiais". Revista Brasileira de Ciências Sociais, n.10, v.4, 1989.

MANSO, Bruno Paes; DIAS, Camila Nunes. **A Guerra: a ascensão do PCC e o mundo do crime no Brasil**. Editora Todavia SA, 2018.

MAPA DIÁRIO DA POPULAÇÃO CARCERÁRIA - PLANTÃO DE 22/02/2019 À 25/02/2019 - Fonte: Unidades Prisionais. Secretaria de Estado Ressocialização e Inclusão Social de Alagoas.

MELLO, Janaina Cardoso de. **O perigo vem das matas**. Revista Nossa História. n. 37. São Paulo: Vera Cruz, Novembro de 2006.

MELLO, Paulo Décio de Arruda. **Cana-de-açúcar e reestruturação produtiva: ação sindical e os movimentos sociais rurais em Alagoas a partir de 1985**. 2002. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco.. Recife.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; SOUZA, Edinilsa Ramos de; CONSTANTINO, Patrícia. **Riscos percebidos e vitimização de policiais civis e militares na (in) segurança pública**. Cadernos de Saúde Pública, v. 23, p. 2767-2779, 2007.

MISSE, Michel. **Crime organizado e crime comum no Rio de Janeiro: diferenças e afinidades**. Revista de sociologia e política, v. 19, n. 40, 2011.

MISSE, Michel. **Crime, sujeito e sujeição criminal: aspectos de uma contribuição analítica sobre a categoria "bandido"**. Lua Nova, n. 79, 2010.

MORAIS, Leila Samira Portela de. **Periferia e arte: trajetórias de jovens artistas moradores do bairro do Jacintinho em Maceió/AL**. 2017. Dissertação de Mestrado em Sociologia. Universidade Federal de Alagoas.

MOREIRA, Cyro E. Blatter. **Formação das Organizações Criminosas: Macrovisão comparativa na Itália (Cosa Nostra e Camorra) e no Brasil (Primeiro Comando da Capital)**. Dissertação de Mestrado Profissional em Segurança Pública. Universidade Vila Velha. 2016.

MUNIZ, Jaqueline. **Ser policial é, sobretudo, uma razão de ser: cultura e cotidiano da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro**. 1999. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado)-Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), Rio de Janeiro.

OLIVEIRA, Adriano; ZAVERUCHA, Jorge. **A dinâmica da criminalidade organizada no Brasil a partir das operações da Polícia Federal: Origem, atores e escolha institucional**. Dilemas-Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, v. 5, n. 3, p. 423-446, 2012.

PAIS, José Machado. **A construção sociológica da juventude—alguns contributos**. Análise social, p. 139-165, 1990.

PAIS, José Machado. **A juventude como fase de vida: dos ritos de passagem aos ritos de impasse**. Saúde e Sociedade, v. 18, p. 371-381, 2009.

PARK, R. E. (1976). **“A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano”**. In: VELHO, O. O fenômeno urbano. Rio de Janeiro, Zahar.

Plano Juventude Viva: Guia de Implementação para Estados e Municípios. Brasília, 2014. Disponível em: http://juventude.gov.br/articles/participatorio/0009/4790/Guia_Plano_JuvViva_Fnal.pdf

PORTO, Maria Stela Grossi. **Mídia, segurança pública e representações sociais**. Tempo social, v. 21, n. 2, p. 211-233, 2009.

RESENDE, Solange Enoi Melo de et al. **Dois infinitos se estreitando num abraço insano: as drogas e a violência no cotidiano dos jovens de escolas públicas e particulares em Maceió**. 2009. Dissertação de Mestrado em Sociologia. Universidade Federal de Alagoas.

RESSEL, Lúcia Beatriz et al. **O uso do grupo focal em pesquisa qualitativa**. Texto & Contexto Enfermagem, v. 17, n. 4, 2008.

SANTOS, Amanda Farias dos. **Torcidas organizadas e sociabilidade juvenil no nordeste**. 2009. Dissertação de Mestrado em Sociologia. Universidade Federal de Alagoas.

SANTOS, Fabiana Brito. **Juventude que Transgride a Lei: a violência como condição de aparecimento**. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso. Ciências Sociais. Universidade Federal de Alagoas.

SANTOS, Sérgio da Silva. **O cotidiano das posses de hip hop em Maceió: territorialidades, visibilidades e poder**. 2014. Dissertação de Mestrado em Sociologia. Universidade Federal de Sergipe.

SARAIVA, Lucas Almeida. **Marcas e Identidade Social: poder simbólico e sociabilidades juvenis na periferia de Maceió-AL**. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso. Ciências Sociais. Universidade Federal de Alagoas.

SCHMIDT, Maria Luisa Sandoval; MAHFOUD, Miguel. **Halbwachs: memória coletiva e experiência**. Psicologia USP, v. 4, n. 1-2, p. 285-298, 1993.

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DE ALAGOAS.
NEAC - Núcleo de estatística e Análise Criminal da SSP/AL. (2017-2018)

SILVA, Gilvan Gomes da. **A lógica da polícia militar do Distrito Federal na construção do suspeito**. Dissertação de Mestrado em Sociologia. Universidade de Brasília, 2009.

RODRIGUES, Robson Da Silva. **Entre a caserna e a rua: o dilema do pato. Uma análise antropológica da instituição policial militar a partir da Academia de Polícia Militar Dom João VI**. 2009. Tese de Doutorado. Dissertação (Antropologia)-UFF-Programa de Pós-Graduação em Antropologia.

SINHORETO, Jacqueline. **Linchamentos e resolução de litígios: estudos de caso de periferias de SP**. Ponencia apresentada en el XXII Encontro Anual da Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS) Coxambú. Brasil. Rescatado el, v. 5, 1988.

SINHORETTO, Jacqueline et al. **A filtragem racial na seleção policial de suspeitos: segurança pública e relações raciais**. Figueiredo I. Segurança

pública e direitos humanos: temas transversais. Brasil: Ministério da Justiça, p. 121-59, 2014.

SOARES, Luiz Eduardo. **Novas políticas de segurança pública**. Estudos Avançados, v. 17, n. 47, p. 75-96, 2003.

TELES, Silvio de Jesus. Briosa. **A história da Polícia Militar de Alagoas no olhar de um jornalista**. Maceió, Imprensa Oficial Graciliano Ramos, 2010. 247 p. il.

VIANA, Nildo. **Memória e sociedade: uma breve discussão teórica sobre memória social**. Espaço Plural, v. 7, n. 14, 2006.

WAISELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência 2016: homicídios por armas de fogo**. Secretaria Nacional de Juventude, 2016.

ZALUAR, Alba. **Mulher de bandido: crônica de uma cidade menos musical**. Estudos Feministas, v. 1, n. 1, p. 135, 1993.

ZENI, Bruno. **O negro drama do rap: entre a lei do cão e a lei da selva**. Estudos avançados, v. 18, n. 50, p. 225-241, 2004.

Sites

<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2017/12/08/criminoso-do-pcc-morto-pela-policia-em-maceio-tinha-patrimonio-de-r-8-milhoes.htm> <Último acesso em 2018>

<https://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/secretaria-diz-que-disputa-entre-faccoes-criminosas-em-al-elevou-n-de-homicidios.ghtml><Último acesso em 2018>

<http://diarioarapiraca.com.br/noticia/alagoas/secretaria-diz-que-disputa-entre-faccoes-criminosas-em-al-elevou-n%C2%BA-de-homicidios/5/27655> <Último acesso em 2018>

<https://www.cadaminuto.com.br/noticia/266689/2015/04/03/alfredo-gaspar-mendonca-bandido-em-alagoas-tem-dois-caminhos-ou-se-entrega-ou-morre><Último acesso em 2018>

www.pmal.al.gov.br <Último acesso em 2018>

<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2014/02/adolescente-e-espancado-e-presos-no-poste-no-flamengo-no-rio.html><Último acesso em 2018>

http://gazetaweb.globo.com/portal/noticia/2017/11/comandante-de-batalhao-afirma-ter-sido-agredido-por-antonio-albuquerque_44645.php<Último acesso em 2018>

<https://www.geledes.org.br/fgv-suspende-aluno-por-3-meses-apos-ofensa-racista/><Último acesso em 2018>

<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc14039818.htm><Último acesso em 2018>

<https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/editorias/pais/online/collor-faz-comicio-com-vereador-afastado-da-policia-1.866846><Último acesso em 2018>

<https://www.youtube.com/watch?v=jKQdD5iUmDo> <Último acesso em 2018>

https://www.youtube.com/watch?v=FsqcX9u_Z58 <Último acesso em 2018>

<https://www.youtube.com/watch?v=EPCoCXw7LNo> <Último acesso em 2018>

<https://exame.abril.com.br/brasil/guerra-entre-pcc-e-cv-pode-chegar-as-ruas-diz-promotor/> <Último acesso em 2018>

<http://www.alagoas24horas.com.br/716107/gecoc-prepara-denuncia-contraintegrantes-do-pcc-presos-em-alagoas/>.<Último acesso em 2018>

<http://www.rotadosertao.com/noticia/14875-facciao-criminosa-genuinamente-alagoana-a-firma-cresce-na-periferia-de-maceio><Último acesso em 2018>

<http://www.alagoas24horas.com.br/831946/beira-mar-ja-esta-presos-em-maceio-e-ninguem-na-pf-comenta-os-motivos/><Último acesso em 2018>

<https://www.dgabc.com.br/Noticia/240964/fernandinho-beira-mar-e-transferido-para-alagoas><Último acesso em 2018>

<https://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u20523.shtml>.<Último acesso em 2018>

www.delegados.com.br <Último acesso em 2018>

<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/02/pacote-de-moro-quer-conceituar-organizacoes-criminosas-e-alterar-14-leis.shtml> <Último acesso em 2019>

<https://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/secretaria-diz-que-disputa-entre-faccoes-criminosas-em-al-elevou-n-de-homicidios.ghtml> <Último acesso em 2018>

<http://www.alagoas24horas.com.br/1140577/guerra-entre-faccoes-jovem-e-morto-a-tirosapos-postar-fotos-fazendo-gestos-de-faccao/> <Último acesso em 2018>

<http://tribunadoceara.uol.com.br/noticias/segurancapublica/policia-investiga-perfis-de-youtube-e-facebook-com-clipes-que-exaltam-faccoes-criminosas/> <Último acesso em 2018>

<https://sao-paulo.estadao.com.br/blogs/sp-no-diva/pagina-do-pcc-no-facebook-ja-tem-mais-de-372-mil-curtidas/> <Último acesso em 2018>

<https://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2019/02/12/criminosos-mataram-mulher-em-maceio-apos-ela-fazer-simbolo-de-faccao-rival-em-festa-diz-policia.ghtml> <Último acesso em 2019>

<https://www.youtube.com/watch?v=TuXj10OfPN4><Último acesso em 2018>

ANEXOS

ANEXO 1: ETAPAS DA OFICINA DE INSERÇÃO NA ESCOLA RUBENS CANUTO:

- 1º Mediador da oficina é um rapper.
- 2º Fiz algumas orientações sobre o objetivo da inserção e quais os elementos eu gostaria de obter.
- 3ª troca de ideias com oicineiro.
- 4º Dialogo com o diretor da escola sobre a pesquisa e o objetivo da oficina.
- 5º definição do público/alunos do ensino médio
- 6ª titulo da oficina e apresentação para os alunos do que se trata.
- 7ª uso de projetor e som
- 8ª distribuição de papel pautado
- 9ª projeção do tema da oficina
- 10ª inserção do icineiro
- 11ª uso da música - música rap
- 12ª uso de imagens - jovens reunidos em praças
- 13º construção de rimas e frases
- 14º uso de música – Rap
- 15º construção de frases ou desenhos
- 16ª uso de imagens – policia e jovens (abordagem)
- 17º Uso de vídeo – Matéria jornalística sobre abordagem policial
- 18º uso de imagens – Noticiais sobre tráfico de drogas
- 19º construção de frases ou rimas
- 20º uso de imagens – noticias sobre facções criminosas
- 21º construção de frases ou rimas
- 22º uso de música – reggae

ANEXO 2: PERGUNTAS ORIENTADORAS PARA O GRUPO FOCAL COM POLICIAIS DO BATALHÃO DE RÁDIO PATRULHA.

Bloco 1:

Existe facções criminosas em Maceió?

Qual o perfil de uma pessoa pertencente a facções criminosas?

Bloco 2?

Como vocês explicariam o dia a dia do trabalho realizado por vocês na Rádio Patrulha?

Qual o principal trabalho realizado por vocês no dia a dia?

Qual o significado de trabalhar na rua?

Vocês conseguem identificar diferença de comportamento do público em relação a policia nos diferentes locais que vocês já trabalharam?

Vocês conseguem identificar bairros em que há um relação de hostilidade com a presença da Radio patrulha?

Bloco 3?

É possível eleger bairros em que há presença de facções criminosas?

Vocês conseguem definir pra mim o que seria uma facção?

Conseguem dizer como é o modo de operar dessas facções nesses lugares?

Bloco 4

Podem dizer em que momento começa surgir facções em Maceió?

**ANEXO 4: PERGUNTAS ORIENTADORAS PARA O GRUPO FOCAL COM
POLICIAIS DO SETOR DE INTELIGÊNCIA DA SECRETARIA DE
SEGURANÇA PÚBLICA E SECRETARIA DE RESSOCIALIZAÇÃO E
INCLUSÃO SOCIAL.**

Bloco 1:

Existe facções criminosas em Maceió?

Qual o perfil de uma pessoa pertencente a facções criminosas?

Bloco 2?

Como vocês explicariam o dia a dia do trabalho realizado por vocês?

Qual o principal trabalho realizado por vocês no dia a dia?

Bloco 3?

É possível eleger bairros em que há presença de facções criminosas?

Vocês conseguem definir pra mim o que seria uma facção?

Conseguem dizer como é o modo de operar dessas facções nesses lugares?

Bloco 4

Podem dizer em que momento começa surgir facções em Maceió?



Universidade de Brasília

**INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
DOUTORADO EM SOCIOLOGIA**

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

Prezado (a) Senhor (a)

Esta pesquisa é sobre **Representações Sociais de Jovens e Policiais Militares em torno das facções criminosas em Alagoas** e está sendo desenvolvida por **Sérgio da Silva Santos**, do Curso de Sociologia da Universidade de Brasília, sob a orientação do(a) Prof(a) **Dr. Haydée Glória Cruz Caruso**.

Os objetivos do estudo são compreender os processos de representações e significações que orientam a constituição das sociabilidades entre jovens e policiais militares à luz das políticas públicas constituídas em Alagoas (Territórios de paz, Plano Brasil Mais Seguro e Juventude Viva) e o advento das facções criminosas em Alagoas.

Solicitamos a sua colaboração para conceder uma entrevista (áudio e imagem), para utilizar na produção de uma tese, como também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos da área das Ciências Sociais e publicar em revista científica nacional e/ou internacional.

Assinatura do(a) pesquisador(a) responsável

Considerando, que fui informado (a) dos objetivos do estudo proposto, de como será minha participação, declaro o meu consentimento em participar da pesquisa, como também concordo que os dados obtidos na investigação sejam utilizados para fins científicos (divulgação em eventos e publicações). Estou ciente que receberei uma via desse documento.

Maceió, ____ de _____ de _____

Assinatura do participante ou responsável legal

Contato com o Pesquisador (a) Responsável:

Celular: (82) 98811-8547 E-mail: sergiosantosciso@gmail.com
Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade de Brasília
Telefone: (61) 3107-1508 E-mail: pgsol@unb.br